

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE -PRODEMA**

PEDRO ITAMAR DE ABREU JÚNIOR

**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
O FUTURO DA PRAIA DO FUTURO**

**Fortaleza-Ceará
2005**

PEDRO ITAMAR DE ABREU JÚNIOR

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
O FUTURO DA PRAIA DO FUTURO

Essa dissertação foi submetida à
Coordenação do Curso de Pós-
Graduação em Desenvolvimento e Meio
Ambiente como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em
Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Orientador: **Prof. Marcondes Araújo
Lima**

FORTALEZA
2005

PEDRO ITAMAR DE ABREU JÚNIOR

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
O FUTURO DA PRAIA DO FUTURO

Essa dissertação foi submetida à
Coordenação do Curso de Pós-
Graduação em Desenvolvimento e Meio
Ambiente como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em
Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Orientador:

Dissertação aprovada em 12/09/2005, pela banca de defesa de dissertação
constituída pelos professores

Prof. Dr. Marcondes Araújo Lima
Departamento de Arquitetura e Urbanismo-UFC

Prof. Dr. Rogério César Pereira de Araújo
PRODEMA-UFC

Prof. Dr. José Almir Farias Filho
Departamento de Arquitetura e Urbanismo-UNIFOR

Às três mulheres de minha vida representadas em diferentes gerações, pela fé,
solidariedade e esperança: Neusa, Micheline e Mariana.

Dedico

AGRADECIMENTOS

_ A Deus, pois somente estando ao meu lado foi possível concluir este trabalho nesta longa jornada.

_ A meus pais pela ajuda desde a tenra infância nos caminhos dos estudos.

_ Aos meus colegas de turma/2003 pelas discussões em sala de aula, incentivo e sugestões.

_ A meu orientador Prof.Dr. Marcondes Araújo Lima pelas correções e sugestões de um trabalho melhor.

_ Aos meus professores do PRODEMA (Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente): José Gerardo, Kelma Lopes, José Borzacchiello, Rogério de Araújo, Irlés Mayorga, Maria Salete de Souza, Leví Sampaio, Jeovah Meireles, pelos ensinamentos e críticas construtivas.

_ Em especial aos Professores Rogério de Araújo e principalmente ao Professor Eustógio Dantas pelas contribuições no exame de qualificação, que em muito ajudaram no resultado final desta dissertação.

_ Aos funcionários da biblioteca Pública Menezes Pimentel pela presteza e zelo no material guardado nos setores de periódicos e micro-filmagem, pois sem esse material a dissertação seria incompleta.

_ A todos os que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente as associações comunitárias da Praia do Futuro, onde pude sentir de perto suas angústias e esperanças.

RESUMO

O presente trabalho investiga o Uso e Ocupação do Solo nos 6 km da Praia do Futuro, no litoral leste de Fortaleza-Ceará, limitada pelo recorte entre a faixa de praia, a rua Trajano de Medeiros, a rua Ismael Pordéus e o estuário do rio Cocó, na praia do Caça e Pesca. Neste trabalho buscou-se um resgate histórico do local como tentativa de melhor compreensão da situação presente, objetivando analisar os motivos dos bairros contíguos à área de estudo apresentarem um padrão quanto aos Usos e Ocupações do Solo mais intensos em comparação com os da Praia do Futuro. Foram feitas entrevistas com os agentes principais da área, desde os ocupantes irregulares das dunas, até proprietários de hotéis. Utilizando-se em uma maior intensidade de pesquisas hemerográficas, foi possível obter dados elucidativos dos últimos 40 anos dessa faixa de praia do litoral Cearense, já que pouco material é disponível na literatura ou trabalhos acadêmicos. A busca da interdisciplinaridade permeou todo o trabalho, utilizando-se de uma metodologia sistêmica, basicamente como tentativa de obter respostas aos impactos ambientais naturais e a utilização da metodologia dialética como tentativa de propiciar formulações de hipóteses para os impactos ambientais antrópicos, que juntas são determinantes para a atual prática do Uso e Ocupação do Solo na Praia do Futuro. Essa pesquisa objetiva propiciar caminhos para o entendimento da área em questão e servir de instrumento outros para trabalhos técnicos, onde leve-se em conta todas as peculiaridades do local e a noção do Desenvolvimento Sustentável seja sempre buscada. Esta pesquisa teve apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e apoio técnico da Universidade Federal do Ceará.

ABSTRACT

This work investigates land use and occupation along the 6km of Future beach, at the east seaside of Fortaleza-Ceará, limited by the sea (Atlantic ocean), at one side; the road Trajano de Medeiros, the road Ismael Pordéus and the estuary of Cocó river, at Caça e Pesca beach. In this work we tried an historical account of the place as an attempt to better understand its present situation, aiming at amusing the reasons why the neighbor suburbs show much denser standards of land use and occupation than the Future beach. Interviews were made with the main agents within the area, from the irregular users to hotel owners. By making use of research concerning published news on local newspapers, it was possible to get data covering the last 40 years of the seaside place, as there is very few available literature or academic work related to it. The search for an interdisciplinary approach has adapted throughout this work, using systematic methodology, basically as the work, using the systemic methodology, basically as an attempt to get answers to natural environmental impacts, and use the dialectic methodology in order to formulate hypothesis to human environmental impacts, which together are determinant to the actual pattern of land use and occupation at Future beach. This research also aims to provide means for understanding of the area under study as well as being useful as tool for others to work with, where as all particular characteristics of the place can be taken into account and the notion of sustainable development be always sought. This research was made possible with the support of the national council for research and development (CNPq) and the Federal University of Ceará.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01- Foto aérea da Praia do Futuro no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza;
- Figura 02- Desenho de gráfico da dinâmica dos processos;
- Figura 03- Foto ocupação alto das dunas;
- Figura 04- Desenho de mapa de Fortaleza com divisão em bairros;
- Figura 05- Foto de lançamento de empreendimento imobiliário na década de 1960;
- Figura 06- Desenho do mapa das Capitânicas Hereditárias;
- Figura 07- Desenho da cidade do Rio de Janeiro colonial;
- Figura 08- Desenho da cidade de Salvador colonial;
- Figura 09- Desenho do forte Schoonenborch;
- Figura 10- Desenho de Silva Paulet da Vila do Ceará;
- Figura 11- Foto da Praia de Iracema, 1938;
- Figura 12- Foto Cidade da Criança, 1930;
- Figura 13- Foto Praça Clóvis Beviláqua, 1935;
- Figura 14- Foto Praça do Ferreira, década de 1930;
- Figura 15- Foto Vila do Mucuripe, década de 1940;
- Figura 16- Foto construção da Avenida Beira mar no Mucuripe;
- Figura 17- Desenho de delimitação da área em estudo;
- Figura 18- Foto Conjunto São Pedro, Praia do Futuro (I);
- Figura 19- Foto Fortune Drive in;
- Figuras 20/21- Fotos Interdição por barracos de ruas da Praia do Futuro;
- Figura 22- Foto da abertura da Avenida Santos Dumont;
- Figura 23- Foto de nova barraca de praia;
- Figura 24- Foto do restaurante Balanço do Mar;
- Figura 25- Foto do restaurante Bola Branca;
- Figura 26- Foto da barraca Saporil;
- Figura 27- Foto de jogos de futebol em terrenos vazios da área de estudo;
- Figura 28- Foto de invasão de areia em barraca de praia;
- Figura 29- Foto de exemplo do aspecto atual de barraca de praia;
- Figuras 30/31- Fotos vista aérea de casas subindo dunas edafizadas;
- Figuras 32/33- Fotos demonstrando poluição na área de estudo;

- Figura 34- Foto aspecto externo barracas na área de estudo década de 1970;
- Figura 35- Foto visão superior ocupação faixa de estirâncio, década de 1980;
- Figuras 36/37- Fotos de barracas de praia, momento atual;
- Figura 38- Foto de w.c típico das barracas décadas de 1970/80;
- Figura 39- Foto de barraca com belo padrão arquitetônico;
- Figura 40/41- Fotos ação da maresia na área de estudo;
- Figura 42- Foto invasão de barracos em ruas;
- Figura 43- Foto vista superior favela do Luxou;
- Figuras 44/45- Fotos mostrando contraste, edificações classe alta e classe baixa;
- Figura 46- Foto mostrando início ocupação das dunas;
- Figura 47- Foto aérea do empreendimento Vereda Atlântica;
- Figura 48- Foto mostrando as paleodunas e seu avanço;
- Figura 49- Desenho do mapa Geológico estado do Ceará;
- Figura 50- Desenho da ação conjunta dos ventos em Fortaleza;
- Figura 51- Foto mostrando a planície litorânea na área de estudo;
- Figura 52- Foto do Rio Cocó entre cordão de dunas da Praia do Futuro;
- Figura 53- Foto mostrando encontro do Rio Cocó com a Praia do Futuro;
- Figura 54- Desenho do domínio dos processos litorâneos;
- Figuras 55/56- Fotos de feira livre aos sábados na área de estudo;
- Figura 57- Desenho do gráfico do Desenvolvimento Sustentável

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01- Meses pesquisados no intervalo 1965-2005;
- Tabela 02- Percentuais por questionamentos gerais através da mídia;
- Tabela 03- Percentuais por questionamentos específicos pela mídia;
- Tabela 04- Matriz de Interesses Conflitivos de Carlos Diegues;
- Tabela. 05-.Sistema de Abastecimento de água: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 06- Acesso a serviço de coleta de lixo: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 07- Acesso a esgotamento sanitário: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela. 08- Áreas protegidas por plano de ordenamento;
- Tabela 09- Renda dos chefes de família: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 10- Renda distribuída: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 11- Densidade populacional: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 12- Crescimento populacional: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 13- Densidade inadequada de moradores por dormitório: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 14- Taxa de alfabetização: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 15- Escolaridade dos chefes de família: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 16- Unidades de saúde: melhores, piores índices comparativamente à Praia do Futuro;
- Tabela 17- Unidades escolares: melhores, piores comparativamente à Praia do Futuro;

LISTA DE ABREVIATURAS

AUMEF-Autarquia Metropolitana de Fortaleza;

CAGECE-Companhia de Água, Esgoto do Estado do Ceará;

CEDECA-Centro de Defesa da Criança e do Adolescente;

COELCE-Companhia de Eletricidade do Ceará;

CNPq-Conselho Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

CRECI-Conselho dos Corretores de Imóveis;

DNPM-Departamento Nacional de Pesquisas Minerais;

DPU-Departamento de Patrimônio da União;

ELETRORAS-Centrals Elétricas Brasileiras S. A.;

EMURF-Empresa Metropolitana de Urbanização de Fortaleza;

EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto do Meio Ambiente;

FUNCEME-Fundação Cearense de Meteorologia

GRPU-Gerência Regional do Patrimônio da União;

IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente;

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IDS- Índice de Desenvolvimento Sustentável

IPECE-Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará;

IPTU-Imposto Predial e Territorial Urbano;

JORNAL D/N- Jornal Diário do Nordeste;

LABOMAR-Laboratório de Análise do Mar;

LUOS-Lei de Uso e Ocupação do Solo;

ONU-Organização das Nações Unidas

PDDU-Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;

PGJ-Procuradoria Geral de Justiça;

PGRU-Procuradoria Geral da União;

PGU-Procuradoria Geral da União;

PJE-Procuradoria da Justiça Estadual;

PLANDIRF-Plano de Desenvolvimento Integrado da região Metropolitana de Fortaleza;

PNGC-Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro;

PRODEMA-Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente;
PRODETUR-Programa de Desenvolvimento do Turismo do Ceará;
PV-Poço de Visita;
PT-Partido dos Trabalhadores;
PROAFA-Fundação de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza;
REVISTA au-Revista Arquitetura e Urbanismo;
RMF-Região Metropolitana de Fortaleza;
SECOVI-Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis;
SEMACE-Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará;
SEMAM-Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano;
SER II - SECRETARIA REGIONAL II (Municipal);
SETUR-Secretaria do Turismo;
SMDT-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial
SPLAN – Secretaria de Planejamento (Municipal);
SUDEC-Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará;
SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;
UBASF-Unidade Básica de Assistência da Saúde da Família;
UNECOVIP-União das Entidades Comunitárias do grande Vicente Pinzón;

SUMÁRIO

Lista de Figuras	viii
Lista de Tabelas.....	x
Lista de Abreviaturas.....	xi
1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Justificativa.....	18
1.2 Objetivos.....	21
1.2.1 Objetivo Geral.....	21
1.2.2 Objetivos Específicos.....	21
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE E INVESTIGAÇÃO.....	22
2.1 Tipos de Análise.....	31
2.2 Procedimentos de Investigação.....	36
3 POLÍTICA DAS DESCOBERTAS ULTRAMARINAS.....	54
3.1 Contexto Político-Cultural Europeu do século XV.....	54
3.2 O surgimento das Praias de Banho no contexto Europeu.....	56
3.3 A ocupação litorânea no Brasil.....	57
3.4 A Evolução das cidades Brasileiras.....	61
4 OCUPAÇÃO E MARITIMIDADE EM FORTALEZA.....	69
4.1 O Ceará e suas Primeiras Ocupações.....	69
4.2 Fortaleza Evolução Urbana e Maritimidade.....	71
5 A PRAIA DO FUTURO NO CONTEXTO DE FORTALEZA.....	92
5.1 Antecedentes históricos da Praia do Futuro.....	98
5.2 Os Agentes do Espaço Urbano.....	193
5.3 Aspectos Geoambientais.....	198
6 ATUAL MODELO SÓCIO-ECONÔMICO-TERRITORIAL DA PRAIA DO FUTURO.....	206
6.1 Dialética dos Grupos de Usos em Conflito.....	211
6.2 Estatística da Diferença.....	215
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA.....	228
ANEXO.....	236

1 INTRODUÇÃO

Palavras do jornalista J.C. Alencar Araripe no jornal Diário do Nordeste em 31/07/95:

[...] Aproveito a oportunidade para uma explicação. A denominação Praia do Futuro foi dada por mim, quando editorialista do Correio do Ceará. Mas o que eu queria dizer é que aquela era a praia de nosso futuro urbano, e não dar um nome definitivo a ela, sem sentido, aliás, para ser um nome próprio, para ter caráter toponímico. Mas o nome pegou e ficou [...]

Este trabalho começa respondendo uma curiosidade comum a muitos Fortalezenses, onde surgiu o nome “Praia do Futuro” e em que circunstâncias. Resolvido isto pela citação acima, tento colocar os questionamentos de melhorias na área de estudo através da necessidade de planejamento com a área e da necessidade de gestão urbana, necessidade esta, corroborada na citação do Professor Liberal de Castro em entrevista de 30/04/04:

[...] A omissão do poder público no Brasil é um fato no país inteiro, sempre foi, principalmente depois, por último, quando os militares saíram do poder, acabou-se o poder público, porque tudo que se faz dizendo que não está certo, você está sendo autoritário, não é possível continuar desse jeito! Essas proibições, elas nascem de um bom senso, de uma visão coletiva da população da questão de um bem comum da população que pede, exige. Estes estatutos e leis são milenares, não são de hoje, todos os países que quiseram ter uma convivência de uma sociedade mais numerosa tiveram um regime legal qualquer, senão vira um caos [...].

Concorda-se com essa omissão do poder público na cidade de Fortaleza e a Praia do Futuro, (Figura 01) sendo apêndice dela, também está sofrendo as conseqüências na ausência de uma gestão urbana imbricada com os problemas sociais, não só na repressão, também nas conseqüências de práticas urbanísticas.

Com o objetivo de estudar e analisar os atuais Usos e Ocupações do Solo da Praia do Futuro recorri a ensinamentos de (MINAYO, 1993) na utilização de pressupostos metodológicos, principalmente nas pesquisas qualitativas. A abordagem dialética embasou-se nos ensinamentos de (SANTOS, 2004), (LOPES DE SOUZA, 2002) e outros autores. Quanto ao embasamento histórico tão importante para captar as transformações e conflitos no recorte temporal de 40 anos.

Utilizei-me dos escritos de (GOULART, 2001) na evolução urbana das cidades Brasileiras; (JUCÁ, 2003) nas referências históricas sobre Fortaleza, e de outros autores, quando necessitei de embasamento histórico sobre o Ceará. A pesquisa histórica também buscou ensinamentos em (ESPÍNIOLA, 2004) quando busquei antecedentes no contexto político-econômico Europeu. Enfim utilizei-me de vários autores com o intuito de embasar melhor esta dissertação. No entanto a maior pesquisa de todas foi à pesquisa hemerográfica nos jornais O POVO e Diário do Nordeste, pois necessitava de elementos para subsidiar o trabalho sobre a Praia do Futuro, centro de todo o estudo, e pouco material em livros foi encontrado para a complexidade na análise. Só através de jornais consegui material que fosse de importância para o recorte temporal proposto. No aspecto da análise sistêmica utilizei-me dos ensinamentos de (TROPENAIR, 1989) e (CHRISTOFOLETTI, 1979), pois as inter relações entre os elementos naturais e antrópicos poderiam ser respondidas através desta metodologia. Entender o relacionamento do mar com os indivíduos que moram nas suas proximidades foi possível graças à (DANTAS, 2002) e (DIEGUES, 1986,2001), enfim autores que pelo seu pensamento em consonância com que a pesquisa objetivou criou diálogos interessantes entre eles e o autor desta dissertação.

Inicia-se este trabalho com uma pergunta básica: Os atuais usos e ocupações do solo na Praia do Futuro (Mapa I), configuram de fato a melhor ocupação possível para a área em questão? E no caso negativo, por que não? A pesquisa histórica (Capítulos 2, 3 e 4) utilizada teve o objetivo de poder ligar os fatos presentes ao passado, compreendendo melhor o momento atual, quando mais ocupações, sem a devida anuência da lei, se localizaram em praças, ruas, zona de pós-praia e de dunas, sem o devido acompanhamento e controle urbano. Isto mostra a que ponto a falta do poder público, nos coloca na Praia do Futuro. E a clara falta de compromisso por todos esses anos, independente de quais foram às administrações.

No capítulo 5 a exposição da Praia do Futuro no seu momento atual demonstrou através dessa radiografia a relevância de suas modificações, pois o contraponto entre o passado explicitado e a situação atual, demonstra uma evolução em alguns aspectos e involução em outros. A dialética dos grupos em conflito

completou este capítulo utilizando-se de dados estatísticos, índices da área estudada em comparação com bairros com situações piores e melhores. Finalmente no capítulo 6 fiz as considerações gerais, baseando-me em todo o percurso do trabalho, chegando a conclusões que confirmaram impressões e esclareceram e servindo de alerta para outros fatos.

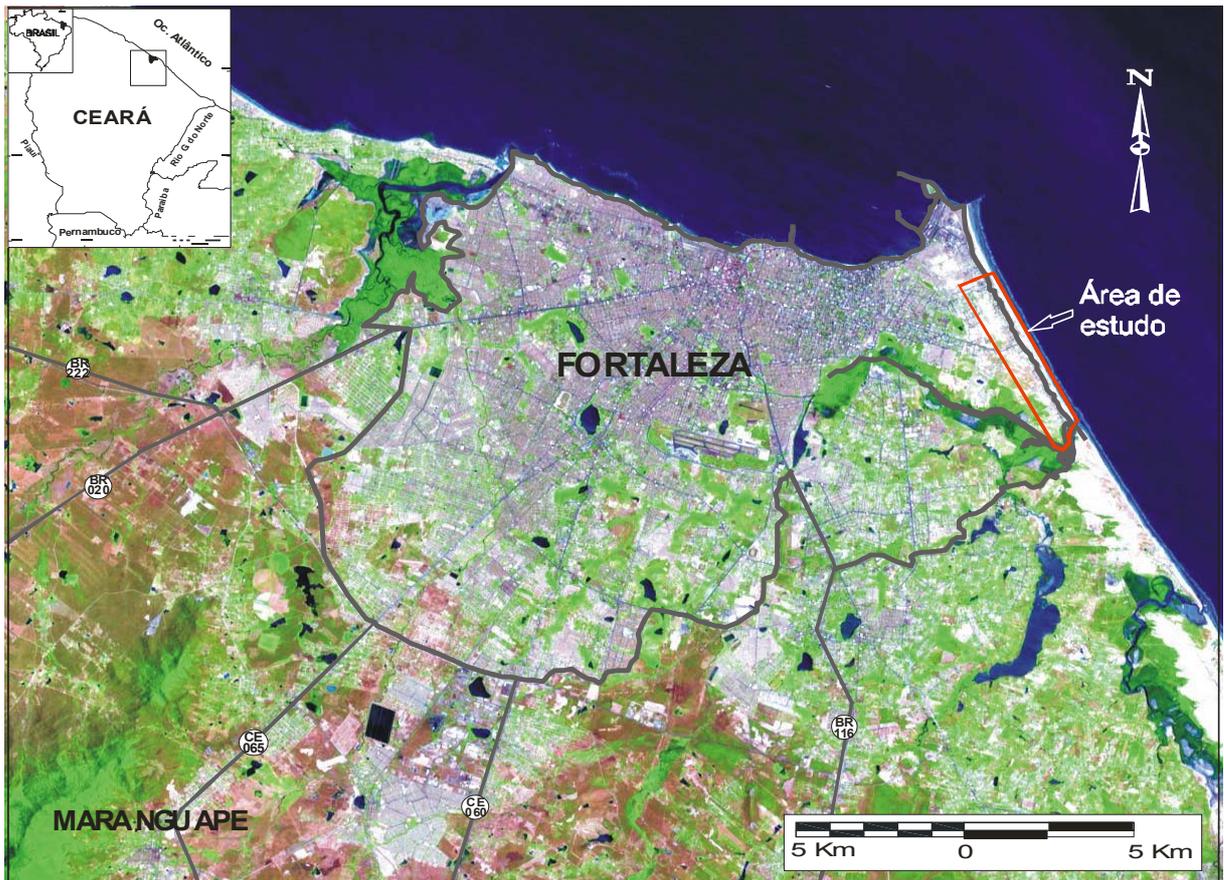


Figura 01- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, EM DESTAQUE ÁREA DE ESTUDO
 FONTE: <http://www.ibge.gov.br>-

Como a área não é de elevada densidade demográfica, vê-se ainda a grande possibilidade de ser um laboratório do princípio do desenvolvimento sustentável tornar-se realidade, pois os princípios básicos da equidade social, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento econômico através de instituições ligadas a esta prática, são plenamente possíveis desde que a questão básica do urbanismo na nossa cidade seja respeitada, através de uma gestão urbana correta e sempre atenta para as demandas da comunidade.

Através de uma inquietação como cidadão e Arquiteto, resolvi pesquisar os atuais Usos e Ocupações do Solo na Praia do Futuro em Fortaleza.

Diferentemente dos bairros limítrofes, a área em questão difere bastante quanto aos padrões de Uso e Ocupação dos terrenos em relação aos bairros vizinhos, principalmente pelo tipo de ocupação.

O trecho abordado é uma faixa de 6 km aproximadamente, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. Há uma grande variação de atores sociais com suas atividades onde observamos: a presença de mansões, 22 favelas ocupando as ruas (até alguns terrenos particulares), os freqüentadores da faixa de praia, os barraqueiros, freqüentadores dos clubes sociais, dos hotéis, moradores dos edifícios multifamiliares e uma grande quantidade de terrenos desocupados. Neste trabalho foi primordial o estudo dos fatores ambientais limitantes, que inicialmente serviram e mesmo agora com a evolução tecnológica, servem como formulação de hipóteses para as ocupações rarefeitas apresentadas, ou até mesmo pela não ocupação. Sendo assim, uma abordagem histórica foi estabelecida para situar a área pesquisada no contexto dos últimos 40 anos, observando os primórdios de ocupação até as atuais ocupações.

O enfoque do Desenvolvimento Sustentável, através da utilização do IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável) no Capítulo 5, foi adotado na abordagem do problema como tentativa de elucidar as dúvidas e confirmar ou negar hipóteses, tentando incluir, através de questionamentos uma nova mentalidade na abordagem do problema. A interdisciplinaridade foi fundamental no estudo e para formulação de outras hipóteses, pois: a Engenharia civil, na questão da infra-estrutura; o Direito, na abordagem das leis urbanísticas aplicadas na área; o Turismo como enfoque no desenvolvimento; a Paleontologia na questão dos achados arqueológicos na ponte da foz do rio Cocó; a Geografia nos estudos da ventilação, manutenção dos cordões de dunas, correntes marinhas e a maresia, tão presente na área; o Urbanismo, Sociologia e a Arquitetura todos compuseram os meios para se chegar a algumas conclusões.

Espero que essa pesquisa seja bem utilizada, ajudando a comunidade, a pelo menos, propiciar caminhos para resolução de alguns impasses neste recorte de estudo, pois acredito que o PRODEMA e sua filosofia objetivam isto, onde o

desenvolvimento seja o mais possível consensual, e que não seja apenas desenvolvimento para alguns.

1.1 Justificativa

Sempre observei a necessidade de um estudo mais detalhado quanto à qualidade das edificações e os vazios urbanos existentes na Praia do Futuro, pois essa área, além de ser um importante ponto de atração turística para o estado do Ceará, serve como pólo de lazer de todas as classes sociais da cidade e da Região Metropolitana de Fortaleza.

Esta zona já foi colocada para a população do Ceará como cartão postal do nosso estado, onde todas as atividades concernentes a lazer seriam distribuídas de uma maneira ideal, onde as soluções de moradia estariam enquadradas nas melhores soluções de ocupação litorânea do Brasil e onde Fortaleza rivalizaria com o Rio de Janeiro, concorrendo com o bairro da Barra da Tijuca, jornal O POVO 13/12/87 (A Praia do Futuro já foi a Barra da Tijuca Cearense). Enfim, a Praia do Futuro não só representando uma tiponomia em esperança, mas também na perfeição de um modelo que não seguiria os erros apontados na ocupação de outras faixas de praia do litoral de nossa capital (praias da leste-oeste, beira-mar), no entanto a teoria não representa a prática.

Sempre observei a ausência de um bom tratamento dos edifícios, quanto à manutenção e de terrenos na Praia do Futuro ocupados irregularmente. Como uma área tão bela paisagisticamente passa a idéia de abandono e descaso, principalmente se observarmos os bairros contíguos à área em questão. Observa-se que nos bairros Cocó, Mucuripe, Varjota, Papicú o ritmo das construções cresce dia a dia, e a faixa da Praia do Futuro não seguia, nem segue em volume de edificações os atuais Usos e Ocupações do Solo da faixa de beira mar no bairro do Mucuripe, tipo de ocupação esta, tão cristalizada no ideário de “progresso” aceito pelo Fortalezense.

Não concordo com o uso indiscriminado dos terrenos da faixa litorânea de nossa cidade, onde as taxas de permeabilidade são cada vez menores, e as

taxas de ocupação e índice de aproveitamento cada vez maior. A tentativa, como Arquiteto e Urbanista, de utilizar todos os elementos técnicos possíveis para discernir vários aspectos não esclarecidos faz parte desta dissertação, com o objetivo de propiciar algumas respostas quanto aos problemas sociais evidentes na área. É como fala o professor (BOZARCCHIELLO, 1994):

[...] Cabe ao profissional, principalmente aquele identificado com as grandes questões sociais, integrado à problemática de seu tempo e de seu espaço, a produção de uma ciência que no mínimo, forneça pistas e direções que vislumbrem transformações sociais [...].

Em função do aspecto paisagístico e da inserção globalizante no "trade" turístico internacional, pergunta-se, por que a Praia do Futuro, não têm o adensamento refletido através de uma maior quantidade de edificações, já que possui tantos terrenos vazios? Por que só os bairros contíguos refletem a lógica dos empreendedores imobiliários e a Praia do Futuro não? Como, através desse estudo, balizar tomadas de decisões políticas e técnicas para uma Praia do Futuro que alcance uma melhor qualidade de vida? Como tornar possível a utilização dos princípios do Desenvolvimento Sustentável? Como era e como é o Uso e Ocupação do Solo da área em questão? Que forças atuaram nas modificações e permanências do atual modelo paisagístico territorial? Quais são os principais impactos ambientais naturais e antrópicos e qual o grau de participação destes impactos no modelo demonstrado na Praia do Futuro?

Enfim, vários questionamentos que surgirão no decorrer da pesquisa onde possa responder com maior fidedignidade, os caminhos para que surjam trabalhos técnicos como tentativa de melhoria desse espaço tão importante de nossa cidade.

Sendo assim, este trabalho será desenvolvido tentando compreender melhor a região, ao analisar os grandes vazios urbanos da área. Posteriormente, analisar a paisagem natural, pois se observarmos a topografia da região veremos que, a começar da zona de ante praia em direção a zona de dunas, o perfil é quase plano, no entanto, existe uma crescente elevação do relevo, para logo em seguida, aparecer uma depressão, que se observa no momento que percorrermos

a Avenida Santos Dumont em direção ao litoral, pois a cidade 2000 especificamente, como cita Lustosa da Costa em sua dissertação de mestrado já fora local de várias lagoas.

A área de 520.819,00m², escolhida para a construção do conjunto, ficava no sítio Cocó, distante do centro da cidade, como também das regiões urbanizadas. Localizado em terreno arenoso de planície litorânea, ficava nas proximidades do rio Cocó e caracterizava-se pela presença de dunas e lagoas, (LUSTOSA DA COSTA, 1988:170).

A relevância do tema existe por um questionamento como Arquiteto e Urbanista, de qual seria a melhor solução para a inserção da população nos vazios urbanos e que ocupações estariam mais bem adaptadas às conseqüências dos fatores ambientais naturais e antrópicos limitantes que serão pesquisados (Mapa II). Enfim, como planejar levando em conta as amenizações de tais fatores. Haja vista que é uma área de concentração de alguns hotéis, de investimento internacional e corresponde à faixa de praia de maior prestígio da capital Cearense.

Fazer a ligação, através deste diagnóstico, com os conceitos do Desenvolvimento Sustentável, também é um desafio, pois o desenvolvimento que se pretende, é aquele onde as comunidades em todas as suas estratificações sociais, possam vislumbrar um meio de modificação da atual prática de desenvolvimento sob a orientação do poder público e entidades não governamentais.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Estudar e Analisar o atual quadro de Uso e Ocupação do Solo da faixa litorânea da Praia do Futuro.

1.2.2 Objetivos específicos

* Investigar a Praia do Futuro através da utilização dos princípios da Dialética e da Análise Sistêmica, como tentativa de respostas aos Usos e Ocupações do Solo na área;

* Estudar a evolução histórica das cidades Brasileiras, desde o contexto europeu do século XV até hoje;

* Analisar através da histórica caminhos para o entendimento da Evolução Urbana do Ceará; especificamente a Praia do Futuro através de pesquisas hemerográficas.

* Trabalhar a pesquisa histórica dialeticamente, investigando prioritariamente nos últimos 40 anos a participação dos agentes dos espaços urbanos na área de estudo e suas transformações.

* Utilizar os instrumentos da interdisciplinaridade, estudando os impactos ambientais no atual quadro de Uso e Ocupação do Solo subsidiando o Planejamento Urbano da área;

* Analisar o atual modelo social, econômico e territorial, buscando causalidades no contraponto presente e passado, entre a área de estudo e outros bairros da cidade.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE E INVESTIGAÇÃO

A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo, um conjunto de fenômenos e processos. Em resumo a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação, como um sistema organizado de proposições, que orientam a obtenção de dados e a análise dos mesmos, e de conceitos, que vinculam seu sentido, (MINAYO, 1994:18-19).

As discussões que predominam na abordagem do uso e ocupação do solo na Praia do Futuro nos remetem a vários questionamentos. De quais foram e quais são os atuais Usos e Ocupações do Solo? Quais seriam os mais indicados Usos e Ocupações do Solo nesta área, em função dos fatores ambientais limitantes? Em que circunstâncias os processos sociais foram determinantes no atual modelo de Uso e Ocupação do Solo? A divisão social de classes reflete a divisão territorial desses espaços? Através destes e outros questionamentos, tenta-se utilizar os princípios da dialética e da análise sistêmica, utilizando observações empíricas, vendo a realidade com suas contradições e tentando compreender esta realidade contraditória e em constante transformação.

Entender dialética é entender a totalidade de um fato, em função do estudo das especificidades, exemplificando: Entender o porque as residências em meio de ruas e em terrenos nas dunas em áreas de proteção ambiental e em terrenos particulares (especificidades)? Esta questão não é respondida por si só, a resposta está na totalidade em que esta realidade está inserida. A resposta está nos processos migratórios do campo para o litoral, ou do litoral interiorano ao litoral da capital, informações estas comprovadas através da historicidade falada pelos ocupantes. No entanto, o fato não é definitivo, pois a dinâmica social através de novos processos sociais, pode permanecer com as hipóteses que buscam propiciar respostas ao fato, ou caminhar para outras hipóteses através do conflito e do contraditório para responder o fenômeno em questão. Falar sobre os conflitos de classes é extremamente importante para a formulação de hipóteses dialéticas sobre as Ocupações e Usos na Praia do Futuro. Luta de classe expressada pelos agentes do espaço urbano (estado, proprietários, vendedores imobiliários, favelados),

observando-se aí as contradições nos aspectos físicos das habitações e nos grandes vazios urbanos, em terrenos pertencentes a poucas famílias em contraponto com os favelados. Para entender melhor as classes sociais e suas contradições na Praia do Futuro é observar as tabelas de índices (Tabela 05 a Tabela 17) no capítulo 5 desta dissertação, onde se determina através do IBGE diferenças nos índices entre a área estudada comparativamente a outros bairros da cidade.

Os conhecimentos mediáticos são de grande importância no pensamento dialético, pois nos faz pensar na formulação de hipóteses e do estudo dos fatores importantes para o pensamento. Sendo assim, a política de emprego e renda, a questão fundiária, a estratégia dos ocupantes profissionais dos terrenos particulares, o abandono do homem do campo, enfim causalidades representativas de mediações específicas para o caso.

O processo dialético ainda é mais interessante quando utilizamos a análise da contradição e dos conceitos de fluidificação, quando observamos que as barracas de praia mudaram quanto a sua estrutura física e de atendimento ao freguês, não deixando de funcionar com o mesmo uso de 40 anos atrás, como diz Konder citando Marx:

O movimento autotransformador da natureza humana, não é um movimento espiritual e sim um movimento material, que abrange a modificação não só das formas de trabalho e organização e prática da vida, mas também dos próprios órgãos dos sentidos: o olho humano passou a ver coisas que não enxergava antes, o ouvido humano foi educado para a música para ouvir coisas que não escutava antes, etc. A formação dos cinco sentidos é trabalho de toda história passada (MARX, apud KONDER, 1998:53).

Em função disso, a análise histórica que é característica das Ciências Sociais está sempre presente no trabalho, pois o materialismo dialético tem como fundamentação a pesquisa histórica; observando a evolução ou a involução da área de estudo, questionando a situação em que se vive. Observando o que era a Praia do Futuro e o que está se transformando, tanto nos depoimentos dos cidadãos comuns, quanto de técnicos, tentarei chegar a impressões, que consubstanciarão hipóteses para possíveis recomendações e premissas. Sendo assim, é necessário sistematizar caminhos de abordagem, conceitos, proposições que direcionem essa dissertação para sua fundamentação.

O objeto das Ciências Sociais é histórico. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído (MINAYO,1993:13).

Nesta abordagem histórica (REIS FILHO, 2001:61), revista a/u, coloca e o pesquisador concorda que: [...] “permitam esclarecer uma referência teórica fundamental: sempre estive estudando o presente e o futuro, nunca estive estudando o passado. Fui buscar no passado lições para o presente e o futuro”.

A Abordagem teórico-metodológica representa a pergunta com que enfoque será dado para transformar em realidade todos os objetivos específicos, explicitados no trabalho, observando através da participação um direcionamento para um desenvolvimento que respeite a população, o meio ambiente, o qual deva ser preservado e que também as instituições identifiquem sua prática administrativa no enfoque dos problemas que serão explicitados com a tentativa da equidade social.

A pesquisa qualitativa surge como tentativa e prática de pesquisa no trabalho, pois sabemos que realidades em atividades sociais são difíceis de serem quantificadas, no entanto junto com dados estatísticos a pesquisa torna-se bem mais embasada, e não é contraproducente o emprego de ambas as pesquisas, até pelo contrário. É como diz (MINAYO, 1993:22):

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos a região “visível”, ecológica, morfológica e concreta a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações das relações humanas, um lado não perceptível, não captável em equações, médias e estatísticas.

É fundamental para melhor embasar hipóteses de determinadas causas, saber dos por quês da Praia do Futuro; termos em mente conceitos básicos em Geografia, que proporcionará a quem lê, melhor embasamento e facilidades nas análises, sendo assim, o conceito de paisagem e espaço são fundamentais no trabalho. Santos (2004) define paisagem e espaço; sendo a paisagem, como um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que

representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Sendo o espaço todas essas formas mais a vida que as anima. Especifica melhor o conceito de espaço quando diz que: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas num quadro único no qual a história se dá”. (SANTOS, 2004:63).

Importante neste estágio termos algumas definições que embasem o trabalho, pois as definições dos aspectos físicos são fundamentais para quem pretenda entender, através da análise sistêmica, a zona litorânea da Praia do Futuro. Daí, através de Moraes (1996) temos: em função da influência da maré, a seguinte classificação da área de estudo: zona de antepraia, que é à parte da zona litorânea sempre coberta pelo mar; a zona de estirâncio que é a zona que é exposta em maré baixa e conseqüentemente recoberta pelas águas da maré alta; a zona pós-praia, que é a zona que está acima da influência da maré alta, ou que é excepcionalmente atingida por ondas de maré alta e ressacas, tempestades, podendo ser chamada também de zona de berma. E finalmente pela classificação que considera a deposição de sedimentos e disposição topográfica, temos as dunas no limite superior do pós-praia, (MORAIS, 1996:195). Essas definições ajudam a estratificar fisicamente os fenômenos ocorridos por todo o trabalho.

Ainda no campo das definições, cabe ainda muito bem, dentro da linha metodológica empregada na dissertação, a definição de paisagem natural pela Geografia Física, como exemplifica (BERTRAND, 1972), quando diz que, o Geógrafo deve considerar, na composição das paisagens, três principais subconjuntos: o potencial ecológico, a exploração biológica e a utilização antrópica. Ele observou que a paisagem é o resultado da interação dialética, entre esses subconjuntos, e que cada paisagem possui formas evolutivas próprias que vão influir na sua constituição e dinâmica espaço-temporal. E que a combinação dinâmica e instável dos componentes naturais e sócio-econômicos inter-relacionando-se em um dado território, faz da paisagem uma unidade indissociável e em constante evolução.

Utilizando-me da contemporaneidade, como reforço a citação anterior, venho a citar as relações dinâmicas entre os processos sociais e ecológicos, representado pela (Figura 02), (COELHO, 2001: 26-27):

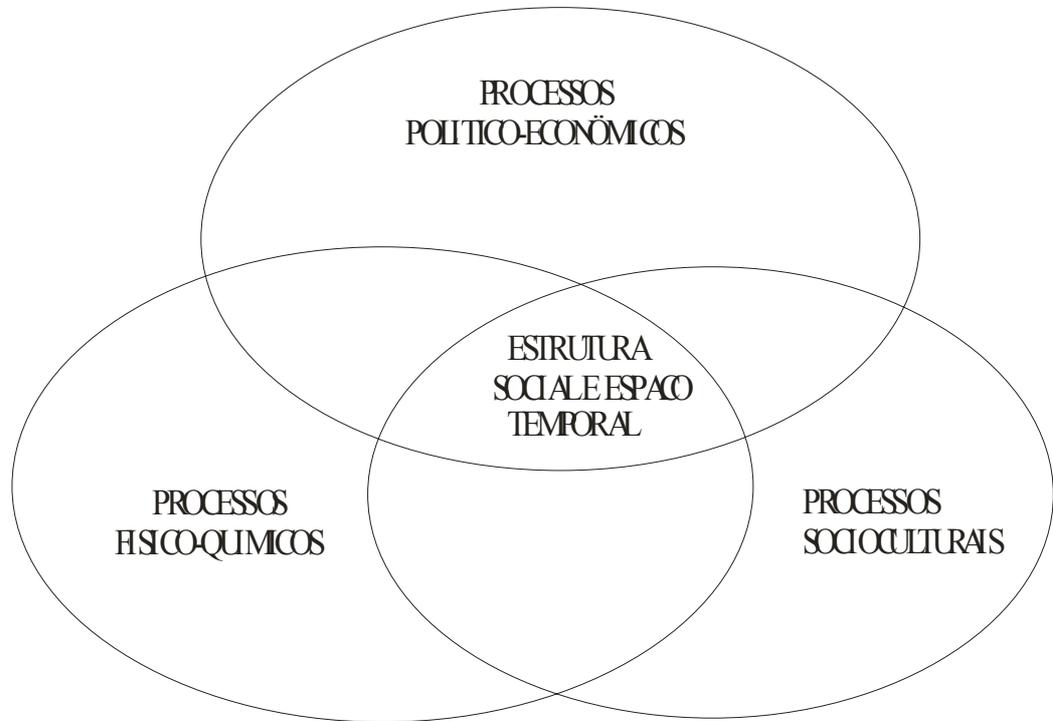


Figura 02- GRÁFICO DA DINÂMICA DOS PROCESSOS

A interseção entre os processos físico-químicos, políticos-econômicos e socioculturais dá origem à estrutura sócio espacial que expressa, conseqüentemente, a maneira como as classes sociais e a economia se estruturam e desestruturam no espaço em face de uma intervenção externa. Toda estrutura sócio espacial é temporal no sentido que a ruptura em cada um dos processos pode dar origem a uma nova estrutura que se manterá relativamente estável até que uma outra estrutura a destrua. Ruptura de causas diversas desencadeiam, portanto, processos de mudanças ecológicas e sociais combinadas, ou seja, impactos ambientais de natureza estrutural, produtores de novas mudanças que afetam de forma diferenciada e não planejadas as estruturas de classes sociais.

Corroborando com a citação anterior e por outro ângulo, analisando através da Geografia Humanística, que avalia a paisagem como conseqüência dos elementos econômicos e culturais da sociedade ao longo do tempo. No entanto, em outras definições mais contemporâneas, em Rocha, (1995), concorda-se quando diz: “A paisagem é fruto da interação dos componentes geológicos, expostos à ação do clima, fatores geomorfológicos, bióticos e antrópicos através do tempo, refletindo

hoje o registro acumulado da evolução biofísica e da história das culturas precedentes”.

Nesse aspecto, a paisagem da Praia do Futuro é analisada também por uma visão sistêmica, utilizando-me de analogia com os estudos de Christofolletti, (1979), onde se destacam as inter-relações entre os elementos naturais (vegetação, insolação, ventilação, correntes marinhas etc.) e os elementos antrópicos (ruas, edificações, sistema de distribuição de água, esgoto e energia etc), com os específicos atributos destes elementos na área de estudo, configurando-se como um sub-sistema do sistema maior que é a cidade de Fortaleza.

Baseado em Christofolletti (1979), caracteriza-se a área, utilizando-se o critério funcional, como um sistema aberto, pois constantemente ocorre perda e entrada de energia e matéria. “O mesmo ocorre levando-se em consideração à complexidade estrutural, quanto se caracteriza como sistema morfológico e aberto por distinguir, medir, correlacionar variáveis geométricas de composição da área de estudo”, (CHRISTOFOLETTI, 1979:15).

Essa análise sistêmica não se limita apenas aos aspectos naturais, como foi colocado anteriormente, pois também como fala (SANTOS, 2004:149) o estudo representa o encadeamento social e é também explicado quando se observa os eventos sócio-econômicos acontecidos, dizendo: “Os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos - verdadeiros “situações”. Também afirma que: “[...] a noção de evento pode representar na contribuição da geografia à formulação de uma teoria social, através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunto de cada lugares [...]”, (SANTOS, 2004:155).

Importante no estudo é quando analisamos a territorialidade da Praia do Futuro, observando os campos de força atuando principalmente no aspecto habitacional, refletido principalmente nas favelas, em contraste com os edifícios multifamiliares. Também, não se podem esquecer os conflitos crescentes dos barraqueiros com os ambulantes, onde os territórios são definidos e a busca por sobrevivência faz com que estes ambulantes, gradativamente estacionem seus

produtos em frente a essas barracas, criando um concorrência cada vez maior. Também os barraqueiros medindo forças com a União e Prefeitura Municipal de Fortaleza enfim, a Praia do Futuro é repleta de “lócus” de conflitos, conflitos estes representativos da desigualdade social típica dos países subdesenvolvidos.

Como coloca (SOUZA, 1985:86): “O território será um campo de forças, teia ou rede de relações sociais a par de suas complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite, uma diferença entre nós, o grupo, os membros da coletividade e os outros (os de fora, os estranhos)”.

Sendo os critérios de afinidade e identificação que farão com que este grupo ou aquele esteja unido ou desunido, mesmo que na Praia do Futuro, como sabemos, eles lutem para ocupar seus espaços na maioria das vezes, de uma maneira irregular. Deve-se analisar até que ponto essas ocupações são resultantes de desconhecimento, por parte deste grupo ou da omissão dos poderes públicos na aceitação da permanência no local.

A territorialidade passa a ter conceito de lugar na medida em que os freqüentadores das barracas dividem-se de acordo com algumas características peculiares, sendo assim: pelo poder financeiro, ou preferência sexual, ou de um estado de origem (gaúchos), ou por faixa etária. Espaços são ocupados e na dinâmica transformadora que existe são muitas vezes modificados. Estas pessoas ocupam um lugar, como objeto de uma razão local e global, pois na medida em que músicas e hábitos estrangeiros provenientes dos proprietários de outros estados transformam as barracas de praia em um território seu, passa haver uma integração entre o global e o local, entre o seu mundo e o local, perpassando uma identidade mista para os freqüentadores. Ainda quanto aos proprietários, pela constante luta para manter-se no local, podemos definir as suas barracas como seus territórios, e estas barracas também assumindo como elementos físicos identitários da orla de Fortaleza, cada vez mais aceitas.

No campo das definições, entendo que estudar os Usos e Ocupações do Solo é procurar analisar estes Usos e Ocupações não só na cidade, mas também no campo, e de uma maneira simultânea. No entanto o estudo no campo foge aos

objetivos específicos deste trabalho, porém na cidade onde se insere a Praia do Futuro é determinante sua compreensão.

É necessário inicialmente definir os conceitos básicos de Uso e Ocupação do Solo, para melhor discernimento para quem começa a se apropriar desses estudos. Um dos grandes problemas é quanto às leis urbanas que são bastante complexas para os cidadãos e pela sua complexidade influencia na não incorporação pela comunidade. Concorde-se com Ferrari (1991), quando define:

O uso do solo urbano deve ser definido segundo a predominante atividade de seus equipamentos. Os usos do solo urbano podem ser assim classificados, genericamente em: usos residenciais, industriais, comerciais, institucionais (públicos e privados), áreas de circulação e área vagas (públicas ou privadas: próprias ou impróprias do solo urbano). Tais usos preenchem todo espaço urbano em diferentes proporções de área. Essas proporções variam no tempo e no espaço e de conformidade com a função predominante na cidade, (FERRARI, 2001:320).

Portanto, quando se fala em Uso significa qual a tipologia de edificação que será construída em determinado espaço (terreno), submetendo-se as normas do que pode ser feito, residências, comércios, indústrias, clubes, enfim uma gama de atividades. Já a ocupação define-se, de como a edificação determina de que forma e quanto estas construções ocuparão dos terrenos, se 40%, 80%, enfim, utilizando-se de instrumentos numéricos que constituem parâmetros documentais de difícil entendimento, portanto acessível apenas a alguns privilegiados que muitas vezes utilizam estes conhecimentos como moeda econômica e política. A alteração da legislação acentua mais ainda a desigualdade existente na cidade, pois na maioria das vezes por má fé e casuismo esta lei é modificada sem nenhuma preocupação com a cidade em seu todo.

Tradicionalmente a LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo), que é uma das leis que compõem o PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) trata do zoneamento da cidade utilizando-se de normas para as edificações, que procuram estabelecer parâmetros detalhados da relação entre a edificação no terreno onde está construída (reco, taxa de permeabilidade, taxa de ocupação) e seu entorno (altura das edificações, tamanho da quadra, tamanho do passeio). Essa concepção de zoneamento tem como objetivo evitar os usos conflitivos, tipo uso habitacional e

industrial, uso de lazer e comercial nas mesmas quadras. Essa gestão do espaço urbano divide a cidade em várias categorias para cada tipo de zona. Sendo que essas zonas diferem-se uma da outra pelo adensamento que possuem, portanto, muitas vezes a lei é apenas para consubstanciar já um fato existente e não de se utilizar à lei como indutor ou desconcentrador de atividades.

A prática do zoneamento tradicional cria monopólios fundiários, exemplificando, pois em áreas onde se determina somente comércio tende a ser mais valorizada para esse fim, muitas vezes impedindo a realização de outros empreendimentos. Falar em LUOS é necessário também falar na lei de parcelamento do solo, pois ambas estão imbricadas, pois as edificações previamente estão inseridas em um tipo de dimensionamento de lote. Muitas vezes, por este dimensionamento e localização, ocorre segregação, pois os ricos normalmente estão em áreas mais acompanhadas pela legislação restritiva e com lotes maiores, com padrão de adensamento menores e pouco tráfego, diferentemente dos pobres que estão longe das oportunidades de emprego, em terrenos que mesmo com a possibilidade da ocupação a baixo custo pelo preço dos lotes, normalmente não propiciam qualidade de vida. Por conta destes fatores, novas tendências estão sendo apresentadas na utilização da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a tendência à utilização de Unidades de Vizinhança, onde cada indivíduo, na medida do possível esteja morando próximo a seu trabalho, a áreas de lazer, equipamentos comunitários (posto de saúde, escola), criando-se assim cidades polinucleadas onde o acesso a essas atividades seja mais fácil possível. Essa política da multicentralidade e mistura de usos é menos rígida e incentiva a prática da cidadania e convívio social. É como coloca Ferrari (1991), quando fala das Unidades de Vizinhança:

Dos escalões urbanos, a unidade de Vizinhança por assemelhar-se, estruturalmente, ao tradicional bairro e por comportar, até certo ponto, uma vida autônoma tornou-se o núcleo básico da cidade polinucleada. A unidade de vizinhança é predominantemente residencial é definida e delimitada, por seu equipamento básico: a escola primária (criança de 7 a 14 anos). Outro equipamento importante na Unidade de vizinhança é o comércio local representado, modernamente, pelo supermercado, (FERRARI, 2001:300).

[...] a cidade polinucleada derivou do Urbanismo orgânico através da criação dos escalões urbanos. Sua unidade básica é o bairro ou unidade de vizinhança. A estrutura polinucleada permite uma distribuição mais uniforme dos equipamentos comunitários a toda a população, embora não restitua a família urbana o modo de vida de grupo comunidade, ou seja, não restabelece o espírito comunitário. A cidade polinucleada dá ao

planejamento Urbano uma escala humana dificilmente encontrável sem ela.
(FERRARI, 2001:309)

Uma legislação menos detalhista e uma incorporação pela iniciativa privada dos custos da urbanização fazem parte das novas concepções dos Planos Diretores. Mecanismos que diminuam o ônus do estado em resolver o problema de acesso a terra e a habitação, definição de áreas possíveis de adensamento no sentido da otimização da infra-estrutura urbana são medidas inovadoras nos novos Planos Diretores.

Como grande ajuda na consecução desta nova prática tem a Lei Federal 10257 de 10 de Julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Brasileira e estabelece parâmetros e diretrizes da política urbana no Brasil, que a lei que institucionaliza o Estatuto da Cidade. Maiores detalhes sobre o Estatuto da Cidade no capítulo 4 dessa dissertação, onde alguns instrumentos urbanísticos são explicitados no item Legislação.

2.1 Tipos de análises

Na pesquisa de campo e nas entrevistas quanto ao Uso e Ocupação do Solo na Praia do Futuro, é utilizada uma abordagem interdisciplinar, pois as conseqüências mostradas na área em questão possuem causalidades em diversas disciplinas acadêmicas: do Direito, Sociologia, Engenharia, Turismo, Ecologia, Geografia, Paleontologia, Arquitetura, Urbanismo, Oceanografia, Biologia, todos contribuindo em diferentes escalas, para a abordagem e caminhos para a proposição de hipóteses. “A problemática ambiental irrompeu com a emergência de uma complexidade crescente dos problemas de desenvolvimento, exigindo a integração de diversas disciplinas científicas e técnicas para sua explicação e sua resolução”, (LEFF, 2001:200).

Pela complexidade da análise, a visão holística é necessária, pois os diálogos entre as disciplinas farão aparecer discrepâncias que proporcionarão uma visão mais rica do fato, pois as dissidências na visão de cada disciplina, confirmarão pontos interessantes na dialética dos fatos. Novas hipóteses poderão surgir a partir

de visões contraditórias e não de verdades absolutas, que uma disciplina por si só, não conseguiria propiciar.

A interdisciplinaridade emerge de um jogo de poder e interesse, que parte de visões diferentes que formatarão novos conceitos e também novas conclusões. Assim, a Praia do Futuro, a partir da visão das diversas disciplinas, poderá junto com as concepções sistêmicas e dialéticas, consubstanciar uma análise mais embasada, na tentativa de não deixar nenhum aspecto que envolve a área em questão a margem de hipóteses mais fáceis de serem comprovadas. Daí se conclui a importância da interação entre o Planejamento Urbano e a Gestão Urbana, na visão de cenários futuros e a questão do dia-a-dia, configurando-se assim a importância da interdisciplinaridade como ciência social aplicada.

Com tantas disciplinas interagindo para termos uma visão, o máximo possível real, mostra-se que o enfoque ambiental (Natural e Antrópico), seguirá uma metodologia de abordagem sistêmica e dialética. Sistêmica, pela definição de elementos e atributos destes elementos na área em questão, pois quando analisamos a ventilação, as correntes marinhas, a vegetação, insolação, sabe o quanto estes elementos são definidores no padrão da paisagem e do conseqüente modelo de Uso e Ocupação do Solo da área. Quando analisamos os acontecimentos sociais, através da pesquisa histórica, estamos também estudando eventos que proporcionaram este encadeamento atual, refletidos no espaço urbano, e que foi conseqüência de fatores determinantes dos grupos sociais pretéritos.

O processo de retroalimentação é muito presente, pois na medida em que o espaço geográfico da Praia do Futuro é modificado antropicamente, por todos esses anos, observamos modificações evidentes, naturais e antrópicas neste mesmo espaço. Assim sendo e exemplificando: Em função do quebra-mar na proteção do na praia do Titã, gradativamente acontece um assoreamento, mesmo lento, a começar no bairro do Serviluz, acontecendo um aumento pouco a pouco da faixa de praia sobre o mar em toda a extensão da área de estudo. Fato esse, baseado em depoimento dos barraqueiros que moram e trabalham na área por muitos anos e também nos escritos de (MEIRELES & SILVA & RAVENTOS, 2001), quando dizem que a partir da Construção do molhe na praia do titã, há 35 anos, houve interferência

na dinâmica morfogenética da Praia do Futuro. Essa estrutura de engenharia, com a retenção de grandes volumes de sedimentos ocasiona um engordamento do prisma praias nas proximidades do bairro Serviluz em função da acumulação de sedimentos na zona de berma das praias do sudeste.

Essas modificações comprovam o quanto à visão metodológica sistêmica e dialética é rica na análise dos fatos. Este fenômeno é muito importante no aumento da zona de estirâncio em toda a Praia do Futuro, além de aumentar a zona de berma, crescendo a distancia entre as barracas e a linha de água.

Outro exemplo de retroalimentação no encadeamento sistêmico da área de estudo, é o que mostra a maresia na área, pois em função dos fortes ventos, principalmente proveniente do Leste, demonstrada pelo anemograma dos ventos; quando a velocidade chega no mês Agosto a 35,1 km/h (FUNCEME, 1998). Esses ventos em direção a faixa costeira trazem grande quantidade de partículas de cloreto de sódio em suspensão, acontecendo o fenômeno da maresia. Essa maresia é uma das hipóteses mais fortes da não ocupação da área de estudo, como esperado. Por essas interações é que observamos como o atual espaço urbano é ocupado fisicamente e que somando a definição de apropriação antrópica, temos como consequência, o atual modelo de ocupação, com falhas e necessitando de amenizações e de soluções.

As relações, para definição dos Usos e Ocupações, também são dialéticas, na medida em que os atores da área em questão, disputam suas permanências e suas atividades no local e tentam constantemente transformar em seu proveito, o local. Considerando que o espaço urbano é o reflexo físico da prática social, ao demonstrar, através das formas espaciais, a estrutura social de classes, observa que a ocupação da Praia do Futuro é profundamente desigual, pois afinal, reflete o sistema capitalista periférico que vivemos.

Tentarei neste estudo, descobrir e estudar os processos espaciais que são fundamentais no entendimento dos processos sociais e vice e versa, como causa das formas espaciais, com nos diz, (CORREA, 2002:36), que coloca: “Entre processos sociais, de um lado, e as formas espaciais, de outro, aparece um

elemento mediatizador que viabiliza que os processos sociais originem as formas espaciais. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo”.

Nesse recorte físico da área, definido pelo sistema econômico vigente, pelos agentes do espaço urbano, expressa, através de uma divisão social do trabalho, uma impossibilidade de respostas aos processos migratórios, à divisão social da renda de maneira justa, enfim demarca especificidades expressas na territorialidade do solo. Essa desigualdade, expressada principalmente na zona pós-praia, representada pelo loteamento da imobiliária Antônio Diogo, através de ocupações irregulares ao longo dos tempos e das ocupações na zona de dunas que percorrem toda a Praia do Futuro, nos remetem a outro questionamento, de como o poder público nunca, de fato impediu a ocupação, que atualmente acontece celeremente.

O estudo desenvolverá, considerando os campos de conflito, a observação dos agentes possíveis do espaço urbano presentes: proprietários de hotéis, restaurantes, barracas, famílias detentoras da maior parte dos terrenos, barraqueiros, favelados, moradores, ambulantes, o Estado, o Município, a União. Agentes do espaço urbano que deveriam cada vez mais, por iniciativa do poder público e própria, praticar atitudes em que o consenso predominasse, infelizmente não o fazem, e se o fazem não realizam de uma maneira coordenada. Estas práticas urbanas só podem trazer bons frutos se estes agentes do espaço citados anteriormente, participarem de consensos, pois muito das ocupações irregulares é em função da política do governo de não melhorar a renda da população e também de omissão, especialmente da Prefeitura Municipal de Fortaleza, nos últimos tempos, da utilização de instrumentos legais de proteção ambiental.

Esses processos sociais refletem-se em formas espaciais típicas, principalmente na zona de dunas, onde inicialmente aconteceu o processo de auto-segregação, aliado ao fator de descortinar a paisagem, pela classe social de alto poder aquisitivo. Essa classe tentou estabelecer-se longe das favelas, que ficavam inicialmente nas ruas próximas as avenidas Dioguinho e Zezé Diogo, próximo à zona de estirâncio. Gradativamente, porém juntaram-se à “classe mais alta”, pois

passaram também a ocupar o local do alto das dunas, ocupando ruas e terrenos particulares, com a omissão do poder público, configurando-se comprovadamente assim uma barganha política, “de fechar os olhos” para as ocupações em troca de votos. Melhores detalhes sobre o fato no Capítulo 4, onde vários depoimentos foram proferidos.

É como coloca Valls (1994), questionando se: “O Estado na verdade é ponto neutro que realizaria o progresso de uma nação em função de uma filosofia de igualdade ou seria este Estado elemento a serviço de uma classe a que ele fosse ligado?” É também como cita (CLAVAL, 2000:159), quando coloca referindo-se ao estado e a sociedade civil nos regimes liberais na França do século XIX, que nos lembra fatos recentes, quando se referia as vantagens que as primeiras companhias comerciais possuíam na França em relação à concorrência dos pequenos produtores e dos produtores estrangeiros, e que cabe perfeitamente neste momento: “A concessão dessas vantagens não era compatível com a filosofia igualitária e não-intervencionista do Estado Liberal, que assim estava mobilizando o poderio público a serviço de interesses privados”. Diz também: “O estado tem como grande preocupação à igualdade das oportunidades oferecidas a todos: sua tarefa essencial é instituir um sistema onde as desigualdades espaciais naturais são abolidas pela ação da administração”, (CLAVAL, 2000:170). No caso específico, a classe favorecida são os políticos da área que propiciam apoio institucional ao Prefeito e não a população necessitada de habitações condignas.

A dissertação utiliza o referencial teórico da busca de caminhos para o Desenvolvimento Sustentável, como uma realidade melhor, sabe-se que esta procura a ser seguida não é fácil. O enfoque no desenvolvimento sem a participação é uma prática ainda atual, no entanto o vislumbrar e o querer uma prática diferente faz parte deste trabalho. Daí entendo e concordo com (LEFF, 2001:57).

O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para ordenamento ecológico e da descentralização territorial da produção”. Neste sentido, oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem a participação direta das comunidades na apropriação e as transformações de seus recursos ambientais”.

Sendo assim, a participação como uma técnica praticada não dá a certeza de problemas resolvidos. No entanto, cria caminhos para uma melhor qualidade de vida e o atendimento das necessidades materiais, sociais do indivíduo e da sociedade.

Ao utilizar-se do referencial teórico da sustentabilidade como objetivo, tentarei conciliar os contrários; o desenvolvimento econômico com o meio ambiente, onde a tecnologia, o saber autóctone, daria o caminho para a tentativa de amenizar problemas ambientais, tipo: devastação de dunas e mangue, poluição de lençol freático, areia sobre residências e outros impactos ambientais que a pesquisa determinará em uma tentativa de diminuição dos efeitos da degradação na área de estudo. Esta postura dialética na questão ambiental tentará mostrar caminhos que as técnicas de pesquisa, confirmarão ou não.

2.2 Procedimentos de investigação

O estudo sobre a Praia do Futuro, buscando dirimir algumas questões relacionadas com o atual modelo de Uso e Ocupação do Solo, segue alguns procedimentos, que são típicos de uma abordagem que se pretende, como já foi dito anteriormente, que seja interdisciplinar, assim sendo: Começa-se através de observações de ordem sistemática; tentando detalhar determinados fenômenos e situações através de um roteiro de abordagem, onde tópicos importantes pesquisados servirão para confirmar ou não, determinadas hipóteses. Sendo assim, a observação busca discernir quem são os agentes dos espaços urbanos e quais são seus comportamentos, afim de que se possa graduar a relevância destes atores no atual Uso e Ocupação do Solo.

Nessas observações vê-se o descaso da população de baixa renda com o ambiente vivido, em função da falta de identidade com a área e ausência de Educação Ambiental. A maioria dos habitantes que moram em meio de ruas e áreas de preservação são provenientes do interior do estado, ou filhos destes e ainda não se apropriaram do espaço como definitivamente seu, até porque são terrenos que

nunca lhes pertenceram legalmente, pois estes terrenos são de gerenciamento do poder público e de particulares. Isso se deve ao fato que muitos desses ocupantes ocupam terrenos da imobiliária Antônio Diogo (terrenos particulares), de áreas de preservação no alto das dunas, margem do rio Cocó (prefeitura municipal) e faixa de praia (terrenos da união).

Necessário seria a maior participação do estado na resolução dessa problemática, junto com uma inserção da Educação Ambiental. No entanto, não acredito que seja objetivo desse trabalho detalhar princípios de Educação Ambiental. A título de exemplificação, temos na comunidade do Caça e Pesca um movimento da conquista através do usucapião coletivo urbano de várias quadras, onde se situa boa parte da comunidade. Situa-se através do recorte físico entre a faixa de preservação permanente do rio Cocó até a chamada favela da Embratel, atrás do Cube da Petrobrás. Será a primeira ação de usucapião coletivo urbano do Brasil com grande possibilidade de êxito. Como falado anteriormente, os atores sociais, de maneira extrema, atuam na área, de um lado os da classe privilegiada se auto-segregam, em cima das dunas rodeados de grandes muros, conforme (Figura 03). Enquanto os pobres são segregados pela população de maior poder aquisitivo.

Interessante observar que a segregação dos mais humildes vem também dos próprios pobres que já incorporaram uma pequena melhoria em seu padrão de vida e assumem posições preconceituosas em relação aos ocupantes mais pobres. A externalização deste tipo de conflito é facilmente observável através de entrevistas, principalmente quando essas entrevistas são de caráter individual por parte do pesquisador.

Entender a Praia do Futuro é proceder com isenção nas entrevistas e paciência, pois gradativamente a população de baixa renda passa a acreditar no trabalho do pesquisador, deixando de olhá-lo com desconfiança. Em função disso o entrevistador deve assumir uma postura ética e imparcial, sendo o máximo possível apartidário para entender o jogo dialético das mudanças de opinião e quais interesses, que muitas vezes servem subliminarmente essas opiniões.



Figura 03- OCUPAÇÃO NO ALTO DA DUNA POR MANSÕES E FAVELA DO LUXOU
FONTE: DO AUTOR 23/05/04-

Enquanto os favelados são segregados pela retirada da possibilidade de condições de sobrevivência melhor. “A população de baixa renda internalizou a inclusão perversa no urbano, ou seja, está incluída como força de trabalho ou como mão-de-obra, mas é negada como residente permanente, como presença integral na cidade”, (PELUSO, 1997:237). Concorde-se com essa afirmativa, pois mesmo favelados, em sua maioria não estando inseridos no mercado de trabalho, ocasionalmente podem estar, é o caso do exército de trabalhadores de reserva comentado por Marx. Esta visão dialética do fato atua por toda a extensão da área de estudo, expressadas através dos contrastes das habitações.

O trabalho segue na observação do cotidiano dos barraqueiros e seus funcionários que na sua maioria moram na área. Os turistas, em sua visão entorpecida da Praia do Futuro, os moradores e seus espaços de lazer, que não se restringem somente à praia, todos esses estão sendo observados e inquiridos sobre como se apropriam da área de estudo. Como poderia ser melhor a Praia do Futuro? Esta pergunta acompanha todas as entrevistas para todos os atores sociais

pesquisados. Mesmo considerando que o local melhor é relativo a cada pessoa em diversas épocas de sua vida, pois para um retirante da seca, e a maioria dos ocupantes das favelas no local configuram-se assim, o local de onde vieram é um local pior de que permanecer em uma casa de papelão e chapas de alumínio na capital, pois pelo menos vêem a esperança possível de melhorias nessas áreas em relação de onde vieram. Opiniões coletadas em entrevistas no trabalho com moradores das favelas do Coração e Luxou demonstram tais afirmações. No entanto, sobre “local bom” afirma, Lynch:

Um local bom é aquele que, de algum modo adequado à pessoa e à sua cultura, consegue tornar essa pessoa consciente de sua comunidade, do seu passado, da teia da vida e do universo do tempo e do espaço em que estes se integram. Estes símbolos são específicos da cultura em causa, mas também assentam em experiências de vida comum como o calor e o frio, o seco e o molhado, o escuro e o luminoso, o alto e o baixo, o grande e o pequeno, o vivo e o morto, o movimento e a quietude, o cuidado e a negligência, o limpo e o sujo, a liberdade e a restrição, (LYNCH, 1981:147).

No entanto, como haver um local bom se a maioria da população da Praia do Futuro não têm segurança quanto a emprego? E muito menos, por ocuparem locais indevidos pela legislação, em áreas de dunas, não incorporaram o bairro como sendo seu e, portanto, impossível de sentir e criar símbolos identitários e segurança para investir. Além disso, como atuar em uma cidadania plena, se assim como os infratores do presente, no passado também foram pessoas que agiram da mesma maneira como os novos ocupantes da área? Utilizando-se da necessidade de um lugar para morar, independentemente, se no meio de rua, em faixa de praia, terreno particular, ou área de preservação ambiental, ocupantes aumentam cada vez mais na área. Como dizer que a Praia do Futuro é um local bom de morar se o direito de ir e vir é prejudicado com ruas fechadas e o poder público ausente nas questões mínimas de educação, saúde, habitação e principalmente emprego? Mesmo considerando, como dito anteriormente, que para algumas pessoas que não tem nenhum referencial de moradia e cidadania, este lugar, com todos os problemas colocados anteriormente ainda reflete esperança, pois há exemplos de amigos e parentes que obtêm sucesso na capital. Portanto, a busca através da pesquisa de caminhos da compreensão e melhoria do estado atual da Praia do Futuro será o objetivo a ser perseguido em cada ação.

As observações quanto aos aspectos naturais são de grande importância, captando até que ponto, fatores físicos limitantes foram determinantes para o atual quadro de abandono da área. A citação da maresia como especulação ou realidade, e o que isto está gerando quanto à modificação da paisagem será buscada neste estudo. Já nos impactos antrópicos, a pergunta se os grandes índices de violência confirmam-se ou não? A dificuldade da permanência de arborização como causa e consequência para o desestímulo a urbanização na área, o assoreamento lento e quase imperceptível da Praia do Futuro, a partir do bairro Serviluz, problema mais visível da grande quantidade de areia sobre as casas, principalmente nos últimos meses do ano. Analisando isso e buscando cenários, quais as perspectivas no caso de continuar estas intervenções antrópicas e naturais no espaço para o atual modelo de Uso e Ocupação do Solo? Ou por outra, em caso de não surgirem medidas de melhoria, quais serão as perspectivas da Praia do Futuro?

O estudo é uma tentativa de compreender até que ponto, causa é consequência e consequência é causa. Exemplificando melhor, os barraqueiros não investiam em um melhor atendimento nas barracas por não terem clientes, ou não existiam clientes por não existirem barracas de bom padrão de atendimento? Esta relação é clara, pois na abordagem sistêmica a lei de causa e efeito é presente, pois se as barracas de praia, com sua vegetação e construção, evitam parcialmente que a areia avance nas pistas da Zezé Diogo e Dioguinho, em contrapartida estas barracas poluem o lençol freático, observando-se aí a questão da causa e consequência em dois exemplos entre outros que serão demonstrados no decorrer do trabalho.

Concomitantemente a essas observações em relação à Praia do Futuro, foram realizadas pesquisas de como abordar metodologicamente os fatos, incluindo as concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que possibilitaram a construção deste trabalho.

A situação da área de estudo através de suas especificidades históricas foi determinante de um grande eixo de pesquisa. Resgato através de livros e principalmente jornais, a Praia do Futuro, quando era considerada apenas uma possibilidade, a "Futura praia de banho" O POVO, 12/11/1948.

A observação transcendeu a Praia do Futuro e passou para os bairros limítrofes, como busca de referenciais que pudessem ajudar a elucidar a questão. Sendo assim a Beira-Mar, Papicú, Varjota, Meireles, Cidade 2000, Vicente Pinzón, Mucuripe, Cais do Porto, todos contribuíram para a formulação de hipóteses, conforme observado em trabalho de campo. A área de estudo e os bairros de Fortaleza (Figura 04). Procurei ligar fatos recentes a fatos do passado que nestes últimos 40 anos repetiram-se, pois Marx afirma:

Que não reconhece nenhum aspecto da realidade humana situado acima da história ou fora dela; mas admite que determinados aspectos da realidade humana perduram na história. "Exatamente porque o movimento da história é marcado por superações dialéticas em todas as grandes mudanças há uma negação, mas ao mesmo tempo uma preservação"(MARX, apud KONDER, 2004:53).

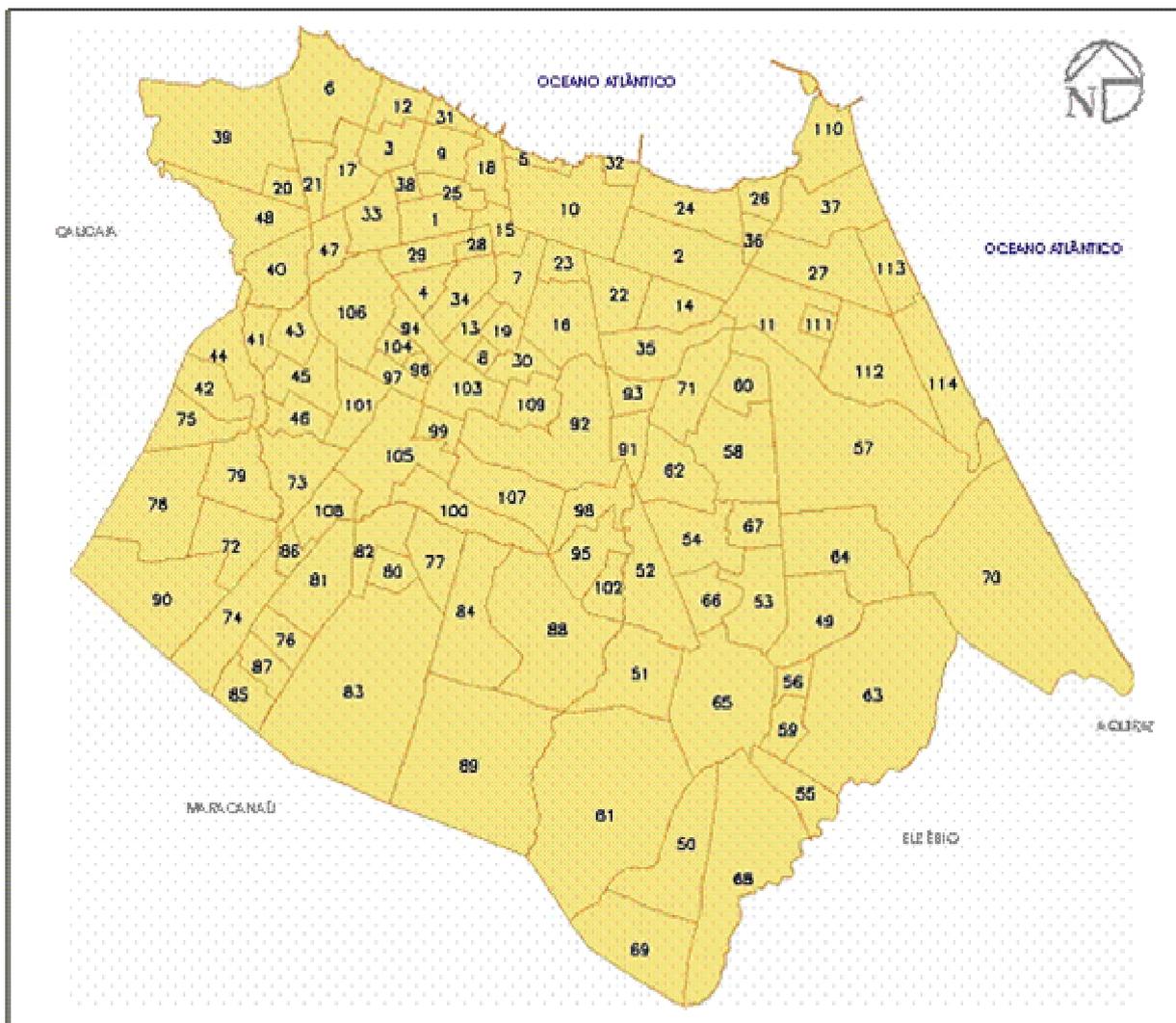


Figura 04
FONTE: SEINF-PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

1 Alagadiço	<u>36- Varijota</u>	71- Salinas	106- Pici
2 Aldeota	<u>37- Vicente Pinzón</u>	72- Bom Jardim	107- Serrinha
3 Álvaro Weyne	38- Vila Ellery	73- Bom Sucesso	108- Vila Pery
4 Amadeu Furtado	39- Vila Velha	74- Canindezinho	109- Vila União
5 Moura Brasil	40- Antônio Bezerra	75- Conjunto Ceará 2	<u>110- Cais do Porto</u>
6 Barra do Ceará	41- Autran Nunes	76- Conjunto Esperança	<u>111- Cidade 2000</u>
7 Benfica	42- Conjunto Ceará 1	77- Dendê	<u>112- Dunas</u>
8 Bom futuro	43- Dom Lustosa	78- Granja Lisboa	<u>113- Praia do Futuro 1</u>
9 Carlito Pamplona	44- Genibaú	79- Granja Portugal	<u>114- Praia do Futuro 2</u>
10 Centro	45- Henrique Jorge	80- Jardim Cearense	
11 Cocó	46- João XXIII	81- Manoel Sátiro	
12 Cristo Redentor	47- Padre Andrade	82- Maraponga	
13 Damas	48- Quintino Cunha	83- Mondubim	
14 Dionísio Torres	49- Alagadiço Novo	84- Parque dois Irmãos	
15 Farias Brito	50- Ancurí	85- Parque Presidente Vargas	
16 Fátima	51- Barroso	86- Parque São José	
17 Floresta	52- Cajazeiras	87- Parque Santa Rosa	
18 Jacarecanga	53- Cambeba	88- Passaré	
19 Jardim América	54- Cidade dos Funcionários	89- Prefeito José Valter	
20 Jardim Guanabara	55- Coaçu	90- Siqueira	
21 Jardim Iracema	56- Curió	91- Aerolândia	
22 Joaquim Távora	57- Edson Queiroz	92- Aeroporto	
23 José Bonifácio	58- Luciano Cavalcante	93- Alto da Balança	
<u>24 Meireles</u>	59- Guajerú	94- Bela Vista	
25 Monte Castelo	60- Guararapes	95- Castelão	
26 Mucuripe	61- Jangurussú	96- Couto Fernandes	
27 Papicu	62- Jardim das Oliveiras	97- Demócrito Rocha	
28 Parque Araxá	63- Lagoa Redonda	98- Dias Macêdo	
29 Parquelândia	64- Sapiranga/Coité	99- Itaóca	
30 Parreão	65- Messejana	100- Itaperí	
31 Pirambú	66- Parque Iracema	101- Jóquei Clube	
32 Praia de Iracema	67- Parque Manibura	102- Mata Galinha	
33 Presidente Kennedy	68- Paupina	103- Montese	
34 Rodolfo Teófilo	69- Pedras	104- Pan Americano	
35 São João do Tauápe	<u>70- Sabiaquaba</u>	105- Parangaba	

Mesmo com todas as suas contradições, a Praia do Futuro atualmente, em função de uma grande demanda turística de nosso estado, está sendo mais utilizada, fazendo, portanto parte, da passagem da quantidade para a qualidade, pois existiram períodos de uma ocupação mais lenta (1985-1995), diferentemente do momento atual, onde três grandes empreendimentos multifamiliares estão sendo negociados na área, além de empreendimentos hoteleiros. Sendo assim, os problemas estão adquirindo uma magnitude cada vez maior, com difíceis soluções, pois na medida em que aumenta a concentração, a probabilidade dos conflitos é

maior. Estarão sendo utilizados procedimentos de investigação baseados em entrevistas formais e informais, no sentido de captar as necessidades e sugestões da população.

Como importante coletor de informações foi estabelecido a utilização da entrevista orientada, com perguntas padronizadas e algumas específicas ao entrevistado, com o objetivo de compreender o que pensam alguns atores sociais sobre a Praia do Futuro, estabelecendo expectativas e diagnóstico a respeito. Mesmo assim, algumas entrevistas também foram informais no sentido de mesmo com um roteiro, descontrair a conversa para propiciar mais informações por parte do entrevistado. Foi utilizado um gravador e explicado ao entrevistado sobre a qualidade e resultados melhores que seriam obtidos como o uso do aparelho, posteriormente, depois de escutar algumas vezes, a entrevista era transcrita e catalogada.

Na seqüência, apresento perguntas básicas que nortearam inicialmente a entrevista com alguns atores sociais. Para alguns síndicos dos edifícios multifamiliares, em função desses representarem a opinião do grupo de pessoas que moram no edifício e estarem mais ligados aos problemas do dia a dia e por extensão do local onde está seu prédio, foram feitas, cinco perguntas básicas entre outras:

- 1) O que têm de melhor e pior na Praia do Futuro?
- 2) Há quanto tempo mora na Praia do Futuro, os funcionários do condomínio, moram onde?
- 3) A maresia realmente existe e se existe, pronuncia-se como?
- 4) O que os poderes públicos fizeram ou fazem pela área?
- 5) Qual é o perfil econômico-social dos moradores do seu prédio?

Para os líderes comunitários, importantes no sentido de captar as angústias dos grupos pobres e excluídos da área e seus sonhos:

- 1) Quais as principais reivindicações da comunidade?
- 2) A associação é ligada a algum vereador ou partido político?
- 3) Quais os trabalhos realizados pela associação e quando surgiu e por que?
- 4) Há quanto tempo os líderes moram na área e as pessoas que moram no local vieram de onde?

5) O que tem de bom e ruim na Praia do Futuro?

Para os turistas, analisando opinião de pessoas de permanência transitória, o que se registra em primeiras impressões:

- 1) O que estão achando da cidade e da Praia do Futuro?
- 2) O que observaram de negativo e positivo?
- 3) Encontrou o que estava esperando ou decepcionou-se?
- 4) Veio da onde?
- 5) Pretende voltar algum dia?

Para os ambulantes, como atores sociais de grande movimentação comercial e habitacional na área, quanto as suas expectativas:

- 1) Qual o maior problema para o ambulante vender?
- 2) Moram aonde? Vieram de algum interior?
- 3) Que tipo de moradia habitam, se for por aluguel quanto pagam?
- 4) Dá para sobreviver pelo que ganham por dia?
- 5) Sabe de ambulantes que gostam de roubar os banhistas?

Para os técnicos (profissionais liberais, professores e funcionários públicos), no sentido de captar através de uma visão acadêmica aspectos que os leigos pouco se detiveram:

- 1) O que acha urbanisticamente da Praia do Futuro?
- 2) Quais os problemas da Praia do Futuro e como poderia melhorar?
- 3) Ponte do rio Cocó e continuidade da Avenida Padre Antônio Tomás melhorarão a Praia do Futuro, a questão do Plano Diretor?
- 4) Possui algum material que possa ser útil para o entrevistador?
- 5) Estudando o histórico do crescimento de Fortaleza, como está inserida a Praia do Futuro?

Para os barraqueiros, como determinantes na paisagem da área através de seus questionamentos jurídicos quanto à propriedade e qualidade das barracas:

- 1) Como está a situação de retirada ou não das barracas?
- 2) A questão do tamanho das barracas e da distância entre elas já foi definida?
- 3) Os poderes público, Prefeitura, Estado o que fazem? Ou que deveriam fazer pelos barraqueiros?
- 4) Onde residem os barraqueiros?
- 5) Quais os principais problemas enfrentados?

Para os comerciantes (comercio local, gerente de hotéis ou pousadas, feirantes, serviços diversificados), importantes na análise da Praia do Futuro com centro de compras e local de hospedagem:

- 1) Quais os principais problemas enfrentados pelos comerciantes?
- 2) Onde moram?
- 3) A família é da Praia do Futuro?
- 4) Como poderia melhorar a área?
- 5) Vieram de onde, são do próprio bairro?

Na tentativa de conhecer a que nível existe o sentimento da maritimidade foram entrevistadas pessoas vinculadas com atividades pesqueiras:

- 1) Se existem pescadores na Praia do Futuro, moram onde?
- 2) Na colônia Z8 quantos são os pescadores cadastrados?
- 3) A vida do pescador mudou nos últimos anos, ou está na mesma?
- 4) Os pescadores vivem da pesca somente, ou tem outra atividade como subsistência?
- 5) O que mudou na Praia do Futuro nos últimos 40 anos?

Importante ressaltar que estas perguntas foram básicas, no entanto, no decorrer da entrevista, outros questionamentos foram feitos, tornando a conversa bastante elucidativa para formulações de hipóteses.

Foram 33 entrevistas realizadas durante os anos de 2003-2005, utilizando-se as perguntas básicas mostradas anteriormente, sendo entrevistados como

demonstrado anteriormente: empresários, professores, barraqueiros, líderes comunitários, favelados, turistas, freqüentadores ocasionais, moradores (síndicos de preferência), intelectuais, em vários locais, na residência, no meio da rua, no calçadão, nas barracas, hotéis, pousadas, possibilitando a construção maior possível de elementos para compreensão. Algumas entrevistas gravadas e outras anotadas, por opção dos entrevistados, pois muitos se tornavam reticentes na presença do gravador.

Pesquisas em órgãos institucionais relacionados com o meio ambiente e planejamento urbano foram efetuadas, no intuito de saber dos poderes públicos, quais seriam as medidas para tentar compreender o problema. Estes órgãos foram IBAMA, SEMAM, SEMACE, UFC, IPECE, organizações não governamentais CEARAH PERIFERIA, LABOMAR, FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER.

Com persistência e objetividade foi possível obter as informações requisitadas. Utilizou-se de mapas, fotografia aérea, fotografias antigas, levantamento aerofotogramétrico, jornais e livros. A apresentação de tabelas estatísticas proporcionou uma maneira de melhor diagnosticar a situação vigente quanto à infra-estrutura e equipamentos urbanos obtidos na Prefeitura Municipal de Fortaleza (SEMAM). Sendo produzido mapa de Uso e Ocupação do Solo (Mapa I) atualmente da área e mapa dos impactos ambientais mais importantes (Mapa II).

A pesquisa por fontes hemerográficas foi realizada no jornal O POVO prioritariamente a partir do ano de 1965, até o ano 2005 (Junho). Também a partir do ano de 1982, como complemento no jornal Diário do Nordeste, até 30 de Junho/2005. As observações, nesses anos em que a pesquisa foi realizada em ambos os periódicos, mostram diferenças, mesmo considerando a similaridade dos temas abordados. A questão barracas de praia foi bastante enfocada pelo jornal O POVO, e se a pesquisa se restringisse apenas a este periódico, o percentual da (Tabela 03), Percentuais por questionamentos específicos pela mídia, colocaria em quantidade de matérias em primeiro lugar esta questão, no entanto juntando-se as matérias do Diário do Nordeste o questionamento mais citado ficou sendo a ausência de infra-estrutura na área. A pesquisa não seguiu apenas o caminho citado

anteriormente, pois algumas matérias foram pinçadas em livros, outras matérias no jornal O POVO de 1948 e 1951.

A pesquisa no jornal O POVO inicialmente foi realizada nas dependências do próprio jornal, no entanto, posteriormente passou a ser realizada em sua maioria, nas dependências da biblioteca pública Menezes Pimentel e na Internet, no site noolhar.com.br. Utilizei-me da pesquisa a cada ano, de no mínimo sete meses dos doze meses do ano, para ajudar a inferir qual seria a abordagem dos assuntos exposta pelo jornal, pois creio que em sete meses alternados é bem possível ter um encaminhamento sobre os assuntos mais importantes referente há um ano na Praia do Futuro, sendo assim, segue o quadro, onde a marcação com o duplo X representa o mês pesquisado:

TABELA 01-

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
XX	XX		XX	1965								
XX		XX		XX		XX	XX		XX		XX	1966
XX		XX		XX		XX	XX		XX		XX	1967
	XX		XX		XX		XX	XX		XX	XX	1968
XX	XX			XX	XX			XX		XX	XX	1969
	XX		XX	XX	XX		XX		XX		XX	1970
	XX	XX		XX		XX		XX		XX	XX	1971
XX		XX		XX		XX	XX		XX	XX		1972
XX	XX		XX		XX	XX	XX		XX			1973
XX	XX			XX	XX	XX	XX	XX			XX	1974
XX		XX		XX		XX		XX		XX	XX	1975
XX	XX			XX		XX	XX		XX		XX	1976
XX			XX	XX		XX	XX			XX	XX	1977
	XX	XX		XX		XX		XX	XX		XX	1978
	XX		XX	XX	XX		XX		XX		XX	1979
	XX		XX	XX	XX		XX	XX		XX		1980
	XX		XX		XX	XX	XX		XX		XX	1981
XX		XX	XX		XX		XX		XX	XX		1882

XX		XX		XX		XX	XX		XX		XX	1983
XX		XX		XX		XX	XX		XX		XX	1984
	XX	XX		XX		XX		XX	XX	XX		1985
XX	XX		XX		XX	XX		XX		XX		1986
	XX	XX			XX			XX	XX	XX	XX	1987
XX		XX		XX		XX		XX	XX		XX	1988
XX		XX		XX		XX		XX	XX		XX	1989
XX	XX		XX	1990								
XX		XX		XX		XX	XX		XX		XX	1991
XX			XX			XX	XX		XX	XX	XX	1992
XX		XX	XX		XX		XX		XX		XX	1993
XX		XX		XX		XX	XX			XX	XX	1994
XX		XX		XX			XX	XX		XX	XX	1995
XX	XX		XX	XX		XX			XX		XX	1996
XX		XX		XX	XX		XX			XX	XX	1997
XX		XX	XX		XX		XX		XX		XX	1998
XX		XX		XX		XX		XX		XX	XX	1999
XX	XX			XX		XX		XX	XX		XX	2000
XX		XX	XX		XX		XX		XX		XX	2001
XX	2002											
XX	2003											
XX	2004											
XX	XX	XX	XX	XX	XX							2005

FONTE: PESQUISA MATÉRIAS JORNAL O POVO

A utilização do jornal O POVO em 7 meses, de 12 possíveis foi até o ano de 2001, no entanto, com objetivo de aumentar mais o espaço amostral a pesquisa foi acrescentada mês a mês a partir de Janeiro de 2002, finalizando em Junho de 2005. Pois dos 474 meses como espaço amostral, que representa 39 anos e 6 meses, com exceção do último ano de 2005, onde a pesquisa foi de apenas 6 meses, 289 meses foram pesquisados. Utilizou-se na pesquisa a tentativa do intervalo entre os meses; por exemplo, ao pesquisar o mês de janeiro,

prioritariamente pesquisava não o mês de fevereiro e sim o mês de março, e assim sucessivamente, ao pesquisar o mês de junho não pesquisava o mês de julho e sim o mês de agosto. Utilizando-se da probabilidade a posteriori (OLIVEIRA, 1999:94) para o evento, considerando evento cada mês pesquisado, onde $P(E)$ é probabilidade do evento (Fórmula 01), temos:

$P(E)$ = Número de ocorrências de meses pesquisados

Número total de meses

$$P(E) = \frac{289 \text{ meses}}{474 \text{ meses}}$$

$$P(E) = 0,6097 \text{ (60,97\%)}$$

Conclui-se com isso, que a busca sobre matérias da Praia do Futuro, observando os anos específicos já citados, foi determinada como resultado de pesquisa em 60,97 % dos meses possíveis do espaço amostral. Acredito que os cinco meses a cada ano que não foram pesquisados, não trarão novidades para elucidação de algum fator ou elemento novo que não tenha sido citado em matérias em anos posteriores e no ano em curso, pois os problemas eram e são cíclicos e voltavam sempre à mídia. Em pesquisa social os números não são muito aplicáveis, no entanto pode ser um norteador de aspectos mais questionados, reivindicados, citados pela mídia local, mídia esta, atuando como elemento de amostra reivindicatória da sociedade e dos padrões comportamentais locais em cada época.

Já no jornal Diário do Nordeste de 1982 ano de sua fundação até o ano de junho 2005, a pesquisa foi de 100% dos dias, configurando um espaço amostral perfeito quanto à possibilidade de nenhum assunto ter fugido ao questionamento da sociedade local e por consequência do estudo do pesquisador. Um grau de dificuldade infinitamente inferior à pesquisa do jornal O POVO, foi no Diário do Nordeste, onde as matérias já estavam separadas por assunto, não precisando, portanto procurar página por página como ocorreu no jornal O POVO.

As amostras dos jornais neste período de estudo são importantes na transformação de uma impressão em maiores indagações, pois se observou que um assunto que surge na mídia como reivindicação, surge em um momento, e fazendo parte de uma história, como citado anteriormente é cíclico, assim algumas vezes volta à mídia em outra oportunidade, às vezes em intervalos de um ano para outro, dependendo do assunto surgem até no próprio mês. Ou seja, pesquisar durante um ano alternadamente em meses, não perde nenhum assunto, pois em um ano esse assunto voltará à imprensa diversas vezes, quando não, no ano seguinte, e em um espaço amostral de 40 anos, com certeza retornou em muitas oportunidades, como será demonstrado nas matérias específicas no Capítulo 4.

O método utilizado para busca das matérias no jornal O POVO foi folheando página por página, priorizando unicamente: a primeira página, a página do editorial ou opinião e por fim as páginas que tratassem da cidade de Fortaleza, onde se procurava mais especificamente sobre a Praia do Futuro.

Quanto à pesquisa histórica em termos gerais, transcendendo a hemerográfica, foi feita a abordagem começando do geral para o específico, sendo assim, o processo de pesquisa da Praia do Futuro, buscou respostas para o modelo atual, começando através dos estudos das grandes navegações (século XV) de uma maneira sucinta. Também quanto à pesquisa sobre a aceitação dos espaços dos mares, antes tão desprezados (século XVII), culminando até a atual situação de Uso e Ocupação do Solo do pequeno recorte físico da área de estudo foram determinantes.

Este trabalho, como dito anteriormente, retrata uma prospecção da Praia do Futuro, prioritariamente a partir do ano de 1965 até o ano de 2005, mesmo considerando este recorte de tempo abrangente, não poderia deixar de fazê-lo sob pena de não interpretar com qualidade seu atual momento. A década de 60 do século passado foi de fato, quando a Praia do Futuro passou a ser motivo de questionamentos por parte da população de nossa cidade, fruto do natural expansionismo da cidade para leste, que já era previsto com o pleno funcionamento do porto do Mucuripe, em finais da década de 50 e da construção do Hospital Geral de Fortaleza e Cervejaria Astra (Brahma) no início da década de 60. A área de estudo cada vez mais passou a ser um local onde a necessidade da presença do

poder público era importante, deixando gradativamente, a partir do início desta década de ser um local distante, para ser uma fronteira a ser alcançada de expansão imobiliária de nossa cidade, melhores detalhes no Capítulo 04 dessa dissertação.

A partir da década de 60 o porto do Mucuripe começou a ser questionado quanto a sua funcionalidade e necessidade de melhorias e a Praia do Futuro (Loteamento Antônio Diogo) junto a ele, passou a figurar na mídia local com mais intensidade, para isso foi muito importante à necessidade de praias com balneabilidade. A colocação nos Planos Diretores à época da incorporação da faixa de praia como algo que já acontecia em outras cidades em desenvolvimento, e que deveria ser vista com melhores olhos pelos gestores municipais era um consenso nacional. A ligação do mar com a saúde, através de espaços de lazer e descanso, passara gradativamente a ser um ideário, principalmente das classes média e alta.

Isso foi demonstrado pela pesquisa hemerográfica como reflexo das expectativas da população de Fortaleza que começou a cobrar dos poderes públicos uma nova área de lazer para nossa cidade, em função da impossibilidade de balneabilidade das praias de Iracema, Formosa e Meireles. Além disso, os Planos Diretores, que colocavam que o desenvolvimento teria como destino certo à faixa litorânea de nossa capital, expandindo-se para onde o sol nascia, foi fator técnico de importância. Sendo assim, era natural as primeiras abordagens sobre a Praia do Futuro em meados da década de 1960, onde o porto do Mucuripe e suas áreas contíguas, através de seus problemas, eram temas dos periódicos da nossa cidade, portanto a partir de meados da década de 60 do século passado a Praia do Futuro já surgia como expansão imobiliária, haja visto a (Figura 05) abaixo, quando trata da construção de um edifício chamado Belo Horizonte, que comprovadamente não foi construído.



Figura 05-

FONTE: JORNAL O POVO 30 E 31/01/65

O recorte temporal de 1965-2005 não engessa a abordagem apenas nesses 40 anos, é apenas um parâmetro, no entanto, a pesquisa como elemento elucidativo transcendeu esse tempo e começa dos finais da década de 1940, começo da década de 1950, quando a Praia do Futuro nem exista com denominação atual, e do começo da década de 1960, onde através de livros reportam-se ao crescimento urbano de nossa cidade e influência do porto do Mucuripe para a cidade e principalmente para a área em estudo. Esse espaço de tempo de quase duas *gerações* (1), consegue mostrar-nos pelas matérias que seguem uma evolução e uma incorporação na malha viária de nossa capital que antes desses 40 anos pouco existia.

(1) Geração - o espaço de tempo (aproximadamente 25 anos) que vai de uma geração a outra. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, 1988.

3 POLÍTICA DAS DESCOBERTAS ULTRAMARINAS

3.1 - Contexto político - cultural europeu do século XV

Pode-se dizer que o mundo teve dois grandes momentos, do ponto de vista do conhecimento geográfico. O primeiro passo foi dado com as grandes navegações e o outro se dá recentemente com os satélites habitados ou não. (SANTOS, 2004:197).

A partir do século XV, a aliança entre a burguesia que se incomodava com o monopólio Italiano nas especiarias e as Monarquias Constitucionais foi fator que tornou preponderante a possibilidade para o surgimento das grandes navegações. O Renascimento Cultural, onde a razão e o homem eram valorizados criando-se um visão antropocêntrica do mundo, foi também fundamental. Essa nova visão contrapunha-se à visão reinante na época quando se utilizava a teoria Teocêntrica, onde tudo girava tanto do ponto de vista negativo ou positivo em função dos desígnios de Deus. Terremotos e outros acontecimentos negativos na humanidade eram colocados como ira de Deus sobre as atitudes dos homens. Pouco a pouco, o poder da igreja foi diminuindo, as pesquisas científicas preponderando e as razões técnicas respondendo aos fenômenos naturais. Essa desmistificação da igreja, a grande aliada do Feudalismo e de suas idéias retrógradas, junto com as idéias reformistas religiosas enfraqueceram-na.

No caso de Portugal outros fatores foram primordiais pela primazia política das grandes navegações, sendo:

- 1) Uma formação precoce de uma monarquia centralizada graças à guerra da reconquista contra os muçulmanos;
- 2) Localização geográfica favorável, no extremo sul da Europa, com fácil acesso para o Atlântico e o continente Africano;
- 3) Formação de uma classe mercantil mais dinâmica que a velha nobreza Feudal facilitando a modernização da monarquia;

4) Por influência dos Árabes, muitas inovações tecnológicas foram aperfeiçoadas tipo: bússola, pólvora, imprensa etc.

Outros países Europeus desde o tratado de Tordesilhas no final do século XV, especialmente a coroa Francesa, manifestam seu desacordo com a divisão do mundo entre Portugal e Espanha. Eles defendem o direito “*Uti Possidetis*” que significava que a terra pertence a quem tomou posse de fato, e os Franceses se faziam presentes no Brasil logo após o descobrimento.

O que é fato foi que as grandes navegações surgiram pelo grande interesse mercantilista da época, não só interesse nos mercados do mediterrâneo que era predominantemente dominado pela cidade de Veneza, e também na tentativa de descobrir uma nova rota de acesso às especiarias localizadas na cidade de Calicute nas Índias. “Esse interesse mercantilista foi o principal impulsionador, sendo A ordem de Cristo, a mais importante instituição impulsionadora de financiamento das grandes navegações. Possuía dois objetivos: assegurar o domínio espiritual cristão nas novas terras, enquanto o domínio temporal pertencia ao rei” BANCO CENTRAL DO BRASIL (2004). Inovações tecnológicas surgiam com o patrocínio religioso e material da ordem”, como cita Espínola (2001):

Para a carreira da Índia, tão ardorosamente perseguida pelas coroas Portuguesa e Espanhola, exigiam-se naus de arqueação mais rentáveis e resistentes, para as viagens mais longas e perigosas, que geralmente, demoravam entre um ano e um ano e meio. A indústria naval da península experimenta um formidável “boom”, quando entraram em cena as grandes embarcações para transportes de cargas e mantimentos (ESPINOLA, 2001:89).

Alguns fatos sepultaram definitivamente a crença existente na mentalidade de alguns marinheiros da existência de serpentes, peixes gigantes, sereias, que eram credices comuns na idade média. O primeiro fato demonstrador disso foi à viagem de Cristóvão Colombo para o oeste, em relação à Europa e a passagem de Juan Sabastian Del Cano pelo cabo da Boa Esperança, que confirmou que a terra era redonda e não um disco como se acreditava, com isso, os mapas-múndi começaram a ser corrigidos e atualizados. Mesmo com esses problemas, como cita Holanda (1963), “A fome do ouro e principalmente a cobiça de escravos, representavam de fato, o grande móvel dos grandes descobrimentos dos

Portugueses na costa africana. Com a expedição de Antão Gonçalves, inicia-se em 1410 o tráfico negreiro para o reino, (HOLANDA, 1963:31).

3.2 O surgimento das praias de banho no contexto europeu

A visão inicial do mar como ligação a fatos religiosos e as impressões diluvianas, como citados anteriormente, colocaram as praias como locais por muito tempo, repulsivas para a população. A visão teocêntrica, bastante arraigada até a idade média, vem mudar gradativamente a partir do século XVII.

A ciência chega a conclusões terapêuticas positivas quanto às praias, aliando-se a um espaço para descanso e deleite da paisagem transformando uma realidade do pavor a uma outra realidade, da cura tanto física quanto espiritual. Concomitantemente, a origem do mundo passa a ser objeto de investigação, e hipóteses são estabelecidas com causalidades no litoral. Essa adaptação gradativa ao mar, ocorrida essencialmente na Europa, produziu também uma avalanche de sensualidade, ainda não descoberta nas praias, que junto com as inovações terapêuticas e científicas que tratavam da origem da terra através dos mares, criam condições para o estabelecimento de estruturas de balneabilidade (estações balneárias) de maior porte, para o atendimento de uma população cada vez mais ávida pelo contato com os prazeres marítimos.

Em meados do século XVIII e início do século XIX, a praia adquire também uma áurea de mistério como cita Corbin:

A praia até então deserta, povoa-se de seres fantasmáticos que convidam a reencontrar a disponibilidade da infância, a partilhar como o povo pueril suas crenças primitivas. aqui confluem e se confundem, num mesmo processo de regressão social e de involução psicológica, a lenda popular e o conto infantil. A revelação desse imaginário acarreta um novo modo de deleitação, ativa a sensibilidade ao contato do elemento (CORBIN, 1989:238).

Todos estes aspectos supracitados mostram o quanto se modificam a visão dos espaços marinhos através da evolução das ciências, inicialmente, através da Oceanografia na Inglaterra no século XVII. Em conjunto também com a utilização

da poesia dos poetas barrocos que tanto ressaltaram, em finais do século XVII, as belezas marinhas, criando assim impressões positivas quanto à orla marítima no imaginário do povo ocidental.

3.3 A ocupação litorânea no Brasil

Inicialmente, quando Portugal passou a atravessar sérios problemas financeiros (meados do século XVI), foi quando passou a olhar o Brasil de uma outra maneira, aliado a isso, o medo de perder as terras recentemente descobertas para os piratas Franceses e Holandeses que freqüentavam o nosso litoral, muitos destes financiados pelos respectivos governos, foram fatores determinantes para uma ocupação com fins geopolíticos em relação ao Brasil. Para combater os piratas que constantemente aportavam no nosso litoral, a coroa portuguesa contratou o Inglês Cristóvão Jacques, onde ele coloca em cartas ao rei de Portugal, a sugestão da imediata e efetiva ocupação dos principais pontos do litoral, sob pena de perdê-los definitivamente, “porque eles estão cada vez mais ousados”, advertia, (ESPINOLA, 2000:270).

Além disso, com o comércio das Especiarias com as Índias, deixando de apresentar lucros em função dos altos custos militares e da concorrência dos outros países, era importante descobrir-se novas fontes de renda para o reino.

Outro fator de ocupação foi à descoberta de grande quantidade de metais preciosos nas terras americanas Espanholas, determinadas no tratado de Tordesilhas, que os Portugueses tinham esperança de também encontrar no Brasil.

Em função principalmente desses acontecimentos, só 30 anos depois da presença de Cabral, Martim Afonso de Souza foi enviado para combater os piratas de nosso litoral e começar o processo de colonização. Martim Afonso desenvolveu estruturas administrativas através da nomeação de autoridades judiciárias, municipais e também de atividades sociais e espirituais. Quando D.João III criou o sistema de capitanias hereditárias no total de 14, foi mais uma atitude dos

Portugueses de tentar administrar o Brasil. “No entanto o sistema de capitanias fracassou por falta de recursos, pelo desinteresse dos donatários, pela hostilidade dos indígenas e também pela ausência de apoio material da coroa e pela distância de Lisboa”, (ESPINOLA, 2000:274).

Mesmo com as crendices e superstições que eram comuns no início do século XVI, principalmente os Portugueses e Espanhóis, aventuravam-se pelos oceanos e nessas viagens intencionalmente, como historicamente comprovado, chegaram às costas brasileiras. Também cientificamente comprovado é que antes dos Portugueses, navegadores Espanhóis aqui já conheciam nossa terra, tanto que é citado Vicente Pinzón como o navegador espanhol que chegou primeiro ao Brasil, Espínola, (2000). Polêmicas à parte, o intuito dessa introdução histórica é tentar conhecer os primórdios da ocupação do Brasil, onde a faixa litorânea foi obviamente a mais visada.

O historiador Frei Vicente do Salvador criticava os Portugueses, por no início da ocupação da costa Brasileira não adentrarem rapidamente ao interior, dizendo que os Portugueses se contentavam em “arranhar” ao longo do mar, a costa Brasileira, tipo caranguejo. O historiador Francisco Teixeira em seu livro cita as palavras de Frei Henrique de Salvador, considerado por Teixeira nosso primeiro historiador, quando diz que:

Tinha uma razão de ser, essa forma de ocupação dos Portugueses; por serem primeiros colonos ou hóspedes, tinham os olhos voltados para além mar, de produzir para o reino. Nada mais natural que se preocupar com as terras férteis da faixa litorânea, onde poderiam tirar e exportar as mercadorias com menores custos.

Além disso, o receio do desconhecido, a insegurança diante da hostilidade indígena tudo isso contribuía para permanência maior no litoral, não obstante quando em função de sobrevivência essa ocupação do interior foi gradativamente acontecendo, principalmente em São Paulo e São Vicente, com o objetivo de capturarem índios para utilizá-los na agricultura de subsistência, pois não tinham como competir com a rica agricultura exportadora do nordeste, (SALVADOR, apud, TEIXEIRA, 2000:48).

A ocupação litorânea cada vez mais se acentuava, na medida em que constantes ataques de piratas Franceses e Holandeses, faziam enormes estragos nas mercadorias que eram saqueadas aos Portugueses. Daí então, por iniciativa do

rei D.João III mais lugarejos eram fundados para combater estes piratas. Observando a vastidão de nossa terra e constantes ataques de piratas, juntando-se a isso, a precária condição econômica de Portugal, chegou-se a conclusão que administrativamente a melhor opção seriam as capitâneas hereditárias (Figura 06), experiência que já havia sido estabelecida na capitania de Fernando de Noronha sobre a determinação do rei D.Manoel I. Nem todos os donatários realizaram a contento sua missão e onde essa missão foi exitosa, a presença de outros estrangeiros na nossa costa não existia.

Diferentemente em outras capitâneas, onde os donatários por fatores diversos, não prosperaram: Rio de Janeiro, Sergipe, Paraíba, Rio Grande, Ceará, no Maranhão, os Franceses aliados a indígenas impuseram, por um longo tempo resistência aos conquistadores Portugueses e Brasileiros, no entanto as Capitâneas de São Vicente e Pernambuco prosperaram.

As capitâneas hereditárias contribuíram decisivamente para impedir a presença de outros estrangeiros em nossas terras, mesmo com a maioria delas não resultando em sucesso, pois logo em seguida, a coroa Portuguesa instituiu o sistema de governos gerais que utilizou a experiência das capitâneas hereditárias e estes conseguiram melhor organizar a divisão administrativa do incipiente Brasil.

As capitâneas hereditárias foram naturalmente representativas dos primórdios de usos e ocupações do solo em nosso país, de uma maneira administrativa, onde responsabilidades e atividades eram definidas por cada donatário, em consonância com a coroa Portuguesa, configurando o primeiro sistema administrativo implantado no Brasil.

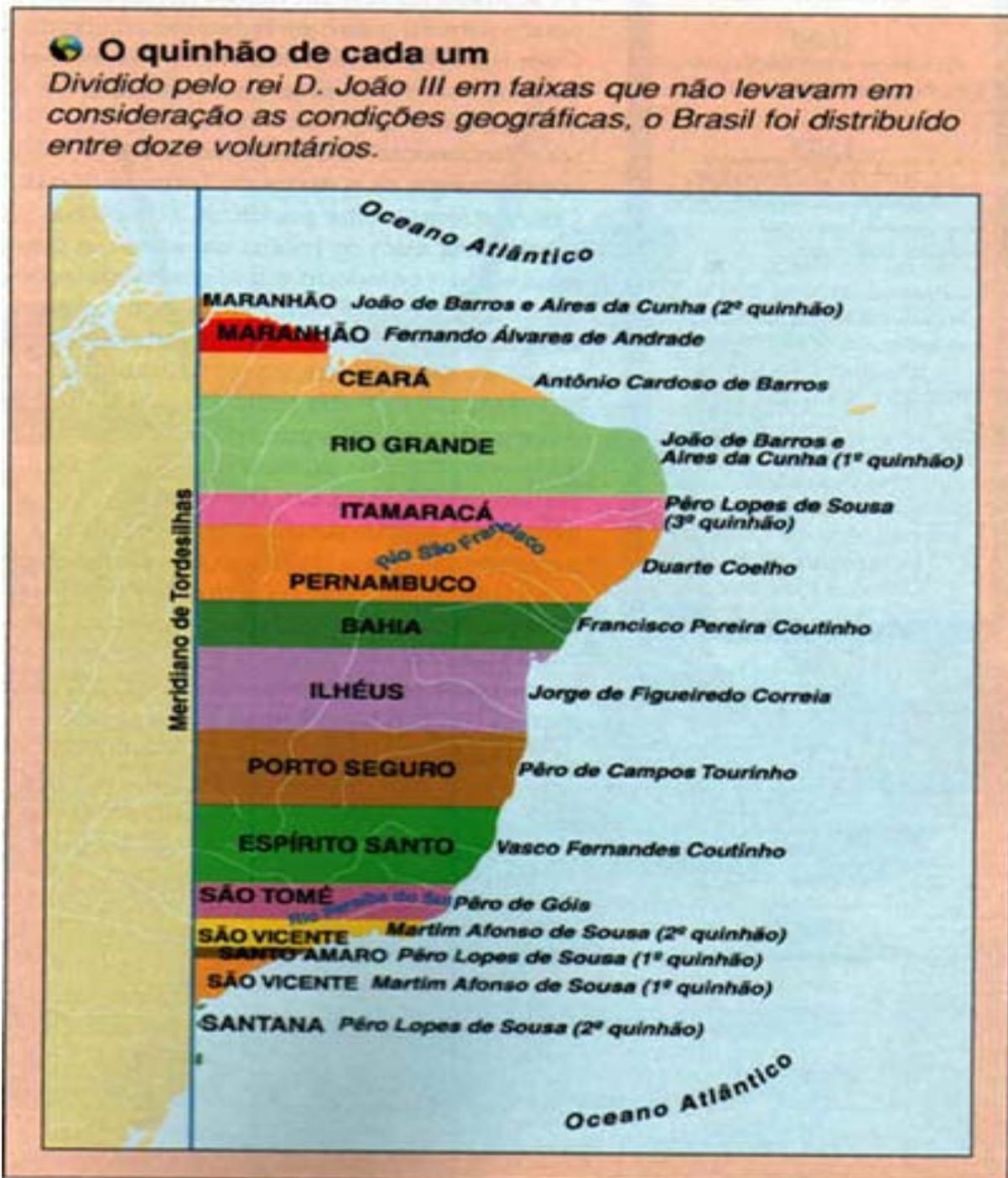


Figura 06-

FONTE: www.novomilenio.inf.br/santos/mapa11.htm

3.4 Evolução das cidades brasileiras

A gênese principal da ocupação da costa Brasileira nos primeiros dois séculos, como citado anteriormente, foi objetivando a proteção ao ataque de invasores, principalmente Franceses e Holandeses, configurando-se assim a função preponderante estratégico-militar. O acesso à costa era através predominantemente das baías, onde fortalezas eram construídas com o objetivo de controle de acessos a barcos, a Baía de todos os Santos, da Guanabara (Figura 07), São Luis, Belém, são exemplos mais significativos dessa prática.

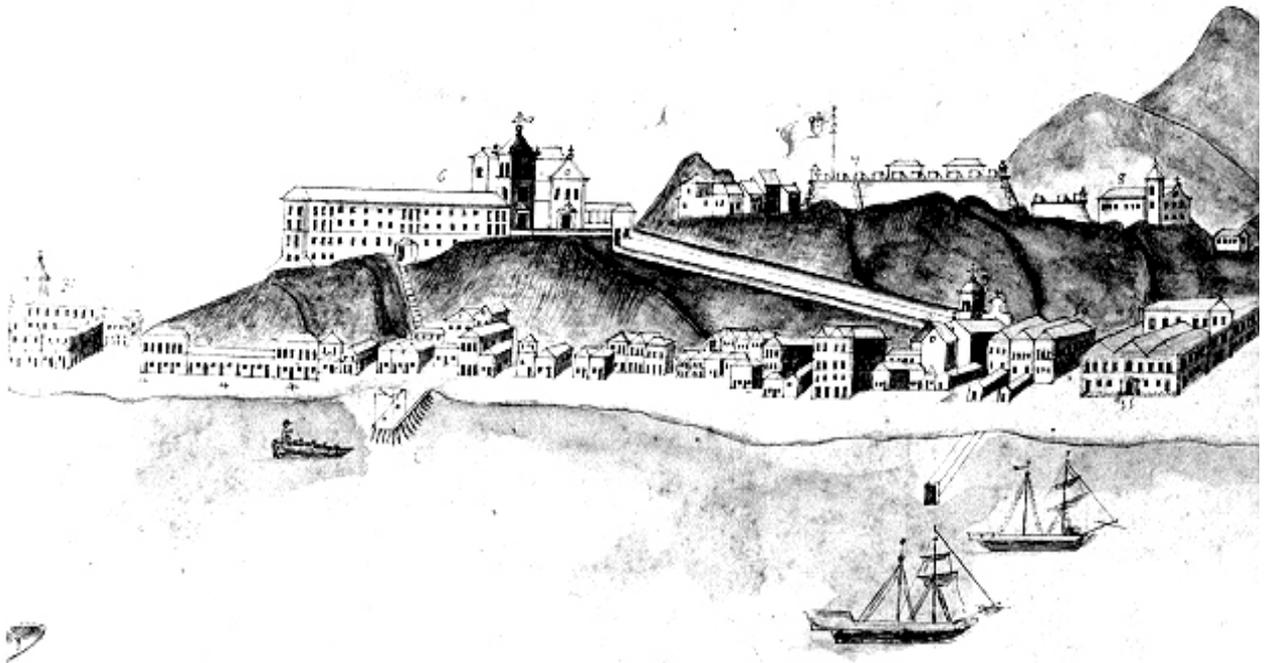


Figura 07-

FONTE: usp.br/agen/rede349.htm-GRAVURA RIO DE JANEIRO COLONIAL

Com o objetivo de assentamento e segurança na nova terra, ainda que parcialmente alcançado, existia um outro objetivo também de importância na ocupação litorânea do Brasil, onde a economia se fazia mais presente. Assim, o litoral tornou-se ponto de importação de gêneros provenientes da metrópole, principalmente manufaturados, e de saída de mercadorias, inicialmente o pau-brasil e depois, de uma maneira bem mais acentuada, pois a produção já era industrial, o açúcar para a Europa.

Esse sistema econômico-administrativo da colônia, configurado administrativamente pelas capitâneas hereditárias, caracterizava-se por forte dependência com a metrópole e, portanto, a conexão marítima era primordial. Essa forma econômica de ligação direta com a metrópole não propiciava condições de formação de um comércio mais acentuado nas vilas e cidades. Mais adiante, quando do surgimento dos governos gerais, através da política de centralização, esta estabeleceria o comércio de trocas mais acentuado entre os negociantes da sede da província e os produtores rurais.

A Companhia Geral de Comércio do Brasil foi à primeira, criada pela metrópole no sentido de melhor organizar o seu comércio com a colônia e essa sua preocupação em melhor gerenciar as riquezas do Brasil, fizeram com que se estabelecesse a utilização da prática da centralização comercial, como cita Nestor Goulart:

A Centralização comercial veio trazer novo destaque às novidades econômicas dos centros maiores do litoral, que passaram a funcionar como grandes entrepostos de todo comércio internacional. Neles, as frotas da companhia de comércio aguardavam a época propícia às partidas e concentravam-se, durante meses, as mercadorias a serem embarcadas. Tornaram-se importantes também os mercados urbanos desses centros onde, além dos negócios correspondentes ao comércio internacional, realizavam-se trocas de produtos locais de subsistência ou manufaturados.(GOULART, 2000:105).

Com a crescente evolução urbana e tranqüilidade quanto a inimigos internos e externos, por influência principalmente de comerciantes e administradores, o sítio urbano passou, ao nível da praia, descendo das regiões mais altas, pois na planície era mais fácil o desenvolvimento dos crescentes fatores de urbanização, pois além de uma topografia mais propícia as edificações junto à linha de praia, proporcionavam ligações diretas com o além-mar.

No Rio de Janeiro o comércio iria se estabelecer logo que possível no plano, junto à praia, tendência que se verificava, mesmo para os estabelecimentos públicos.(GOULART, 2000:40).

Em Salvador, centro de maior importância, realiza-se de início uma feira a beira-mar, na praia dos pescadores.(GOULART, 2000:138).

Instalava-se uma ocupação nos principais centros de comércio do Brasil, nos moldes Racionalistas Europeus, onde a geometrização era a concepção básica nos traçados das cidades, abandonavam-se às ruas mal alinhadas, sem recuos e avanços constantes sobre as ruas, como nos diz Goulart:

Do ponto de vista do observador comum, o traçado era constituído por ruas e praças. Essas eram as referências básicas do traçado, os espaços mais visíveis, de uso comum. As praças sempre mais importantes que as ruas, como locais de instalação das sedes do poder. (GOULART, 2000:132).

Com a adaptação ao litoral, os europeus começaram pouco a pouco adentrarem ao continente, na busca não só de metais preciosos, como também à cobiça da escravização de índios, estabelecendo-se assim, conseqüentemente uma rede de defesas com fortificações nos principais centros urbanos do Brasil colônia. Rio de Janeiro, Salvador e Recife fizeram com que a ocupação junto à praia fosse paulatinamente estabelecida, mesmo de maneira pontual. A mudança quanto ao comércio que exportava diretamente dos grandes centros produtores para a metrópole, pela política de centralização em meados do século XVII, promoveu o desenvolvimento dos principais núcleos da costa, Goulart (2000).

Essa política de centralização exigiu como estratégia econômico-administrativa pela metrópole, que as cidades fossem criadas em pontos especiais, formando-se centros regionais. “As cidades eram criadas em pontos especiais. funcionavam como centros regionais e por meio delas revelam-se as tendências centralizadoras da política portuguesa, que se opunham ainda que discretamente, à dispersão dominante”, (GOULART, 2000:63).

No primeiro século de nossa colonização, mesmo com a diretiva da utilização da racionalidade, onde se utilizava o geometrismo no desenho de nossas primeiras cidades, as cidades Brasileiras, em função de necessidades estratégicas como já foi falado em outras ocasiões, possuíam uma ocupação típica desordenada, pois em função da topografia difícil, sobre colinas, as ruas eram irregulares e tinha apenas a intenção de ligar as residências aos pontos mais importantes das vilas, normalmente a praça central, onde os principais edifícios eram construídos.

A partir do século XVII, com as cidades localizando-se junto ao mar, descendo da colina as condições geográficas ficaram mais propícias, sendo possível utilizar-se um traçado que mais aproxima do traçado xadrez. As diretrizes de expansão urbana do Brasil colônia, principalmente a partir da metade do século XVIII, seguiu-se uma lógica urbanística baseada nas “Leyes da Índia” que se utilizava, na época do descobrimento, da filosofia da racionalidade, utilizando-se da geometrização com um traçado urbano bem diferente da tradição medieval. Os princípios de higiene e de alinhamento cartesiano eram partes determinantes na fundação de novas cidades e nas novas edificações, que incorporaram intencionalmente a monumentalidade como norma.



Figura 08- CIDADE DE SALVADOR ÉPOCA COLONIAL
FONTE: www.missoesmundiais.hpg.ig.com.br

O desenho utilizado não só pelos Portugueses, mas também pelos Espanhóis e Holandeses demonstravam a racionalidade geométrica e a utilização de um desenho orgânico para a cidade, os Holandeses foram especialistas e em Recife demonstraram esta capacidade muito mais que os Portugueses, Goulart (2001). A praça como elemento centralizador foi importante no Brasil colônia, pois se encontravam ao seu redor os principais edifícios públicos, representando a centralização administrativa dos séculos anteriores, baseava-se no desenho grego de cidade, onde a sede do poder, local de reuniões políticas, cívicas, religiosas, recreativas e comércio faziam parte da estrutura urbana àquela época (Figura 08). A preocupação quanto à drenagem, pavimentação, afastamento de construções

vizinhas e alinhamento começavam a surgir em meados do século XVIII, principalmente a questão da pavimentação, pois o transporte sobre rodas era comum no acesso de mercadorias para o interior da cidade, principalmente para as feiras. As ruas sendo utilizadas por cavaleiros, pedestres e também para atividades religiosas, pois as procissões eram bastante comuns.

A ligação demonstrada pela tipologia urbana, entre o parcelamento do solo e a arquitetura continuava existindo nos primeiros três séculos de colonização do Brasil. Começou a mudar este quadro quando da natural expansão urbana, com o aparecimento de bairros e do conseqüente zoneamento que se tornava necessário, como forma de organização, como cita Goulart:

O crescimento da população dos centros urbanos conduzia à formação de bairros. As separações entre esses eram com freqüência determinadas por elementos naturais, como grotas, morros, lagoas e desníveis acentuados ou, mesmo pela interrupção decorrente da abertura de praças, com edifícios públicos e religiosos, (GOULART, 2001:153).

A maior parte do cenário das construções urbanas da colônia era composta por prédios comerciais e edificações de uso misto (comércio e residência), as edificações da aristocracia normalmente, no Brasil colônia, ficavam quase sempre fechadas, pois era comum à época morarem em chácaras na periferia e fazendas na zona rural.

A ocupação Brasileira sendo pontual, como lemos anteriormente, em função de aspectos econômico-administrativos no Brasil colônia, segundo Moraes (1999), também geograficamente caracteriza-se como uma formação de “bacia de drenagem”, onde os caminhos para o interior direcionavam-se através de rios a partir de um porto marítimo, sendo os rios vias importantes no começo da interiorização das atividades extrativistas e produtivas no Brasil colônia.

Atualmente o nosso tipo de ocupação urbana, só ratifica a informação que: 2/3 da população do mundo localiza-se em zonas costeiras. No Brasil que possui 8,5 mil km de linha costeira, contando-se as baías, reentrâncias e constatando-se que 50% da população não está a mais de 200km do litoral e que a densidade demográfica média da zona costeira é cinco vezes a média nacional, trazem como

conseqüência impactos litorâneos importantes, Moraes (1999). O momento atual, a função estratégica na zona costeira, no sentido de exploração dos recursos marítimos, e de ser um espaço de lazer cada vez mais incentivado pelas concepções turísticas de espaços preservados, nos mostram que essas funções importantes no passado são funções contemporâneas e estabelecem grande importância na evolução das cidades brasileiras. Essa valorização cada vez maior dos espaços litorâneos de nossas cidades transcende ao nosso país e é idéia corrente em todo mundo, como cita Moraes: “Cabe salientar que tal vantagem incide sobre a maior reserva de recursos do planeta, que tem seu aproveitamento cada vez mais regulado por normas internacionais, o que evidencia o seu grande valor estratégico”. (MORAES, 1998:17).

A atuação dos proprietários imobiliários, agentes imobiliários, favelados e principalmente o estado, demonstram em suas atividades, seus aspectos impactantes no meio ambiente, no processo de evolução urbana das cidades litorâneas do Brasil.

Industrialização e Urbanização, crescimento Urbano, favelização e disseminação de segundas residências. Trata-se de processos que dizem respeito fundamentalmente à ocupação dos entornos das grandes cidades litorâneas, alargando esses territórios citadinos por meio de urbanização de suas periferias e adjacências, (MORAES, 1998:40).

A idéia da criação do PNGC (Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro), é uma tentativa de mitigar os problemas que constatamos em toda a faixa costeira brasileira, e principalmente tentar resolver a utilização de recursos naturais, e propiciar condições de sobrevivência ao povo brasileiro, amenizando a grande dívida social existente.

Segundo o censo do IBGE de 1991, o quadro atual da ocupação litorânea no Brasil nos mostra uma população de 32,5 milhões de habitantes na zona costeira. Considerando uma faixa de até 100km adentrando ao continente, essa população é estimada em aproximadamente 70 milhões de habitantes, cinco das nove regiões metropolitanas brasileiras encontram-se a beira-mar, Moraes (1999).

Ao estudarmos atualmente o litoral brasileiro, observamos que o maior índice de construção e a maior periferação encontram-se em áreas litorâneas, no entanto, essa realidade tem raízes em diversos fatores que contribuíram e contribuem para o incremento das cidades litorâneas em comparação com a zona interior das regiões de nosso país.

A lógica comercial foi e é determinante, pois em função disso, equipamentos são paulatinamente implantados, consolidando a utilização litorânea através de atividades industriais, comerciais (importação/exportação) e nos últimos tempos, sendo este litoral incorporado por áreas de lazer e moradia, propiciando base turística importante para os estados litorâneos. Especificamente o Ceará e Fortaleza por consequência, como portal de entrada em nosso estado, cada vez mais se consolida este aspecto turístico e a Praia do Futuro atualmente, através de obras da continuidade da Avenida Padre Antônio Tomás e da construção da ponte do rio Cocó, só exemplificam o atual momento.

As atividades industriais e residenciais, através de diversos loteamentos colocados de maneira irregular, têm produzido impactos ambientais de uma maneira negativa na costa brasileira. Existe área já consolidada pelo interesse comercial na nossa faixa litorânea como bem explica Moraes:

De um lado um padrão de ocupação que domina a quase totalidade da fachada oriental Atlântica, já avançando pelo litoral setentrional até envolver a região metropolitana de Fortaleza, o qual introduz uma lógica mercantil e urbana do uso do solo, lógica essa que se exerce mesmo sobre os estoques territoriais ainda não ocupados existentes em seu interior [...] De outro lado, cobrindo o restante do litoral norte do Brasil, observa-se uma também significativa extensão, emersas em gêneros *de vida tradicionais*, *de índole pré-capitalista*, (MORAES, 1998:47-48).

A atuação do estado na lógica de implantação de grandes obras contribui para a degradação ambiental, especificamente no estado do Ceará, o porto do Pecém e os diversos empreendimentos turísticos através de “resorts” e congêneres, precisam criar infra-estrutura para implantar-se e nessa infra-estrutura é que os impactos ambientais configuram-se trazendo danos ambientais com gravidade. Moraes coloca-se sobre esse assunto, quando diz:

Assim o avanço rápido sobre os espaços costeiros, nas últimas décadas, tem um substrato estatal claro, expresso em obras viárias, portuárias, e de instalação de equipamento produtivo, conduzidos em nenhuma preocupação com os impactos ambientais ocasionados.(MORAES, 1998:42).

4 OCUPAÇÃO E MARITIMIDADE EM FORTALEZA

4.1 O Ceará e suas primeiras ocupações

Apesar de no século XVI, o mar ser um espaço relacionado ao medo do desconhecido, representado por monstros marinhos, abismos que “engoliam” navios, tempestades que produziam naufrágios, piratas; surgiu como contraponto a isso, já no século XVII, a Teologia natural, como já foi citado anteriormente, apresentando rápidas transformações e que foram fundamentais para as novas descobertas. Esta Teologia apresentava Deus para os homens em uma imagem mais humana e do mundo menos repulsiva, apresentando-se a terra como algo criado a serviço dos homens e os espaços litorâneos como espaços paradisíacos e propícios as grandes navegações. Como cita, Corbin, quando coloca o poema de Richard Blackmore, que na Inglaterra do século XVIII, desenvolve poesia a respeito do mar:

Os ventos marítimos foram criados por Deus para assegurar a depuração das águas, dar propulsão aos barcos e refrescar as terras superaquecidas pelo sol. Quanto às tempestades, têm também sua utilidade, como os vulcões e tremores de terra. Sua agitação que poderia parecer vã visa corrigir ou purificar o ar, renovando-o.

Esse inesgotável discurso desemboca a um hino a navegação que aproxima os homens, que permite ao marinheiro admirar a terra inteira, que encoraja o comércio e, sobretudo possibilita o desdobramento do esforço missionário, (CORBIN, 1989:40).

No século XVI, o Ceará ficou praticamente esquecido por Portugal, alguns autores citam as correntes marítimas, excessiva ventilação que dificultava o acesso à costa Cearense, a oposição dos índios à presença do invasor Português, a aridez do clima e a presença constante de outras nacionalidades na região, fatores que dificultavam a chegada de Portugueses. Outras nacionalidades no Ceará eram principalmente Franceses e Holandeses, estes chegaram a estabelecer-se através de Matias Beck no forte Shoonenborch (Figura 09) na página seguinte, local onde tradicionalmente coloca-se como sendo o lugar de fundação da cidade de Fortaleza, onde atualmente localiza-se a 10º região militar.

Ainda quanto à dificuldade da colonização da capitania do Ceará, cita Abreu:

Com a ocupação do Amazonas, perdeu o Ceará o pouco valor que lhe reconheciam. Não era mais a base de operação; convinha apenas conservar alguns fortins por causa da navegação perigosa daquele trecho do litoral; houve até a idéia de evacuá-lo; anexo ao estado do Maranhão logo que foi criado, não poderia comunicar-se com ele durante parte do ano, por causa dos ventos que sopram na mesma só direção; pelo mesmo motivo não podia comunicar-se com Pernambuco, noutra temporada (ABREU, 1963:356).

Na verdade, para a não ocupação, teve como motivo principal à falta de atrativos econômicos, pois o que o Ceará possuía, não interessava a um reino mercantilista que buscava apenas ouro e prata, que não encontraram, e as terras cearenses, nem serviam para o plantio da cana de açúcar. Seu donatário, Antônio Cardoso de Barros, nunca esteve no Ceará.



Figura 09-

Fonte: www.estacaoturismo.hpg.ig/historia.htm

Só a partir do século XVII, em função do medo da perda dos domínios pela fundação no Maranhão da França Equinocial, enfim, por razões estratégico-militares e de efetiva posse, e em oposição à cobiça estrangeira pelo Ceará, é que começou timidamente a ocupação. Também por ser um ponto de apoio logístico para a ocupação do litoral norte da colônia, ainda não ocupada produtivamente, é

que a coroa Portuguesa começou a construir fortificações em nossa costa, pois o interior da capitania era ignorado pelos colonizadores, como cita Girão:

O pequeno número de povoadores presos ao litoral não se animava a investir contra o sertão dominado pelo silvícola agressivo e indomável, sempre pronto a repelir o invasor à flecha e tacape, em defesa de sua gleba: a bicharada hostil e a ecologia desconhecida aterrorizavam o “homem branco”, prendendo-o cada vez mais à orla marítima.(GIRÃO, 1984:59).

Após um longo período de baixa produtividade e de pouco e efetiva ocupação, só mesmo no começo do século XIX é que começaram a aportar no litoral Cearense. Relatos apontavam o porto do Ceará como péssimo, com ventos em demasia, fortes ressacas que não proporcionavam boas condições de ancoragem de navios. Já naquela época, questionava-se do por que a capital do estado ser Fortaleza, que era um local de tão difícil acesso, principalmente considerando a presença de outras cidades como Aquiraz e principalmente a cidade de Aracati que era o maior centro de produção e exportação da chamada “carne do Ceará” e economicamente era uma cidade mais representativa.

Enquanto nas capitanias de Pernambuco e Bahia havia uma lógica de ocupação militar-administrativa, ligada a uma atividade econômica, na capitania do Ceará isso não acontecia, pois o máximo que obtinham com o Ceará era a criação de gado com a salga da carne, e posteriormente a produção de algodão, pois a cana de açúcar e metais preciosos não existiam, era a chamada predominância do sertão sobre o litoral. Nesse contexto, em seus primórdios, a capitania do Ceará no litoral apresentava-se economicamente com atividades de subsistência, efetivada pelos silvícolas (Potiguaras e Tremembés), através da pesca artesanal que é atividade típica dos litorais semi-áridos e a própria agricultura de subsistência.

Esta realidade foi modificada através das charqueadas, como citada no parágrafo anterior, que se aproveitou do desenvolvimento da criação de gado, como nova atividade econômica, fazendo com que surgissem novos núcleos urbanos. Segundo Dantas:

Com as charqueadas estabelecem-se as primeiras relações do sertão com o litoral, baseado no mercado interno que alimenta um comércio marítimo (transporte de cabotagem de exportação e importação) e reforça o contato

com as capitâneas mais desenvolvidas economicamente (DANTAS, 2002:215).

Outras cidades avançaram em função dessa prática econômica: a cidade de Icó, como ponto de confluência da estrada geral do Jaguaribe e a estrada das boiadas, mesmo não sendo porto exportador ou centro produtor, cresceu em função das charqueadas, Girão (1984). A cidade de Aracati, no século XVIII, exerceu papel deveras importante, já em 1748 como maior centro de produção de carne seca. No entanto, Fortaleza em disputa com Aracati acabou prevalecendo, pois o comércio de algodão, junto com o aspecto de ser a capital da província, carreando investimentos por parte do governo central, propiciaram a Fortaleza, paulatinamente, o predomínio sobre as outras cidades do estado, configurando-se como ponto também centralizador das atividades comerciais.

No começo do século XIX, com a abertura dos portos às nações amigas pelo rei de Portugal D.João VI, acontece no Ceará, especificamente em Fortaleza, a comercialização direta com a Europa, iniciada com o envio de barco carregado de mercadorias locais e de algodão para Londres em 1809. Como cita Dantas:

Aproveitando-se da crise de abastecimento internacional, com a guerra civil americana, abertura de Fortaleza para o mar, potencializou a cultura algodoeira no estado, reforçando o fluxo de barcos que ligava a capital diretamente a Inglaterra, (DANTAS, 2003:227).

4.2 Fortaleza – evolução urbana e maritimidade

Foi no contexto inicial da difícil colonização do Ceará, que se observou, apesar de um grande desenvolvimento no interior no estado, da atividade da criação de gado e posteriormente da instituição das oficinas de charqueadas, uma crescente participação de Fortaleza na economia do estado, assim comenta Auxiliadora Lemenhe:

Encontra-se nos estudos sobre o Ceará, ontem e hoje, um conjunto de evidências esparsas, não sistematizadas, indicativas que a lenta expansão de Fortaleza e sua posterior definição como principal cidade do Ceará,

deveu-se a concentração nela da produção do algodão para o mercado externo, (LEMENHE, 1991:18).

Fortaleza, na medida que recebe cada vez mais investimentos da coroa portuguesa, consolida-se como pólo centralizador de exportação e importação de mercadorias, além disso, a política de redução de tributos direciona toda a produção de algodão para o porto de Fortaleza para exportação, através da construção da estrada de ferro, juntando-se a isso, sendo capital e com a abertura do comércio às nações amigas, consolida-se o que seria a decadência gradativa de outras cidades do interior. Essa centralização econômico-administrativa trouxe também incremento da população, com cita Dantas:

Esse esforço possibilita a geração de importante fluxo demográfico do sertão para o litoral. Para se ter idéia desse fluxo, Fortaleza passa de uma população estimada em 3000 habitantes, em 1800, para 16000 habitantes, em 1863 e a 21372 em 1872.(DANTAS, 2002:29).

É nítido que Fortaleza caracterizou-se, principalmente a partir do início do século XIX, como uma cidade por suas crescentes atividades comerciais, em uma cidade litorânea com forte influência interiorana. Isso é mostrado desde o primeiro plano urbanístico do Engenheiro Silva Paulet em 1818, pois as ruas foram definidas do mar em direção ao sertão. A planta da Vila do Ceará elaborada por Antônio da Silva Paulet em 1818 (Figura 10) mostra prédios diversos nas margens do Pajeú e na Prainha (hoje Pessoa Anta) e caminhos que chegavam do interior. Já posteriormente, através do Urbanista Adolfo Herbster, houve a continuidade do traçado de Silva Paulet, ainda nesse traçado ignorando a faixa litorânea da cidade, excetuando-se no transporte de mercadorias para o porto do Mucuripe.

Essa tipologia urbana que acontecia na segunda metade do século XIX fazia com que áreas litorâneas de Fortaleza fossem local de morada dos migrantes, que cada vez mais se dirigiam para a capital. As constantes levas de pessoas tangidas pela seca foi o principal motivador para a identificação do sentimento interiorano no litoral que mesmo migrando para áreas litorâneas, não deixavam de utilizar práticas de origem, pois os que vinham para a cidade não deixavam seus vínculos com o interior do estado. Mesmo as casas, quando localizadas no litoral e

em outros sítios localizados na cidade, não deixavam através de objetos e atitudes, a expressar a continuidade das práticas exercidas no interior do estado.

A gradual visão de valorização do mar aconteceu na medida em que não só vinham mercadorias da Europa, mas também novas idéias, idéias estas que apregoavam que possuir saúde era interagir com o mar, através dos banhos terapêuticos para curar diversas doenças respiratórias, principalmente a tuberculose. Fortaleza deixou de olhar para o mar, apenas como um local de entrada e saída de mercadorias, para em função da influência, principalmente Francesa, ser um local que passou a ser valorizado pelo aspecto paisagístico que possuía.

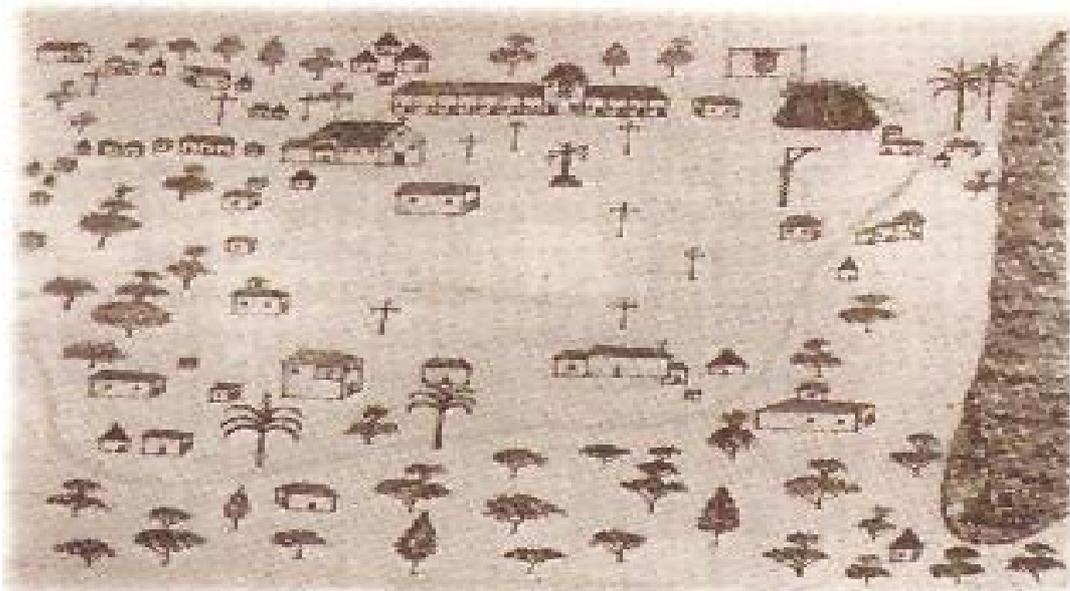


Figura 10-

FONTE: www.estacaoturismo.hpg.ig/historia.htm

Conseqüentemente, a cidade foi construindo sentido do sertão, escolha marcada por imaginário interiorano que impedia de ver o mar diferentemente, ou seja, com o ponto de exportação e importação de produtos. Nasce, portanto, a cidade litorâneo-interiorana cujas particularidades diferem daquelas que caracterizam a cidade comerciante, aberta para o mar por intermédio do seu porto (DANTAS, 2002:33).

Visão esta, que para o homem do sertão, determinou a possibilidade da classe pobre ocupar o litoral, pela sua pouca valorização e pelo mito de morar no centro da cidade, pois o litoral era bem próximo ao centro. Essa visão avessa ao mar foi aos poucos sendo modificada com a conscientização das classes abastadas, pela incorporação gradual do banho de mar, caminhadas e veraneio; hábitos

européus a começar na década de 1920, só incorporadas de fato em finais da década de 1930. Daí os primeiros conflitos pela concorrência por espaço, que gradativamente acarretou o afastamento da classe baixa dos locais que interessavam à classe alta. Os banhos de mar, como nova atividade de lazer incorporada pelos Cearenses, foram grandemente influenciados já em meados do século passado, pelos americanos aqui presentes na época da segunda guerra mundial que tomavam banhos nas três principais praias da cidade: Meireles, Formosa e Iracema. No entanto, com a construção do porto do Mucuripe houve um processo de destruição dessas praias.

Portanto é como diz Campos (2003), quando se refere à ocupação litorânea do Ceará até os dias de hoje de maneira resumitiva:

No Ceará, a relação entre o homem e o litoral se desdobra em função de três dinâmicas: a primeira resulta de uma estratégia colonial de ocupação do espaço (séculos XVII e XVIII); a segunda deriva do movimento de abertura do Ceará ao mercado internacional, possibilitando o acesso da elite Fortalezense à cultura Européia, o que alimenta um movimento de freqüência às praias (final do século XIX- início do século XX); a terceira mais recente, orienta a valorização das zonas de praia como mercadoria turística (CAMPOS coord et.al-2003:140).

Como dito anteriormente, a separação administrativa da capitania do Ceará com a de Pernambuco em finais do século XVIII (1799, só passando em 17 de Março de 1823 a categoria de cidade, com o nome de Fortaleza de Nova Bragança), e o desenvolvimento continuado da cultura do algodão, junto com a continuidade da política de centralização, que já vinha de muito tempo imperando por parte da metrópole em relação à colônia foram fatores que fizeram com que a cidade de Fortaleza prevalecesse como núcleo não só administrativo, como também econômico, sobrepujando outras cidades concorrentes à época: Sobral, Aracati, Icó.

A necessidade de centralizar as atividades comerciais e administrativas na colônia tinha como objetivo principal à tentativa de controle da arrecadação de tributos. Com o advento da cultura do algodão, em função de grande demanda internacional, houve naturalmente a necessidade de escoamento da produção. Fortaleza tornou-se a rota de saída do produto para o exterior, através de seu litoral para a metrópole Portuguesa. A configuração dessa política de centralização foi

iniciada através da criação, em Portugal, da Companhia de Comércio do Brasil em 1649, e continuada pelos anos seguintes, que monopolizava as exportações e importações e o comércio de escravos com a colônia. “A política de centralização transforma os principais núcleos do Brasil em centros de todas as atividades da colônia” (GOULART, 2000:101).

A consequência desse desenvolvimento econômico foi uma natural evolução urbana de Fortaleza, nos finais do século XVIII e principalmente nos finais do século XIX, no período pré e pós-republicano. As idéias racionalistas, pragmáticas e o discurso da filosofia positivista não retratavam apenas uma manifestação de mudança na política, representava também a tentativa de modificações na maneira de ser do povo Cearense.

O embelezamento de Fortaleza nesta segunda metade do século XIX caracterizava-se: pelo realinhamento de ruas, com a inserção de novas edificações na cidade; a tentativa da implantação do código de disciplinamento urbano, pois havia uma grande influência européia na cidade, principalmente Francesa e o trabalho do Barão de Haussmann em Paris servia como modelo a província, que queria inserir-se no modelo evolutivo europeu.

Para isso, muitos comerciantes, tanto Franceses quanto Ingleses que aqui negociavam, traziam idéias novas, e junto com profissionais liberais que viajavam constantemente para a Europa, tornaram o terreno propício para a prática de uma nova urbanidade. O plano urbanístico de Adolfo Herbst (1875) foi o elemento material basilar de desenvolvimento para a cidade de Fortaleza.

O urbanismo relacionado com a melhoria das condições de saneamento, também foi bastante utilizado como lógica modernizadora, pois a tentativa de estabelecer um sistema de esgotamento sanitário e de distribuição de água configurou uma política que evoluía na lógica: saúde, saneamento e racionalidade, Ponte (1993).

A forte influência das idéias positivistas bastante utilizadas foi determinante nas tentativas das práticas bio-urbanísticas da época. Medidas tipo: A

criação dos bairros vinculados com o mar, a Praia de Iracema e Jacarecanga a partir dos anos 20 do século XX. Estes bairros representativos da elite já cristalizada e inserida na aceitação da orla marítima como espaço de saúde e lazer; também a abertura de ruas do centro em direção a praia já em 1927; a utilização da medicina social urbanística, com a colocação do cemitério da cidade do lado oeste e as reformas de praças centrais foram medidas tomadas em consonância com a racionalidade da época. Como cita Ponte:

[...] é necessário lembrar que o aformoseamento e o esquadrinhamento espacial que prevaleciam no perímetro urbano eram partes indissociáveis de um processo mais amplo de tentar ordenar e higienizar a cidade como um todo. (PONTE, 1993:112).

Sobre o relacionamento de Fortaleza com o mar, as práticas demonstravam ainda uma dicotomia de atitudes em finais do século XIX e começo do século XX, pois a cidade queria adquirir ares de metrópole europeia, no entanto, ainda possuía atitudes provincianas, pois a questão dos dejetos da cidade eram ainda jogados ao mar através dos quimoeiros, que levavam as cloacas móveis (quimoas) depois de enchidas por alguns dias pela população, para serem despejadas no mar. “O mau cheiro dominava a cidade e era representativo da contra-mão do discurso higienista da época, em finais do século XIX”, Ponte (1993). Este episódio contrasta com os elementos modernizadores que Fortaleza passava a possuir, mesmo que um século depois das primeiras estações de banho da Europa, que era a estação de banho da praia do peixe (posteriormente denominada Praia de Iracema). Estas estações de banho propiciavam aos seus frequentadores o melhor acesso possível ao mar e condições de sombra e aparato de mordomias típicas das classes mais altas da Europa. Em Fortaleza, haja vista a diferença das condições econômicas, havia uma simplicidade quanto a este tipo de atendimento, mas o espírito era o mesmo, de separar os de maiores condições financeiras com abrigo a sombra e empregados, dos outros, em outras praias, sem essa estrutura.

Seguindo o costume da Europa, o mar passou a ser um local não só para cura de moléstias, como também de encontro de uma elite que precisava se afinar com os padrões do modismo europeu (Figura 11), mostrando a antiga Praia do Peixe atual praia de Iracema. Como cita Ponte no artigo da revista da época

chamada Jandaia: “A existência de outros signos urbanos tidos como modernos são assinalados pelo artigo, como a Praia do Peixe, estação balneária por excelência”, (PONTE, 1993:193). Iniciava-se, em finais do século XIX, também a segregação espacial em Fortaleza, entre bairros melhor dotados de equipamentos urbanos: Centro, Aldeota, Praia de Iracema e os bairros periféricos fruto de ocupação de retirantes das secas que atingiam Fortaleza: Barro vermelho, Arraial Moura Brasil etc.

Já naquela época, a segregação involuntária começava a surgir claramente, principalmente para os terrenos desvalorizados de então, a faixa litorânea. A distribuição por classes sociais mostrava-se nos bairros de então; ricos ocupando o centro da cidade, onde existiam os locais de trabalho e divertimento e os pobres junto a bairros que possuíam incipientes fábricas e junto ao mar, como espaço desvalorizado e de ninguém. Confirmando assim, a segregação como processo dialético, onde o conflito de classes na nossa capital expressava-se através dos contrastes da ocupação dos espaços e dos usos que advinham dessa ocupação e através de preconceitos, atitudes da “elite Fortalezaense”. Em finais do século XIX então, começavam os primeiros núcleos de favelas principalmente junto ao centro.

Sobre segregação, concorda-se com Villaça quando diz:

A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor.

[...] a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e, no caso em que a distância social tem uma forte expressão espacial, ocorre a segregação urbana. (VILLAÇA, 2001:148).

Já no período da primeira república (1889-1930), representou grandes avanços na cidade (Figuras 12-13-14), no entanto, depois de 1930, a cidade de Fortaleza, com o acúmulo cada vez maior de migrantes, principalmente a partir da seca de 1932, passou por um descontrolo urbano, como cita Ponte:

Parece fora de dúvida que foi na virada do século, principalmente entre 1902 (ano que teve início a remodelação das praças mais centrais) e 1930, que Fortaleza conheceu a sua fase de maior esplendor em termos de uniformidade urbana. Depois dos anos 30, a capital começou a crescer desordenadamente, sem planos urbanísticos capazes de lhe fornecer soluções racionais e estilísticas, mas com uma voraz especulação

imobiliária que lhe foi destruindo o anterior perfil arquitetônico harmonioso, (PONTE, 1993:134).



Figura 11- FOTO PRAIA DE IRACEMA 1938
FONTE: INSTITUTO DO CEARÁ,.

Este descontrole urbano de Fortaleza acentuava-se cada vez mais, pois as levas de migrantes do interior não paravam de chegar, em função das secas periódicas, da falta de assistência e de uma política mais concisa de geração de emprego e renda para o homem do campo. Fortaleza era um pólo de atração econômica e também de conhecimento, da modernidade, do progresso, do saber.

O Plano Diretor de Nestor de Figueredo (1933), propondo um sistema rádio-concêntrico de expansão da cidade, sob os auspícios do prefeito Raimundo Girão, começou a inserir uma tentativa de disciplinamento na cidade, quanto ao seu Uso e Ocupação do Solo, no entanto não houve continuidade, pois na legislatura do Prefeito Álvaro Weine, sob a alegativa que Fortaleza tinha outras necessidades, este plano foi desconsiderado, Ponte (1993).

O Plano Diretor de Sabóia Ribeiro (1945), surgiu para colocar uma ordem no desenvolvimento urbano de Fortaleza, utilizando-se de hierarquia viárias, no entanto, foi rejeitado por contrapor interesses comerciais dos proprietários do centro da cidade. Propunha um alargamento de várias avenidas no centro, no entanto, em função também dos custos de desapropriação nada foi realizado. Quanto aos bairros

que se notabilizavam nas primeiras décadas do século XX, temos o bairro do Jacarecanga, que até os finais dos anos 40, “era o melhor assistido e continha as residências da aristocracia Cearense, rivalizava com o bairro do Benfica, superando-o pelas amostras residenciais copiadas dos modelos europeus”, segundo Nazareno (2003).



Figura 12-

FONTE: INSTITUTO DO CEARÁ-FOTO CIDADE DA CRIANÇA 1930

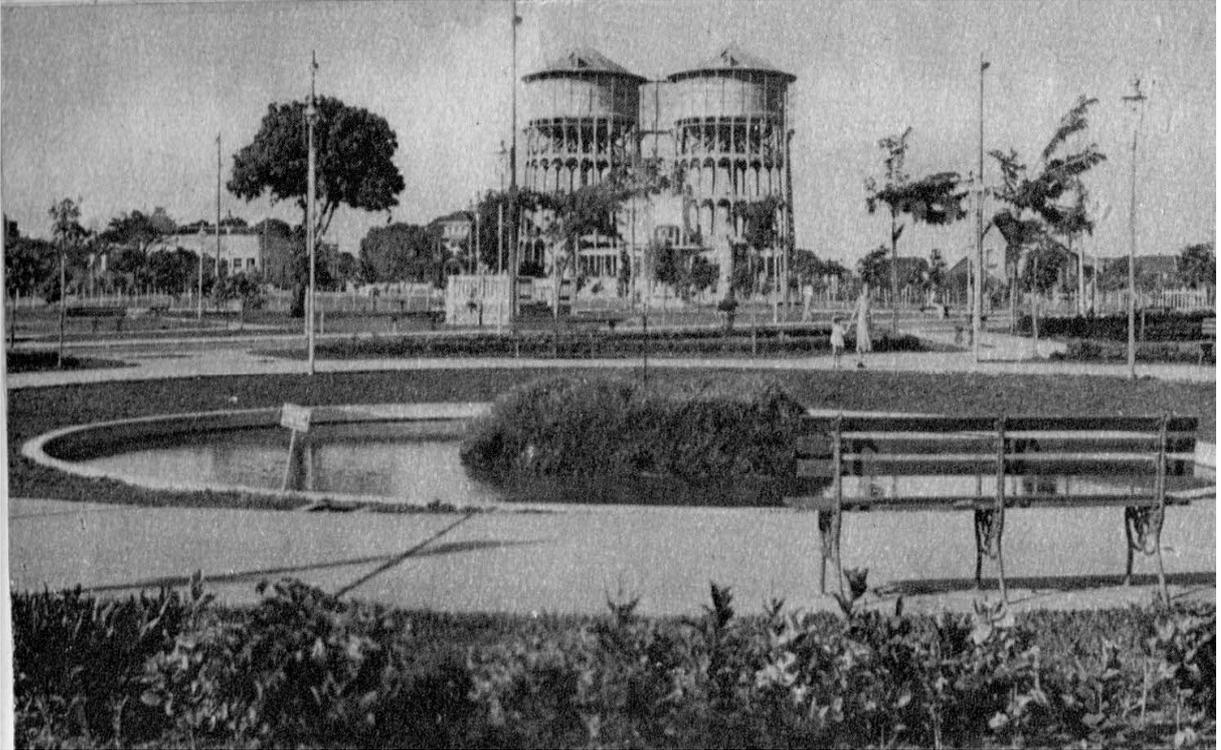


Figura 13-

FONTE: INSTITUTO DO CEARÁ-PRAÇA CLÓVIS BEVILÁQUA 1935

Na década de 40, o bairro Aldeota ainda não era o mais procurado pela elite de Fortaleza, sendo superado pela Praia de Iracema, pois o desenvolvimento deste bairro (Praia de Iracema) acentuava-se com a proposta de ligação deste com o porto do Mucuripe pela “Avenida Atlântica”. Já no centro da cidade, mudavam-se gradativamente as atividades, passando algumas residências a tornarem-se galpões comerciais. Naquela época, já se praticava a ocupação irregular de terrenos públicos para uso particular, como cita Nazareno: “As praças foram rareando e tanto as velhas quanto as novas passaram a ser ocupadas por edifícios”, (JUCÁ, 2003:45).

Mesmo com vários problemas, a década de 50 configurou a Aldeota como bairro dos mais ricos e símbolo de uma burguesia basicamente comercial e junto com o bairro Redenção (13 de Maio), hoje denominado Bairro de Fátima, eram símbolos do “bem morar”. Em contrapartida: Pirambú, Arraial Moura Brasil, Morro do Ouro, Mucuripe, Varjota, Meireles, Messejana eram bairros onde a quantidade de favelas era significativa. “Os atuais bairros Meireles e Mucuripe eram bairros de mocambos de pescadores e de algumas casas simples de praia, de algumas pessoas de maior poder aquisitivo”, Jucá (2003).



Figura 14- PRAÇA DO FERREIRA DÉCADA DE 30
FONTE: INSTITUTO DO CEARÁ.

Seguindo a lógica de expulsão para terrenos desvalorizados da cidade, a faixa de praia e margens dos trilhos da estrada de ferro contavam com uma grande quantidade de moradores que travavam uma eterna luta contra o estado que buscava a retirada de suas casas, a fim de manter uma lógica de embelezamento. No entanto, o máximo que faziam era uma maquiagem, pois os processos sociais mostravam e continuam mostrando espacialmente, a penúria da cidade que já vinha de muito tempo.

Mesmo com o deslocamento dos moradores do Mucuripe para os morros do Teixeira e Santa Terezinha, não podia o poder público esconder o processo de favelização que se acentuava dia a dia na cidade.

O que interessa prioritariamente, era a manutenção da ordem e da beleza urbanas, deixando-se como secundário o problema insolúvel da pobreza. Calcula-se em 6 mil o número de habitantes do Pirambú em sua maioria lavadeiras, engomadeiras e trabalhadores de diversas categorias. (Jornal, O DEMOCRATA, apud. JUCÁ, 2003:50).

A esta época década de 1950, observava-se uma cidade totalmente despreparada para as inovações tecnológicas: a falta de energia que acontecia constantemente, as ruas estreitas do centro da cidade, uma ausência cada vez maior dos serviços de transportes coletivos, tanto em quantidade e qualidade.

O aumento populacional exigia maiores espaços para os transportes públicos, os terminais de ônibus passaram a ser também na praça do Carmo que além do existente na Praça do Ferreira, faziam com que a população moradora mais e mais se afastasse do centro e buscasse na Aldeota e outros bairros, a paz de uma área residencial e não conturbada como já se tornava o centro. Mesmo com sinais luminosos e departamento de trânsito implantado, os congestionamentos eram cada vez mais freqüentes.

Já em 1945, a questão da sujeira e “imoralidade” era assunto de segurança pública:

Desde 1945, a secretaria de Segurança Pública, com o incentivo do jornal “O Nordeste” passou a reprimir a “falta de moralidade reinante em nossas praias...” Por trás da indecência, pelo menos em considerável percentual, encontrava-se a miséria dos que se envolviam com a prostituição como saída para a sobrevivência, forçada pelas circunstâncias. (JUCÁ, 2003:141).

Essa ocupação gradual da área central reflete-se com o incremento cada vez maior das chácaras no bairro do Meireles, com a presença de clubes sociais, comércio, residências, concomitantemente a ocupação do bairro do Arraial Moura Brasil e do bairro do Pirambú, pela camada mais pobre que chegava em Fortaleza e não tinha onde morar. Essa realidade cristaliza-se pouco a pouco da Barra do Ceará até o Farol do Mucuripe, com as linhas de transporte coletivo expandindo-se cada vez mais, passa Fortaleza a propiciar aos seus habitantes do subúrbio, oportunidade de chegar às zonas de praia com grandes facilidades. As praias Formosa, Meireles e Iracema eram as praias freqüentadas a época, aparecendo daí problemas quanto ao conflito da presença das diferentes classes sociais, comportamento, segundo as elites que freqüentavam, incompatíveis com a boa higiene e costume.

Em virtude da crescente afluência de usuários, em 1956, as praias já eram consideradas sujas, com lixo acumulado. Reclamava-se da “. molecagem e

mulheres de má reputação que invadem trechos para onde se deslocam às famílias... (JUCÁ, 2003:141).

Sendo assim, novamente as classes abastadas, como de costume, começaram a pensar, mesmo mantendo-se na mesma atividade de lazer praiano, de se afastar dessas pessoas. Foi aí que o loteamento, criado em 1950 pela imobiliária Antônio Diogo, foi de acordo com as necessidades dessa elite que gradativamente deslocava-se para uma outra praia, tema central desse estudo, que é a Praia do Futuro. Ainda na década de 1950 e principalmente 1960, Fortaleza, através da instalação de diversos órgãos institucionais, passa cada vez mais a ter uma dinâmica no centro bem maior, a população cresce vegetativamente em quantidade de habitantes provenientes do interior, pois as migrações rurais não cessavam de acontecer, aliás, até hoje. As secas em finais da década de 1950 trouxeram muitos flagelados a Fortaleza.

No entanto, o fenômeno da segregação voluntária como opção propiciada pela especulação imobiliária, especulação esta, bastante ajudada pelo estado e pelo progresso tecnológico, principalmente com o advento do automóvel, fizeram com que a cidade que já se expandia para Aldeota e região de praia, aumentasse mais o seu espaçamento urbano em todas as direções. O conflito claramente estabeleceu-se entre a zona Oeste, através dos bairros a época: Floresta, Carlito Pamplona, Tirol e principalmente Pirambú com os bairros da zona Leste: Aldeota, Redenção (Fátima), Benfica e Praias de Iracema, Formosa, Meireles etc. Conflito quanto ao investimento em infra-estrutura e áreas de lazer, ocasionou gradativamente a perda de importância dos bairros da zona oeste da cidade, anteriormente local de moradia da aristocracia local, para lentamente ser local de uma classe bem menos abastada. Na década de 1960, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, do urbanista Hélio Modesto, com a aprovação do Código urbano, foi importante no disciplinamento da expansão urbana da cidade e na sua visão futura, (1962-1963).

Em 1967, através da Constituição Federal, instituem-se as Regiões Metropolitanas, baseadas em dados de polarização e integração dos municípios, sendo instituídas na prática as Regiões Metropolitanas só em 1973. O governo do estado antecipou-se e já em 1972, através do PLANDIRF (Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza) criou a RMF. A

valorização das áreas litorâneas, já completamente inseridas no ideário de sucesso das classes emergentes, abriu condições de um grande incremento da especulação imobiliária, onde o desejo da segunda moradia era uma casa de praia: Icaraí, Iguape, Prainha, em loteamentos nem sempre regularizados.

Valorização desta monta transforma zonas de praia em espaços conflituais, marcados por duas lógicas: uma representada pelos usos tradicionais (o porto, a pesca, a habitação dos pobres) e outra pelas novas práticas marítimas (os tratamentos terapêuticos, os banhos de mar, o veraneio...), (DANTAS, 2003:57).

Já em tempos recentes, especificamente no final de 1980, Fortaleza através de uma política estratégica do Governo do Estado do Ceará, investe maciçamente no turismo, investimento este no sentido de propiciar desenvolvimento das zonas de praia. A transformação de Fortaleza em centro de recepção e distribuição de fluxo turístico proporciona: “A inscrição de Fortaleza nas políticas públicas e privadas de desenvolvimento do turismo, suscita a construção de uma nova cidade inspirada nas novas relações da sociedade com o litoral”, (DANTAS, 2002:92).

Houve e há um grande trabalho em infra-estrutura e propaganda proporcionando à Fortaleza cada vez voltada para o mar, uma nova relação de seus atores quanto ao Uso e Ocupação do Solo, transcendendo de uma cidade de influência local a uma cidade receptiva e distributiva de fluxos turísticos tanto provenientes do interior quanto exterior.

Essa modificação de mentalidade de Fortaleza interiorana à cidade marítima é determinante pelo estado consorciado a iniciativa particular, como atores decisivos nas mudanças dessas visões. Volta-se à cidade de Fortaleza atualmente para o Atlântico, a utilização paisagística de todo o litoral Cearense, principalmente por europeus, coloca o estado do Ceará, nos últimos anos, como um dos estados mais procurados para aquisição de terrenos para construção de grandes empreendimentos voltados para o lazer.

A transformação de Fortaleza de cidade litorâneo-interiorana em cidade litorâneo-marítima, já no final dos anos 80 do século passado, foi em função de uma

Fortaleza vinculada ao turismo. “As políticas públicas efetuadas pelo governo do estado do Ceará e da Prefeitura de Fortaleza foram criadas no sentido de inserir nossa capital como pólo de turismo brasileiro”, segundo Dantas, (2002). O governo do estado institui o PRODETUR-CE que visa incrementar o turismo no estado com uma visão internacional.

O PRODETUR-CE (Programa de Desenvolvimento do Turismo do Ceará), coloca em prática uma política, no Nordeste do Brasil e especificamente em nosso estado, de propiciar condições de infra-estrutura para o atendimento do fluxo turístico Nacional e também Internacional. A indústria turística nesse começo de século XXI incrementado com o fenômeno da globalização tornou possível atrair grandes investimentos internacionais e surgiram grandes hotéis, pousadas, loteamentos. No entanto, é necessário o devido controle nestes empreendimentos, pois já parecem os primeiros danos ambientais, em virtude desses impactos em grande escala. Danos ambientais em função de obras de infra-estrutura: estrada, drenagem, aterro, impermeabilizações e geração de resíduos contribuem para a degradação ambiental, e a Praia do Futuro está inserida nesse estágio.

Existe uma consonância entre governo do estado e Prefeitura, cada um explicitando em obras e em capacitação de pessoal de como melhor atender a geração de recursos financeiros através das atividades turísticas, sendo assim, a Prefeitura passa a construir e valorizar equipamentos urbanos: reforma do Mercado São Sebastião, Calçadões, Avenida Costa Oeste pelo governo do Estado, principalmente nas praias da zona Leste (Praia de Iracema e Praia do Futuro). É como cita Dantas (2001):

A análise realizada pelo PRODETUR-CE, sublinha a importância das zonas de praia, com corte que a qualifica como zona de intervenção do programa [...] toda zona de praia é palco de ações. Em curso de realização, o projeto Fortaleza Atlântica (2) reforça a lógica de exploração desses espaços, com divisão do litoral de Fortaleza em três zonas de intervenção, denominadas de Clusters: Cluster um, do porto do Mucuripe até a Praia do Futuro; Cluster dois, da Avenida beira-mar até a leste-oeste; Cluster três, do Pirambu até o rio Ceará, (DANTAS, 2002:83).

O estado construindo o Centro Cultural Dragão do Mar, Aeroporto, reforma do Centro de Convenções e propiciando melhorias de acesso às regiões litorâneas do interior do estado.

No entanto, observa-se como elemento inibidor ao incremento do fluxo turístico, mesmo com o grande esforço da SETUR (Secretaria de Turismo do Estado do Ceará), um grave e crescente problema quanto ao bom atendimento ao turista. Dois aspectos captados em conversas com estes sobre a cidade de Fortaleza e a Praia do Futuro especificamente, que são: a grande quantidade de pedintes e a violência que já vitimou muitos turistas que se aventuraram em sair do roteiro dos guias e foram conhecer a cidade sozinhos.

Já quanto a marítimidade de nossa cidade ilustra bem o fato, a história do pescador que morava na beira do mar na década de 40 e 50, proveniente do interior, configurando-se o êxodo rural como determinante para a vinda para Fortaleza¹, e o mito da capital como resposta aos problemas da população interiorana.

Detalhe também importante é a conformação com a situação onde o poder econômico domina tudo, segundo depoimento do Senhor Possidônio Sousa Filho, chefe da colônia de Pescadores Z 8 sobre o fato, em Março de 2005:

Sou filho natural do Iguape, meu pai se transferiu para cá, em Fortaleza nos anos 50 e aqui fixamos residência. Aquele sonho que Fortaleza sempre há condição melhor, nem sempre é assim, hoje as circunstâncias a gente vê, a explosão demográfica, muito grande. E os prefeitos não têm recursos suficientes. Quando têm, fazem uma má gestão.

No entanto, entender a ligação da cidade de Fortaleza como mar é entender o relacionamento destes habitantes com o mar, habitantes que vieram muitos da zona litorânea interiorana e também do sertão, pois o bairro do Mucuripe, possuía e possui muitos pescadores provenientes dos municípios de Acaraú, Caucaia, Cascavel, Aracati que vislumbravam uma melhor condição de pesca, sustento da família e de fazer negócios na capital.

² Fortaleza Atlântica é um nome de uma fundação que organizou um concurso, cujo vencedor concebeu um obelisco de 180 metros de altura, simbolizando um mastro de navio, a ser erguido na Praia mansa e constante em proposta do complexo turístico. Atualmente tal projeto encontra-se engavetado, por inexistência de investidores interessados. (DANTAS, 2002:94).

Ainda quanto a maritimidade, mesmo considerando que historicamente, a cidade de Fortaleza desenvolveu-se de costas para o mar e que o conceito de maritimidade “seja mais forte quando aplicado aos moradores com seus costumes em ilhas oceânicas e não especificamente no continente”, Diegues (1998), é importante fazer-se uma analogia quanto às práticas econômicas, sociais e simbólicas dos atores sociais com a Praia do Futuro e bairros vizinhos. Principalmente, em função das transformações acontecidas nos últimos anos, onde as técnicas, poder financeiro, modificações dos agentes sócio-econômicos transformaram-se, é como diz o Senhor Possidônio Sousa Filho, localizada na Avenida Dioguinho, em entrevista em março de 2005:

Aquela figura que vivia na praia e pegava sua jangada e ia para o mar, desapareceu. Por força da especulação imobiliária o pescador mora até em Messejana a quilômetros do litoral. Esta relação do pescador com seu meio ambiente foi radical por força do poder econômico e a evolução do próprio tempo, e as coisas se modernizam, e onde há modernidade há o poder econômico que predomina, mas a vida social não mudou muito, apenas a relação do pescador com a previdência social teve alguma melhora, antigamente para um pescador se aposentar era uma dificuldade.

O bairro do Mucuripe reflete, na década de 1950, bem o relacionamento dos pescadores e suas famílias com o mar, relacionamento mudado gradativamente como relatado pelo presidente da Colônia Z 8, no entanto, àquela época as atividades comerciais demonstradas pela partida dos homens de madrugada em busca do sustento da família, com suas jangadas de piúba de seis paus, e da venda do produto excedente no final da tarde, vista da praia do Mucuripe na década de 40, (Figura 15) era uma característica que não existe mais, como falado na citação anterior. A participação da mulher no cuidar da casa e dos filhos aliando-se a isso, a prática da confecção da renda e do labirinto, configuravam uma interação em todos os setores dos habitantes, refletindo um sentimento de maritimidade que outros chamam de “sentimento praieiro” que vem de muitos anos no bairro.

O mar é o personagem maior da gente do Mucuripe, como de todo praiano. Dele tira o sustento, depende de suas entranhas para viver. E é dessa interação do homem com o mar que se compõe o contexto da história dessa comunidade. Ela conhece o mar...até certo ponto. Mas teme os seus mistérios. Sabe de seus riscos, dos seu caprichos. Pescador confia desconfiando do mar. Amigo íntimo, sim, mas que não admite certos descuidos. (GIRÃO, 1998:61).

Diegues define maritimidade como sendo: “A maritimidade diz respeito às práticas econômicas, sociais e simbólicas, onde a presença física do mar não é o fator essencial, mas o conjunto das práticas que envolvem o seu viver”, (DIEGUES, 1998:51).

A prática dos pescadores e suas famílias, expressadas em sua religiosidade, as superstições, os personagens folclóricos, a luta da comunidade para alcançar progressos para o bairro através de movimentos populares, as atividades de lazer a beira mar, desde o mais simples pic-nic nos primórdios do Mucuripe até a primeira barraca a oferecer bebida, peixe assado e aluguel de calção de banho, mostram o quanto à comunidade do Mucuripe (Figuras 15-16) é emblemática quando se fala de maritimidade. E pela proximidade os bairros contíguos do Farol, Serviluz, dos Morros de Santa Terezinha e a própria Praia do Futuro possuem relações de vínculos com o bairro do Mucuripe e naturalmente com o sentimento de maritimidade. Entender a cidade de Fortaleza e seu relacionamento sertão-mar é entender os valores identitários que cada um de seus habitantes interagem com a cidade, sendo assim, mesmo os provenientes do interior do estado e os que já habitavam Fortaleza, exerceram uma lógica baseada em princípios que aos poucos vão amalgamando-se, criando novos conceitos.

Evidenciar-se-á a elaboração de noção de maritimidade a partir das relações que (em Fortaleza-Ceará) estabelecem entre si e o semi-árido. Relações arbitradas como veremos na seqüência, por uma dimensão de caráter sócio-econômico, tecnológico e simbólico que suscita uma elaboração de uma noção de maritimidade particular ao Ceará, cuja capital é a principal tributária. (DANTAS, 2002:14).



Figura 15- VILA DO MUCURIFE, ONDE AO LONGE, O MOVIMENTO DO INCIPIENTE PORTO, DÉCADA DE 1940.

FONTE: INSTITUTO DO CEARÁ

Aí pelos anos 40/50, a praia do Mucuripe, então poético recanto de pescadores, passou a receber uma população estranha, procedente de outros pontos da cidade e do interior. O velho problema habitacional, agravado pelo êxodo de populações tangidas pela miséria dos campos, gerava o fenômeno que se chama atualmente de favelização. O romântico e íntimo esconderijo de velhos homens do mar fizeram-se caótica albergaria de gente de outras origens e de outros costumes. Em meio a essa desordem urbanística, implantou-se ai também a prostituição, (GIRÃO, 1998:32).

Especificamente na Praia do Futuro, a prática da marítimidade existe por parte pescadores que moram no Conjunto São Pedro e pessoas que mesmo não sendo pescadores, vivem de atividades comerciais junto à pesca. Sendo assim, existem os que trabalham fabricando manzuás, redes de pesca e quando no período de defeso da lagosta trabalham em outras atividades que não sejam a pesca. Essas atividades são chamadas por eles atividades em terra, tipo: servente de pedreiro, pedreiro, garçons em barracas de praia ou até mesmo pintando barcos.

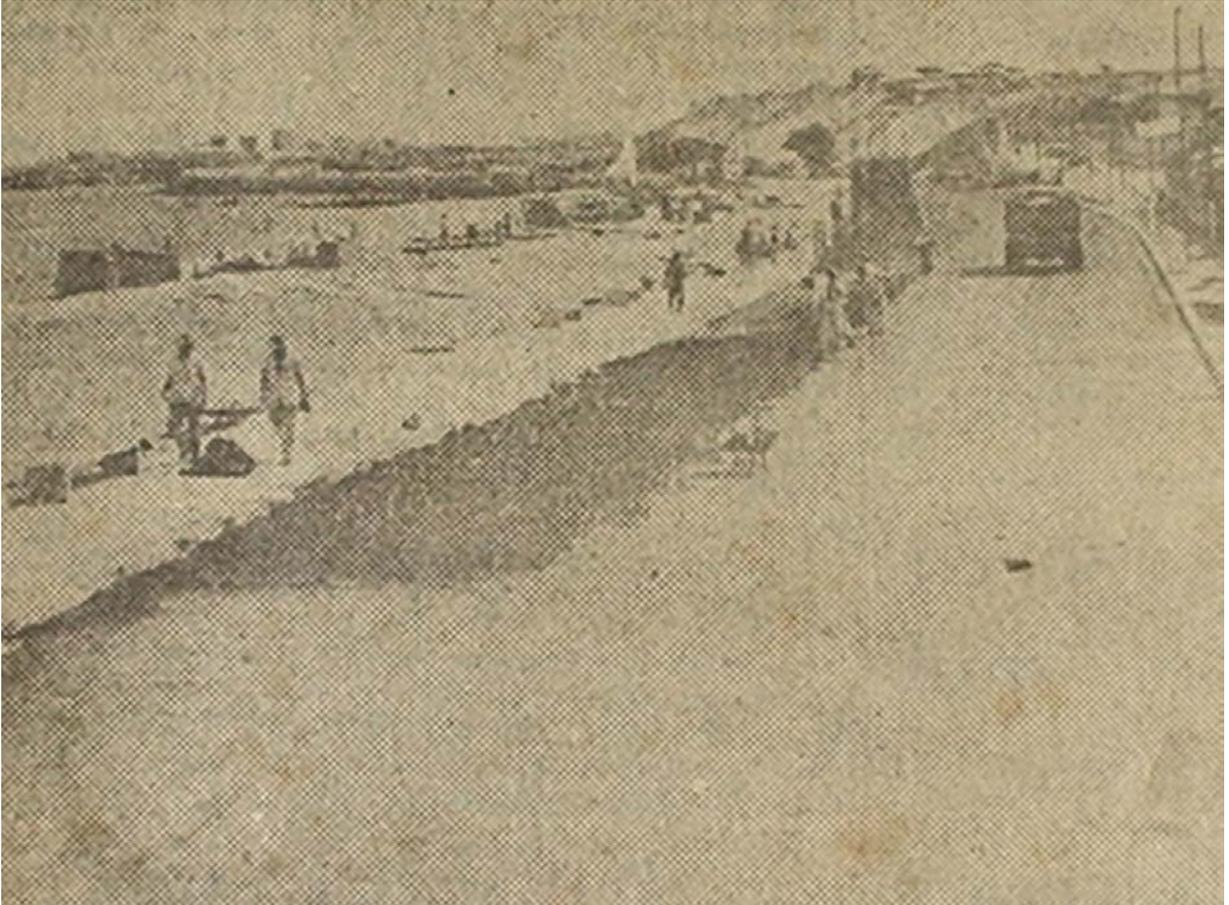


Figura 16 - CONSTRUÇÃO DA AVENIDA BEIRA MAR

FONTE: JORNAL O POVO 18/12/63

O fundamental é entender que nos bairros, principalmente do Serviluz e Farol, há uma grande atividade comercial onde se sobrevive direta ou indiretamente da pesca, e a Praia do Futuro, como limítrofe também produz a sua parte aumentando em direção ao rio Cocó na Praia do Caça e Pesca.

Como falado anteriormente, o perfil do pescador modificou-se nos últimos 40 anos, esta transformação repercutiu não só na venda de terrenos nas margens da Avenida Beira Mar, com a construção da própria avenida, também transformou o perfil social do pescador, não financeiramente, mas na possibilidade do jovem filho de pescador procurar outras atividades em terra para sobrevivência, pois a vida do pescador não é muito fácil, como fala o senhor Possidônio em entrevista em março de 2005:

A vida do pescador é muito sofrida, é um homem enfrentando as procelas do mar, que são violentas, a tempestade, também a falta do vento, que é o oposto. Tudo isso o jovem pensa, vê alguma facilidade em terra, ele não se

arrisca mais em ser um pescador profissional, pode até iniciar e depois se afasta, mas alguns ainda têm no sangue o desejo de querer ser pescador.

No entanto, falar em maritimidade não é apenas falar dos pescadores e as pessoas que trabalham em terra, em atividades vinculadas a pesca, pois os ambulantes, que são em torno de 2500, segundo a PGRU, possuem importância na sua sobrevivência que retiram na venda de seus produtos na área, além deles, os barraqueiros que interagindo com freqüentadores ocasionais, turistas, empresários do ramo da hospedagem, marisqueiros do Caça e Pesca, todos esses atores sociais tem diferenciado relações com o mar, ou extraindo dele a sobrevivência, ou interagindo com seus freqüentadores ofertando seus produtos, auferindo lucro pela paisagem natural, desenvolvida por diferentes meios de hospedagem.

A região da praia do Caça e Pesca possui, mesmo de uma maneira menor, pessoas que sobrevivem das atividades pesqueiras, ou pescando para a subsistência, aliado a uma cultura agrícola, como foi constatado pelo pesquisador, ou a atividade da pesca do peixe e do marisco aliada à outra atividade urbana, tipo: atuar de pedreiro, pintor ou com pequenos comércios, fabricando instrumentos para a pesca.

A paisagem marítima da Praia do Futuro, como elemento econômico-social de transformação, tanto das relações sociais e da prática e articulação dos modos de produção, nos mostra uma relação de poder entre os produtores deste espaço urbano e a área de estudo, onde são acentuadas. Refletindo uma amostragem desta relação de poder, que existe em toda a cidade, pois a Praia do Futuro é um subsistema do sistema maior, que é a cidade Fortaleza.

5 A PRAIA DO FUTURO NO CONTEXTO DE FORTALEZA

Inserida entre três bacias hidrográficas: A bacia da vertente marinha, a bacia do rio Cocó e a do rio Maranguapinho, a cidade de Fortaleza possui 336 km² de superfície, encontrando-se a 15,49 metros acima do nível do mar e apresenta de latitude 03° 43 02 e de longitude 38° 32 35. Conforme a (Figura 17), seguindo divisão administrativa da Prefeitura de Fortaleza, a área de estudo divide-se em Praia do Futuro I e II.

A cidade de Fortaleza conta com 46,27% de sua população economicamente ativa, mas apenas 42% dos Fortalezenses encontram-se empregados formal e informalmente. A capital abriga 28% da população do estado, tendo sua economia baseada nos setores de serviços com um percentual de 43,69% e de comércio com 24,01%, (IBGE 2000).

Em meados de 1955, com o início da urbanização da Avenida Beira Mar, (Figura 16), e antes disso, com a construção do porto do Mucuripe desencadeou-se um processo de desapropriação pela prefeitura, das famílias de pescadores que residiam nesta região. Grande parte destas famílias mudou-se para as terras próximas a Lagoa do Coração, de propriedade da família Diogo, na atual Praia do Futuro e outra parte estabeleceu-se ao redor do porto, nos atuais bairros do Serviluz e Farol. As famílias assentadas ao redor da lagoa do coração tiravam dela, sua subsistência e a pesca era a fonte de alimentação para a comunidade local. A ocupação desta região se deu de forma desorganizada, sem preocupação com o saneamento básico, o que diminuiu cada vez mais a qualidade de vida das famílias. Em entrevista no dia 27/12/04, os líderes comunitários do Conselho Comunitário da Lagoa do Coração assim falaram: “A maioria da população veio de outros bairros, tipo Castelo Encantado e depois para a Lagoa, e já vinham do interior”.

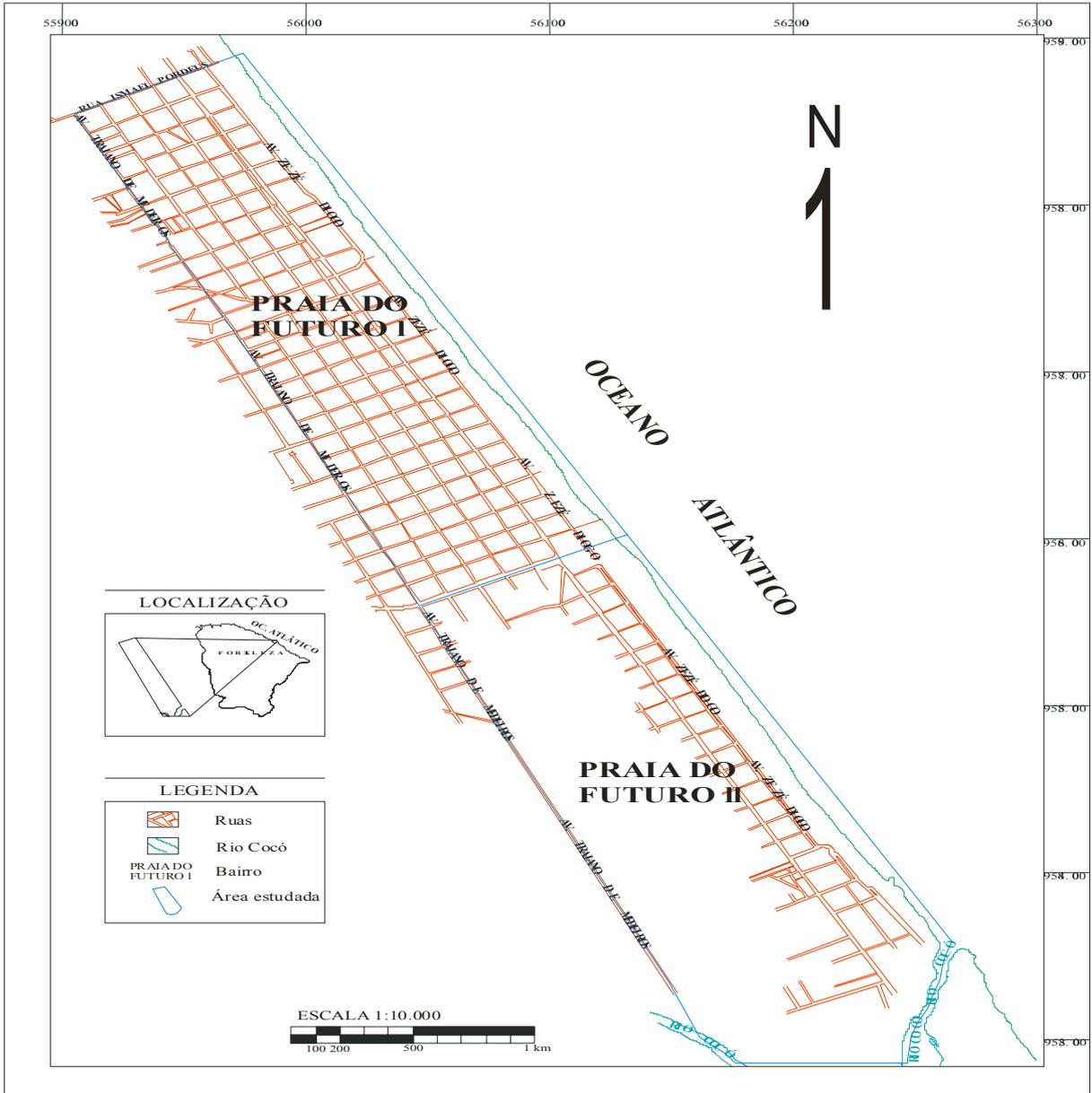


Figura 17- MAPA DE LOCALIZAÇÃO COM A ÁREA ESTUDADA EM DESTAQUE COM LINHA AZUL.

FONTE: www.semam.fortaleza.ce.gov.br

Por volta de 1972, com o crescimento do mercado imobiliário, construtoras interessadas na região da Praia do Futuro iniciaram o processo de desapropriação das famílias da área, que culminou com o aterramento da Lagoa do Coração, alegando-se na época a contaminação da mesma. A maioria dos moradores resistiu e em agosto de 1979, fundaram o conselho comunitário da Lagoa do Coração, que tinha como presidente o Sr. Luiz Bezerra da Silva, líder do movimento, que culminou com a permanência das famílias na região, até os dias atuais.

Em 1977, a área do Luxou, assim denominada pelo fato do extinto clube do Luxou, estar localizado nesta área, sendo o Luxou o primeiro Clube social a instalar-se na Praia do Futuro, atualmente denominando-se Mar Azul. Nesta época, o local foi invadido por quatro famílias provenientes de Canindé, (FONTE: SER II). O terreno pertencia às famílias Pedro Lazar e do moinho M. Dias Branco. A área do Luxou tornou-se historicamente um área de invasão e, por volta de 1985, a ocupação tomou proporções desgovernadas. Chegavam famílias de diversos municípios do estado: Chorozinho, Acaraú, Eusébio, Mossoró e estados do Piauí e Maranhão, uma família por dia (FONTE: SER II).

Essa ocupação atualmente já chega a 800 edificações aproximadamente, segundo moradores do local. Em entrevista com uma atual moradora da comunidade do Luxou, em 15/07/04, mostra como é o comércio de “barracos” nas comunidades da Praia do Futuro, especificamente na comunidade do Luxou:

Sr. Tomás quando vendeu já era da irmã dele, de outra pessoa que passou para a irmã dele e depois pra mim. Preço dos barracos, troca por eletrodoméstico, minha irmã deu o som dela, televisão e uma bicicleta e mais uma pequena quantia em dinheiro e conseguiu um terreno grande, onde a casa dela está construída hoje em dia.

A Praia do Futuro, no contexto de Fortaleza, estende-se territorialmente por 6 km aproximadamente, segundo o atual PDDU do município, que estabelece a divisão: trecho IX da faixa de praia marítima leste, sendo também área de preservação Ambiental (Dunas). Administrativamente, ela está dividida em Praia do Futuro I e II e Vicente Pinzón, esta definição administrativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza tem como objetivos definir as equipes de atendimento do Programa de Saúde da Família.

A Prefeitura criou assim, as “UBASF” (Unidade Básica de Atendimento de Saúde da Família), no sentido de administrar, no aspecto de saúde da família, a área da Praia do Futuro, sendo assim, a UBASF, Aída Santos e Silva compreende os bairros Vicente Pinzón e Praia do Futuro I. Esses bairros foram divididos em quatro áreas de realidades distintas: Área do Morro Antônio Carneiro, Lagoa do Coração, Conjunto São Pedro, Luxou e Morro do Sandras. Nesta UBASF, em 2000, foram cadastradas 4634 famílias, (FONTE: SER II).

Esta região urbana, determinada pelo PSF (Programa de Saúde da Família), tem como limites: ao Leste, Oceano Atlântico; ao Oeste, as ruas Dolor Barreira e Trajano de Medeiros; ao Norte, as ruas Ismael Pordéus e Álvaro Costa e à Leste, a rua Paulo Mendes. Possui cerca de 5,4 km² de área territorial correspondente na parte leste, é área da praia com frente para a avenida Zezé Diogo e a porção Oeste, formada por dunas e morros, que foi habitada de maneira desordenada, onde não existe saneamento básico, (FONTE: SERII).

Quanto à área da praia situada a noroeste da área de abrangência, caracteriza-se por apresentar as melhores condições de urbanização e saneamento e nível sócio-econômico de toda a área de abrangência. Quanto à área do morro, corresponde à subida e ao ápice de uma grande duna. É juntamente com o Luxou, a área mais carente e problemática, pelas precárias condições de saneamento, habitação, higiene, nutrição e baixo nível social, econômico e educacional.

Quanto à área chamada do conjunto São Pedro (Figura 18) tem seu território limitado ao Oeste, pela rua Princesa Isabel; ao Leste, pela rua Trajano de Medeiros; ao Norte, pela rua Álvaro Costa e ao Sul, pela rua Josias Paulo de Souza. Trata-se de uma região possuindo uma área de invasão, onde não há saneamento básico. Esta área foi denominada área do conjunto por abrigar o conjunto habitacional São Pedro, construído em regime de mutirão para onde foram sendo relocados os moradores da favela das placas (FONTE: SER II).

Na denominada área do Morro do Sandras, onde hoje funciona o restaurante La Maison, é delimitada ao Leste, pela rua Trajano de Medeiros; ao Oeste, com avenida Dolor Barreira; ao Norte, com avenida Clóvis de Matos e ao Sul, pela rua Visconde Taunay. Esta é a localidade que abriga a população mais carente de toda a área de abrangência. Pode ser dividida em duas partes, com características distintas: à parte da cota da rua para baixo, com boas condições de urbanização, ruas pavimentadas, água e um conjunto habitacional, e a parte acima da rua da cota, que consiste na subida íngreme de uma grande duna de areia sem nenhum saneamento, habitações precárias e população extremamente carente, (FONTE: SER II). É uma área de invasão recente, que está em franca expansão. A única fonte de água encanada é uma torneira coletiva, instalada na frente da casa

de um líder comunitário. Com exceção de uma associação de moradores, praticamente inexistem equipamentos sociais. É área de muitas mães abandonadas pelos maridos e de muito alcoolismo, consumo de drogas, adolescentes grávidas, adultos analfabetos e crianças fora da escola. Existem muitos locais de acúmulo de lixo a céu aberto, assim como grande infestações de ratos, moscas e baratas, (FONTE: SER II). É impressionante a quantidade de bichos de pé (Tungan penetrans), sendo freqüentes lesões graves, com grande número de parasitas, infecção secundária, perda das unhas e deformidades nos dedos, principalmente em crianças e idosos (FONTE: SER II).



Figura 18- CONJUNTO SÃO PEDRO, PRAIA DO FUTURO I.

FONTE: DO AUTOR 21/08/2004,

Ainda na abrangência territorial da área de estudo, temos no recorte físico a UBASF Frei Tito de Alencar, que está situada na área de abrangência da Praia do Futuro II (Caça e Pesca), delimitada pelos seguintes pontos de referência: A Oeste, Avenida Santos Dumont; a Leste, margem do rio Cocó; ao Norte, o Oceano Atlântico e ao Sul, a Avenida Trajano de Medeiros. No ano de 2000, foram cadastradas pelas

equipes de saúde da família da Prefeitura de Fortaleza, 2372 famílias nesta UBASF. Essa área possui duas áreas de risco: A favela dos Cocos e a favela do Carçoço, que são muito difíceis de trabalhar, segundo os técnicos da Secretaria de Saúde do Município, pela distância da central de atendimento, a maioria da população utiliza água de poço artesanal. Importante explicar que estas famílias cadastradas não incluem os moradores das edificações de médio porte e mansões, e sim apenas os moradores carentes da área.

Depois deste recorte físico detalhado da área de estudo, é importante a determinação do período pesquisado mais efetivamente, que será compreendido a começar do ano de 1965, com o incremento do movimento do porto do Mucuripe, que começou a funcionar em 1948, até os dias atuais. Sendo esse encaminhamento histórico importante, pois insere a Praia do Futuro em um contexto em que os bairros contíguos: Varjota, Serviluz, Cais do Porto, Papicú, Cidade 2000, Vincente Pinzón, Meireles, Dunas, passam gradativamente a ter representatividade nas relações físicas, econômicas e sociais com a Praia do Futuro onde comerciantes, estudantes, moradores, trabalhadores, freqüentadores tem seu dia-a-dia ligado às conseqüências físico-sociais desse bairro.

Nesse contexto histórico, é importante também ressaltar a historicidade a partir da década de 70 do século passado, quando as construções deixaram de ser pontuais e esporádicas para tornarem-se o início de um incremento imobiliário, configurando o grande desenvolvimento do Uso e Ocupação do Solo. Quando a ocupação da Praia do Futuro com prédios multifamiliares foi considerável, até passar pela redução em finais da década de 1980.

Atualmente, registra-se o retorno de novas construções na área, mesmo sendo de pequena monta, com prédios comerciais e alguns edifícios multifamiliares, observa-se à construção de edificações com o uso predominante comercial e de lazer e em menor quantidade de uso residencial.

5.1 Antecedentes históricos da Praia do Futuro

Por isso, manifestava-se a opinião de que o banho de mar só progredira com limitações, pois “a Praia do Futuro, situada além do porto, constituía somente um desejo alimentado. E o único banho público oferecido à população defrontava-se com nosso velho mar, cheio de pedras, (JUCÁ, 2003:140)”.

Quando no ano de 1948, o jornal O POVO anunciou em forma de pergunta: Qual será, de futuro, a praia de banho de nossa bela capital? O jornalista talvez não vislumbrasse que seria essa, alguns anos na frente, a faixa de praia de Fortaleza mais requisitada por todas as classes sociais, tanto os de classe de maior poder aquisitivo, quanto os de classe média e baixa. Pois, no caldeirão social da Praia do Futuro sem dúvidas, diferentemente de outras praias do litoral de Fortaleza, ela caracteriza-se como um espaço onde todas as classes sociais, não só de Fortaleza como da região metropolitana, freqüentam.

Para consubstanciar detalhadamente esta pesquisa, já citada no Capítulo 1, da metodologia, foi feita uma pesquisa no jornal O POVO, diariamente a partir do Janeiro de 1965, até os nossos dias, nas dependências da biblioteca pública do estado do Ceará, Menezes Pimentel e anteriormente, na sede do jornal O POVO na avenida Aguanambi, no setor de pesquisas. Acrescentei também nas pesquisas matérias no jornal Diário do Nordeste, a partir de Dezembro de 1982, quando de sua fundação até os nossos dias, para com isso, ter um ponto a mais de observação, quanto à evolução ou involução da área de estudo.

Este recorte temporal justifica-se, pois pretendo concluir essa dissertação em 2005, portanto, fechando-se 40 anos de pesquisa, sendo possível, neste espaço de tempo, uma observação da totalidade dos fenômenos acontecidos e sua evolução dialética, pela fluidez das modificações acontecidas, e principalmente por captar, no começo da década de 60, que em função da consolidação do porto do Mucuripe e modificação quanto às praias de banho do Meireles, Iracema e Formosa, o loteamento da imobiliária Antônio Diogo começou a existir.

A evolução urbana, tratada em capítulo anterior, nos mostra uma Fortaleza direcionando seu crescimento gradativamente para a zona leste, como fuga das áreas centrais em reação ao aumento das atividades comerciais e de transportes urbanos, incompatíveis com a função moradia que se pretendia à época. Sendo assim, o bairro da Aldeota expandiu-se com a ocupação dos moradores “endinheirados” passando em prestígio, antigos bairros da cidade: Jacarecanga, Benfica, Bairro de Fátima que possuíam uma ocupação com residências de luxo. Essa expansão em direção à praia, ultrapassou o ramal ferroviário Parangaba-Mucuripe chegando às terras chamadas de sítio Cocó, do Sr. Antônio Diogo Siqueira, que adquiriu às terras das margens esquerda do Cocó em direção ao porto do Mucuripe, delimitando-se com os trilhos da ferrovia e a faixa de praia. Este recorte espacial era, em finais do século XIX e começo do século XX, “uma enorme extensão de terra com objetivos agro-pastoris, basicamente para o senhor Antônio Diogo, local para a criação de gado e salga da carne como objetivo de exportação do produto pelo porto do Mucuripe”, (LUSTOSA DA COSTA, 1988).

A área possuía grande valor comercial pelas extensas salinas, sendo a principal situada à margem esquerda do rio Cocó, onde aproximadamente hoje se encontra a ponte sobre a Avenida Santana Júnior em direção a praia do Caça e Pesca. Segundo o Sr. Valdir Diogo, filho do proprietário Senhor Antônio Diogo, em entrevista Junho/2004: “O comércio de salgar a carne era bastante usual e o preço do sal era muito caro, portanto adquirir uma salina era de vital importância”.

É também o que nos diz a professora, (LUSTOSA DA COSTA, 1988), passado a lucratividade do comércio da exportação de carne, a família Diogo vislumbrou a possibilidade de comercialização da grande faixa de terra, sendo assim, na primeira metade do século XX, dois loteamentos foram abertos, “Moderna Aldeota”, situado onde hoje atualmente está a Avenida Santos Dumont, chegando a Avenida Santana Júnior e o bairro do Papicú e outro loteamento junto ao porto do Mucuripe, chamado inicialmente de Antônio Diogo, no entanto modificado pelo nome popular, de loteamento da Praia do Futuro. No loteamento “Moderna Aldeota” em inícios da década de 60, especificamente em 1962, foi inaugurado o Hospital Geral do Ceará e sete anos depois, a cervejaria Astra, depois modificada denominação para cervejaria Brahma, esta gradativa indução para a zona leste da cidade

propiciou a construção do primeiro conjunto habitacional de grande porte na zona leste da cidade (Cidade 2000) em 1971.

Com a ponte do rio Cocó construída, criou-se um caminho para a zona Sudeste da cidade, pela chamada Avenida Perimetral (atual Avenida Santana Júnior), essa expansão foi gradativamente incorporando de maneira desrespeitosa o meio ambiente, pois o aterro de área de várzeas era cada vez maior para a construção de loteamentos, em direção às terras do Senhor Patriolino Ribeiro, atual bairro da Água fria.

Diferentemente do que pensam algumas pessoas, a topografia das primeiras quadras do loteamento da Praia do Futuro não era tão plana como observamos atualmente, em entrevista como o Sr. Valdir Diogo em junho de 2004, ele fala: “O loteamento Antônio Diogo foi bastante nivelado, pois havia ondulações de dunas no local e era permitido a época à utilização de máquinas D6, D8, motoniveladoras e posteriormente a isso, foi realizado o loteamento”.

Quanto ao papel da mídia na abordagem da Praia do Futuro, a começar da década de 1960, quando da consolidação do Porto do Mucuripe e dos terrenos contíguos, configurou-se iniciativas que proporcionaram grandes matérias na imprensa sobre as condições de operacionalidade do porto do Mucuripe e algumas matérias sobre as condições de vida do moradores ao redor do porto, e muito pouco sobre a Praia do Futuro. Fazendo-se uma analogia com o momento recente, seria muito parecido com a polêmica em torno do porto do Pecém, de sua capacidade de não de aportar grandes navios, polêmica principalmente no ano de 2002-2003. As páginas seguintes demonstrarão a cada matéria a prática dialética, onde as transformações, fluidez, conflitos, junto com abordagens sistêmicas ficaram demonstradas pela multiplicidade de fatos inter-relacionados nas matérias a cada ano estudado. Sendo assim questionamentos como:

Neve e Areia (sobre o assoreamento do porto do Mucuripe, O POVO 07/01/60);

Passos de cágado as obras do cais do Porto, O POVO 08/03/60;

O porto e a questão de responsabilidades, O POVO 17/03/60;

Nova sondagem do Mucuripe para verificar assoreamento, O POVO
18/03/60;

O porto e as classes produtoras, O POVO 18/01/61;

Governador trata do problema do Mucuripe, O POVO 07/02/61;

Jânio e o porto, O POVO 18/02/61;

A união e o problema do Mucuripe, O POVO 06/03/61;

Porto e eletrificação na agenda de Parsifal, O POVO 15/03/61;

Porto requer urgência, O POVO 19/04/61;

Garantidos recursos ao porto do Mucuripe, O POVO 05/08/61;

No morro do Castelo Encantado 1500 seres vivem como bichos
encurralados em tocas, O POVO 04/10/63;

Cais do porto agora comporta 10 navios, O POVO 08/10/63;

O pequeno inferno verde e o farol, O POVO 02/03/63;

Bombeiros para o porto, O POVO 07/11/63;

Banco de areia oferece sério perigo aos navios, O POVO 22/11/63;

Marinha eletrifica o farol novo do Mucuripe, O POVO 18/12/63.

As manchetes do ano de 1964 ainda colocavam sempre os mesmos problemas relacionados com a falta de infra-estrutura do porto do Mucuripe e da falta de recursos para resolvê-los, sendo assim, concentrarei as minhas pesquisas a partir do ano de 1965 quando a Praia do Futuro começou a ser de fato mais presente no dia a dia do Fortalezense como conseqüência da expansão da cidade de Fortaleza para Leste.

Em 1965 as manchetes principais na área em questão, já apareciam claramente a Praia do Futuro no contexto da especulação imobiliária, na natural consolidação do loteamento da imobiliária Antônio Diogo, além de infra-estrutura necessária para o crescimento do Porto do Mucuripe:

“O Ouro da Praia do Futuro”, que fazia uma propaganda de venda do Edifício Belo Horizonte, O POVO 30 e 31/01/65;

Fábrica de asfalto pronta em dezembro, O POVO 23/07/65;

As obras de abastecimento paralisadas, sobre o abastecimento de água do porto, O POVO 09/12/65.

Observa-se em 1966 uma tendência de crescimento na área pela consolidação do porto do Mucuripe, mesmo não existindo soluções definitivas em função de trabalhos importantes de dragagem e de tentativa por parte dos gestores públicos em resolver através de recursos da união os problemas de uma maneira gradual. Sendo assim equipamentos de porte tipo fábrica de asfalto induziu junto com as belezas naturais uma ocupação rarefeita através de edificações e até de opções de lazer, pois a jovem classe emergente local incorporava a Praia do Futuro como área bucólica, dos amantes da natureza e liberdade de ações e começou-se a preocupação com o futuro da praia, como mostram as manchetes:

Futurama reúne, clube que reunia na Praia do Futuro a classe social emergente de Fortaleza, O POVO 04/10/66;

Fim da draga, retirada da draga que trabalhou no porto do Mucuripe, O POVO 17/05/66;

Embelezar a cidade é salvar a Praia do Futuro, O POVO 15 e 16 /10/66.

Começava a preocupar, pelo menos nas páginas de jornais em melhorar a arborização da Praia do Futuro, que ao que parece não foi de fato realizada, como transcreve a matéria, (O POVO15/16/10/66):

O Departamento de Paisagismo foi informado de que um trecho da Praia do Futuro a poucos metros do mar está sendo loteado. Por isso vai procurar o prefeito Murilo Borges para pedir que a denúncia seja averiguada, pois segundo o Sr. Carlos Belandi (Diretor do Departamento de Paisagismo da Prefeitura) a área se presta para a instalação de bosques, já tendo programado o plantio de Oiti cajueiro, Coqueiro e Castanhola.

Quanto ao ano de 1967, observou-se fatos transformados em manchetes. As manchetes negativas sobre a descontinuidade das obras do porto do Mucuripe deixaram de existir e só se falava de avanço e melhorias em toda a área, com locais para divertimento (Figura 19), como comprovam estas matérias:

Companhia Docas faz do Mucuripe porto seguro, O POVO 26/04/67;

Fortune Drive in: Coração da Praia do Futuro, O POVO 15 e 16/07/67;



FIGURA 19- FOTO FORTUNE DRIVE IN

FONTE: JORNAL O POVO: 31/03/67-

Quanto ao ano de 1968, a Praia do Futuro mais consolidada como grande opção de lazer, havia uma sensação de possível “copacabanização”, sendo a atenção dos técnicos reportadas nos jornais da necessidade de se tomarem providências no sentido de ordená-la, sendo assim:

A Avenida do futuro, citando a necessidade do alargamento e iluminação da então via de calçamento Dioguinho, O POVO 22/04/68.

Hoje, os “Chez Pierre, os Drive-in Bar, os Sombra Amena”, vão povoando de cumeeiras leves ou portáteis o antigo deserto de dunas e ventos fortes. Praticamente, os banhos de mar de Fortaleza se mudaram com armas e bagagens para o lado do velho Farol. Por que não iluminar a Praia do Futuro? A municipalidade deve acompanhar o povo, criando-lhe novas área de respiração .

A Praia do Futuro será problema se a ocupação não for planejada, O POVO 19 e 20/10/68;

Por fim, O Sr. Hélio Modesto referiu-se ao crescimento que a cidade vem experimentando para o Leste, com aumento de edificação na zona da Praia do Futuro. Asseverou que o crescimento naquele sentido era esperado, mas

é indispensável que as autoridades municipais cuidem de discipliná-lo para que Fortaleza não venha a ser prejudicada. Lembrou que em outros estados a falta de planejamento tem levado a situações difíceis, mencionando especialmente o caso de Copacabana, uma praia notável que foi desumanizada. Considera que a Praia do Futuro tem grandes possibilidades turísticas, mas entende que se deve prioritariamente estabelecer uma orla residencial com todas as condições e habitabilidade e que impeça a desumanização e os problemas decorrentes de uma ocupação desordenada.

Mucuripe será mais fundo em quase 50%, O POVO 18/12/68.

Quanto ao ano de 1969, continuava sendo positivo para a área, com manchetes que demonstravam o progresso cada vez maior, aparecendo novamente, questionamentos quanto às condições sociais contrastantes no meio do “progresso”, assim sendo, observa-se os contrastes:

Clube do médico, nova perspectiva para a Praia do Futuro, O POVO 20/12/69;

Mucuripe terá terminal de petróleo no próximo ano, O POVO 26/12/69;

Despejo no morro, matéria que falava sobre despejo de famílias do morro do Castelo Encantado, O POVO 27/05/69;

Quanto ao ano de 1970, a Praia do Futuro sumiu da mídia do jornal O POVO, pois nos sete meses de pesquisa, com exceção do mês de junho, nada foi encontrado no jornal O POVO que merecesse um destaque maior como manchete e matéria jornalística, com exceção da matéria que se segue.

Detran começa amanhã guerra a meninos na Praia do Futuro, O POVO 15/05/70; sobre a iniciativa da Prefeitura de coibir a corrida de carrinhos de rolimã.

Quanto ao ano de 1971, continuam as manchetes onde demonstram o crescente movimento e melhorias no porto do Mucuripe e um incremento cada vez maior no fluxo de usuários para a Praia do Futuro, como mostram as seguintes manchetes:

Porto do Mucuripe cresce contribuindo para o progresso do estado do Ceará, O POVO 06/02/71;

Mão única na Praia do Futuro amanhã, O POVO 07/08/71, em função do tráfego maior no Domingo estabelecia-se à mão única para os carros;

Praia do Futuro e a cidade árida, O POVO 23/08/71, trecho da matéria, “Porque na verdade Fortaleza está se tornando uma cidade árida, com praças em número insuficiente e com arborização constantemente sacrificada”.

No ano de 1972, falava-se na construção de aterro para melhorar a questão da ancoragem de navios no porto do Mucuripe, a questão do tráfego de veículos era citada também, assim sendo:

Praia do Futuro-O POVO (Editorial) 12/01/72; com grifo do pesquisador:

Está mais que provado que é preciso construir uma pista alternativa para os veículos, pois a que existe não tem condições de comportar o crescente volume de tráfego. A nova via de tráfego poderá ser construída nas dunas que separam a praia da cidade [atual Trajano de Medeiros, construída apenas parcialmente]. Tudo indica que dentro de muito pouco tempo a situação da Praia do Futuro será dramática. Milhares e milhares de banhistas estão se deslocando para lá, procurando fugir a poluição já denunciadas nas praias do litoral norte. Sobre este último aspecto, cumpre lembrar que a sujeira está aumentando perigosamente. Ao longo de toda praia funcionam barracas para a venda de bebidas, churrasquinhos, peixes, caranguejos e frutas diversas e nenhuma dessas barracas possui um depósito sequer para recolher os restos de comida. A poluição está começando na areia e pode ir adiante.

Começava-se aí uma grande campanha por parte da mídia em condenar as incipientes barracas de praia, não sem razão, já que na época, as barracas de praia realmente nada tinham de higiene e eram bem diferentes da estrutura atual.

Draga já começou a trabalhar, mas aterro não sairá logo, O POVO 04/05/72.

No ano de 1973, o que servia como manchete, era ainda o misto de evolução, problemas sociais com ameaça de despejo de moradias populares. Barracas como chamariz para assaltos, prostituição e falta de controle quanto ao Uso e o tipo de Ocupação do Solo, assim sendo:

Barracas na praia, controle, intenção por parte da prefeitura de só permitir a construção de barracas do lado oposto à praia em lugares urbanizados pela prefeitura, O POVO 25/01/73;

Barracas vão mudar, sobre matéria anterior, O POVO 07/02/73;

Ameaça de despejo para mais de 500 favelados, sobre a retirada de 127 casas para a continuação da Santos Dumont até a Zezé Diogo, O POVO 13/01/73.

Mais de 500 pessoas, entre casais, solteiros e crianças, estão ameaçadas de despejo da favela, são 127 casas situadas na Avenida Santos Dumont, caso a justiça dê ganho de causa aos proprietários do terreno [...] A parte ocupada e objeto da questão situa-se na avenida Zezé Diogo, confluência com as ruas Batista de Oliveira, Julio Azevedo e Joaquim Lima.

Nova Praia do Futuro, matéria transmitindo a intenção do alargamento da Zezé Diogo para duas pistas, com pista de rolamento e iluminação feérica, O POVO 17/08/73;

Curtição Presente, sobre a música composta por Taiguara, "Maria do Futuro", quando o compositor em visita a Praia do Futuro inspirou-se no local para compor, O POVO 15/04/73.

No ano de 1974, observou-se além da continuidade da intenção em melhorias para a Praia do Futuro, tema social falando do bairro Castelo Encantado em seus aspectos sociais que surgiram na mídia. Surgiu um novo assunto que perdura até hoje, que é o controle da poluição do litoral cearense, especificamente da Praia do Futuro e de nossa cidade como um todo.

Castelo Encantado 3x4, O POVO 25/11/74, sobre a situação difícil destes moradores;

Só interceptor oceânico despouirá Fortaleza, O POVO 30/12/74; Questionando-se também por que, no projeto do interceptor oceânico, não contemplou a Praia do Futuro.

No ano de 1975, a polêmica sobre as barracas de praia perdurava, onde a maioria das pessoas queria a sua presença, diferentemente da opinião de técnicos e

refletidas pelos editoriais de jornais que se manifestavam contrariamente, colocando sempre a questão da falta de higiene para a não aceitação. Além disso, questões quanto à prostituição, roubo em geral, principalmente de toca-fitas, transformaram a Praia do Futuro, de um paraíso prometido, em caso de polícia; neste ano, também um fato novo começou a vincular-se em jornais, que era a retirada de areia das dunas para construção civil, assim sendo:

Dunas, a depredação que cresce dia a dia, O POVO 23/12/75;

Enquanto as prefeituras de outras capitais, especialmente Curitiba, pressionam o governo da União no sentido de obterem leis federais de controle do uso do solo [...] Fortaleza não adota uma política firme em relação aos avanços constantes contra as áreas de preservação paisagística, turísticas, reservas verdes, etc. Sob a alegativa de que não dispõem de recursos para proceder às indenizações, permite a urbanização de terrenos em conflito com o que determina o artigo oitavo da lei 4486, de 27 de fevereiro de 1975, que disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo. Neste caso está o loteamento que uma firma promove, atualmente na duna conhecida por morro dos “seis emes” [...] Está construindo também 10 casas de luxo (Vereda Atlântica), “De alto luxo”, faz questão de assinalar um dos seus vendedores.

Bares da Praia do Futuro fecham a partir de hoje, O POVO 11/04/75;

Praia do Futuro já fôra, matéria falando das barracas e seus problemas, O POVO 20/10/75.

No ano de 1976, observa-se que a Praia do Futuro mostrava melhorias através da urbanização que ocorrera, no entanto, como contraponto, os problemas continuavam os mesmos e agravando-se cada vez mais, pois a questão da areia nos bares e na pista afugentando os freqüentadores, ocasionando o fechamento de algumas barracas, era um fato. A questão da ausência de infra-estrutura e da falta de arborização foram dois novos assuntos da pauta dos jornais de nossa cidade, os primeiros empreendimentos imobiliários começavam a surgir, e o primeiro de expressão, chamado Vereda Atlântica iniciou uma seqüência de matérias sobre a devastação de dunas, assim sendo:

A marcha da especulação, O POVO 07/01/76;

Mais fogo na duna do Papicú, O POVO 28/01/76;

Devem ser impedidos abusos contra as dunas, O POVO 08/02/76;

Defesa das praias e área verdes, O POVO 07/02/76;

Vereda Atlântica, O POVO 12/02/76;

Com a urbanização a paquera poderá ser a pé, O POVO 24/06/76;

Plantar gramas e coqueiros, O POVO 25/08/76;

O novo caminho da Praia do Futuro, Santos Dumont com 3,5 km de prolongamento, O POVO 25/10/76;

Santos Dumont redescobre belas praias de Fortaleza, O POVO 13/11/76;

Avenida Dioguinho: mais um benefício à Praia do Futuro, O POVO 26/11/76.

Quanto ao ano de 1977, observou-se os mesmos problemas de sempre, no entanto, abordagens quanto à possibilidade de lazer ficam mais clara para a população, com a divulgação da abertura da Avenida Dioguinho, e já com a Santos Dumont aberta, a Praia do Futuro recebe ares de desenvolvimento e otimismo novamente, e um fato novo começa a se cristalizar, que são os lançamentos imobiliários particulares, assim sendo:

Moderna Praia do Futuro, propaganda do edifício Morada do Sol, O POVO 10/12/77;

Dioguinho em Janeiro, O POVO 10/12/77;

Alto preço de morar pelo figurino, preço que na época demonstrava quanto era caro possuir terrenos na Praia do Futuro, O POVO 02/01/77;

Beleza ameaçada-Editorial sobre a destruição do meio ambiente na construção da Santos Dumont e Zezé Diogo, O POVO 04/04/77;

Quanto ao ano de 1978, observa-se a construção da Avenida Dioguinho como ponto máximo, por parte do poder público e em consequência, os investimentos por parte dos empresários, em atividades que acreditavam serem rentáveis. Também os problemas quanto ao lixo, falta de manutenção dos equipamentos construídos e poluição através das galerias de águas pluviais estavam nos jornais, assim sendo:

Dioguinho, prolongamento vai começar, O POVO 01/03/78;

Praia do Futuro está sem infra-estrutura, O POVO 03/10/78;
Galerias de águas pluviais atingem as praias de Fortaleza, O POVO 18/05/78;
Reativação da Praia do Futuro em breve, matéria sobre dois restaurantes novos: Balanço do Mar e Fogão, O POVO 19/05/78;

Quanto ao ano de 1979, observa-se à questão da habitação popular, meio ambiente, da falta de limpeza, da poluição e dos empreendimentos imobiliários que aumentavam cada vez mais, mesmo com os problemas de infra-estrutura tão citados, assim sendo:

Mais uma duna em destruição, O POVO 13/10/79;
Lagoa do coração: favelados sob ameaça de despejo, O POVO 04/04/79;
Praia do Futuro tem piche em toda parte. O POVO 16/04/79;
Propaganda, lançamento imobiliário Edifício Costa Brava, construtora SERVES. O POVO 27/04/79;
Propaganda edifícios: Morada do Futuro, da Praia, do Atlântico e das Dunas, construtora CENPLA. O POVO 02/06/79;
Propaganda, lançamento imobiliário edifício Leonardo da Vinci, construtora PLACON, O POVO 16/06/79;
Limpeza da praia ficou só na intenção, O POVO 14/10/79;
Propaganda, lançamento imobiliário Edifício Comodoro, construtora COEBA, O POVO 29/12/79;

Quanto ao ano de 1980, o desmonte de duna continuava, a falta de higiene, os novos empreendimentos imobiliários preenchendo a seção de classificados, como em nenhum momento desde o surgimento da Praia do Futuro, assim sendo:

EIT carrega dunas da Praia do Futuro para aterrar a BR 116, O POVO 28/02/80;
Dunas: natureza violentada, O POVO 29/05/80;

O perigo no paraíso das barracas, ocupantes diferenciados de acordo com a classe social e também se fala da falta de higiene nas barracas, O POVO 10/02/80;

Praia do Futuro: Paraíso dos Apartamentos, O POVO 27/05/80;

Propaganda, lançamento imobiliário do edifício San Martin, O POVO 07/04/80;

Propaganda edifício Giuliano, O POVO 17/05/80;

Propaganda edifício Santorinni, O POVO 02/08/80;

Propaganda dos edifícios Ticiano e Rafaello, O POVO 09/08/80;

Propaganda edifício Malibú, O POVO 10/08/80;

Propaganda edifício Figueredo Correa, O POVO 30/08/80;

Propaganda do edifício Guaraparí, O POVO 06/09/80;

Quanto ao ano de 1981 observa-se, já uma sutil diminuição dos empreendimentos imobiliários na área, com reportagens negativas expressando o caos presente e como a Praia do Futuro estava “saturada imobiliariamente”. Definitivamente, a Praia do Futuro era colocada como decadente e até como caso de calamidade pública, apesar de alguns lançamentos imobiliários tentarem expressar o contrário, assim temos:

Propaganda, lançamento imobiliário do edifício Neptunus, O POVO 01/02/81;

Propaganda do edifício Marseille, O POVO 01/02/81;

Propaganda do edifício Dona Clara, O POVO 01/02/81;

Propaganda do edifício Concha e Dunas, O POVO 08/02/81;

Praia do Futuro em decadência deixa de ser ponto de atração, O POVO 06/04/81;

Propaganda dos edifícios Ipanema e Leblon, O POVO 03/05/81;

Não existe projeto para a Praia do Futuro, palavras do prefeito Lúcio Alcântara, dizendo também que não existe cuidado com a preservação da beleza natural, O POVO 03/06/81;

Praia do Futuro tem crescimento anárquico, palavras do primeiro loteador, Sr. Antônio Diogo, dizendo também que áreas de praça foram doadas a clubes sociais, O POVO 04/06/81;

Aridez completa na Praia do Futuro, O POVO 19/06/81;

Propaganda do edifício Atlantis, O POVO 01/08/81;

A Praia do Futuro, maior crescimento vertical registra a saturação do mercado, matéria que retrata grande crescimento vertical na área que traduzia em saturação, O POVO 25/08/81;

Falta de público levou o caos a Praia do Futuro, matéria que deduz diversas causas para a situação de caos na Praia do Futuro, O POVO 26/08/81;

Exploração, poluição e nenhuma providência, O POVO 02/12/81.

Propaganda do edifício Vila Lobos, O POVO, 17/12/81;

Quanto ao ano de 1982, os problemas continuavam sendo os mesmos, assim sendo:

Praia do Futuro, a decadência continua, O POVO 24/01/82;

A Praia do Futuro não é mais aquela, matéria falando sobre os ladrões de praia que cada vez mais estavam presentes, O POVO 08/02/82;

Projetos sem os erros da Beira-Mar, sobre um novo projeto de urbanização da Praia do Futuro, O POVO 10/03/82;

O sucesso do fim de semana, sobre a barraca Pepe Legal como boa opção de lazer, higiene na área. Considera-se a primeira matéria elogiando uma barraca de praia na Praia do Futuro, O POVO 21/03/82;

Urbanista quer a Praia do Futuro planejada, O POVO 02/05/82;

Praia do Futuro pede urgente infra-estrutura, O POVO 04/05/82;

Urbanização da Praia do Futuro terá 5500metros, O POVO 08/05/82;

Crescimento da Praia do Futuro deve ser ordenado, O POVO 29/05/82;

Urbanização da Praia do Futuro aguarda recursos, O POVO 22/08/82;

Anel rodo-ferroviário ameaça Praia do Futuro, O POVO 25/08/82;

O futuro da praia, O POVO 27/08/82;

Transporte Coletivo: um sonho da Praia do Futuro, O POVO 24/09/82;

Praia do Futuro: areia toma casa rapidamente, O POVO 29/10/82;

No ano de 1983, os problemas ainda perduravam, principalmente quanto às barracas de praia, assim temos:

Presidente da EMURF: Praia do Futuro é uma favela, O POVO 14/01/83;

Todos querem permanecer, matéria sobre a retirada das barracas tanto da beira mar quanto da Praia do Futuro pela capitania dos portos, O POVO 09/03/83;

Moradores da Praia do Futuro pedem calçamento para a rua, D/N 24/03/83;

Animais e areia assustam as crianças na Praia do Futuro, D/N 21/04/83;

Areia invade Praia do Futuro e ameaça lazer, onde foi sugerido o plantio de grama, O POVO 30/05/83;

Alta tensão é ameaça de vida para a praia, D/N 30/05/83;

Invasão de barracas, sobre a falta de higiene nas barracas de praia, O POVO 02/11/83;

A partir de janeiro Praia do Futuro será urbanizada, D/N 04/12/83.

No ano de 1984, observa-se um movimento forte de urbanização por parte do prefeito César Cals Neto, onde se começou a execução da obra da urbanização da Praia do Futuro. Ainda, o assunto acesso continuava complicado no final de semana e um fato começava a aparecer de maneira mais forte nos jornais, que era a questão da poluição das galerias de águas pluviais, e por conseqüência, poluição da praia, através dos edifícios e até pelas distribuidoras de petróleo, assim sendo:

Urbanização da Praia do Futuro tem início dia quatro próximo, D/N 02/01/84;

Urbanização da Praia do Futuro em 7 meses, O POVO 03/01/84;

Urbanização da praia, D/N 12/01/84;

Moradores da Praia do Futuro negam-se a financiar projetos, D/N 13/01/84;

Praia do Futuro urbanizada em 240 dias, O POVO 20/01/84;

Vereador protesta contra cobrança de taxa para obras, O POVO
23/01/84;

Fica difícil se chegar a Praia do Futuro no final de semana, O POVO
30/01/84;

César Neto faz palestra sobre urbanização da Praia do Futuro, D/N
19/02/84;

Urbanização da Praia do Futuro, sobre o projeto de urbanização para a
área, O POVO 13/03/84;

A segurança da Praia do Futuro motiva debate entre vereadores, D/N
19/03/84;

Acelera urbanização da praia, O POVO 23/03/84;

Praia do Futuro tem lençol contaminado, O POVO 02/07/84;

Prefeitura realiza arborização na área da Praia do Futuro, D/N
09/07/84;

Inauguração da Urbanização da Praia do Futuro será em agosto, D/N
17/07/84;

Esgotos ligados a Praia do Futuro, O POVO 02/08/84;

Primeira etapa da urbanização da praia sai em setembro próximo,
D/N 21/08/84;

SUDEC realiza teste de esgoto da Praia do Futuro, O POVO 23/08/84;

Confirmado: Edifícios estão poluindo a Praia do Futuro, O POVO
24/08/84;

Ocupação desastrosa, editorial sobre o caos no Uso e Ocupação do
Solo da Praia do Futuro, O POVO 25/08/84;

O que está acontecendo na Praia do futuro não chega a surpreender urbanistas e arquitetos que se têm preocupado seriamente com a adequação do crescimento de Fortaleza, as normas do Urbanismo, mais cedo ou mais tarde, a ocupação anárquica daquela faixa do litoral, intensificada depois da construção da Zezé Diogo e o prolongamento da Santos Dumont, haveria de ter isso mesmo - a poluição em grande escala de todo o bairro devido ao despejo a céu aberto de afluentes de esgotos domésticos. [...] Com o advento das mencionadas avenidas, cuja finalidade era de diversificar e ampliar o acesso da comunidade á Praia do futuro, operou-se uma transformação radical na forma de ocupação de toda a área [...] Agora estamos diante do fato consumado. Pelo menos três grandes edifícios estão com as fossas estouradas, a despejar na via pública [...] No caso da Praia do futuro tem-se de encontrar, com toda urgência, um meio de sobrestar o processo de poluição, que tende assumir dimensões

gigantescas. Há de se cuidar, também, enquanto há tempo para isso de reformular ou reordenar a sistemática de ocupação [...].

- Edifícios estão na mira do sanear**, D/N 31/08/84;
- Projeto protege a Praia do Futuro**, O POVO 20/09/84;
- Prefeito quer praia urbanizada este ano**, O POVO 25/09/84;
- Urbanização da Praia do Futuro é entregue hoje a Fortalezenses**, D/N 30/09/84;
- Fortalezense recebe Pólo de lazer com carnaval**, D/N 01/10/84;
- Praia do Futuro condenada pela densidade demográfica**, O POVO 04/10/84;
- Vereador faz protesto para novo zoneamento**, O POVO 04/10/84;
- Praia do Futuro pode ficar poluída como a beira mar**, O POVO 09/10/84;
- Efluentes não são controlados**, O POVO 09/10/84;
- Segunda etapa da Urbanização é do povo**, O POVO 05/12/84;
- Pólo turístico Atlântico Sul, prefeito entrega segunda etapa na Praia do Futuro**, D/N 05/12/84;
- Trabalhos da Praia do Futuro vão continuar no próximo ano**, D/N 23/12/84.

Quanto ao ano de 1985, observa-se uma tentativa dos órgãos públicos de cobrar pelas melhorias recentemente inauguradas, e a população não aceitou. Outro aspecto acrescentou-se aos problemas anteriormente expostos que foi a falta de manutenção dos equipamentos urbanos por parte da Prefeitura, apesar da continuidade nas obras de urbanização. Pela primeira vez é citada a possibilidade da construção de ponte sobre o rio Cocó, assim temos:

- Paralisadas as obras da Praia do Futuro**, matéria sobre a paralisação das obras do Pólo Atlântico Sul da administração César Cals Neto, O POVO 08/01/85;
- Arborização da Praia do Futuro deve começar nesta semana**, D/N 24/04/85;
- Na quarta Dioguinho terá tráfego liberado**, O POVO 13/06/85;

Borges de Melo e Praia do Futuro: a cidade vai ganhar cara nova, D/N 07/07/84;

Acesso à Praia do Futuro permanece intransitável, D/N 08/07/85;

EMURF cobra taxa sobre os protestos da comunidade, O POVO 16/07/85;

Obras da Praia do Futuro estão abandonadas, as areias das dunas enterrando aos trabalhos do pólo de lazer, O POVO 09/11/85;

Arquiteto: Arborização da praia é viável, O POVO 13/11/85;

Fossas poluem a Praia do Futuro, e no inverno a moradia poderá ser inviável, O POVO 23/11/85;

Idéia de avenida portuária é criticada por Arquiteto, a opinião do Arquiteto Jorge Neves sobre a construção da ponte, chamada avenida portuária, O POVO 23/11/85.

Quanto ao ano de 1986, observei que havia, por parte dos especuladores imobiliários, movimentos de modificação quanto à lei de uso e ocupação do solo, sendo esta intenção barrada pela prefeita da época, assim observo:

Lançamento imobiliário do Edifício Al Mare, O POVO 11/01/86;

Lei tenta descaracterizar ainda mais a Praia do Futuro, O POVO 19/09/86;

Veto da Prefeita Maria Luiza a lei da câmara que aumentava a densidade da Praia do Futuro, O POVO 17/09/86;

Em defesa da cidade, D/N 24/09/86;

Projeto vetado será debatido na Câmara por entidades locais, D/N 27/09/86;

Lei vetada é de um autor desconhecido na Câmara Municipal, D/N 24/10/86;

Urbanização da Praia do Futuro pára por falta de financiamento, D/N 25/10/86;

Engarrafamento perturba lazer dos banhistas, sobre congestionamento da Avenida Zezé Diogo com Santos Dumont, O POVO 01/12/86.

Quanto ao ano de 1987, tenho a mostrar que empresas imobiliárias tentam passar para a população que a Praia do Futuro é “ótima” para loteamentos e que ocorrerá um novo “boom” imobiliário na área, perspectivas otimistas, apesar de não serem realistas, pois contrastavam com outras matérias expressando ainda o enorme abandono da área e reclamação de carestia por parte da população em relação às barracas. E em outro momento, investidores imobiliários expressando uma enorme decepção em função da quantidade de problemas na Praia do Futuro. Sendo assim as manchetes:

Mais um espaço abandonado, o Pólo da Praia do Futuro, omissão do poder público na manutenção, O POVO 25/02/87;

Área boa para loteamentos, empresas loteadoras anunciam o novo “boom” imobiliário, necessitando de financiamento por parte do governo, O POVO 27/03/87;

As perspectivas de crescimento, turismo e crescimento imobiliário, O POVO 27/03/87;

Moradores reclamam da sujeira crônica da Praia do Futuro, D/N 02/06/87;

A realidade e o sonho de se antecipar o futuro, falando sobre projeto de hotéis e pólos de lazer, O POVO 14/07/87;

Praia do Futuro sofre obstrução de ruas, sobre favelas ocupando ruas de acesso aos loteamentos da Praia do Futuro, O POVO 14/07/87;

A realidade do sonho de se antecipar o futuro, O POVO 14/07/87;

Lagoa do Coração convoca seus moradores para uma assembléia, D/N 27/08/87;

Praia do Futuro se transforma também em uma rampa de lixo, D/N 04/10/87;

Recuperação da Praia do Futuro feita sem choques, operação que consistia naquela época da retirada de barracas excedentes, O POVO 20/10/87.

Preços deixam praias vazias, O POVO 16/11/87;

A Praia do Futuro foi a Barra da Tijuca Cearense, falando da decepção dos investidores imobiliários, O POVO 13/12/87;

Proprietária de terreno fecha a rua da federação na Praia do Futuro,
D/N 13/12/87;

Quanto ao ano de 1988, observa-se que começa uma nova urbanização na Praia do Futuro contrastando com diversos problemas de sempre, no entanto, aparece pela primeira vez à entidade, Procuradoria de Justiça do Estado, no sentido de auxiliar a Prefeitura na organização do espaço urbano. Várias matérias chamam a atenção para o problema do contraste social expressado pelos edifícios de luxo vizinhos a vários casebres. Outro aspecto novo é a questão do modismo de comer caranguejo, sendo assim:

PJE auxilia na urbanização da Praia do Futuro, D/N 17/03/88;

Adeus Praia do Futuro..., matéria sobre dejetos dos ricos no mar, barraqueiros, carestia e culpa para os poderes públicos, O POVO 09/04/88;

Ricos e pobres disputam chão da Praia do Futuro, D/N 21/04/88;

Faltam recursos para concluir urbanização da Praia do Futuro, D/N 18/05/88;

Cansados de esperar barraqueiros decidem urbanizar a suas custas,
D/N 20/05/88;

Praia do Futuro cresce sem infra-estrutura urbana, D/N 23/05/88;

Sob sol e chuva, D/N 08/06/88;

Favela cresce nas dunas alvas da Praia do Futuro, D/N 13/06/88;

Cruzamento na Praia do Futuro é rampa feita por moradores, D/N 08/07/88;

Fortaleza vive um novo modismo, sobre comer caranguejo na praia à noite, D/N 29/07/88.

Esgoto setorial é saída para a poluição, sistema ideal, no entanto, caro D/N 04/09/88;

Acelera-se descaracterização da Praia do Futuro, O POVO 11/09/88;

Caminhoneiros formam ponto de encontro na Praia do Futuro, D/N 06/12/88;

Urbanização melhora serviços na Praia do Futuro, O POVO 06/12/88;

Já no ano de 1989, observa-se a continuidade das matérias sobre os eternos problemas, assim sendo:

Comunidade do Santo Amaro há dois anos espera pela CAGECE, D/N 06/01/89;

Lagoa do Coração pede ajuda para recuperar casas de 500 famílias, D/N 17/01/89;

Banhistas da Praia do Futuro reclamam piche na areia, D/N 20/02/89;

Famílias da Lagoa do Coração já podem sonhar com a casa própria, D/N 02/03/89;

Praias são(sic) um grande hospital, matéria tratando dos agentes patogênicos presentes em praias poluídas, O POVO 26/03/89;

Rio Cocó, ecologistas repudiam a nova ponte, O POVO 12/05/89;

Caos urbano ameaça bairro do futuro, sobre a favelização e a primeira tentativa de determinar afastamento de 35m, a partir da linha de preamar, para a colocação das barracas, O POVO 14/05/89;

Barraqueiro da Praia do Futuro esclarece sobre seu comércio, D/N 14/05/89;

Devastação das dunas da Praia do Futuro recomeça, O POVO 25/05/89;

Prefeitura disciplina, quanto às barracas com área de apenas 42-45 m², o que na verdade ficou só na intenção, O POVO 06/10/89;

Moradores protestam contra lixo em rua da Praia do Futuro, D/N 16/10/89;

Já no ano de 1990, observaram-se matérias que falam sobre poluição na praia por manchas de óleo e algas diatomáceas e progressos através de novos projetos. Coloca-se em suspeita a água das barracas e os marginais continuam a solta, assim sendo:

Energia elétrica é crucial problema na Praia do Futuro, D/N 13/01/90;

Praia do Futuro quer creche comunitária e transporte coletivo, D/N 17/01/90;

Manchas geram passeata e controvérsias, O POVO 04/02/90;
Óleo polui Praia do futuro e afasta a maioria dos usuários, D/N 04/02/90;
Banhistas protestam contra manchas, O POVO 05/02/90;
Manchas são algas tóxicas, O POVO 08/02/90;
SEMACE orienta que Praia do Futuro deve ser evitada, D/N 08/02/90;
Manchas desaparecem da Praia do Futuro e banhistas voltam, D/N 11/02/90;
Banda ônix movimenta o dia dos banhistas na Praia do Futuro, D/N 19/02/90;
Interceptor prazo de conclusão é de 11 meses, O POVO 11/03/90;
Beleza perde espaço para lixo e entulhos na Praia do Futuro, D/N 11/03/90;
Tasso visita obra do interceptor oceânico na Praia do Futuro, D/N 11/03/90;
Associação da Praia do Futuro quer mudar fisionomia do bairro, D/N 26/03/90;
Praia do Futuro continua poluída com novos poços, O POVO 03/04/90;
Chuveiro que funciona com fichas é novidade na Praia do Futuro, D/N 09/04/90;
Praia do Futuro pede abrigos e término de monopólio no ônibus, D/N 13/05/90;
Casa com dois anos, sobre ocupação de terreno na Dioguinho, D/N 20/06/90;
Praia do Futuro sem saneamento, D/N 03/07/90;
CAGECE é acusada de poluir água, O POVO 23/07/90;
Areia invade pavimentação e prejudica motoristas, D/N 09/07/90;
Praia do Futuro perde encanto por ação de marginais, D/N 15/07/90;
Eletricidade é ameaça na área da Praia do Futuro, sobre os quadros de eletricidade da COLECE exposto, D/N 01/08/90;
As ruas da Praia do Futuro sofrem com a cobertura das areias, D/N 05/08/90;
Projeto prevê arborização da Praia do Futuro, O POVO 04/12/90;

No ano de 1991, temos como principais assuntos tratados nos jornais, ainda a falta de infra-estrutura, corrosão, impressão de deserto para o local, falta de controle urbano, assim temos:

Associação realizará na Praia do Futuro Instant Open de Surf, O POVO 13/01/91;

Praias, crise não afeta fim de semana, O POVO 21/01/91;

Praia do Futuro pede recuperação de calçamento de duas artérias, D/N 23/01/91;

Policia não permite realização de bingo na Praia do Futuro, D/N 04/02. 91;

Rampa de lixo da Praia do Futuro deixa moradores insatisfeitos, D/N 19/02/91;

Interrupções de energia na praia são causadas por ação da maresia, D/N 02/03/91;

Banhistas pedem fiscalização, sobre necessidade de conferir preços e condições de higiene das barracas na Praia do Futuro, O POVO 04/03/91;

Bairro da Praia do Futuro está também pedindo socorro; O POVO 19/03/91;

Vereadores propõem urbanização, plantação de coqueiros, O POVO 23/03/91;

Código disciplina construção, O POVO 28/03/91;

Comunidade pede apoio para promoção social da Lagoa do coração, D/N 18/08/91;

Calçadão da Praia do Futuro está completamente abandonado, D/N 24/08/91;

Falta de água na Lagoa do Coração revolta moradores, D/N 28/08/91;

Praia do Futuro sofre com destruição e lixo ao longo do calçadão, D/N 09/09/91;

Engarrafamento dificulta ida a Praia do Futuro, D/N 25/11/91;

Barracas tomam espaço de banhistas na Praia do Futuro, D/N 22/12/91.

Já no ano de 1992, observa-se ainda a continuidade da falta de poder público para resolver as questões, principalmente de gestão, ainda mais, neste ano um problema torna-se extremamente demorado a sua solução que é o trabalho de drenagem na área, assim temos:

- Carros ocupam espaço de pedestres na praia, D/N 06/01/92;**
- Moradores da rua Altamira e Santo Amaro fazem queixas, D/N 17/01/92;**
- Plantação dá aspecto de sertão no caça e pesca, D/N 03/02/92;**
- Freqüentadores temem que as melhorias tirem originalidade, O POVO 06/04/92;**
- Amostra indica que rio Cocó joga fezes na Praia do Futuro, D/N 15/04/92;**
- Arrastão de limpeza na área da Praia do Futuro, D/N 07/05/92;**
- Ação de trombadinhas preocupa os banhistas, D/N 11/05/92;**
- Obras de drenagem da Praia do futuro serão em três etapas, D/N 24/06/92;**
- Falta de água na Praia do Futuro causa prejuízos a barraqueiros, D/N 29/06/92;**
- Barraqueiros da Praia do Futuro criticam a drenagem, O POVO 03/07/92;**
- Drenagem da Praia do Futuro está em impasse, O POVO 12/07/92;**
- Insegurança invade os condomínios da Praia do Futuro e causa apreensão, D/N 24/08/92;**
- Urbanização da Praia do Futuro, O POVO 20/09/92;**
- Drenagem embargada atrasa urbanização da Praia do Futuro, O POVO 14/10/92;**
- Falta de garantia protela a obra da Praia do Futuro, necessidade de um EIA-RIMA, que não foi feito, O POVO 17/10/92;**
- Galerias da Praia do Futuro são lacradas por enquanto, O POVO 25/11/92;**
- Praia do Futuro amanhece coberta de piche, O POVO 29/12/92;**
- Mancha de piche suja faixa da Praia do Futuro, D/N 29/12/92;**
- Ação da EMLURB deixa área com menos sujeira, D/N 30/12/92.**

No ano de 1993, observa-se ainda o problema de drenagem que perdura, aparecendo um novo problema, ainda não citado anteriormente, que são os atritos entre barraqueiros e ambulantes, que cada vez mais se confirmará até os nossos dias, assim temos:

Obras da Praia do Futuro podem sofrer novo embargo, O POVO
15/01/93;

A Praia do Futuro com urbanização já pronta antes da folia, D/N
03/02/93;

Barraqueiros da Praia do Futuro lutam para preservar o local, D/N
08/02/93;

A SUMOV afirma que as galerias são para escoamento pluvial, D/N
09/02/93;

Barraqueiros protestam contra ambulantes na Praia do Futuro, O
POVO 14/03/93;

SPLAN embarga obras das galerias pluviais na Praia do Futuro, O
POVO 14/04/93;

SUMOV proíbe obra de galeria pluvial, D/N 14/04/93;

Estacionamento de carros prejudica urbanização, D/N 23/05/93;

Morro do Coração inacessível, D/N19/07/93;

Urbanização da Praia do Futuro será concluída até o mês de
setembro, D/N 21/07/93;

Devastação aumenta maresia na Praia do Futuro, sobre extração de
areia de dunas, desmatamento e a salinidade só inferior ao mar Morto,
recomendações de como conviver com a maresia, O POVO 01/08/93;

Praia do Futuro se urbaniza sem serviços essenciais, O POVO
22/08/93.

Avenida José Sabóia na Praia do Futuro vai ficar mais larga, D/N
01/09/93;

Construção de galeria pluvial transtorna a Praia do Futuro, D/N
05/09/93;

Rua Ismael Pordéus na Praia do Futuro repleta de crateras, D/N
11/11/93.

Quanto ao ano de 1994, observa-se que, por ser ano de eleições, e copa do mundo, a mídia ocupou bastante seus espaços com essas matérias e a temática Praia do Futuro apareceu subliminarmente e raramente como manchete, pelo menos nos 7 meses pesquisados. A partir dessa época, a região era, na maioria das vezes, colocada como ampla área de lazer para o Fortalezense e o turista. Observava-se assim uma mudança quanto à imagem vendida da Praia do Futuro. Obviamente aconteceram mudanças, pois como acompanhamos do processo dialético, a área de estudo transformava-se paisagisticamente para uma feição parecida com a atual concepção, principalmente na parte mais interessante e visível para o público, que é a faixa de praia, e depois de muitos anos, surge um lançamento de um empreendimento imobiliário, assim sendo:

Praia do Futuro fervilha, sobre o divertimento na praia nas quintas-feiras, O POVO 16/01/94;

Ula-Ula na praia, D/N 23/01/94;

Vigilância sanitária vai à Praia do Futuro, D/N 28/01/94;

Cipreste resiste à maresia e embeleza a orla marítima, D/N 21/02/94;

Barracas atraem banhistas no final de semana, O POVO 07/03/94;

Prolongamento da Padre. Antônio Tomás é nova opção para tráfego, matéria que à época colocava como melhoria de acesso à praia com abertura de avenida, só acontecida agora em 2004, O POVO 16/03/94;

Mais uma tentativa de arborização na área da Praia do Futuro, D/N 13/04/94;

Casebres tremem com ação de tratores na lagoa do coração, D/N 10/05/94;

PT distribui na praia cinco mil adesivos para campanha de Lula, O POVO 30/05/94;

Guarda municipal inaugura casa de apóio ao banhista na Praia do Futuro, D/N 11/06/94;

Marginalidade desvaloriza imóvel na Praia do Futuro, D/N 12/07/94;

Negociantes da Praia do Futuro exigem a integração temática, D/N 22/07/94;

Propaganda do lançamento do empreendimento Village Van Cartier, depois de um longo período sem nenhum lançamento imobiliário, O POVO 08/08/94.

Festa na Praia do Futuro celebra lemanjá, O POVO 15/08/94;

Praia do Futuro aguarda igreja, D/N 19/09/94;

Corrosão no concreto provocada pela salinidade do mar pode ter solução com dejetos industriais, O POVO 16/12/94;

Já no ano de 1995, observa-se nova proposta de lazer para a Praia do Futuro, os problemas de sempre; de desmonte de dunas, poluição, falta de segurança, favelização cada vez mais se acentuam. Um novo enfoque na área de estudo, é que as barracas de praia também em alguns casos passam a ser local de moradia e com aparência de favela, e como tentativa de melhoria das condições de saúde para população o surgimento do projeto SANEAR, e uma rara ação da Prefeitura em controlar os espaços públicos, assim sendo:

Praia do Futuro enfrenta problemas com prostituição e drogas, O POVO 05/01/95;

Lazer na Praia do Futuro, sobre um empreendimento chamado “Água Fresh”, D/N 06/01/95;

Muro é demolido em área pública da Praia do Futuro, O POVO 13/01/95;

Eventos esportivos vão agitar a Praia do Futuro, D/N 28/01/95;

Corrosão a Praia do Futuro e Aracati é bastante acentuada, D/N 27/04/95;

Dunas da praia do Futuro devastadas com retirada de areia, D/N 02/05/95;

IBAMA E SEMACE visitam área devastada na Praia do Futuro, D/N 03/05/95;

Barracas da Praia do Futuro dão lugar a favelas, D/N 31/05/95;

Idéias, Praia do Futuro, D/N 31/07/95;

Festa de lemanjá movimentada a Praia do Futuro, O POVO 16/08/95;

Projeto SANEAR engarrafa a Praia do Futuro, D/N 27/11/95.

Já no ano de 1996, observa-se que continua o congestionamento de veículos na praia, e como constante neste ano, observa-se matérias sobre as barracas da Praia do Futuro e uma tímida tomada de providência pelo poder público de tentar padroniza-las, e até execução de demolições de algumas, assim temos:

Praia do Futuro tem atrações variadas no III verão Fortaleza, D/N 06/01/96;

Engarrafamento na Praia do Futuro, O POVO 18/01/96;

Barracas abandonadas na Praia do Futuro, D/N 17/01/96;

Praia do Futuro tem barracas irregulares, O POVO 25/01/96;

Praia do Futuro está descaracterizada, D/N 14/02/96;

Barracas demolidas na Praia do Futuro, O POVO 15/02/96;

Barracas na Praia do Futuro dificultam o tráfego de veículos, D/N 03/03/96;

Comerciantes reclamam da falta de policiamento na Praia do Futuro, D/N 26/03/96;

Obras transtornam Praia do futuro há cinco meses, D/N 12/04/96;

Galerias despejam água suja na Praia do Futuro, D/N 12/05/96;

Maresia e falta de saneamento atrasam Praia do Futuro, D/N 25/07/96;

Moradores da Praia do Futuro ficam sem água, D/N 30/09/96;

Moradores da Praia do Futuro denunciam falta de água, D/N 01/10/96;

Salinidade do ar prejudica quem mora na beira da praia, D/N 10/10/96.

Já no ano de 1997, acontece de uma maneira mais atuante, uma presença do poder público em não apenas constatar o seu próprio descaso, mas também tentar resolver os problemas através de fiscalização mais intensiva, e do não cumprimento, da derrubada e a retirada das edificações irregulares. O grande problema continua a ser o social que foi enfocado diversas vezes, tanto na questão, cada vez maior da favelização, quanto da violência, falta de infra-estrutura e desvalorização do preço do m² na área, entre outros, sendo assim:

Esta é a minha barraca, expressando o sentimento de pertence de cada freqüentador e sua ligação com a barraca que freqüenta, ligação emocional bastante estudado na Topofilia, O POVO 22/01/97;

SPLAN derruba muro irregular, O POVO 25/01/97;
Calçamento na praia necessita de reparos, O POVO 28/01/97;
Retirada ilegal de areia forma cratera na Praia do Futuro, O POVO 28/02/97;
Caçambeiros são presos por roubar areia da praia, D/N 28/02/97;
SPLAN derruba vários casebres na Praia do Futuro, D/N 12/05/97;
Crianças engajadas no projeto praia limpa, D/N 02/06/97;
Comunidade do Vicente Pinzón pede mais segurança, fala de uma entidade UNICOVIP, que trata dos problemas do bairro e congrega 20 entidades na região, D/N 11/06/97;
Obra inacabada prejudica área da Praia do Futuro há um ano, D/N 05/07/97;
AMHT propõe nova saída para o setor, D/N 07/07/97;
Vocação turística da Praia do Futuro é mal aproveitada, D/N 07/07/97;
Praia do Futuro é ideal para curar ressaca, D/N 01/08/97;
Praia do Futuro ganhará cara nova com urbanização, D/N 20/08/97;
Praia do Futuro será valorizada, D/N 31/08/97;
A Praia do Futuro está desvalorizada, falando da desvalorização do preço do terreno em relação aos terrenos vizinhos e principalmente a beira-mar, O POVO 05/10/97;
Praia do Futuro está valorizada, O POVO 05/10/97;
Associação denuncia a interdição de ruas na Praia do Futuro, fala de 400 barracos erguidos em área ocupada por dunas e fechando ruas existentes, ruas Antônio Bandeira, Turbay Barreira, Oliveira Filho e Osvaldo Araújo, O POVO 23/11/97, (Figuras 20-21);
Obras dificultam acesso à Praia do Futuro, D/N 16/12/97;
Sujeira na Praia do Futuro prejudica estação turística, O POVO 30/12/97.

Já no ano de 1998, mostra que movimentos surgem no sentido de campanhas de limpeza na praia que algumas vezes aconteceram, a questão de assaltantes na área é citado. O poder público ainda timidamente continua fiscalizando a Praia do Futuro, principalmente tentando disciplinar as barracas de praia com grande dificuldade. Assim temos para demonstrar, as seguintes matérias:



**Figura 20/21- INTERDIÇÃO POR BARRACOS DA RUA TURBAY BARREIRA TANTO EM DIREÇÃO AO MAR, QUANTO EM DIREÇÃO A DUNA.
FONTE: DO AUTOR 23/05/04-**

Banhistas da Praia do Futuro participam de campanha praia limpa, O POVO 05/01/98;

Reiniciada obra de urbanização em trecho da Praia do Futuro, D/N 04/03/98;

Mito da maresia prejudica a Praia do Futuro, D/N 11/03/98;

Oito barracas da Praia do Futuro são derrubadas, O POVO 25/03/98;

Proprietários impedem derrubadas de barracas, O POVO 26/03/98.

Praia do Futuro tem 40 barracas irregulares, O POVO 27/03/98;

PM não garante segurança na Praia do Futuro, D/N 04/05/98;

Obras na Praia do Futuro prejudicam barraqueiros, D/N 23/07/98;

Assaltos constantes tornam Praia do Futuro área de risco, D/N 26/10/98;

Quanto ao ano de 1999, mostra que a discussão quanto às barracas continua sendo mais ainda polêmica. E a privatização dos espaços é demasiadamente comentada. As críticas não são apenas quanto à colocação de barracas, mas também da privatização da orla marítima, ao mesmo tempo em que surge um movimento de criação de logomarca para praia, com reivindicação de aumento de áreas verdes, segurança e limpeza urbana, assim sendo:

Prefeitura inaugura trecho urbanizado da Zezé Diogo, D/N 12/04/99;

Avenida reformada traz esperança a comerciante, D/N 22/04/99;

Barracas privatizam espaço da Praia do Futuro, D/N 08/05/99;
Manchas na Praia do Futuro não são de óleo, D/N 10/05/99;
Combate à corrosão exige prevenção constante, D/N 16/06/99;
Empresas têm que se adequar ao fenômeno, O POVO 16/06/99;
Combate à corrosão exige prevenção constante, O POVO 16/06/99.
Campanha quer resgatar Praia do Futuro, D/N 03/07/99;
Moradores do caça e pesca preocupados com as obras de recuperação de calçamento, D/N 12/07/99;
Lazer na Praia do Futuro, O POVO 29/07/99;
Praia do Futuro funda associação de moradores, D/N 17/11/99;
Projeto pretende retirar 40 barracas, onde também é citado o concurso que dará identidade visual a Praia do Futuro, O POVO 25/11/99;
Barracas da Praia do Futuro proíbem acesso de vendedores ambulantes, D/N 08/12/99;

Já no ano 2000, observa-se a Praia do Futuro como grande área de eventos e os poderes públicos, Prefeitura e DPU tentando coibir os abusos da Ocupação do Solo por parte dos barraqueiros. Iniciativa particular por parte de um morador de arborização da Praia do Futuro e o assunto maresia também enfocado, assim temos:

Agito na orla 2000 na Praia do Futuro, D/N 21/01/00;
DPU inicia processo de demolição de barracas, O POVO 03/02/00;
Morador da Praia do Futuro arboriza rua com 66 árvores, O POVO 07/02/00;
Duna da Praia do Futuro está sendo destruída, onde fala da destruição da duna com o prolongamento da Av. Pe. Antônio Tomás, O POVO 16/02/00;
Moradores da Praia do Futuro reclamam obras, D/N 09/03/00;
Maresia afugenta moradores da Praia do Futuro, D/N 14/05/00, mostrando pesquisa da Eletrobrás onde coloca a Praia do Futuro como segundo maior índice de maresia do mundo (1832mg/m³/dia), no entanto no bairro do Castelo Encantado a maresia é menor;
Ceará possui uma das maiores taxas de corrosão, D/N 11/09/00;

Famílias ameaçadas de ficar sem energia, D/N 31/12/00.

Quanto ao ano de 2001, observamos tentativas de mudanças quanto à Lei de Uso e Ocupação do Solo, mudanças essas, permitindo a construção de supermercados e equipamentos de maior impacto na Praia do Futuro em detrimento do aspecto da preservação ambiental na área de dunas, entidades representativas da sociedade Fortalezense polemizam o problema. Ainda o problema entre barraqueiros e o poder público e a participação cada vez maior de entidades quanto ao controle do Uso do Solo na nossa capital, assim sendo:

Promoção une lazer e saúde na Praia do Futuro, O POVO 15/01/01;

Juiz libera a presença de ambulantes em barracas, O POVO 23/01/01;

Projeto da nova ordem na ocupação do solo urbano, D/N 17/04/01;

O prefeito Juraci Magalhães (PMDB) enviou ontem a Câmara Municipal de Fortaleza um projeto de lei no qual estabelece uma série de alterações à Lei 7887 (Lei de Uso e Ocupação do Solo), aprovada em dezembro de 196, na gestão do ex-prefeito Antônio Cambraia.[...] Carlos Mesquita e Nelson Martins reconhecem que o projeto deve gerar polêmica quando de sua votação em plenário. “a cidade está crescendo, o que justifica o projeto”, frisa o líder do Prefeito. “Este projeto traz mudanças preocupantes do ponto de vista ambiental, pois favorece a especulação imobiliária e o lucro, em detrimento da preservação ambiental”, ressalta o petista [...].

Quadrilha assalta condomínio Al Mare, O POVO 11/07/01;

Opção Futuro, show cancelado, segurança eletrocutado, O POVO 22/07/01;

Barracas de praia maré baixas nas vendas, O POVO 25/07/01;

Obra da nova via de acesso à Praia do Futuro está parada a um ano, D/N 31/08/01;

Baleia encalhada viva na Praia do Futuro, O POVO 05/09/01;

Chacina completa um mês e barraqueiros temem o local, O POVO 12/09/01;

Missa relembra chacina e moradores pedem capela, O POVO 25/09/01;

Bom gosto e alto astral no Vila Galé, D/N 19/10/01;

Hotéis mudam cenário da Praia do Futuro, D/N 19/10/01;

Carentes recebem doações na Praia do Futuro, D/N 29/10/01;

Sem discussão vereadores mudam lei de uso do solo, D/N 08/11/01;

Sem nenhuma discussão, a câmara Municipal de Fortaleza aprovou, ontem, a mensagem do Prefeito Juraci Magalhães (PMDB) propondo alterações na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Em seis meses que a matéria tramitou na casa, só houve uma seção especial, realizada no mês de agosto, para debater a proposta oficial [...] O líder do PMDB, vereador Narcílio Andrade, afirmou que se as emendas do petista fossem aprovadas seria a “liquidação da cidade”. Segundo Narcílio, a Praia do Futuro à noite é uma região onde não há prestação de serviços, como, por exemplo, supermercados para as pessoas que moram na área exatamente porque a atual lei não permite este tipo de empreendimento naquela região [...].

Alterações na lei de uso e ocupação do solo preocupam urbanistas,

D/N 16/11/01;

A última alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), ocorrida na quarta-feira, dia 14 de Novembro, na Câmara Municipal de Fortaleza, está gerando discussão entre urbanistas e ambientalistas. [...] Um dos pontos mais polêmicos é a permissão à Comissão Permanente do Plano Diretor (CPPD), ligado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial (SMDT), de emitir, excepcionalmente, parecer autorizando à implantação de indústrias classificadas como inadequadas ao meio ambiente fora das zonas industriais [...]. Para José Bozarchiello, a autorização para construção de equipamentos na área de educação e saúde nas dunas da Praia do Futuro pode ser necessária, na medida em que esses terrenos já foram ocupados há muito tempo por moradores que carecem de uma infra-estrutura básica [...].

Entre sábado passado e a Praia do Futuro, O POVO 02/12/01;

OAB condena emendas à lei de uso e ocupação do solo, D/N

05/12/01;

A ordem dos Advogados do Brasil-seção Ceará (OAB-CE) condenou a alterações e ajustes na Lei de Uso e Ocupação do Solo (7987/96), promovidas pela câmara Municipal de Fortaleza. Segundo parecer elaborado pela Comissão de Meio ambiente, nas emendas há indícios de infrações a Constituição Federal, à Lei Orgânica do Município e ao próprio regimento Interno da câmara Municipal [...] Caso as nove emendas sejam efetivamente transformadas em lei, segundo Arimá Rocha, “a OAB-CE vai arguir judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade” do Projeto de Lei 0098/2001. com base nas análises expostas no parecer, o órgão acredita que as emendas não devem mesmo ser postas em prática.

Praia do Futuro, muita areia e pouca diversão nas barracas, O POVO

09/12/01;

Praia do Futuro, barracas preparam atrações para os feriados prolongados, O POVO 27/12/01.

Já no ano de 2002, tivemos matérias sobre a urbanização efetuada pela Prefeitura que passa a ser executada, mesmo com a discordância de alguns. A

inauguração de uma barraca temática a “Atlântides”, projetos novos de iniciativa particular para utilização da área, e problemas de avanço de areia no bairro do Serviluz, achados pré-históricos são encontrados na construção da ponte sobre o rio Cocó, assim sendo:

Coloração marrom na Praia do Futuro, D/N 12/01/02;

Duna móvel, Praia do Futuro antiga ameaçada pela força da areia, D/N 06/02/02;

Serviluz e Praia do Futuro. Avanço de dunas causa transtornos para barraqueiros, D/N 14/02/02;

Praia do Futuro I. Lixão, maresia e descaso, O POVO 25/02/02;

Praia do Futuro II. Urbanização na fila de espera, O POVO 25/02/02;

Praia do Futuro, insegurança dia e noite, O POVO 26/02/02;

Praia do Futuro, mercado imobiliário mais uma vez promete crescer, O POVO 27/02/02;

Olho na praia e no carro, O POVO 27/02/02;

Praia do Futuro, projeto prevê reforma na 31 de Março, O POVO 28/02/02;

Praia do Futuro, só cinco barracas tem ligação de esgotos, D/N 20/03/02;

Moradores protestam sobre falta de água, D/N 22/04/02;

Boa praia e bom apetite, O POVO 16/06/02;

Empresários querem limpar a Praia do Futuro, D/N 24/06/02;

Procuradoria suspende obra, D/N 27/07/02;

Urbanização. Início de obra na Praia do Futuro ainda indefinido, D/N 06/08/02;

Vôo com emoção nas areia da Praia do Futuro, O POVO 01/09/02;

Praia do Futuro, abertura de galeria de água pluvial gera polêmica, D/N 13/09/02;

Projeto Bioparque é apresentado ao IBAMA, D/N 19/09/02;

Reunião discutirá problemas com obra de urbanização da Praia do Futuro, D/N 28/09/02;

Freqüentadores da Praia do Futuro temem assaltos, D/N 08/10/02;

Sítios Arqueológicos descobertos na praia, D/N 19/10/02;

Dois sítios arqueológicos foram achados, no final de Julho deste ano, na margem direita do rio Cocó, na Sabiaguaba. Cada um tem entre 150 e 200 metros de raio. Nos locais foram encontrados artefatos cerâmicos e líticos produzidos por grupos humanos pré-históricos. Eles viveram entre oito mil e dois mil anos antes de cristo (AC) [...] O achado, segundo Verônica Viana, arqueóloga da Universidade Estadual do Ceará (UECE), irá contribuir para os pesquisadores conhecerem como se organizavam os grupos que, em um período pré-histórico, habitaram ou transitaram às margens do rio Cocó.

Sobre o rio Cocó. Ponte ligará Praia do Futuro a Sabiaguaba, D/N

14/11/02;

Coqueiros de casa nova, O POVO 16/11/02;

No ano de 2003, observa-se uma maior participação do poder público, tanto Prefeitura quanto a PGU, resolvem tentar organizar as barracas de praia, a questão da ponte sobre o rio Cocó também causa polêmica, a violência continua cada vez mais sendo assunto da pauta dos jornais, a comunidade passa a ganhar dinheiro com o lixo, assim sendo:

Insegurança ronda a Praia do Futuro, O POVO 08/01/03;

Praia do Futuro sem policiamento pela manhã, O POVO 09/01/03;

Praia do Futuro, local continua sem policiamento, O POVO 13/01/03;

Patrimônio da União. Uma praia desordenada, O POVO 27/01/03;

Praia do Futuro."Apartheid" e paisagem prejudicada, O POVO 28/01/03;

Empresários da Praia do Futuro apóiam re-ordenamento, D/N 04/02/03;

Espaço público. Restrição de acesso à praia fere direitos básicos, D/N 10/02/03;

União inicia re-ordenamento na Segunda, D/N 01/03/03;

Comunidade da Praia do Futuro ganha dinheiro com lixo, D/N 22/03/03;

Construção da ponte sobre o rio Cocó poderá ser embargada, D/N- 25/03/03;

Praia do Futuro, eterno canteiro de obras, D/N 06/07/03;

Vendas em alta na Praia do Futuro, O POVO 07/07/03;

Praia do Futuro, barracas tem prazo para regularização, D/N 17/07/03;

Praia do futuro, fiscalização das barracas é iniciada, D/N 06/08/03;
Praia do Futuro estacionamento loteado; O POVO 15/09/03;
Estudo pode diminuir efeito da maresia, D/N 21/10/03.

Já no ano de 2004, observa-se um tratamento da mídia correspondente aos investimentos nas barracas, pois muitas delas não só melhoram quanto a sua aparência física, como também quanto à questão de higiene. O assunto “cuidado com afogamentos” surge em três matérias, em função de uma quantidade cada vez maior de freqüentadores e de turistas no local. E só para não ser exceção ainda as carências sociais, que estão longe de serem resolvidas, ainda permanecem na mídia, sendo assim.

Praia do Futuro, barracas atraem clientes pelo bom atendimento, O POVO 11/01/04;
Cuidado com o mar, sobre o perigo de se tomar banho de mar em alguns locais na Praia do Futuro, O POVO 25/01/04;
Maré turbulenta, sobre a polêmica de shows na praia, O POVO 22/01/04;
Encantos naturais. Movimento aumenta 50% nas férias de Julho, D/N 30/06/04;
Barracas incrementam diversão, D/N 30/06/04;
30 abrigos de ônibus tem perigo de desabar, O POVO 06/07/04;
Caça e Pesca representa risco para visitantes, D/N 12/07/04;
Novidades em tempo de férias, O POVO 17/07/04;
Praia com lixo e esgoto, O POVO 24/07/04;
Vistoria aponta irregularidades, O POVO 31/07/04;
Duas pessoas presas após arrastão, O POVO 17/08/04;
Falta segurança na Praia do Futuro, O POVO 04/09/04;
Falta de saneamento básico, O POVO 25/09/04;
Praia do Futuro, barracas apostam nos serviços para atrair clientes, D/N 26/09/04;
Praia do Futuro, famílias cobram escolas mais próximas, D/N 13/10/04;
Barracas diversificam entretenimento, D/N 24/10/04;

É sólido e certo, sobre a valorização de terrenos na Praia do Futuro, O POVO 31/12/04.

Quanto ao ano de 2005, observa-se nestes primeiros seis meses, o assunto violência crescente na área:

Flanelinhas participam de campanha da SEMACE, O POVO 28/02/2005;

Praia do Futuro é lugar de lazer e trabalho, O POVO 26/03/2005;

Serviços à beira mar, O POVO 26/03/2005;

Praia do Futuro é point de frescobol, O POVO 16/04/05;

Barracas de praia investem em conforto e tecnologia, D/N 24/04/05;

Abrigos de ônibus estão deteriorados na Praia do Futuro, O POVO 08/05/2005;

Praia do Futuro fica lotada no feriadão, O POVO 27/05/05;

Condomínio assaltado por quadrilha na Praia do Futuro, D/N 15/06/05.

Item importante, quando se pretende conhecer determinada área de pesquisa, a abordagem histórica nos leva a sistematizar os problemas da Praia do Futuro, que como observamos, são repetitivos pelas décadas. Afinal, muito da história repete-se em intervalos de anos ou até de meses e na Praia do Futuro não seria exceção, ficando os problemas ano a ano sem resolução, servindo estas observações para inferir até que ponto os problemas, poderiam ser resolvidos através de medidas técnicas e políticas em momentos anteriores.

Para melhor análise da abordagem histórica retratada em artigos de jornais como vimos anteriormente, a pesquisa é dividida em questionamentos. Na seqüência, de acordo com a maior incidência, servindo para termos um apanhado da relevância de cada um dos temas no cotidiano do Fortalezense, preocupado com a Praia do Futuro. Não foram catalogadas as matérias que tratam do ano de 1964 para trás e nem matérias de outros jornais que não fossem Diário do Nordeste e jornal O POVO como explicado no capítulo metodologia. Sendo assim, primeiramente é exposto um quadro geral quanto aos questionamentos sociais, econômicos e ambientais, observando-se aí percentuais bastante próximos um dos

outros, quanto aos aspectos sociais e econômicos, e de um maior percentual nos questionamentos ambientais nesses 40 anos de pesquisa nos jornais O POVO e 23 anos do jornal Diário do Nordeste (desde sua fundação), sendo assim temos:

MATÉRIAS ESPECÍFICAS	PERCENTUAIS DE APARIÇÃO
1) QUESTIONAMENTOS SOCIAIS (como palco de festividades, quanto às barracas de praia, questão de segurança, favelados, prostituição, ambulantes e a legislação).	28,89 % (133 matérias)
2) QUESTIONAMENTOS ECONÔMICOS (área de estudo sem infra-estrutura e sem manutenção da infra-estrutura, surgimento dos empreendimentos imobiliários na área).	29,77 % (137 matérias)
3) QUESTIONAMENTOS AMBIENTAIS (o avanço da areia, necessidade de vegetação, poluição, maresia, necessidade e idéias de melhorias, legislação e devastação de recursos naturais).	41,26 % (190 matérias)
TOTAL DAS MATERIAS	460 matérias

QUADRO GERAL DE INCIDÊNCIA DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS:

-FONTE DO AUTOR- PERCENTUAIS POR QUESTIONAMENTOS GERAIS PELA MÍDIA

Quando utilizamos o Quadro específico, observamos com maiores detalhes a força de determinados temas na mídia, retratados sempre como pressão maior por parte da sociedade, neste período estudado. Pois a comunidade se utiliza os jornais como elemento indutor de parâmetros sócio-econômicos-ambientais,

geralmente das classes mais privilegiadas, que influenciam na utilização dos espaços públicos e os meios de comunicação de massa, sendo assim, observa-se:

QUADRO ESPECÍFICO DE INCIDÊNCIA DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS:

MATÉRIAS ESPECÍFICAS	PERCENTUAIS DE APARIÇÃO
1) A Praia do Futuro como palco de festividades	9,34 % (43 matérias)
2) A questão do avanço da areia sobre ruas e residências	1,08 % (cinco matérias)
3) A questão da Praia do Futuro sem infra-estrutura e manutenção dos equipamentos existentes	22,82 % (105 matérias)
4) A questão da necessidade de vegetação da área	1,95 % (nove matérias)
5) Poluição da Praia do Futuro	8,91 % (41 matérias)
6) A questão das barracas de praia	6,52 % (30 matérias)
7) A questão da insegurança na Praia do Futuro	5,86 % (27 matérias)
8) A questão da maresia	4,34 % (20 matérias)
9) A necessidade de Urbanização e, idéias de melhorias.	16,95 % (78 matérias)
10) A questão social expressada pelas: favelas, ambulantes e prostituição.	7,17 % (33 matérias)
11) A questão da devastação dos recursos naturais	4,34 % (20 matérias)
12) A questão da legislação	3,69 % (17 matérias)
13) A questão dos empreendimentos	6,95 % (32 matérias)

imobiliários na área	
TOTAL DAS MATERIAS	100,00% (460 matérias)

Tabela 03: FONTE DO AUTOR- PERCENTUAIS DE QUESTIONAMENTOS ESPECÍFICOS PELA MÍDIA

A pesquisa caracteriza cenários possíveis que variaram nas últimas décadas, quando a Praia do Futuro era caracterizada inicialmente como ambiente bucólico, como mostra matéria do jornal O POVO, retratada no livro de Gisafran Nazareno Jucá (JUCÁ, 2003:134):

Com os trabalhos do porto do Mucuripe em andamento, mesmo em ritmo lento, os terrenos situados nas suas proximidades foram sendo valorizados. A imobiliária Antônio Diogo, em 1950, loteou uma área, que se estendia do Farol do Mucuripe até a barra do rio Cocó. Compreendia 7km de comprimento por 600 metros de largura, cada uma das quadras divididas em 12 lotes, tinha 20 metros de frente por 40 de fundo. No depoimento de um jornalista, convidado a visitar a área loteada, percebe-se o impacto da paisagem natural, expressa em estilo gongórico: “as praias de banho chegam a ser sedosas à distância e a trescalar um cheiro de infância e virgindade que só as angras de ilhas perdidas são capazes de sugerir.

No entanto, as transformações, fruto dos processos dialéticos, aconteceram, resultado das modificações socioeconômicas do nosso estado, principalmente Fortaleza com sua nova e forte vocação turística. Entre as mudanças temos, em meados da década de 1970, a continuidade da Avenida Santos Dumont, o alargamento da Avenida Zezé Diogo, tornando a Praia do Futuro mais viável sobre o ponto de vista do acesso e também mais acessível à demanda já alta por praias “despoluídas”, seguindo a tendência da expansão da malha viária de nossa capital.

A cidade começou a expandir-se para as zonas Leste e Sudeste pelos bairros limítrofes à área de estudo, não só configurando uma ocupação das classes mais privilegiadas, também pelas classes menos favorecidas, já muito presentes pelo fenômeno do êxodo rural e principalmente, pelo aspecto que não só as margens da linha férrea, e principalmente a faixa litorânea serem áreas de domínio público e na concepção da maioria, terra de ninguém.

Esse histórico de ocupação vem sendo lentamente modificado, como observamos nesta pesquisa, através da (Tabela 03) Observa-se nesta tabela matérias que foram mais enfocadas nestes últimos 40 anos, quando as questões

mais citadas foram, em ordem decrescente: a falta de infra-estrutura para o local, um tema bastante citado na mídia e até hoje ainda bastante lembrado, mesmo com avanços ocorridos nestes anos, interessante também no mesmo tema, as idéias de como melhorar a infra-estrutura vem, em quantidade de matérias, ser o segundo percentual mais alto na abordagem pela mídia, mesmo sabendo que as intenções de melhorias ficam, na maioria das vezes, apenas no papel e quando acontecem, é depois de muitos anos. Como exemplo, notícias no ano de 1995 que colocavam a Avenida Padre Antônio Tomás com obras que seriam iniciadas ainda em 1995 para inauguração no ano seguinte e só agora em 2005, é considerada transitável pela população Fortalezense, sem ainda ter todos os seus trabalhos concluídos. O caso da Avenida Santos Dumont (Figura 22) quando era apenas projeto iria possuir passeios de 6,00m em cada lado da via, enfim belo ajardinamento, denominando-se de Avenida mais humana, no entanto o projeto foi bastante modificado.



Figura 22- FONTE: JORNAL O POVO 11/05/76-AVENIDA SANTOS DUMONT, ABERTA EM MEIO AS DUNAS, AO LONGE EDIFÍCIOS BAGATELLI E DEMOSELLI EM FRENTE AO BNB CLUBE.

Já a Praia do Futuro como palco de festividades, em terceiro lugar, vem pouco a pouco nestes últimos cinco anos, cristalizando-se como local ideal para atividades de lazer da população e dos turistas que cada vez mais, a incorporam como modelo ideal para este fim. A seguir, continuando em ordem decrescente, em quarto lugar; temos a questão da poluição que, ao contrário do item anterior, está diminuindo sua incidência na mídia nos últimos anos, levando a crer que apesar de problemas expostos no trabalho parece razoavelmente controlada. Em quinto lugar; vem à questão social, expressada pelas: favelas, ambulantes e prostituição; em sexto os empreendimentos imobiliários, resultado do período de 1980 a 1985, onde vários empreendimentos surgiram, caindo gradativamente nos anos seguintes. As barracas de praia e seus problemas estão em sétimo lugar. As barracas de praia, principalmente nas páginas do jornal O POVO de 1985 para trás, estiveram bastantes presentes na mídia e de uma maneira negativa, sempre ressaltando a omissão do poder público na situação. Ainda sobre o assunto, a favelização através dessas barracas e principalmente na quantidade de área de ocupação na zona de estirâncio, configuraram os maiores problemas. Ainda na questão das barracas, é bastante citada a Procuradoria Geral de Justiça e a Prefeitura de Fortaleza, na iniciativa ou omissão de resolver o problema. Em raríssimas matérias os barraqueiros podem ser apontados como conservadores de um ambiente saudável e sim, sempre como vilões, no entanto, nos últimos cinco anos algumas matérias favoráveis aos barraqueiros estão aparecendo gradativamente na mídia, mesmo em número bem menor do que as matérias negativas antes de 1985. Essas matérias positivas em função da melhoria dos serviços apresentados por estas barracas, como cita matéria do jornal O POVO do dia 11/01/04:

Petiscos deliciosos, cerveja bem gelada, uma boa água de coco. Tudo isso é importante, mas existem outros atrativos [...] O tradicional caranguejo e a cerveja bem gelada são o que se pode chamar a cara de um fim de semana de praia, principalmente de férias. Além dessa dupla, frequentadores das barracas da Praia do Futuro elegem outros itens para a escolha daquela praia como opção, como atendimento de qualidade e higiene.

Já em outras matérias, continuando a ordem decrescente; em oitavo lugar a questão da insegurança, percentual este cada vez maior com tendência a subir; em nono lugar, a questão maresia empatada com a devastação dos recursos naturais; décimo lugar; a questão da legislação para a área; em décimo primeiro, a

necessidade de vegetação e por fim a questão do avanço de areia sobre residências e pontos comerciais.

Este último tópico, junto com necessidade de vegetação e da questão da maresia, se configura fortemente na demonstração da abordagem sistêmica como caminho de futuras recomendações para convivência e até sugestões para solução de alguns problemas da Praia do Futuro, pois os impactos ambientais não são compreensíveis por uma análise linear e sim através de uma análise onde o uso da multiplicidade de fatores inter relacionando-se é fundamental para a formulação de hipóteses.

Como nos coloca (COELHO, 2001:35):

A compreensão de impactos ambientais, como processo, depende, sobretudo, de se compreender a história (não-linear) de sua produção, o modelo de desenvolvimento urbano e os padrões internos de diferenciação social [...]. No exame dos impactos ambientais na cidade, a multidimensionalidade não pode ser negligenciada. Não se deve questionar os pesos diferenciados da: localização, opção urbanística, topografia, rede de drenagem, composição geológica do terreno, uso do solo e traçado de ruas.

Sendo assim utilizando-se seqüência da (Tabela 03), temos em uma análise mais pormenorizada de cada questionamento:

1) A Praia do Futuro como palco de festividades:

A Praia do Futuro nestes 40 anos inicialmente caracterizou-se como uma área de lazer despojado, desorganizado, utilizada por poucos Fortalezenses. A começar na década de 50, e continuando até hoje, local dos rituais umbandistas no mês de agosto, também local de atividades lúdicas e esportivas. Um local que gradativamente na medida que foi sendo ocupado, fez e faz parte do lazer dos Fortalezenses e dos que moram na Região Metropolitana.

Já mais recentemente, tornou-se um lazer mais organizado, local para campeonatos de atividades esportivas vinculadas ao mar, como: campeonato de surf, body boarding, kity surf, pouso de asa delta, pára-quedismo e até de rallys nas

dunas nas décadas de 1970, além de local para concurso de belezas e ultimamente como local de shows em barracas, com acessos abertos ou fechados ao público, e até de cenário para película cinematográfica também na década de 1970, com o título “Homem de Papel”.

Segundo matéria do jornal O POVO de 14/08/77, ela nos fala em forma de manchete: Amanhã dia de lemanjá; onde se coloca nesta matéria que na abertura da festa será homenageada Mãe Júlia, a principal iniciadora dos festejos, que segundo ela, em depoimento, começou em 1956 no local. E já mais recentemente na matéria: Praia do Futuro recebe circuito open de body boarding, 28/08/04, atividades de lazer esportivo vinculadas ao público jovem, mostrando a diversidade das atividades neste aspecto, religiosidade e esporte.

A ligação do mar, com noções de liberdade e saúde propiciaram atividades de lazer e esportivas: campeonatos de futebol de praia, frescobol, campeonatos até nacionais de vôlei, fazem da Praia do Futuro um palco de festividades. Grandes eventos em outros locais provocam reuniões em barracas de praia, assim, quando dos jogos da copa do mundo, quando de eventos e propagandas políticas, escolha de diretorias de entidades de classes, passeatas de clubes de futebol quando ganham campeonatos, enfim uma infinidade de expressões de alegria, que utilizavam como palco a Praia do Futuro.

Nessas expressões de alegria, a mais polêmica tem sido a do fechamento das barracas para shows, com cobrança de ingressos, isto está movimentando uma gama muito grande de interesses, pois a Delegacia do Patrimônio da União não aceita este fechamento, baseada na lei do Plano de Gerenciamento Costeiro. Os barraqueiros não aceitam este controle, baseados na lei federal 9638/98 que permite segundo eles, cercar determinada área eventualmente por 24 horas, lei contestada na interpretação pelo município.

Criaram-se novos hábitos pela população, como as quintas-feiras com as barracas vendendo caranguejos e shows de humor para a população local e principalmente turistas. Enfim, um grande espaço de lazer, com certeza só

confirmando a praia como o maior espaço democrático existente para a população em nossa capital.

Interessante notar que, aproximadamente nestes 6km de faixa de praia, através de suas específicas áreas de lazer, criam-se nas barracas suas territorialidades, com seus respectivos personagens e suas “tribos”, assim sendo, existe a barraca dos homossexuais, dos apreciadores de drogas, dos novos ricos, das famílias que levam seus filhos para brincar, dos pagodeiros, dos forrozeiros, dos caminhoneiros, dos gaúchos, além de outras que não são típicas de uma tribo específica, onde o que predomina para a freqüência é o preço das bebidas e dos alimentos. O contraste é claro, pois lado a lado encontramos uma barraca superlotada em função de grande propaganda e também de qualidade de serviços, e outra vizinha vazia. São os contrastes de nosso sistema que coloca as de grandes estruturas superando as mais simples. As festividades colocam a Praia do Futuro, inclusive como fonte inspiradora musical na composição “Maria do Futuro” do compositor Taiguara, quando aqui esteve no começo da década de 1970, inspirou-se na praia, como retratou a manchete do jornal O POVO (15/04/73), “Curtição Presente”, quando nos mostra parte da letra da música: *“Duna branca, lua imensa, Maria deita nua e branda como as nuvens que a lua enfeita [...] E em cadeia de amor puro viver guardado. Jogo areia do futuro no meu passado”*.

Já do compositor Ednardo com a música “Terral” composta em 1972, reflete o prazer em está em sua cidade: *“Eu venho das dunas brancas, onde eu queria ficar, deitando os olhos cansados [...] a Praia do Futuro para o velho e o moço são os olhos do mar, são os olhos do mar...”*.

Diferentemente desta atual visão, onde as barracas passaram a ser o carro chefe do divertimento, inclusive deixando marcada na paisagem, nosso estilo de ocupar a faixa de praia, observamos a transformação nestes últimos 40 anos, pois na década de 60, a realidade era outra. As barracas eram incipientes e o palco das festividades eram bares e restaurantes colocados na quadra subsequente à praia, zona de pós-praia na Avenida Dioguinho. Vários restaurantes localizavam-se em uma área que expandia agradavelmente o divertimento do Fortalezense saindo do pólo da Avenida Beira-mar. Sendo assim, surgiram alguns restaurantes: Bola

Branca (Figura 25), Fogão, Balanço do Mar (Figura 24), antes dele barzinho muito simples denominado Saporil (Figura 26), próximo ao atual Clube de Engenharia, enfim a Praia do Futuro, aos poucos, se tornava área de lazer organizada e também de contraponto ao “amor livre” da década de 1960, pelo aspecto da permissividade que propiciava aos seus freqüentadores, pela ausência de controle.

O contraste entre o que era a estrutura de atendimento para a população e o que é hoje. Vê-se claramente a grande diferença, observa-se que nestes anos a transformação aconteceu de maneira gradativa, pois a dialética dos fatos nos mostra as diversões da Praia do Futuro mudando de acordo com fatores sociais, econômicos, urbanos e culturais (Figura 23).



Figura 23-FONTE: SEMAM MAIO 2002- NOVA BARRACA DE PRAIA COMO OPÇÃO DE LAZER

A curiosidade em denominações de bares a época, fez com que pesquisasse a origem do nome Saporil, barzinho citado na (Figura 26). O jornal O POVO de 05/05/76 fala o seguinte:

A origem do nome Saporil é indefinida. Antônio Wanderley e Francisco de Assis Soares da Silva que trabalharam no bar durante três anos, tentam uma explicação: “No começo havia lagoa por todos os lados e, à noite, os sapos faziam muito barulho, foi daí que o nome apareceu”.



*lanço do Mar, reabertura à vista nos próximos dias, com uma nova estrutura
em perspectiva a inauguração de uma nova fase da | público poderá dançar também*

Figura 24- FONTE: JORNAL O POVO 19/05/78, CASA DE SHOWS-BALANÇO DO MAR.



Figura 25 - FONTE: JORNAL O POVO 10/04/75, RESTAURANTE BOLA BRANCA.



Figura 26- FONTE JORNAL O POVO 05/05/76, BARRACA SAPORIL.



Figura 27- JOGO DE FUTEBOL TÍPICO LAZER DOS HABITANTES MAIS HUMILDES NOS VAZIOS DE TERRENOS DA ÁREA DE ESTUDO.

FONTE: DO AUTOR 04/07/2004,

Atualmente no lado do campo de dunas oposto à faixa de praia, as festividades acontecem quando dos jogos de futebol (Figura 27) onde os moradores mais humildes, em sua grande maioria possuem uma outra opção de divertimento, nos gramados junto às dunas. Daí o contraste entre as atividades expressadas pela diferença de padrões econômicos dos moradores e dos freqüentadores, até o futebol de praia é praticado em lados diferentes, enquanto as pessoas das classes mais abastadas praticam o futebol na faixa de estirâncio no período da manhã, os pobres da Praia do Futuro praticam o esporte a partir das 16:00 horas nas áreas nem sempre gramadas das dunas. Um exemplo das práticas sociais e suas territorialidades demarcando diferenças econômicas. É a diversão expressando no palco destas festividades as diferenças, transformações e os conflitos de classe.

2) A questão do avanço da areia sobre as ruas e residências:

Santos (2004) coloca que os eventos naturais, diferentemente dos eventos sociais (históricos), são aspectos determinantes da natureza. O movimento de areia é um evento natural, no entanto, as pessoas moram próximas às dunas sujeitas ao movimento de areia, esta característica deve ser analisada sob a luz de um evento social. É como diz: “Os eventos não se dão isoladamente, mas em conjunto sistêmicos, verdadeiras “situações” que são cada vez mais objeto de organização na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação” (SANTOS, 2004:149).

Ilustramos o fato nos meses de Agosto até Dezembro, quando observamos acentuar-se ainda mais o fenômeno do deslocamento de areia na Praia do Futuro, resultado típico nessa faixa costeira da ação proveniente dos ventos alísios, trazendo com isso o grave transtorno, principalmente para os habitantes do bairro Serviluz, quando boa parte de suas casas e ruas são cobertas pela areia. Através da Prefeitura e muitas vezes através dos próprios moradores, carradas e mais carradas de areia são removidas com o intuito de desobstruir as ruas, barracas e casas que ficam parcialmente soterradas.

O problema torna-se tão grave que afeta até a distribuição de água de algumas ruas, a rua Ponta Mar fica com até 2m de areia sobre o pavimento e o entupimento dos PVs (poços de visita) é constante, trazendo como consequência até o fechamento da creche do bairro. A solução apontada por técnicos da CAGECE seria a construção de um muro de contenção, no entanto, a atual gestão da Prefeitura de Fortaleza (2004), prefere pagar pela retirada de areia ao invés de resolver definitivamente o problema. Segundo um diretor da CAGECE, em entrevista em junho de 2004:

O que a prefeitura de Fortaleza já pagou nos últimos anos para retirada de areia da rua Ponta Mar, já poderia ter construído o muro de contenção sugerido por nós e o problema ser resolvido. Parece que a prefeitura quer que seja assim, sempre tendo que pagar pela retirada da areia todo ano.

Como atenuante para o fato na área de estudo, existe a possibilidade de arborização, que conteria parcialmente essa quantidade considerável de areia, no entanto, por omissão do poder público, não existe arborização institucionalizada e a Praia do Futuro, com exceção de iniciativa de alguns barraqueiros, fica com uma aparência de descaso, pois o problema do avanço da areia, tem data marcada e acontece todo ano (Mapa II).

Pelo aneograma dos ventos de Fortaleza, indica que (FUNCEME 1989) a predominância dos ventos alísios no estado do Ceará é soprando sempre do quadrante nascente para o poente.

Pode-se observar que as residências voltadas para o nascente são mais frescas devido a maior ventilação e não em função do posicionamento do sol. Quanto à velocidade dos ventos a FUNCEME diz que é maior nos meses de agosto (31,5 km/h), setembro (31,1 km/h), outubro (29,9 km/h) e as menores velocidades no mês de abril com uma velocidade de 14,8 km/h.

Este fenômeno natural repercute inteiramente no nosso caso, configurando a visão sistêmica do fato, pois não só influencia no deslocamento da areia, e também nas correntes marinhas em direção ao porto do Mucuripe.

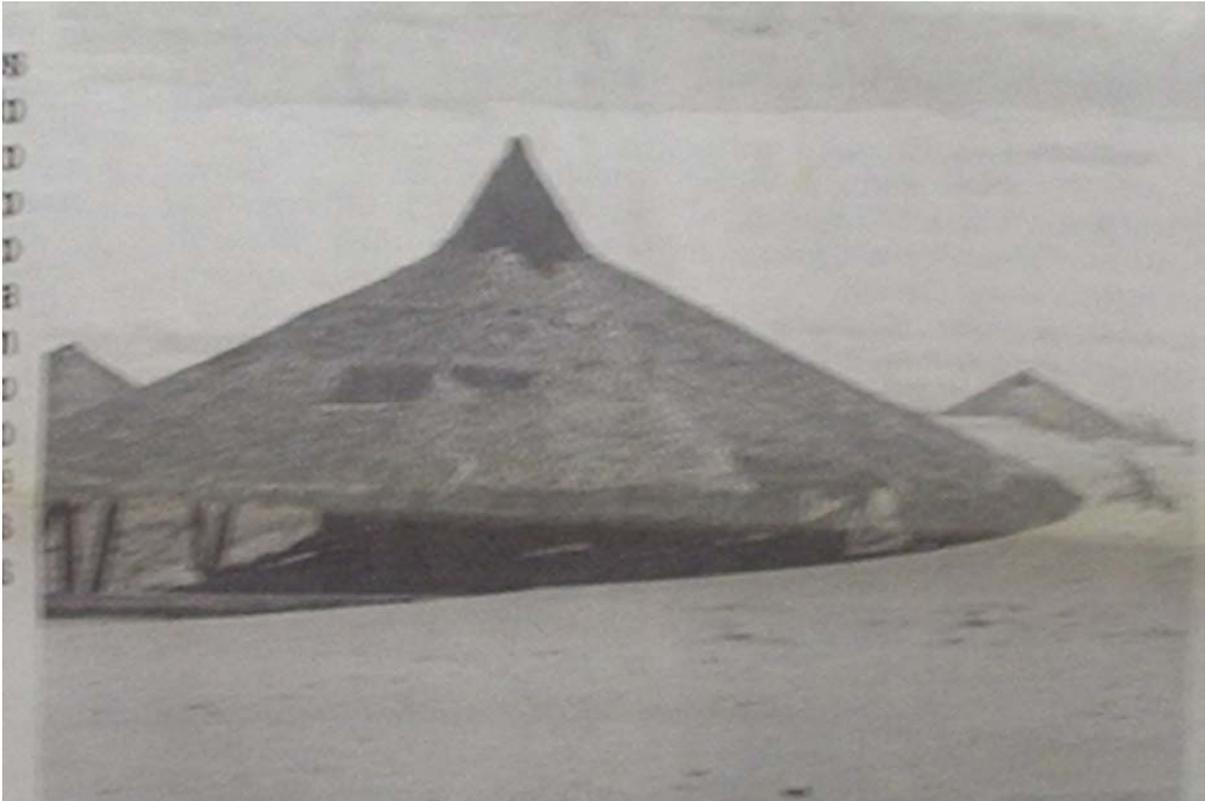


Figura 28- FONTE: JORNAL D/N. JUNHO 2004. INVASÃO DE AREIA EM BARRACA DE PRAIA

3) A questão da Praia do Futuro sem Infra-estrutura e sem manutenção dos equipamentos existentes.

O questionamento mais citado em toda a pesquisa, refletido através das matérias dos jornais e entrevistas mais recentes, é a reclamação pela ausência de Infra-estrutura na área, na década de 1960 e 1970 a reclamação foi ainda maior. Falta de Saneamento, falta de galerias de água pluviais, iluminação pública precária, ausência de acessos, pavimentação em mau estado de conservação, falta de água, falta de coleta regular dos resíduos sólidos, falta de urbanização foram e são reclamações constantes, juntando-se à falta de manutenção do que existe, mostramos um panorama constante, de 1965 até nossos dias, ressalve-se que nos últimos anos esta realidade está mudando e as reclamações diminuíram bastante quanto à falta de infra-estrutura. Essa constatação só foi possível pela extensão de anos da pesquisa, pois sem isso não seria possível observar as transformações do jogo dialético da área. Em matéria no jornal O POVO em 20/03/02, quanto à poluição das galerias de águas pluviais na Praia do Futuro, observa-se:

[...] uma fiscalização sistemática para combater a poluição que escoia pelas galerias de águas pluviais direto para o mar, "Se não a praia vai se tornar inviável e comprometer a saúde das pessoas", alerta.

Uma das galerias situada próximo à barraca do Louro lança material no mar mesmo não sendo período de chuva, o que leva a deduzir que sejam esgotos ligados clandestinamente ao sistema de drenagem da cidade.

Colocava-se, em meados de 1970, que o interceptor oceânico seria a solução para o problema de poluição da orla marítima de Fortaleza, no entanto, em matéria do jornal O POVO (08/07/86), coloca-se a pergunta do por que a Praia do Futuro não foi contemplada com o interceptor? Mesmo agora em 2004, coloca-se que a Praia do Futuro não possui ainda a infra-estrutura necessária. A reclamação é sempre maior pela ausência de manutenção, que passa a idéia de não existirem determinados tipos de equipamentos. Sem dúvida, esse enfoque era em relação aos primórdios, nas décadas de 60/70/80 do século passado, quando as matérias colocavam a falta de infra-estrutura como problema constante. No entanto, nesses 40 anos, como dito anteriormente, mesmo lentamente, melhorou neste aspecto, pecando sempre pela falta de manutenção, tanto da rede de energia elétrica e também da dificuldade de esgotamento sanitário, em função do lençol freático da área ser bastante superficial. No caso específico, das barracas, por estarem em um nível inferior aos coletores troncos que passam na avenida Zezé Diogo. À distância de 50 metros para o coletor causa um custo maior na ligação de esgoto e dificulta a resolução.

Segundo entrevista de um diretor da CAGECE, em Junho de 2004, a Praia do Futuro está ligada ao macro sistema da vertente marítima, possui sistema de esgotamento sanitário, a começar da barraca "O Arlindo" até o Serviluz, sendo essa barraca como "um divisor de águas". Fala da necessidade de criar-se outra bacia, na vertente do rio Cocó com uma estação elevatória reversora que atendesse da barraca "O Arlindo" até a foz do rio Cocó e depois, direcionasse os dejetos para o coletor tronco (tubos com diâmetros variando de 300mm a 800mm de PVC e concreto armado), para a avenida Zezé Diogo. Ainda segundo esse diretor, quanto à questão da distribuição de água, existem problemas não só pelo traçado irregular das favelas da Praia do Futuro, como também do preço da tarifa, que mesmo sendo pequeno, com um consumo de apenas 10m³, que é a utilização do preço da tarifa

social, não interessa aos consumidores. Já quanto ao sistema de esgotamento sanitário das barracas de praia, em matéria no jornal O POVO (20/03/02):

Só cinco barracas têm ligação de esgoto. Apenas cinco das 126 barracas da Praia do Futuro estão interligadas a rede de esgoto, segundo a associação representativa dos barraqueiros. A baixa interligação, segundo relatório feito pela CAGECE, é devido à distância de 50 metros entre as barracas e a rede coletora, o que torna o custo das ligações muito alto.

A ausência de uma coleta de lixo mais organizada na Praia do Futuro passa uma idéia de abandono, quando dos fins de semana os contêineres ficam superlotados. Nesses 40 anos, a coleta de lixo das barracas já evoluiu bastante em relação a total ausência nos finais de semana, em tempos atrás.

A questão dos acessos melhorou bastante e ultimamente, com a continuidade da Avenida Padre Antônio Tomás e a ligação da Praia do Futuro futuramente com a praia de Sabiaguaba, através da ponte do rio Cocó, acresceu-se vias de acesso à área estudada. Muito diferente das décadas anteriores, quando reclamações constantes quanto à ausência de acesso e qualidade desses acessos, pois na década de 60, existiam dois acessos e precários, um pelo Mucuripe em uma estrada muito estreita com parte em calçamento e parte em piçarra e areia da praia, que começa onde hoje se situam os edifícios "Concha e Dunas" e outro acesso por sobre as dunas vindo da cidade 2000, em direção ao antigo clube Caça e Pesca, atual BNB clube sede praia.

No quesito urbanização, algumas tentativas foram feitas nesses 40 anos, desde a primeira realmente na época do prefeito César Neto até a última das pracinhas no governo Juraci Magalhães, todas pecaram pela falta de manutenção e no caso da última tentativa de urbanização, das pracinhas, de aceitação por parte da comunidade, principalmente de barraqueiros, pois em entrevistas viam estes locais como local de concentração de marginais e ambulantes. Claro que estes pontos de vista refletem o medo dos barraqueiros pela concorrência nestas pracinhas por parte dos ambulantes. Quanto ao pólo de lazer 31 de Março no final da Av. Santos Dumont, a idéia era transformar o local em grande espaço lúdico e ambiental. O que se observa hoje é um total abandono, pois as pessoas preferem ficar junto à praia

nas barracas que ficar no local do pólo, portanto, mesmo com algumas tentativas de comércio nos quiosques o pólo de lazer não foi e não é viável nessas condições.

Ainda quanto à questão dos projetos recentes das pracinhas nos finais de ruas perpendiculares, chegando à Av. Dioguinho, segundo entrevistas com barraqueiros, não houve uma aceitação por parte destes. Percebe-se que eles achavam, como dito anteriormente, que são estruturas que beneficiariam mais aos ambulantes, pois as pracinhas possuem w.c(s) e uma pequena área de contemplação e a disputa entre barraqueiros e ambulantes é grande por espaço e clientela. Os calçadões que se estendem, variando apenas a largura da Avenida Israel Pordéus até o Hotel Fortaleza, sofrem do descaso da manutenção e foram evoluções a nenhuma área de caminho a pé que a Praia do Futuro possuía até meados da década de 1970.

4) A questão da necessidade de Vegetação na área:

A questão da vegetação também é primordial para amenizar o clima da Praia do Futuro e algumas iniciativas foram tomadas pelo poder público, no entanto parcialmente, pois não adianta plantar árvores se não existe a devida manutenção. A falta de persistência em aguar faz com que a paisagem da Praia do Futuro fique e continue ainda depois desses 40 anos, bastante árida. A prefeitura há muito tempo atrás já tinha interesse de arborizar a Praia do Futuro, no entanto, como muitas iniciativas por parte do poder público fica apenas na intenção, pois conforme matéria do jornal O POVO de 15/16/10/1966, assim diz:

O departamento de paisagismo foi informado de que um trecho da Praia do Futuro a poucos metros do mar está sendo loteado. Por isso vai procurar o prefeito Murilo Borges para pedir que a denúncia seja averiguada, pois segundo o Sr. Carlos Belandi a área se presta à instalação de bosques, já tendo programado o plantio de Oiti Cajueiro, Coqueiro e Castanhola.

A questão da arborização sempre foi citada como recomendação importante, pois além de criar micro-climas agradáveis, é elemento de embelezamento da orla, no entanto constata-se nesses anos, quando árvores foram

plantadas, não haver por parte do poder público, a devida manutenção. Exemplo da continuidade da Santos Dumont que seria uma “avenida parque” segundo o projeto, com amplos calçadões de 14 metros e com grandes canteiros centrais arborizados.

Desde aquela época, os amplos calçadões não foram construídos, como também o tipo de arborização foi equivocada e plantada em uma época errada de verão e a arborização original pouco tempo teve de vida. No entanto, mesmo no verão, seria obrigação dos poderes públicos a devida manutenção que não aconteceu. O que foi mais uma enganação por parte da Prefeitura da época, com o acréscimo de retirada das dunas edafizadas e das diversas famílias do percurso da futura via.

Atualmente, de tanto esperar do poder público providências, os barraqueiros movidos pela própria sobrevivência estão pouco a pouco modificando a paisagem, criando interessantes micro-climas em suas barracas (Figura 29).

Seria certa a opinião de um barraqueiro, representante da Associação dos Empresários da Praia do Futuro, em entrevista a esse pesquisador, quando disse: “Se não fossemos nós, a Praia do Futuro seria um grande Pirambú”, (20/07/03).

Existe uma modificação gradativa deste quadro de ausência de vegetação, não por parte dos poderes públicos e sim, por iniciativa dos barraqueiros que ao estruturarem melhor suas barracas não se esqueceram de arborizá-las. Como transmite a matéria do jornal Diário do Nordeste 13/05/01 e 31/08/02 respectivamente:

A iniciativa de plantar mudas de coqueiros partiu diante da falta de sombra e desconforto dos vendedores ambulantes que se deslocam na Praia do Futuro debaixo de um sol escaldante. “Como já fui ambulante, surgiu a idéia de fazer esse mutirão para as pessoas caminharem na sombra”, revela Madeira, (13/05/01).

A proposta é que todos os barraqueiros plantem coqueiros do tipo baé-gigante (resistente à maresia) na faixa de areia para oferecer sombra aos banhistas [...] a idéia surgiu da necessidade de conter a invasão de areia que sempre se acumulava na barraca de madeira, (31/08/02).



Figura 29- FONTE: SEMAM MAIO 2002, FOTO DE BARRACA C/AGRADÁVEL MICRO-CLIMA C/VASTA ARBORIZAÇÃO.

A estrutura de lazer que atualmente comporta as barracas, transforma a antiga aridez em um belo oásis, com muita vegetação rasteira, arbustiva e principalmente arbórea transformando definitivamente a paisagem, criando agradáveis amenizações climáticas. Já na área de dunas é ainda agradável e vasto o verde do local, no entanto, pouco a pouco está sendo ocupada por habitações irregulares, transformando a paisagem completamente nas favelas conhecidas “das placas” e “do coração” e outras, onde a densidade demográfica tornou impossível o verde no local, ocupado agora por moradias desalinhadas (Figuras 30-31).



Figuras 30/31- FONTE: DO AUTOR 08/05/04, ÁREA VERDE NO CAMPO DE DUNAS E CASAS SUBINDO AS DUNAS.

5) Poluição da Praia do Futuro

A questão da falta de infra-estrutura é intrinsecamente relacionada com a poluição dos recursos naturais, pois afinal de contas, alguns edifícios da Praia do Futuro continuam jogando dejetos nas galerias de água pluviais (Praça 31 de Março), causando transtornos maiores, principalmente nos momentos de chuva, ver matéria jornal O POVO 18/05/78. A poluição através do piche, nas décadas de 1960 e 1970, foi uma característica da área, pois navios petroleiros lavavam seus tanques e os dejetos e em função das correntes marinhas, estes dejetos direcionavam-se para a Praia do Futuro. Esse tipo de poluição já passou por providências da Capitania dos Portos do Ceará, no entanto, recentemente, o jornal Diário do Nordeste de 11/02/2005 noticiou um navio lavando seus porões na área de influência das correntes marinhas da Praia do Futuro.

O ato contraria o Decreto 87566/82, que trata da prevenção da poluição marinha por despejo de resíduos. Além disso, de acordo com a Convenção Internacional para a prevenção da Poluição Causada Por navios, adotado no Brasil, pelo decreto 2508/98, são consideradas substâncias nocivas quaisquer componentes despejados no mar, capazes de gerar riscos para a saúde humana, danificar os recursos biológicos e a vida marinha, prejudicar as atividades marítimas.

A questão dos resíduos sólidos, principalmente nos finais de semana, proveniente das barracas, atraindo baratas, ratos, enfim, uma série de doenças, era e ainda é grande motivo de preocupação, como observamos nas matérias de jornais.

No entanto, a questão da poluição está sendo gradativamente equacionada pelos órgãos públicos, no entanto ainda persiste (Figuras 32-33), pois pessoas que colocam dejetos dos apartamentos nas galerias de água pluviais estão sendo multadas, dependendo do prefeito (a) de plantão e o lixo do final de semana, produzido pelas barracas, está sendo coletado. O grande problema fica sendo o lixo domiciliar das casas no alto das dunas, nas favelas, pela dificuldade de acesso por parte dos caminhões. A questão da poluição, chega também na tentativa de conscientização dos usuários da Praia do Futuro em não sujar a praia e para isto, de vez em quando surgem campanhas com esse fim.

Na área das barracas, o lençol freático tende a cada vez mais, ficar poluído, na medida que sabemos que pouquíssimas barracas colocam seus dejetos de esgoto no coletor tronco da Avenida Dioguinho por razões econômicas e de falta de gestão. Problemas de saúde, principalmente relacionados com doenças de pele são relatados em entrevistas com moradores que já freqüentaram pontos poluídos na Praia do Futuro. Em função disso, através da pesquisadora Regina Limaverde, temos como conclusão, divulgado pelo jornal O POVO de 17/03/02:

O estudo revela que uma das amostras da barraca o louro, uma da barraca Sobre as Ondas e duas do Ttitanzinho apresentaram quantidade de coliformes superiores a 1000 por 1000 mililitros de água, quando a praia é considerada imprópria para o banho, desde que resultados acima desse limite se repitam pelo menos mais de uma vez no período de cinco semanas.

Segundo a pesquisadora, a Praia do Futuro tem a desvantagem da recepção do rio Cocó que descarrega muito material orgânico após atravessar o lagamar, uma das maiores favelas de Fortaleza, mas conta com a vantagem da grande extensão de praias de mar aberto, com ondas de 2 a 3 metros de altura formadas pela influência das correntes e ventos, “o que de certa maneira dilui o material orgânico que aporta em suas águas”.



Figuras 32/33- FONTE: DO AUTOR 29/01/05. MOSTRANDO POLUIÇÃO RECENTE PROVENIENTE DOS EDIFÍCIOS MULTIFAMILIARES E BARRACAS DESAGUANDO NO MAR, ATRAVÉS DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS.

6) A questão das barracas de praia

As barracas da Praia do Futuro, nos últimos 40 anos têm se notabilizado com grandes matérias jornalísticas, pois a polêmica vem de longe, onde aspectos

sociais, econômicos, naturais, paisagísticos, são citados, no sentido de permanência ou de retirada dessas barracas. Se a pesquisa fosse só no jornal O POVO este questionamento seria o mais citado na (Tabela 03). O que existe é a falta de um disciplinamento que de fato, seja cumprido. Em entrevista realizada em 20/07/03, a Presidente da Associação de Empresários da Praia do Futuro expôs o seguinte número: “A Praia do Futuro possui 126 barracas, sendo que 96 funcionam e destas 30 são pelo menos ruins”.

Sem dúvida, nas pesquisas deste trabalho, o tema barraca de praia, na Praia do Futuro é bastante polêmico, e não é de agora que opiniões contraditórias existem sobre este tema. A dialética do fato é presente nos envolvimento dos agentes dos espaços urbanos (barraqueiros, ambulantes, usuários e o estado: município, GRPU e Ministério Público Federal), mostrando a disputa clara por territórios nesses últimos 40 anos, quando as barracas eram apenas palhoças de madeira (Figura 34), até a transformação atual em barracas de grande estrutura, possuindo atualmente cofre para os usuários, fraudário, piscinas, área cobertas e W.C(s) e cozinhas amplas e “higienizadas”, enfim, estruturas que oferecem aos usuários a praia de acordo com os padrões globalizados.

Nesses anos, mesmo com críticas específicas, com as barracas sendo elementos que fecham a paisagem do mar, que privatizam o espaço do banhista, pouco a pouco, estão estabelecendo-se através de serviços de atendimento ao público cada vez melhor em segurança e conforto, pois algumas possuem até segurança armada. No entanto, por muito tempo, as estruturas das barracas estabelecidas na zona de berma foram condenadas, sempre com os mesmos argumentos: falta de higiene, falta de conforto, concorrência desleal, com os restaurantes, enfeiamento da paisagem. O tempo passou e a concorrência desleal praticada dos barraqueiros com os restaurantes passou a ser dos ambulantes em relação aos barraqueiros, vê-se a transformação que os processos dialéticos tentam explicar.



Figura 34- FONTE: JORNAL O POVO 09/03/83, BARRACAS TÍPICAS DE TÁBOAS A ÉPOCA NA PRAIA DO FUTURO.



Figura 35- FONTE: JORNAL O POVO 10/03/82, BARRACAS NA FAIXA DE BERMA EM FRENTE CLUBE DE ENGENHARIA.

O fato é que atualmente a estrutura das barracas na Praia do Futuro têm se tornado uma característica de nossa cidade, colocada positivamente pelos turistas e pelos Cearenses, que ressaltam a qualidade das barracas e de seus serviços. É como diz, em entrevista, um turista de Recife de 65 anos que estava na barraca Coco Beach, em janeiro de 2005: “Aqui é uma beleza, a barraca organizada com grande estrutura, é muito boa para crianças e para nós que ficamos próximo a praia” (Figuras 36-37).

São numerosas as matérias falando da situação legal ou ilegal das barracas, no entanto, o fato da falta de controle por parte dos órgãos públicos, é o que compromete o aperfeiçoamento do modelo, pois existem limites legais, quanto ao tamanho das barracas e do espaçamento entre elas, que deve ser no mínimo de 20m, segundo declaração ao jornal O POVO em 27/01/03 do Sr. João Afonso, gerente da GRPU a época.



,Figura 36/37- FONTE: SEMAM-MAIO DE 2002, NOVOS PADRÕES FÍSICOS DAS BARRACAS DE PRAIA.

Em todos esses anos de pesquisa a Prefeitura Municipal de Fortaleza é colocada como principal vilã, segundo matéria ao jornal O POVO em 27/01/03:

O Ministério Público, a Gerência do Patrimônio da União (GRPU), a Associação dos empresários da Praia do Futuro e dois profissionais de Geografia e Arquitetura consultados, culpam a Prefeitura pelo crescimento desordenado na Praia do Futuro.

Nestes 40 anos de acompanhamento da Praia do Futuro existiram conflitos sobre o local onde elas se localizavam, principalmente quanto às condições de higiene que não existiam, a campanha dos meios de comunicações contrária era enorme, quanto às barracas no início da década de 1970, matéria do jornal O POVO 25/01/73. O problema não era típico apenas da Praia do Futuro, na verdade, muito mais na Avenida Beira-mar. No entanto, sendo a nossa área de estudo a Praia do Futuro, detive-me na área em questão.

A polêmica da apropriação do terreno da união traz até hoje conflitos jurídicos, onde a PMF e a PGU não interpretam o Decreto lei n° 9760 de 5/9/46 artigos 2° e 3° da mesma maneira que os barraqueiros. Os barraqueiros colocam que estes terrenos pertencem a eles, assunto detalhado na matéria jornal O POVO 05/12/77. Polêmicas jurídicas à parte, a questão da retirada da paisagem para o pedestre, o tamanho da barraca, traz à tona a omissão da PMF em todos esses anos em não disciplinar estas ocupações.

O certo é que nas manchetes sobre o tema barracas na Praia do Futuro os jornais que sempre fizeram uma campanha contra as barracas vão adaptando-se a elas, pois as barracas estão melhorando gradativamente nas suas condições físicas e de higiene, na época com justa razão os meios de comunicações às criticavam. Como exemplo de w.c existente nas barracas na época (Figura 38), conforme foto do jornal O POVO de 21/05/78, típico das barracas da Praia do Futuro.

Também bastante polêmico foi o fechamento, mais recentemente, da área de praia pelas barracas para shows, pois a separação entre os que possuem dinheiro e os que não possuem fica bastante clara. Lazer sectário resultado de um bairro sectário, resultado de uma cidade repartida pelas condições sócio-econômicas desiguais.

Nesses momentos, ficaram claros os contrastes sociais, bastando freqüentar um desses shows, para observar quem entra e os que ficam do lado de fora, consumindo bebidas, o “apartheid” social é claro e foi motivo de várias questões judiciais, não pela questão social e sim pela questão do que a legislação impõe.

Baseado na lei 7661 de 1988, que institui o Plano de Gerenciamento Costeiro, que estabelece: “As praias são bens comuns de uso do povo, sendo assegurado sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, sempre em qualquer direção ou sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança nacional ou incluídas em área protegidas”.

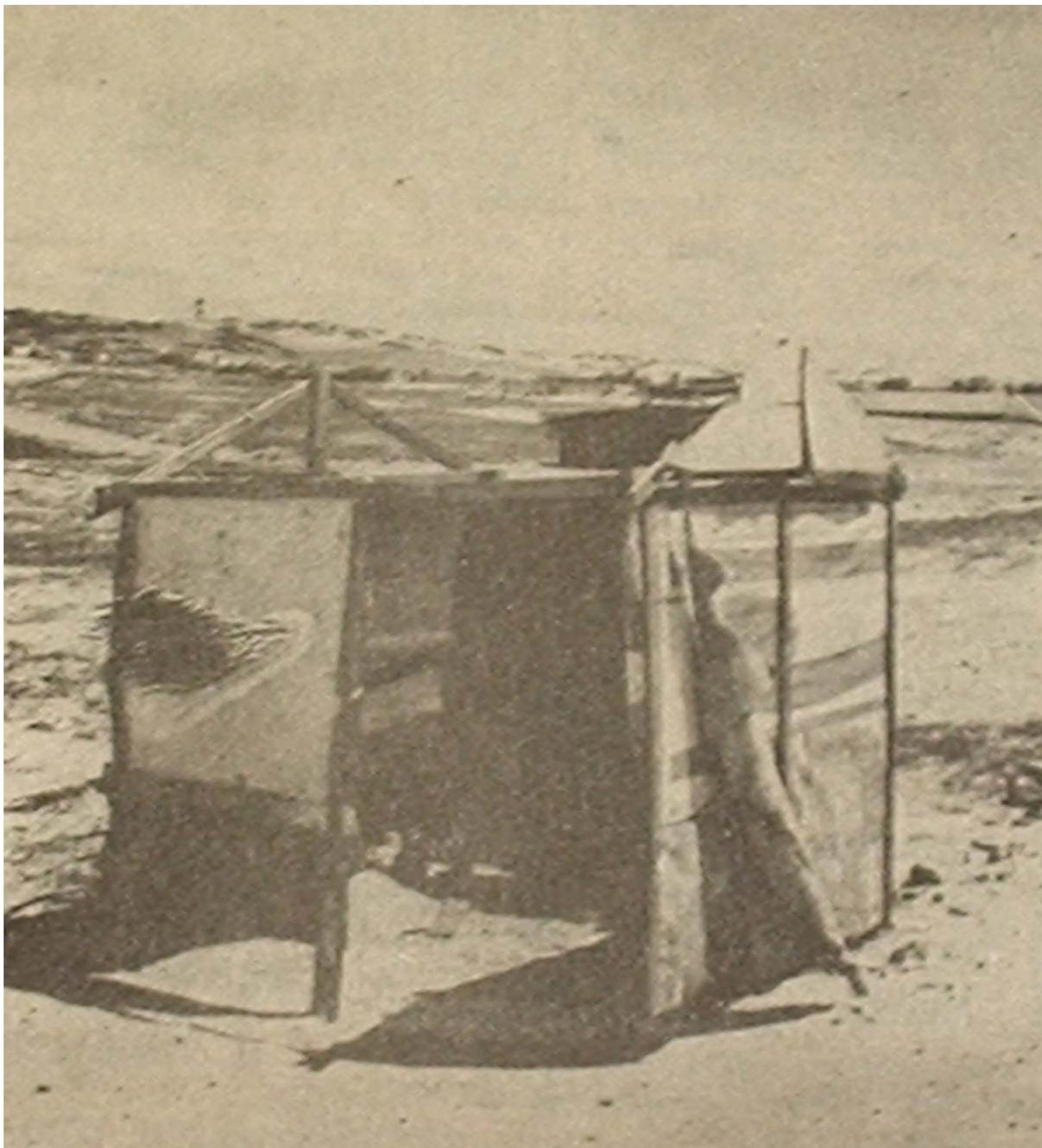


Figura 38- FONTE: JORNAL O POVO 21/05/78, W.C TÍPICO DAS BARRACAS DE PRAIA A ÉPOCA.

As festas de reveillon com cobrança de ingresso, com espaço cercado, não era possível, no entanto, já existe decisão judicial em contrário, medidas jurídicas à parte, o Uso do espaço público com esta maneira de ocupá-lo por parte

dos barraqueiros é uma amostra de que, em função dos órgãos públicos não interferirem positivamente na faixa de praia os particulares se acham no direito a isso, é como em entrevista em 20/07/03, um dono de barraca falou: "São 25 favelas na área e a prostituição e a droga é trazida pelos ambulantes".

Mudanças ocorreram principalmente porque, de fato, melhoram em muito a qualidade dos serviços, como já falado anteriormente, principalmente quanto ao aspecto de higiene, O POVO 11/01/04. Isso se deve muito pela pressão dos clientes, participação de brasileiros provenientes do sul e sudeste do nosso país, de estrangeiros e de alguns Cearenses que em suas viagens pelo mundo trazem bons exemplos de atendimento de qualidade. Com um detalhe que acredito ser o mais importante, os barraqueiros passaram a construir estruturas definitivas, mais sólidas e bem acabadas, pois passaram a acreditar que não iriam mais sair dos seus locais, que a presença deles não era mais transitória. Acrescentando a isso a maneira primitiva dos pescadores locais servindo como atração e a utilização de novas técnicas de atendimento para os clientes.

Nessa sociedade globalizada esse aspecto citado é de grande valia, a despeito de existir o contraponto da desculturalização, fenômeno decorrente da desterritorialização, que em áreas turísticas acontece bastante. O turista cada vez mais busca o regionalismo como contraponto a sua realidade das cidades de onde vêm.

Atualmente, em meio a barracas que fecham, outras que abrem seus serviços e outras que ampliam suas áreas físicas, no meio destes contrastes um fato é definitivo para os barraqueiros, que devem investir em seu negócio cada vez mais e ganhar a clientela mais exigente. Pois os questionamentos jurídicos, junto com a opinião positiva dos frequentadores e órgãos de imprensa fazem com que acreditem que não mais sairão dos seus locais, como citado anteriormente. Pois os órgãos públicos aceitam o fato, ou pelo menos amenizam quanto à permanência no local. Necessitando, porém, da prática de gestão urbana, que na verdade é o maior elemento de controle do Uso e Ocupação do Solo de qualquer cidade, para que o que seja permitido, não seja desvirtuado pela ausência de controles quanto ao tamanho e lugar destas barracas.



Figura 39- FONTE: SEMAM-MAIO/2002, EVOLUÇÃO FÍSICA BARRACAS DE PRAIA.

7) Questão da segurança na Praia do Futuro

A insegurança na Praia do Futuro, assim como outros fatores analisados, é apenas um apêndice da cidade de Fortaleza, surge em função de uma grave falta de política pública de geração de empregos, aliada à falta do poder de polícia e da impunidade, formando um triângulo causador da violência, e a Praia do Futuro não é diferente. A questão da violência tem, outras causalidades, que não é tema deste trabalho.

Já no início dos anos 70 do século passado, nos restaurantes Kabuletê, Bola Branca e outros de menor frequência, sentia-se o problema de pequenos roubos. O roubo de toca-fitas, a prostituição, falta de luminosidade fazendo com que a Praia do Futuro a época, já começasse a ser um grande problema de segurança, e a constante afirmação por parte da população que ela não era mais a mesma ! Sem

dúvida, os espaços paradisíacos, tranquilos e seguros apenas com o luar, na década de 60, foi sendo modificado com o aumento das atividades de lazer e moradia e conseqüente atração de marginais.

A violência aumentou, na mesma proporção do sucesso da Praia do Futuro como pólo atrativo de lazer da comunidade Cearense, sendo assim, sempre foi colocado o problema dos assaltos e assassinatos na área, como mostra matéria do jornal O POVO de 08/02/82, de 18/01/96 e do D/N de 26/01/98, que são importantes referências no assunto. Mais recentemente, quando tratado o assunto do por quê algumas barracas estão fechando, novamente foi colocado o aspecto da falta de segurança no bairro, pois com o aumento cada vez maior da quantidade de pessoas na faixa de dunas, infelizmente na mesma proporção, aumenta a quantidade de marginais. Existem depoimentos que a maioria dos assaltantes da Praia do Futuro moram nas habitações precárias das dunas, onde se escondem nos labirintos de acessos nas várias favelas. Portanto, ligando-se à questão das ocupações irregulares nas dunas a grande parcela de roubos e crimes na área.

Em entrevista ao jornal O POVO de 10/12/2004 uma empresária do ramo de barracas de praia afirmou o seguinte:

São rotineiros os relatos de assaltos em pontos de ônibus e topics na Avenida Dioguinho. Minha filha chegou a socorrer uma vítima, levou-a até o posto policial mais próximo, mas não havia viatura e a moto estava com o pneu furado [...].

Nós, empresários da praia, já chegamos a nos cotizar para mandar consertar os carros da polícia. Mas não há retorno. Até nossa segurança privada chegou a ser ameaçada por marginais [...].

Soube de um caso de um policial que foi chamado a acompanhar umas pessoas até a parada de ônibus a fim de protegê-las. Lá levou um tiro a queima-roupa e foi parar na UTI. Ele está se recuperando mais à impunidade é tanta que nenhum barraqueiro foi chamado a depor, portanto não há investigação.

Em todas as entrevistas, sem exceção, foi sempre colocado por parte dos entrevistados casos de crimes na Praia do Futuro, não só nas últimas décadas, quando passou a ser gradativamente ocupada pela população. Estupros, assassinatos, roubos, assaltos, aconteceram e como lemos anteriormente, é uma realidade visível a quem não toma os devidos cuidados de freqüentar esta faixa de praia em horários mais seguros.

Em outra reportagem, um fotógrafo assim descreve a situação que viveu na Praia do Futuro, em matéria no jornal O POVO de 10/12/04:

Em um evento anual e, portanto, previsível como a festa de Iemanjá, foram registrados, por três anos consecutivos, casos de arrastão e assaltos à mão armada na Praia do Futuro. O fotógrafo foi vítima numa delas. Foi-se o tempo em que o bairro era tranqüilo. Caminhar à noite pela beira da praia era natural.

Sendo o problema sócio-econômico, o principal causador da violência, observamos nas entrevistas e em medidas pontuais, práticas da intenção de criar ocupações para os jovens do bairro, desde o programa de reciclagem do lixo na comunidade do Caça e Pesca, até a formação de profissionais na Associação comunitária da rua Aristides Barcelos. É como coloca a presidente da Associação dos Empresários da Praia do Futuro, em entrevista ao jornal O POVO em 10/12/04: “Sabemos que a marginalidade decorre em grande parte do desemprego. Mas não existe um centro de treinamento no bairro para preparar pessoas para trabalhar. Assim poderíamos gerar mais empregos”, sugere.

8) A questão da Maresia

Um dos grandes problemas, colocado em relação à Praia do Futuro, consolidou-se no imaginário da população de Fortaleza, e com razão, como causa principal para a não ocupação da área, que é o aspecto da maresia. Tornou-se problema principal na medida que matérias em jornais detalharam opiniões de técnicos e moradores. A maresia corroe eletrodomésticos, fechaduras, dobradiças, armadores de rede, ferro das vigas e pilares, postes, fiação de energia de ruas, placas indicativas de trânsito. Segundo matéria do jornal O POVO de 16/06/99;

As concessionárias de telecomunicações e energia elétrica tiveram que se adequar ao fenômeno da maresia [...] O problema é inerente a toda cidade de Fortaleza, explica o engenheiro Jamacy José da Silva, chefe do Departamento Técnico de Fortaleza da Companhia Energética do Ceará. Um dos agravantes da Praia do Futuro é a falta de arborização, opina o engenheiro. De acordo com informações da Assessoria de Comunicação Social da TELEMAR, a empresa realiza manutenção preventiva periódica da Praia do Futuro. Para se ter uma idéia do índice de corrosão no local, basta

fazer a comparação entre a vida útil do poste. Em Parangaba, dura entre 20 e 25 anos, enquanto na Praia do Futuro, dois anos.

Medidas estão sendo tomadas para conviver com o fenômeno, pois a maresia existe em função da ventilação em demasia, característica de nosso litoral. Nos primeiros sete meses do ano, a ventilação é perpendicular à costa e nos últimos três meses, principalmente em agosto e setembro, ocorre uma pequena declinação, carreando bastante areia nos bairros do Serviluz e Vicente Pinzón, pois a ventilação é no sentido SE e L, trazendo, em ambos os casos, partículas de sal em suspensão para o continente (MORAES, apud CLAUDINO SALES, 1993:103).

Vegetação mais densa, recobrimento maior do concreto de no mínimo três centímetros, são algumas recomendações para amenizar o fato. A utilização do aço SAC 41 é uma inovação tecnológica positiva, que poderia ser colocado em prática. Manutenção de eletrodomésticos com capas plásticas protetoras e sempre encerados, amenizariam o problema dos equipamentos.

A questão da maresia e as favelas que ocupam as ruas são pontos determinantes na causa do desinteresse, quanto a novas construções e manutenção de equipamentos públicos e particulares na área, pois são vários os depoimentos, desde operários da construção civil até moradores das edificações multifamiliares. A maresia é comum em qualquer área litorânea, no entanto, pela ventilação excessiva, com pouca arborização, potencializa esse fator limitante ambiental.

Em entrevistas realizadas, depoimentos diversos sobre o assunto, desde os estouros nas estruturas de concreto armado, água com cor amarelada, típica cor de ferrugem (edifício Figueiredo Corrêa); também a acumulação de sal internamente nos imóveis criando uma aparência de poeira (edifício Concha e Dunas). Segundo alguns moradores antigos, a quantidade de maresia é maior na Praia do Futuro Velha em relação à nova, nos últimos meses do ano e começo do seguinte, exatamente no período de maior ventilação, este estudo não conseguiu diagnosticar a veracidade dessa afirmativa.

Sem dúvida, é unânime a maresia como forte fator ambiental limitante e conseqüentemente elemento definidor quanto ao Uso e Ocupação do Solo na Praia

do Futuro. Em matéria no jornal D/N de 14/05/2000, coloca-se que a maresia da Praia do Futuro é a segunda maior do mundo segundo pesquisa da ELETROBRAS, com 1832 mg/m³/dia. Em depoimento uma moradora da área ela assim descreve a sua situação:

Morei 15 anos no Castelo Encantado e nunca aconteceu de estragar eletrodomésticos por corrosão. Aqui, nada resiste à maresia, por mais cuidados que agente tenha e fique limpando o tempo todo”, lamenta ela.[...] não existe um só compartimento ou móvel no mercadinho da Helena que não seja marcado pela ação da maresia. Tudo lá tem menos de três anos de uso. Os armários de prateleira com apenas um ano de uso já apresentam ferrugem por todos os lados. As lâmpadas comuns também queimam com facilidade muito maior, que outros locais de Fortaleza.

[...] a taxa de corrosão é altíssima, o índice de maresia é de 1832 mg/m³/dia. Isso obriga a COELCE a utilizar tecnologias especiais como ferragem em liga de alumínio, que chegam a custar o dobro do que é utilizado em áreas não atingida pela poluição salina, explica a gerência.

Conclui-se então, pela a importância da abordagem sistêmica, nos tópicos citados: avanço de areia sobre as casas e barracas, arborização, maresia, se inter-relacionam como elementos limitantes ambientais, com enorme repercussão antrópica no uso e ocupação do solo. Por mais paradoxal que seja, o maior exemplo de agressão de estruturas de concreto, que pode ser facilmente visitado na Praia do Futuro, é a cobertura do deck da piscina do clube de Engenharia (Figuras 40-41), pois a olhos vistos, a ação do mecanismo físico-químico da oxidação é demonstrada de uma maneira clara em um intervalo de 25 anos da coberta construída. As fotos nos mostram um pouco da ação devastadora da maresia na marquise e pilar de concreto:



Figura 40/41- FONTE: DO AUTOR-29/01/05-PILAR E MARQUISE SOFREDO GRAVE PROCESSO DE OXIDAÇÃO

9) Necessidade de Urbanização e idéias de melhorias

A Praia do Futuro foi e é motivo de tentativas e intenções de melhorias, pois pelo seu aspecto paisagístico é importante indutor turístico para Fortaleza. E de fato, em relação à Praia do Futuro da década de 1960 e principalmente quando começou efetivamente a ser ocupada na década de 1970 de uma maneira mais acentuada, e desorganizada, muitos projetos foram direcionados para melhorar principalmente no aspecto imobiliário. A maioria, no sentido de aberturas de ruas e avenidas, propiciando assim terreno propício à especulação imobiliária.

Neste aspecto, o que tivemos, a partir da década de 1970, quando a elite de fato passou a incorporar a Praia do Futuro, foram aberturas de ruas e alargamento de outras. Foi no ano de 1976 que se inaugurou o prolongamento da Avenida Santos Dumont até a Avenida Zezé Diogo, começou o projeto da Avenida Dioguinho (O POVO 26/11/76), quando clubes sociais e edifícios multifamiliares começaram a serem construídos e passaram a compor a paisagem da área. Assim, naturalmente pela pressão dos adquirentes desses imóveis surgiram alguns projetos de urbanização.

O primeiro projeto de importância, no sentido de melhorar o aspecto urbano da Praia do Futuro, foi na época do prefeito César Cals Neto, projeto de 1982 e execução de 1984, que se denominava Pólo Atlântico Sul. Outro projeto, no tempo do primeiro mandato, 1993 do Prefeito Juraci Magalhães e um terceiro, agora em seu segundo mandato de 2003, compuseram os projetos colocados em prática. Outras menores tentativas foram efetivadas, sem muito êxito. A tentativa de melhoramentos está bastante ligada à pressão das pessoas que possuem interesses diretos: proprietários de hotéis, barracas de praia e de famílias que possuem boa parte dos terrenos da Praia do Futuro, os chamados agentes do espaço urbano. Também como forma de pressão a utilização dos meios de comunicação, sempre a serviço daqueles que pressionam por melhorias, e isso têm papel preponderante como observamos na quantidade de matérias jornalísticas sobre os problemas da Praia do Futuro.

Alguns projetos pontuais foram realizados e só ficaram no papel, como: o projeto que seria realizado no final da Zezé Diogo na praia do Caça e Pesca, onde se previa uma grande praça como um monumento a Iemanjá, a Avenida Oceânica que ligaria o Mucuripe por sobre as dunas, até a praia do Caça e Pesca, até a última idéia do zoológico patrocinado pela prefeitura, chamado de Bioparque (2003).

Atualmente, as novas aberturas de Avenidas, no caso da continuidade da Avenida Padre Antônio Tomás até a Avenida Zezé Diogo e da ponte sobre o rio Cocó ligando a Praia do Futuro até a praia de Sabiaguaba, demonstram melhores atenções por parte do poder público, em tornar a área em estudo mais ligada à vocação turística, que a comunidade que visita impõe. O modelo de cidade turística para Fortaleza cada vez mais se torna um consenso, no sentido que as idéias de melhorias e Urbanização devam subsidiar diretrizes para aperfeiçoamento deste padrão internacional globalizante, onde a cidade é vendida como mercadoria e seus planos estratégicos seguindo normas do banco mundial, tem de ser competitivo em relação a outras cidades “concorrentes”. E como nos fala (ACSERALD, 2001:225):

Considerando que não há neutralidade no discurso, tampouco na produção de estratégias e práticas, a autoridade que se impõe e legitima seus projetos e suas escolhas, transformando-os em representações coletivas hegemônicas. Com a ilusão do consenso, um segmento com poder aperfeiçoa a arte da dominação.

Em entrevistas aos diversos setores que agem no espaço urbano da Praia do Futuro, surgem várias idéias para modificar o atual estado de coisas na área. Normalmente, as propostas refletem grupos que estão incomodados com os diversos problemas, sendo assim, em entrevista, com o presidente do SECOVI, surge à solução para liberar as ruas na Praia do Futuro das ocupações de barracos, através dos grandes proprietários de terrenos que estariam dispostos a ceder alguns desses terrenos para construção de moradias para estes ocupantes, desde que a prefeitura liberasse as vias para circulação a veículos. Enfim, soluções possíveis, no entanto, difíceis, pois o grau de confiança entre os agentes particulares do espaço urbano e o poder público é quase nenhuma, em função de vários acontecimentos passados.

10) A questão social expressada através das favelas, ambulantes e prostituição.

Escondidos nas entranhas da metrópole, camuflando a paisagem e falseando a realidade, essas áreas negadas da cidade, vicejam, proliferam-se com rapidez e alcançam vastos espaços da região metropolitana [...] A cidade que atrai, expulsa, e eles, apesar de tudo, gostam. Acham a vida por aqui muito dura. Entretanto, todos dizem ser bem melhor que a anterior, aquela do sertão, sem terra, sem água, sem as mínimas condições de conforto. Aqui em Fortaleza pelo menos se tem a quem recorrer [...] Submetem-se ao trabalho precário e sofrem diante da insuficiência de políticas públicas. Na cidade grande, eles têm a ilusão da inclusão social, (BORZACCHIELLO, O POVO 13/06/04).



Figura 42- FONTE: DO AUTOR: 23/05/04 FECHAMENTO DA RUA TURBAY BARREIRA EM DIREÇÃO A AVENIDAZEZÉ DIOGO

Além da beleza da paisagem do litoral da Praia do Futuro ao olharmos para o mar, temos, no entanto em contrapartida, se olharmos para o lado oposto, o quanto à distribuição do Uso e Ocupação do Solo é confusa. A ocupação das vias em direção as dunas pelas favelas, o lazer dos habitantes, através dos campos de

futebol, são algumas características observadas na ocupação, no lado oposto da faixa de praia (Figura 42). Infelizmente, quando olhamos nesse lado oposto, observamos a faixa de dunas bastante desfigurada, com os espaços indevidamente ocupados, resultado de vários anos de descaso por parte do poder público, no que concerne à questão habitacional e da geração de renda, para uma população necessitada de ter um lugar para morar. Essa situação transformou e transforma as dunas da Praia do Futuro em locais, onde a falta de higiene, água, esgoto, pavimentação, segurança, bom comércio local é a tônica quanto às demandas do bairro. Onde sobram à miséria e a precariedade habitacional e a transformam em terra de ninguém (Figura 43).



Figura 43- FONTE: DO AUTOR-23/05/04: MOSTRA FECHAMENTO DA RUA TURBAY BARREIRA PELA FAVELA DO LUXOU

O problema se alastra a partir do encontro do rio Cocó com o mar até a Praia Mansa na ponta do porto do Mucuripe, extrapolando a faixa de recorte dos 6 Km de pesquisa, que vai da barra do rio Cocó até a rua Ismael Pordéus, rua esta que é acesso ao morro do Mirante, Castelo Encantado.

O fenômeno da transferência dos moradores é importante ser evidenciado, pois em meados da década de 70 do século passado, os moradores da Praia do Titã, Poço da Draga, Morro do Teixeira e Lagoa do Coração, foram direcionados para o recém inaugurado Conjunto Palmeiras, próximo à BR 116. A política na época, por parte do governo do estado, através da PROAFA, era a transferência dessas pessoas para longe dos seus locais de moradia e trabalho, com a justificativa que iriam morar em melhores condições, não propiciando opção de ficar. Essa medida era com o claro objetivo de liberar estas áreas para construção de habitações para a classe mais alta e de “limpar” a paisagem das favelas para os turistas.

O caso das duas mil pessoas que se estabeleceram nos cinco primeiros anos de ocupação e que moram na favela do coração é emblemático. Favela formada a partir de 1969 por pessoas vindas do interior, estavam ameaçadas de despejo em 1979. Através de um grande movimento de resistência, grande parte permaneceu no local até hoje e até aumentaram a quantidade de moradias, com o aterramento da lagoa. Em entrevista com líderes comunitários da favela do coração, sabe-se que no momento não há vaga para ninguém no local e como eles dizem “se quiserem morar no local, terão que desembolsar de R\$ 7 mil para os barracos mais simples, até R\$ 15 mil por casinhas maiores”.

Especulação imobiliária à parte, o fato é que permaneceram no local e aos poucos conseguem melhorias, mesmo timidamente, o que demonstra a transformação da realidade há 30 anos atrás e a importância o movimento de resistência acontecido no local.

Vilaça, através de seu livro, Espaço Intra-urbano no Brasil (1998), coloca que: “Os bairros que outrora eram homogêneos, no que concerne aos habitantes com o mesmo padrão social e econômico, passou a ser, nos dias atuais, bairros heterogêneos”. Não há um bairro de nossa capital, que não se conviva com essa heterogeneidade, e a Praia do Futuro é um grande exemplo, como mostra matéria O POVO 18/08/80, mostrando as diferenças entre as habitações das classes ricas e pobres (Figuras 44-45).

A questão habitacional, assim como a questão das barracas de praia, são reflexos visíveis para qualquer espectador do Ceará, do nosso desigual modelo social, haja vista que as habitações da Praia do Futuro, em sua maioria, são casinhas com pouca qualidade de conforto e muita necessidade de espaço e de serviços públicos, as mansões são minorias e edifícios multifamiliares surgem raramente nos últimos anos.

O modelo dialético de análise se expressa nas contradições, choques e omissões do estado, na polêmica das habitações construídas de maneira aleatória nas dunas da Praia do Futuro, as transformações nesse aspecto habitacional, diferentemente das barracas não se evidenciam, muito pelo contrário, perduram as construções sem qualidade e em lugares impróprios. As diferentes classes sociais convivem no dia a dia com moradores de um mesmo local repleto de problemas e nos finais de semana, com a população flutuante que frequenta a faixa praial.

Mesmo sendo de comunidades pobres e em área ocupadas irregularmente, as pessoas quando são inquiridas sobre o que gostariam que fosse feita em suas áreas, sempre falam que gostariam de urbanização, e realmente já sabem o que é urbanização, pelo menos em parte. Sempre falam da necessidade de aberturas de ruas para o transporte público chegar perto de suas casas, pois a realidade das vielas e barracos desalinhados não permite tal acesso.

Nos 6 km da área do recorte físico de estudo, analisamos as ruas paralelas à faixa de praia, que são sete, a começar da rua Trajano de Medeiros em direção a praia, assim temos: além da Trajano de Medeiros, a Rua Manoel Rodrigues Monteiro, Rua Oliveira Filho, Rua Pintor Antônio Bandeira, Avenida César Cals, Avenida Dioguinho e Avenida Zezé Diogo. Livre das ocupações irregulares só as três últimas que estão mais próximas à praia.

Já no sentido perpendicular à linha de praia temos, na Praia do Futuro I e II, um total de 52 ruas todas ocupadas, com exceção da Avenida Santos Dumont, rua Renato Braga e Avenida Hermínia Bonavides, que é a rua do Juizado de Pequenas Causas. Todas as outras ruas estão ocupadas por casebres na área estudada em uma intensidade variada, principalmente no alto das dunas. Os

choques entre os moradores dos edifícios multifamiliares e essas ocupações são constantes, reclamações são feitas insistentemente para o poder público sem resultar em modificações, a visível luta de classes acentua-se neste caso.

Para a pessoa desconhecedora da realidade do bairro, não pode imaginar que 49 ruas perpendiculares à praia são ocupadas irregularmente de uma maneira gradativa por casebres, de pessoas provenientes diretamente do interior, ou da nossa capital. É como nos fala (DANTAS, 2002:40):

As dificuldades impostas, ao morar na cidade construída para as classes abastadas, induzem a ocupação das zonas de praia por importante contingente de emigrantes pobres do sertão. Eles estabelecem-se nos terrenos de marinha, área anteriormente ocupada pelas comunidades de pescadores, denotando crescimento dos efetivos demográficos, marcado por estado de saturação, cujo testemunho após final do século XIX são as favelas.

A busca pelo emprego fez com que os espaços considerados de ninguém, (que são os espaços públicos, pela visão do ocupante), fossem apropriados na ausência, ou conivência do poder público com a situação. Não é sem razão que a prostituição e os ambulantes aumentam cada vez mais na Praia do Futuro, principalmente na época de alta temporada turística, pois a procura pelos “clientes” é maior na faixa de praia onde eles se encontram. Mesmo sendo atividades marginalizadas, possuem seu público consumidor e estão inseridas no “mercado de oferta” em que vivemos, é como nos diz Braga (1995):

Assim o modelo de desenvolvimento Brasileiro e sua inserção no sistema capitalista internacional têm gerado grandes sacrifícios sociais para a maioria da população, na medida em que, expulsa os trabalhadores rurais para as cidades, concentra renda e capital, aumenta a taxa de desemprego, aumenta a miséria da maioria da população. (BRAGA, 1995:28).

[...] Tal fato comprova a tese de que a população se concentra onde o fluxo de capital é mais intenso, mesmo que as oportunidades de emprego sejam limitadas com relação à demanda. (BRAGA, 1995:87).

A constatação das ocupações irregulares realizadas de uma maneira indiscriminada e organizada é tema de todas as respostas a entrevistas, quando se fala do assunto, ocupação habitacional irregular. Existe uma verdadeira rede de permissividade nas ocupações da Praia do Futuro, onde estão envolvidos políticos: vereadores, deputados, “líderes comunitários” e até mesmo, verdadeiros

necessitados. É como uma líder comunitária, em entrevista realizada em 21/08/04, assim expressou-se sobre o caso dos padrinhos dessas ocupações (Figuras 44-45):

Quando esse pessoal ganha a casa é incentivado a vender, porque eles não querem trabalhar, e já vão invadir outra área, isto foi estimulado e crescendo tanto que hoje nós estamos sofrendo na pele, essa rua já era para estar aberta, [se referindo a rua Aristides Barcelos].

[...] Ai manda invadir, quer dizer empata a abertura de rua, os vereadores são pega carona, os deputados são pega carona, chegou encontrou aí, que já traz aquela pessoa de má fé que já mandou invadir, mentindo, dizendo que o vereador vai segurar, que a pessoa não vai sair dali, esse é o maior problema que agente enfrenta.

É nesse momento que podemos conceituar territorialidade, pois o campo de forças atuante no aspecto habitacional expressados pelas favelas é marcante. A ocupação com anuência através da omissão dos poderes públicos, mesmo com o contra ponto expressado e contrariedade da classe média e alta que habitam o local, mostra o quanto o poder público, em função de interesses eleitoreiros, é ausente como fiscal na questão. Pois, o domínio, ausência de limites e fronteiras caracterizam a área de dunas e também na faixa de praia pelos barraqueiros. Produzem-se novas fronteiras, onde inicialmente seriam de ocupações transitórias para permanentes. A quantidade de favelados e barraqueiros fecham-se em seus interesses, demarcando áreas e criando, através de organizações formas e elementos de pressão.

A perda de referencial na resolução dos problemas habitacionais supera a questão da preservação ambiental; a ocupação de ruas, terrenos públicos e particulares, produz uma territorialidade do caos.

Considerando que os critérios de afinidade, identidade são fundamentais para a presença e, portanto, demarcação de fronteiras, observamos o critério da necessidade como mais forte para os ambulantes, empregados domésticos, da construção civil e empregados das barracas ao ocuparem ilegalmente a área de dunas com objetivo de moradia (Figura 46).



Figuras 44/45- FONTE: CEARAH PERIFERIA 2003, RUAS OCUPADAS POR CASEBRES, ALTO DA DUNA MANSÕES.

Na matéria jornalística, “Lagoa do Coração”: favelados sob ameaça de despejo “O POVO 04/04/79, já citada anteriormente, trata da retirada dos moradores para o conjunto Palmeiras, junto à BR 116, mostrando a atitude do poder público na época, que era a intenção de transferir o contingente de pessoas, prática diferente do atual modelo, como vimos em entrevista na página anterior.



Figura 46- FONTE: DO AUTOR 08/05/04-INICIO DE OCUPAÇÃO DAS DUNAS

Basicamente a favela é composta de pessoas vindas diretamente do interior ou vindas do interior que em primeiro momento chegam a algum bairro de Fortaleza para depois chegarem no local definitivo. Esse modelo já vem de longe, pois no final do século XIX assim portava-se o migrante do nosso interior, quando se refere às primeiras ocupações no antigo arraial Moura Brasil.

Esse processo migratório é importante ser analisado, mesmo de uma maneira parcial, pois a maioria cada vez crescente dos habitantes da Praia do Futuro, é migrante ou já são filhos de migrantes. Em função de dificuldades em seu lugar de origem, no caso no interior do estado, partem para a capital, confirmando ainda mais a tese da migração, não apenas pela necessidade de melhorar de vida, como também em função de uma propaganda muitas vezes enganosa, onde o padrão migratório rural-urbano já se estabeleceu, típico das sociedades pré-industriais. Padrão Migratório (BRITO, 2002:22) define: “como o modo, como se dá à articulação entre as trajetórias migratórias e a dinâmica social e econômica”.

Os pontos básicos da migração ocorrem na medida que primeiramente acontece à expulsão do local de origem, depois a insatisfação do novo local e posteriormente, em alguns casos, o desejo do retorno ao local de origem. No entanto, a prática não só da Praia do Futuro, quanto de todas as grandes cidades tem demonstrado o não retorno na maioria das vezes. A Cultura migratória estabeleceu-se na Praia do Futuro e em todas grandes cidades o Brasil, pois para muitos, migrar significa progredir na vida e esse processo cultural de aceitação da migração vem, sem dúvidas, em função de progressos dos primeiros migrantes. Sendo assim o processo cultural brasileiro de emigração tem uma sólida base de sucesso, pois são inúmeros os casos dos migrantes que melhoraram de vida. Mesmo considerando que os tempos são outros das décadas anteriores, e a ligação migração com progresso de vida estão mudando drasticamente, como fala (BRITO, 2002:49):

Como se não bastasse, a redução excepcional da capacidade de geração de emprego e de novas oportunidades ocupacionais, objetivamente descolou a mobilidade espacial da mobilidade social. O mercado de trabalho torna-se rígido, com uma cadeia de pré-requisitos educacionais e de treinamento extremamente excludentes para a maioria da população migrante. Mais ainda, a sociedade urbana, mais competitiva e cada vez menos solidária [...] aumentaram os seus mecanismos de discriminação e exclusão dos mais pobres.

A construção inicial em papelão, ou zinco, madeira, transforma-se aos poucos em solução de casinhas em tijolos e gradativamente em até casinha de dois pavimentos, a favela e até algumas barracas de praia, funcionam como expressão física da migração campo-cidade, está na cara de todos que se detiverem um pouco a olhar a faixa de dunas da Praia do Futuro, sendo um fenômeno estrutural como diz (BRAGA, 1995:129):

A favela como uma expressão de pobreza, não representa um fenômeno conjuntural, ainda que possa ampliar-se na época da seca, de perda do poder aquisitivo, etc. A favela que abriga amplos setores da população com baixo rendimento monetário encerra problemas de fundo, gerado por vários fatores de natureza estrutural. Portanto ela constitui uma solução possível no sentido de reduzir os gastos familiares, uma vez que não só representa ausência de despesas com aluguel, mas também, uma economia de outros gastos existentes, se tratasse de uma moradia formal (água, energia, impostos etc.).

Em depoimentos dos favelados da favela “do Luxou”, 15/07/04 eles falaram de como fizeram negócio para adquirirem os terrenos e os barracos, dos locais aonde vieram e de que trabalham:

Sr. Tomás quando vendeu para mim já era da irmã dele e de outra pessoa que passou para a irmã dele e depois para mim. A maioria trabalha em construção, casas de família, no final de semana trabalham como ambulante na praia, a maioria é do interior de Itarema. A minha irmã deu o som dela, televisão, bicicleta mais uma pequena quantia em dinheiro e conseguiu um terreno grande (aproximadamente 8x8m), onde a casa dela está construída hoje em dia.

Já quanto aos ambulantes, segundo a GRPU, são de 2000 a 3000, dados de Janeiro de 2003, que trabalham nos finais de semana na Praia do Futuro e existe a intenção de cadastrá-los. A questão dos ambulantes torna-se cada vez mais polêmica pela impossibilidade de impedir o ir e vir por parte dos mesmos dentro das barracas, que é intenção dos barraqueiros, no entanto com diversos casos de roubos por parte desses, os donos das barracas de praia estão tentando impedir o seu acesso às mesmas.

A polêmica entre barraqueiros e ambulantes está exacerbando-se, onde se coloca os ambulantes como traficantes, agenciadores de prostituição, além de ladrões. Duas matérias com encaminhamentos opostos estão colocadas a seguir, e nisso podemos inferir o quanto problemas sociais são difíceis de resolver e como eles repercutem no Uso e Ocupação do Solo na Praia do Futuro. Primeiramente um proprietário da barraca Biruta que não mais abre sua barraca nos horários diurnos, e na matéria seguinte, a visão simpática dos ambulantes, mostrando um pouco da vida dessas pessoas.

Deixamos de funcionar como barraca durante o dia, mas continuamos promovendo eventos noturnos esporádicos. O principal motivo para o fechamento foi a enorme quantidade de ambulantes que o sucesso de público acabou por atrair. Era uma concorrência desleal, pagávamos impostos, éramos fiscalizados e assinávamos a carteira de funcionários para estar ali. Eles vendiam bebidas alcoólicas e comidas isentas de tudo e muitas vezes sem condições de higiene, (O POVO 10/12/04).

Eles dão uma cor especial às areias da Praia do Futuro. Ao seu modo, cada um divulga o que vende e procura relacionar-se como aprendeu no batente diário. São autônomos que ficaram de fora do mercado de trabalho. Porém, são alegres vendedores de todo tipo de produto. Para eles a simpatia e o contato pessoal com o público consumidor são fundamentais para lhes dar o

diferencial. São muitos. E caminham até o por do sol sem cansaço e com muito bom humor, (O POVO 02/11/03).

Por ser mais cômodo morar perto do trabalho, o movimento econômico da Praia do Futuro trouxe para o alto das dunas e cercanias, um conseqüente incremento das favelas e uma valorização dos imóveis, pois a proximidade de bairros onde pessoas de alto poder aquisitivo residem favorece, tanto a empregada doméstica, operário da construção civil e também os ambulantes. Aluguel na favela “do Luxou” para um quartinho não sai por menos de R\$120,00, segundo uma moradora do local. Os bairros de maior poder aquisitivo de nossa cidade, Meireles, Varjota, Papicú, Cocó, Água Fria e Aldeota estão bem próximos e interagem com as grandes favelas de Fortaleza, inclusive com as da Praia do Futuro, como foi mostrada em entrevistas, sendo estes bairros boas fontes de emprego.

A análise dos fatos através do processo dialético, no aspecto habitacional, revela visíveis diferenças nas habitações da classe mais abastada e as favelas, e na evolução das barracas de praia e barracos de madeira para casas de tijolos. Em entrevistas com síndicos de alguns prédios da Praia do Futuro, quando questionados quanto ao maior problema da região, dizem que é a grande quantidade de favelas no local, pois essas favelas traziam roubos, assassinatos e dificuldade de circulação para suas residências, como falou a síndica do Edifício Ilha de Marajó, situado na rua Pintor Antônio Bandeira em entrevista, Maio de 2004.

11) A questão da devastação dos recursos naturais

À proporção que houve interesse por parte do capital no desmembramento do solo da Praia do Futuro, houve também destruição de sua tênue cobertura vegetal, geralmente demonstrada pela vegetação nas dunas edafizadas.

No loteamento da Imobiliária Antônio Diogo, quando daí surgiu a Praia do Futuro em 1949, já houve àquela época um grande movimento de terra no local para aplainar as dunas que eram bem mais próximas à linha de praia, acontecendo, a

partir daí o primeiro impacto ambiental importante na área, informação esta colhida em entrevista com o Sr. Waldir Diogo, filho do loteador, em 15/06/04.

Através de entrevistas com moradores antigos é citado que a Praia do Futuro possuía muitos muricis, guajirús, criação de gado, cavalos e até existiam raposas. No entanto, a partir do empreendimento Vereda Atlântica, (Figura 47), onde 148 lotes foram demarcados nas dunas da Praia do Futuro em meados da década de 1970, a modificação da paisagem antropicamente começou a existir de uma forma mais visível, não só de maneira pontual. Mesmo que na época, os empreendedores justificassem a construção das casas nas dunas, dizendo da possibilidade da construção não danificar o meio ambiente, bastando à taxa de ocupação ser pequena, o que infelizmente não foi o caso. Os empreendedores construíram como quiseram, com a omissão dos poderes públicos, principalmente a prefeitura que cabia controlar a Ocupação do Solo.

Interessante conhecer como se fazia o começo do desmorte de uma duna. Exemplo disso na construção da continuidade da Avenida Santos Dumont onde foi derrubado um morro que era denominado na época, “Morro dos 6 m” para isso, como processo de desmorte: primeiramente eram queimadas as dunas, para posteriormente retirada de material. Este exemplo ilustra que a convivência com essa realidade imobiliária é muito difícil, pois o dilema existe entre preservar, e do outro lado, melhorar os acessos que toda cidade necessita, construir edificações para moradia, para o lazer, e fazendo isso sem danificar o meio ambiente.

Outra realidade é a de propiciar algum sustento para as famílias que se estabelecem nas margens do rio Cocó, como contraponto à preservação do mangue, da não ocupação das dunas e a problemática habitacional. Sem dúvida é uma situação paradoxal e que nos leva a raciocinar como tentar empregar a prática do Desenvolvimento Sustentável, tão necessário. Equacionar desenvolvimento, representado por aberturas de vias, construção de edifícios com a preservação do meio ambiente, é um objetivo a ser perseguido.

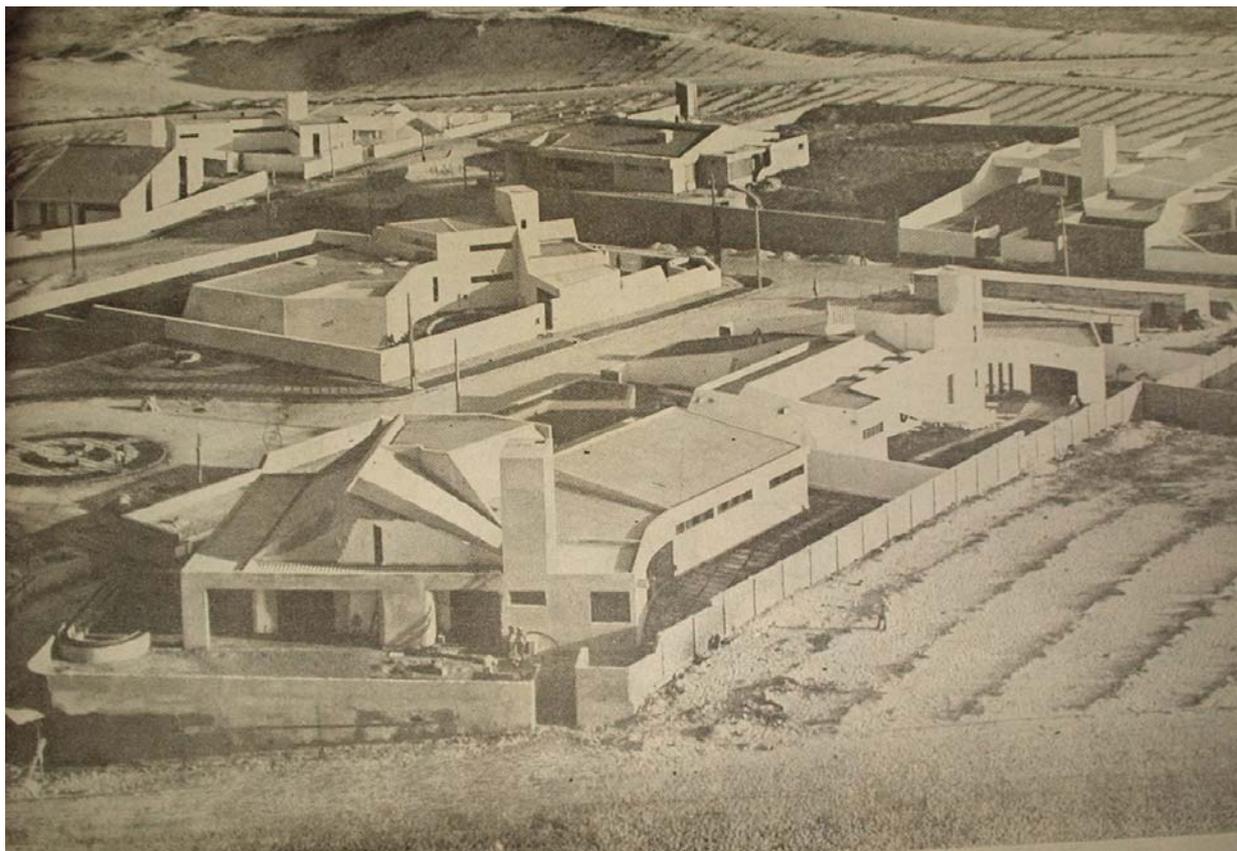


Figura 47- FONTE: JORNAL O POVO 23/04/77, EMPREENDIMENTO VEREDA ATLÂNTICA.

Agora, com a continuidade da Avenida Padre Antônio Tomás, o processo de destruição continua em nome do progresso, como resolver essa equação preservar sem destruir, principalmente quando o construir é abrir avenidas? Para as construções, a meu ver, torna-se mais fácil, ao estabelecer índices de ocupação e de aproveitamento do solo, a serem seguidos e, portanto a ocupação ser de uma maneira racional. No entanto, nas aberturas de vias para acessar essas edificações não tem como fazê-la sem retirada de material. Esse dilema pode ser amenizado utilizando-se de medidas mitigadoras aos impactos ambientais, pois mesmo sendo difícil equacionar os interesses, cabe ao estado, como entidade, preservar o interesse coletivo em relação ao interesse individual. A tecnologia já propicia respostas para amenizar e adequar a uma realidade de difícil convivência ambiental, no entanto, o que faz com que a realidade seja modificada são os instrumentos políticos-administrativos utilizados.

Todos esses impactos de ordem ambiental, tanto à preservação da vegetação, quanto à maresia, e à ventilação, observamos o quanto essas questões

estão ligadas, pois a análise dos aspectos naturais, transformada em impactos ambientais é basilar em uma análise sistêmica da Praia do Futuro, traduzindo em respostas as causas do Uso e Ocupação do Solo da área de estudo. Ao citar estes impactos ambientais, coloco conceitos de análise sistêmica nos próximos parágrafos.

Mesmo sabendo que é difícil e não é intenção separar aspectos biofísicos dos impactos sociais, é importante, nesse estágio do trabalho ilustrar esse caso. A quantidade de areia nas ruas, casas e avenidas da Praia do Futuro, diminuem gradativamente na medida que barracas foram se consolidando na faixa de praia com a devida arborização. Observando a colocação: “No produto dos impactos ambientais, as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas e são por elas transformadas. Como um processo em movimento permanente, impacto ambiental é ao mesmo tempo produto e produtor nesses novos impactos”, (COELHO: 2001).

Nessa atuação sistêmica, que atua como novo condicionante do processo no momento seguinte, a localização geográfica, os processos físico-químicos, possuem influências diretas sobre as formas de Ocupação do Uso do Solo, solo este, local de expressão concreta do urbano. É como coloca (COELHO, 2001:27):

A intercessão entre os processos físico-químicos, políticos-econômicos e socioculturais dá origem à estrutura sócio espacial que expressa, conseqüentemente, a maneira como as classes sociais e a economia se estruturam e desestruturam no espaço em face de uma intervenção externa.

Considerando que a estrutura sócio-espacial é a conseqüência da intervenção dos processos físico-químicos, político-econômico e sócio-culturais, observo a importância do equilíbrio entre estas partes, pois a Praia do Futuro, só mudará seu encaminhamento através de rupturas que só assim desencadearão processos de mudanças. Exemplificando; quando se pretende arborizar a Praia do Futuro como encaminhamento para melhorias, como foi citado anteriormente, ao realizarmos isso se cria um novo micro-clima, neste caso esta ruptura é um impacto ambiental positivo, pois atitudes antrópicas rompem com a situação climatológica vigente, mesmo que seja em pequena escala.

Essa abordagem sistêmica quanto aos indicadores naturais não é desvinculada da metodologia empregada, que é a dialética, na medida que as categorias físico e morfológicas estão bastante ligadas, é como coloca Machado (1993): “A cidade é ainda para a Ecologia Humana um sistema aberto e complexo em que ordem e desordem, a desintegração antrópica do sistema, acha-se dialéticamente relacionada. As cidades são sistemas abertos e complexos, ricas de instabilidades e contingências”.

O equilíbrio do ecossistema, e a cidade é citada como um ecossistema, configurando-se como um sistema aberto, isto é, mantém relações com outros sistemas, pois há entradas (input) de matéria, energia e há saída (output) de matérias acabadas e mesmo de idéias. Ao mesmo tempo, existe a retro-alimentação em que substâncias semi-acabadas são transformadas em material acabado. Apesar de alguns autores não pensarem a cidade, e seus bairros, como ecossistemas, pois alegam que a cidade por não possuir o mecanismo da autoregularização, não pode ser considerada como um ecossistema, e sim denominadas de sistemas urbanos. Mesmo assim, estes sistemas urbanos possuem imensa importância pela sua complexidade. É como diz Tropemaier (1989): “Temos sem dúvida a configuração que deve prevalecer à visão integrada e sistêmica. E é este um dos motivos porque hoje ganham força os estudos que visam à caracterização, estrutura e a dinâmica da paisagem”.

No entanto, utilizando-se da segunda lei da termodinâmica, a lei da entropia, esta é fundamental no sentido de explicar os fenômenos naturais, por não existirem a possibilidade da reversibilidade, pois a Praia do Futuro é um sistema aberto e como qualquer parte da cidade com alto grau de perturbação, têm seus impactos ambientais presentes, expressados de várias maneiras.

Utilizando-se da metodologia sistêmica, mesmo com medidas mitigadoras no meio biofísico natural, a Praia do Futuro em tese, passaria por uma relativa estabilidade que é temporal, sem no entanto, pela prática usual existente, por ser infelizmente um sistema desequilibrado, a área em estudo, por forte influência antrópica, seria muito difícil permanecer em equilíbrio, a não ser que constantes medidas mitigadoras de impacto positivo prevaleçam.

Sabe-se que aos impactos antrópicos, de convivência com o fenômeno estão cada vez mais presentes, no entanto, há necessidade cada vez mais de conscientização quanto a não poluição das galerias de águas pluviais; da não ocupação e desmanche de dunas; da determinação quanto ao local adequado dos resíduos sólidos; da ligação dos dejetos das barracas ao sistema de esgotamento sanitário, evitando a poluição do lençol freático e a conseqüente poluição da água dos chuveirões; da necessidade de diminuir a poluição no rio Cocó, pois ao passar em áreas de grande adensamento, a poluição deságua através do rio na Praia do Futuro. Enfim, observar a topografia, a drenagem natural do terreno, a composição geomorfológica, os ventos dominantes, a insolação, correntes marinhas, que são dados importantes que devem ser observados, quando se pretende analisar o Uso e Ocupação do Solo da Praia do Futuro atualmente.

Este trabalho cita elementos para diagnosticar os impactos ambientais, não aprofundando o estudo isoladamente de cada um, por não ser este o objetivo desta dissertação. O ato de dar a devida importância a esses elementos ocasionadores de impacto ambiental já é suficiente para o estudo dos Usos e Ocupações do Solo da área. Falar em recursos naturais na área de estudo é cuidar das dunas em toda a extensão da área especificada, do mangue do rio Cocó na praia do Caça e Pesca (Área de Preservação Permanente), a área do loteamento da imobiliária Waldir Diogo, considerada segundo o atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano como Área de Desenvolvimento Ambiental (dunas-trecho 1).

A devastação segue a lógica da necessidade, superando a preservação ambiental e neste aspecto, existe uma grande omissão do poder público, este estado de devastação foi gradativo, pois a barra do rio Cocó possuiu salinas que produziam também empregos, é como ilustra a matéria do jornal O POVO, quando já citava o problema da poluição vindo de longe desaguar na Praia do Futuro e de uma realidade econômica que não mais existe:

[...] Dragado, disciplinado e saneado, tornando-se um caso único em matéria de águas superficiais do Ceará, logo se haveria de encontrar um meio de destruir esse trabalho de grande importância para a saúde pública, iniciando-se a poluição das águas. É isto realmente, o que está querendo fazer o Instituto Nacional de Previdência Social, que decidiu lançar naquele rio os esgotos do sanatório dos tuberculosos de Messejana.

[...] O caso tem implicações econômicas tão sérias quanto o são as implicações sanitárias. Desde a barra do rio Cocó até a Aerolândia estão situadas 15 salinas [...] empregam cerca de 700 trabalhadores e sua produção deverá atingir 80 a 90 mil toneladas de sal, (JORNAL O POVO 16/01/69).

12) A questão da legislação

[...] compreender a arquitetura espacial das sociedades e para apreender o jogo das assimetrias que ao mesmo tempo limita e garante o exercício da liberdade. A grande lição dos fatos do poder é que não há no espaço, liberdade sem um mínimo de organização, mas que essa organização é uma ameaça para cada pessoa e restringe a autonomia das escolhas; as alienações da humanidade moderna têm sua origem no desenvolvimento de dominações indispensáveis à formação de áreas de grande circulação e de livre deslocamento, (CLAVAL, 1979:10).

Sem a necessidade de detalhar a legislação que atua sobre a Praia do Futuro, que não é objeto deste trabalho, no entanto, na obrigação de colocar algumas leis que são fundamentais para o entendimento da zona em estudo, vejo a importância, nesse aspecto, de especificar quatro leis bastante vinculadas que atualmente regem esta faixa de praia de nossa cidade, sendo assim: na zona de berma, onde estão as barracas de praia, utiliza-se essencialmente a lei do Plano do Gerenciamento Costeiro, 7661 de 1988; a Lei 9760 de 05/09/1946 nos seus artigos segundo e terceiro; a lei 9636 de 1998 e por fim o decreto lei 3725 de 2001.

Sendo assim: a Lei Federal 7661/88, que é a lei do Plano de Gerenciamento Costeiro, no seu artigo 10 diz que a construção típica de barracas de praia é proibida. “As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado sempre livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção, ressalvados os trechos considerados de interesse e segurança nacional ou incluídos em área protegida”.

Na lei Federal 9760/46, nos seus artigos segundo e terceiro, diz que: “são terrenos de marinha em uma profundidade de 33m medida horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha da preamar média de 1831”. Essa lei, é que se baseiam os barraqueiros para confirmarem que o local das barracas de praia no

momento atual não era de ninguém e agora é deles, pois a linha de preamar de 1831, esses terrenos eram dentro do mar, maiores detalhes, matéria do jornal O POVO 5/12/77, polêmicas à parte, a discussão jurídica continua.

Outra polêmica também no aspecto de interpretação, é quanto à Lei Federal 9636/98, que permite eventualmente cercar uma determinada área de praia para fins privados por 24 horas, segundo a interpretação dos barraqueiros. Essa lei possui interpretação diferente da Promotora da Justiça e Meio Ambiente do estado do Ceará.

Já quanto ao Decreto Lei 3725/01, a Gerência do Patrimônio da União, destaca:

Assim como as empresas privadas, o poder público está submetido ao Decreto N° 3725/01, que regula o uso de terreno da União em eventos culturais e esportivos, para os quais há necessidade de solicitar uma permissão de uso, isso sem contar que a legislação não permite a instalação de qualquer equipamento que impeça o livre e franco acesso às praias, águas públicas, correntes, dormentes e ruas, (Jornal D/N 06/08/03).

Na faixa do pós-praia e campo de dunas a legislação atuante é a lei Municipal estabelecida pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, especificamente a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), esta lei 7987/98 divide a área de estudo em duas áreas específicas, sendo assim: 1) Orla marítima, trecho VI e 2) Área de Interesse Ambiental (dunas)-trecho I. Também a lei 8603 de Dezembro de 2001, no seu artigo 112, que modifica lei anterior citada, define diretrizes de construção, que permite construir até 48 metros na Avenida Santos Dumont e na quadra entre a Avenida Zezé Diogo e Avenida Dioguinho na faixa de praia. Essencialmente estas leis municipais discriminam a altura dos edifícios, o quanto essas edificações podem ocupar nos terrenos e que tipo de atividades podem existir no perímetro da Praia do Futuro.

Não é função desse trabalho detalhar as leis, o importante é entender o jogo de poder e interesses por parte dos ocupantes do espaço urbano e os interesses no jogo político do processo dialético das tentativas de modificações das

leis em prol de determinada categoria, muitas vezes em detrimento da maioria, onde o estado (Prefeitura) é agente principal no processo.

O momento atual em que estamos em processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de nossa cidade, acompanhamos os profissionais que estão elaborando este plano e a grande polêmica, no caso, é a observação por parte de técnicos, de como o Plano Diretor está sendo direcionado a favor dos interesses do grande capital imobiliário, o que normalmente não é novidade. Novidade é o grande movimento, por parte das entidades organizadas no sentido de barrar expedientes desfavoráveis a maioria da população, pois a verticalização da Praia do Futuro, só a título de exemplo, trará em consequência um acréscimo da temperatura em nossa cidade, efeito conhecido, como ilha de calor, já que os ventos de nossa capital são preponderantemente vindos do leste e sudeste.

Observando algumas medidas colocadas preliminarmente em apresentações ao público, por parte da equipe técnica que elabora a revisão do PDDU, se conclui na interferência na manutenção de faixas de proteção permanente na cidade e índices urbanísticos e especificamente na Praia do Futuro, sobre as dunas, onde já é permitido pela modificação da lei 7987/98 e pela lei 8603/01 a construção de Centros Educacionais, enquadrados como projetos especiais, passando por uma Comissão Permanente do Plano Diretor.

A necessidade de revisão do Plano diretor existe, pois a cidade sendo orgânica e fruto constante do jogo do poder, tem a necessidade de adaptação aos novos momentos, o Estatuto da Cidade reforça esse discurso. Mesmo considerando que em alguns casos as leis modificaram sem necessidade da boa resolução urbana, modificaram apenas para atender interesses não confessáveis dos grandes empreendedores imobiliários, em desacordo com o interesse da cidade. Souza (2002) citando Castoriadis reforça a opinião quanto às modificações das leis urbanas quando diz:

A seguinte passagem ilustra muito bem o ponto de vista de Castoriadis, o qual melhor que ninguém, entendia a história como um processo aberto de criação, em que a sociedade se inventa constantemente, e do qual o conflito e o poder, não estarão nunca ausentes:

“Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde sempre existe a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis uma outra maneira de que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita, (CASTORIADIS, 1983:3, Apud, SOUZA, 2000:175)”.

O estado, aliado aos interesses dos proprietários imobiliários, utiliza vereadores como interlocutores nesses processos. Por outro lado, as forças populares respondem tentando barrar iniciativas que visam facilitar a modificação de leis sem anuência da população.

Exemplos existiram no passado; só para ilustrar, o movimento por parte do prefeito Juraci Magalhães de legislar sobre matéria de Uso e Ocupação do Solo, sem cumprir os trâmites através da Câmara Municipal, matérias que referendariam pareceres autorizando a implantação e funcionamento de atividades industriais nas microrregiões, mesmo que elas sejam enquadradas como “inadequadas ao meio urbano” nas micro zonas. E outra oportunidade, em que o prefeito teria autonomia para incluir novas áreas e atividades para desenvolvimento de empreendimentos comerciais e residenciais, identificadas pelo porte e pela natureza, em locais onde não é permitido, ocasionando um grande adensamento e mais caos no trânsito.

Este intrincado jogo de interesses tem como pano, de fundo a maxi-valorização do uso da terra urbana por parte dos grandes proprietários e nenhuma solução para a situação da quantidade crescente de favelas que sobem dunas acima, em área de interesse ambiental como vimos anteriormente, e muito menos estes proprietários são interessados na resolução da utilização irregular da área de proteção permanente nas margens do rio Cocó.

A questão de não se seguir à legislação na Praia do Futuro e por extensão, de não seguir a legislação em toda cidade, já vem desde o começo do loteamento inicial do Sr. Antônio Diogo, no ano de 1949 e registrado só em 1954 que contava com lotes de dimensionamento de 20x40 m, e não foi seguido como foi aprovado. O loteamento contemplava um traçado com algumas ruas em diagonal e também locais para construção de praças. Na verdade, o que aconteceu foi uma burla e nos locais que eram previstos originariamente como área verde e

institucional, essas áreas foram ocupadas por clubes sociais e as sobras de terras em diagonal sendo incorporadas pouco a pouco aos lotes contíguos. É como fala (MARICATO, 2000:149) da incorporação de terras do patrimônio público, quando diz:

Desde 1854, quando é regulamentada a lei de terras de 1850, até praticamente nossos dias, as terras devolutas tem sido privatizadas, tirando proveito de uma situação de fragilidade na demarcação de propriedades de terra no Brasil, durante mais de quatro séculos, apesar das medidas que buscaram proteger o patrimônio público.

Gradativamente, com o maior adensamento, a Praia do Futuro torna-se campo de conflitos. As inconveniências e externalidades negativas surgem cada vez mais, e isto é comprovado através das matérias ano a ano citadas no começo deste capítulo. A legislação urbana com o objetivo de regular o Uso e Ocupação do Solo limita, permite, incentiva através de diversos instrumentos explicitados. Surge mais uma nova lei que rege o Uso e Ocupação do Solo, na verdade regulamenta os artigos 182 e 183 da constituição Brasileira. Esta lei é o Estatuto da Cidade, Lei 10257 de Julho de 2001.

Inserida como está no tecido urbano de nossa capital, a área de estudo pode, caso o poder público assim deseje, assumir diversos instrumentos urbanísticos de melhoria para seus cidadãos, através do Estatuto da Cidade. A Praia do Futuro pode assumir de fato, a utilização do instrumento da Operação Consorciada, pois reúne vários fatores atrativos que interessariam a iniciativa privada, que junto com a Prefeitura desencadeariam um processo de mudança na paisagem da Praia do Futuro. Essa Operação Consorciada, segundo a concepção do Estatuto da Cidade, compõem-se de um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental. Exige-se a aprovação do plano da Operação Consorciada por lei municipal específica, a qual poderão prever a modificação de índices e características de parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, a alteração das normas edilícias e a regularização de construções executadas em desacordo com a lei. Como todos os aspectos técnicos e financeiros das operações consorciadas estarão

disciplinados por lei específica, caberá aos munícipes acompanhar com cuidado cada operação pelo Legislativo Municipal.

Em entrevista com presidente do CRECI fui informado em junho de 2004, do interesse por parte dos proprietários de terrenos da Praia do Futuro, de em troca da desobstrução das ruas colocar estas famílias em apartamentos construídos pela Prefeitura. Isso só não aconteceu ainda pela falta de iniciativa do poder público e da falta de confiança entre as partes. A grande quantidade de quadras vazias da Praia do Futuro seria excelente para esse fim.

Uma outra opção seria a utilização o IPTU progressivo, onde os grandes vazios urbanos poderiam passar para o domínio público e com isso, o problema de acesso a terra para habitações populares e equipamentos públicos seria amenizado.

Na questão da habitação popular e sua regularização fundiária, o Estatuto da Cidade é fundamental, pois temos o caso da praia do Caça e Pesca, onde aproximadamente duas mil famílias impetraram a primeira ação de usucapião coletivo do Brasil, processo em estágio adiantado de resolução. A população pressionando o poder público, só assim poderá fazer valer o Estatuto da Cidade, mesmo considerando que este estatuto pode ser implementado ou não, em função do interesse do gestor público.

Em função da ponte sobre o rio Cocó, a especulação imobiliária atenta a maximizar lucros ou a iludir investidores, através desta maximização de lucros, já incrementa vendas de terrenos na praia de Sabiaguaba, e a comunidade do Caça e Pesca não fica fora dessa prática, da tendência de expandir-se e vender terrenos. A cobrança de infra-estrutura para a praia já começa a acontecer, mesmo ainda com várias quadras desocupadas no outro lado da ponte. Os agentes do espaço urbano novamente atuando, os proprietários fundiários junto com os promotores imobiliários em conflito com os favelados, junto com o estado atrelado a uma nova área de expansão urbana.

O Estatuto da Cidade vem na tentativa de propiciar condições de uma resolução mais rápida e segura quanto aos Usos e Ocupações do Solo, tentando

diminuir a força dos agentes do espaço urbano quanto a grandes faixas de terrenos sem utilização, quando muitas famílias deles necessitam, mesmo sabendo que o grande problema de falta de acesso à moradia está na política econômica que não gera emprego e, portanto não propicia condições de acesso a terra pelos meios legais.

13) A questão dos empreendimentos imobiliários na área

A partir de finais da década de 1970 e início da década de 1980, os terrenos na Beira Mar, no bairro do Mucuripe até o estuário do rio Cocó, passaram a ser cada vez mais valorizados em função de uma crescente divulgação que existia uma área em Fortaleza que seria a futura “Barra da Tijuca do Ceará”, referindo-se à Praia do Futuro. Estes fatores foram determinantes para um grande movimento imobiliário em Fortaleza, em direção a essa área. Aliado a isso, algumas intenções do poder público, timidamente e só no papel, de melhorar a infra-estrutura do local e de colocar equipamentos urbanos, ajudaram a criar o mito, no final da década de 1970, que a Praia do Futuro realmente seria uma nova Barra da Tijuca, que existe no Rio de Janeiro.

Medidas como o pólo chamado Atlântico Sul, na época do prefeito César Neto, ou até mais recentemente, o projeto do Zoológico, chamado bioparque, nas dunas da Praia do Futuro, a abertura da Avenida Padre Antônio Tomás e a Ponte do rio Cocó em direção à praia da Sabiaguaba, servem como chamariz à atividade imobiliária.

Um aspecto que contribuiu, é que Fortaleza foi sendo grande atração para os habitantes da região Norte do Brasil em finais da década de 1970, sendo centro de interesses imobiliários das pessoas de maior poder aquisitivo dessa região, que vieram estudar, ou mesmo investir, comprando imóveis e passando férias em nossa capital. Nessa época até prédios inteiros era vendido para habitantes da região Norte. Essas atitudes despertaram as construtoras junto com o mercado imobiliário e passaram a ocupar a Praia do Futuro de uma maneira mais acentuada. Se

observarmos matérias em jornais da época, concluiremos que do ano de 1979 até o ano de 1985 houve um grande incremento de construções, principalmente edifícios multifamiliares, construções que hoje ainda em 2005, representam cerca de 80% das construções das classes média e alta dos habitantes da Praia do Futuro. Até que, a partir do ano de 1986, passou a decrescer vertiginosamente até nossos dias, quando nos últimos três anos, através de investimentos europeus maciços em nosso estado, está passando por uma nova valorização, mesmo lenta, que tempos atrás não existia.

A falta de infra-estrutura: água, esgotamento sanitário, iluminação pública, drenagem urbana, a violência, prostituição e principalmente, como alegam alguns moradores, a maresia que produz grande corrosão, e por conseqüência, prejuízos financeiros, foram fatores que afugentaram e afugentam a devida ocupação nesta faixa de praia. No entanto, em entrevistas atuais, o que os moradores da Praia do Futuro mais almejam é a diminuição da favelização em toda área, pois como dizem, a favelização trás violência em cada esquina e esta opinião não é apenas das classes média e alta, essa opinião é também bastante compartilhada pelos ex-favelados e agora moradores não favelados. Acham-se não favelados, pois não moram mais em casa de papelão, madeira, ou folha de metal, na medida que constroem seus barracos em alvenaria deixam de sentirem-se favelados e manifestam-se até preconceituosamente em relação a novos moradores e seus estilos de vida, esquecendo o que foram no passado.

No momento (2005), a Praia do Futuro vive um pequeno alento em termos de construção, em função de todos os seus bairros limítrofes estarem ocupados e o preço dos terrenos dos bairros da Varjota, Cocó, Papicú e Meireles estarem caros, sendo assim, armazéns e escritórios localizam-se ultimamente na área, até novos empreendimentos multifamiliares. Edifício Ettore na rua José Aureliano Câmara, Edifício Van Piaget na Avenida Dioguinho, construção de um novo hotel, Golden Beach Hotel também na Avenida Dioguinho, reforma do anterior Hotel Praia Sol transformado em Hotel Marbello Ariaú, além de algumas pousadas.

5.2 Os agentes do espaço urbano na Praia do Futuro

Ao definir espaço urbano, utilizo os escritos de Roberto Lobato Corrêa, como sendo: “espaço urbano o reflexo físico da prática da sociedade”, pois reflete através das formas espaciais a estrutura social de classes em que vivemos. Tanto quanto as estruturas sociais de classe vinculadas ao passado quanto ao presente, pois a expressão demonstrada nas territorialidades é uma consequência dos processos sociais”, Corrêa (2005). Baseado nisso, infelizmente o espaço urbano da Praia do Futuro, como em outras cidades é profundamente desigual, refletindo o nosso sistema capitalista periférico, com suas mazelas, a poluição do rio Cocó, excessiva valorização do preço da terra, o desmonte das dunas, a favelização e o aumento gradativo da economia informal, demonstrada pelos ambulantes em competição constante com os barraqueiros, em meio a outros fatores.

Considerando, quais seriam os principais agentes do espaço urbano da Praia do Futuro? Considerando os campos de conflito inerentes ao espaço urbano da área de estudo, observamos que vários agentes do espaço urbanos estão presentes no local: Os proprietários dos meios de produção, que têm a maioria dos terrenos da área, influenciam quanto à localização e permanência na definição dos preços por metro quadrado na área. Mesmo seus terrenos não sendo cercados, ninguém pode invadir. Daí observa-se o poder coercitivo particular em função da ausência do poder do estado, que é muito conivente em se tratando das ocupações irregulares na área. Ainda quanto aos agentes do espaço da área em questão, observamos também a participação das famílias mais abastadas financeiramente de Fortaleza, detentores dos espaços fundiários, que são os mesmos proprietários dos meios de produção, utilizando-se da lógica dominante da especulação para obtenção de lucros com a terra.

No entanto a Praia do Futuro não reproduz a expectativa desses agentes do espaço urbano nos últimos 40 anos. A falta de infra-estrutura e descaso na fiscalização nos coloca a pergunta do por que, mesmo com interesses de influentes na área, ela não ainda reproduziu a “marca do estado do Ceará” desenvolvimentista, com grandes empreendimentos imobiliários e de uma Fortaleza, “saudável”. Como

mostra matéria no jornal Diário do Nordeste em entrevista do gerente do hotel Vila Galé:

Na opinião de José Wahon, se a Praia do Futuro fosse mais bem cuidada, poderia se transformar numa Cancun (México). Mas o abandono do local contribui para agravar ainda mais a questão da segurança, considerando “péssima”. Como não existe segurança pública, o grupo é obrigado a desembolsar mais de R\$30 mil/mês com segurança privada, tanto no hotel quanto na praia, “não pensávamos que fosse tão ruim e está a piorar” desabafa. (D/N 08/06/2004).

O “slogan” de Fortaleza Saudável representa marcas, em propagandas, pagas em altos valores na mídia local, nacional e internacional. Só na mídia, é como alguns turistas que passaram a morar aqui colocam, que se sentem em alguns casos enganados, pois o que se colocou nas propagandas de agências de viagens, que o Ceará se não era a ilha de prosperidade não teria essa situação econômica e social que repercute no urbano que compromete a qualidade de vida da população. No entanto, para o observador menos atento, e o turista é na maioria assim, a Praia do Futuro só passa a ser questionável, quando ocorrem assaltos, ou esses turistas são incomodados insistentemente por pedintes e ambulantes.

Considerando a aliança sempre presente entre os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, observamos o quanto estes promotores do espaço urbano, às vezes confundindo-se com os proprietários fundiários, influenciam artificialmente nos preços dos imóveis de nossa cidade. Ao observarmos matéria recente no jornal O POVO 30/12/2004 tem: [...] “Somente em 2004, os terrenos ao longo do prolongamento da Avenida Padre Antônio Tomás (na Praia do Futuro e dunas) tiveram uma valorização próxima de 100%, passado de R\$ 40,00 para R\$ 80,00 o m²”. Notícia de abertura de avenida como sendo determinante para incremento no preço do m², como pudesse excluir todos os problemas apresentados ao longo dos anos e não resolvidos na Praia do Futuro, utilizando-se estes promotores imobiliários claramente da prática da especulação imobiliária.

Esses promotores trabalham para as classes mais altas, negociando imóveis de luxo e terrenos colocados à venda para um público ávido por novidades e esperanças de investimentos financeiros. Como escreve Corrêa, quando fala da aliança entre os citados produtores do espaço urbano (produtores dos meios de

produção, promotores imobiliários e proprietários fundiários) e seus interesses comuns:

[...] convém apontar que, ainda que possa haver diferenciações nas estratégias dos três primeiros agentes, bem como conflito entre eles há, entretanto denominadores comuns que os unem: um deles é a apropriação da renda da terra. Por outro lado, a ação desses agentes serve ao proposto dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classes, este aspecto cabendo particularmente ao estado. (CORRÊA 2005:12).

O papel do Estado como ordenador do espaço urbano exerce-se em muitos outros aspectos, assim sendo, quando da implantação ou não de infraestrutura e equipamentos urbanos, influencia grandemente no Uso e Ocupação do Solo da área. Também, quando o poder público deseja a construção de habitações através do processo de autoconstrução, como exemplo o conjunto habitacional São Pedro, próximo à rua Aristides Barcelos, onde foram localizados os antigos moradores da Favela das Placas, utiliza-se essa forma de construção por mutirão como forma de amenizar a “dificuldade de recursos para a moradia”. Nesse caso específico, em função de muitas pressões populares acontece um pequeno benefício aos menos favorecidos, mesmo que tardiamente.

Observa-se na área e por extensão em toda a cidade, a pressão dos agentes dos espaços urbanos, no sentido de modificar a legislação. Aí entra também outro aspecto, quanto à participação do grande agente do espaço urbano, por ação ou omissão, que é o estado, que é pressionado por todos os interesses. Infelizmente, o estado que deveria ser o grande regulador, torna-se alguns casos cúmplice, tentando aparentemente conciliar a necessidade dos favelados à dos grandes proprietários de imóveis. É uma dicotomia do estado como vilão e mocinho dependendo do direcionamento político da administração. Essa tentativa de “conciliação” entre as classes pobres e os produtores abastados do espaço urbano, normalmente não acontece, pois de fato existe uma transferência da população das regiões consideradas nobres para outras mais distantes. No entanto, essa realidade está sendo modificada bastante e os ocupantes resistem em seus locais, como diz Corrêa sobre os grupos sociais excluídos:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente, agentes modeladores,

produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos, independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção desse espaço é antes de tudo, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. (CORRÊA, 2002:30).

Esses grupos sociais excluídos que gradativamente nos últimos anos, têm aumentado cada vez mais seu poder de barganha, muito auxiliado por interesses politiqueros e que junto com a capacidade de organização das comunidades são muito fortes na área de estudo e na quantidade de habitações existentes. Na área da Praia do Futuro, temos seis grandes favelas (Caça e Pesca, do Caroço, Luxou, Dos Cocos, Aristides Barcelos, da Lagoa do Coração) e várias pequenas (Embratel, Sardinha), que cada vez mais, marcam presença na paisagem, fortalecendo sua territorialidade, principalmente nas áreas de dunas, consideradas de uso de proteção ambiental permanente e infelizmente de ninguém.

A questão sócio-econômica no Brasil e especialmente nas grandes cidades têm tornado a cidade um grande caldeirão e a favela é uma forma espacial que reflete sobremaneira a nossa situação social. É interessante observar o que ocorre em Fortaleza sobre as levadas de migrantes fugindo das necessidades interioranas, jornal O POVO 14/01/2001:

Quarenta mil pessoas chegam anualmente em Fortaleza, vindas do interior do estado, segundo estimativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento territorial (SMDT), quase 90% dessas pessoas fixam moradia em bairros da periferia em condições de pobreza e miséria. São assim quase oito mil famílias por ano formando novas favelas na capital.

No entanto, nos últimos anos, as comunidades resolveram representar-se com mais força, CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) é um exemplo, ou para reivindicar melhorias para si, ou para barganhar ajudas financeiras específicas, em troca de promessa de favores para políticos, em época de eleição, em forma de votos. Esses movimentos organizados reivindicam a construção de uma escola de segundo grau no trecho entre a barra do rio Cocó e a comunidade do Luxou, como mostra matéria no jornal Diário do Nordeste:

Portando faixas e cartazes a comunidade da Praia do Futuro denunciou que toda área do antigo luxou até o Caça e pesca existem hoje quatro escolas de ensino infantil e fundamental, e nenhuma de ensino médio. Diante do quadro muitas crianças e adolescentes são obrigados a procurar escolas na

cidade 2000, mas a prefeitura não oferece transporte escolar, (D/N 19/10/03).

Essas denúncias ficam mais fortes pelas diversas associações comunitárias na área. É como mostra outra matéria do jornal Diário do Nordeste 13/10/04, praticamente um ano depois, versando sobre o mesmo assunto, onde a população revoltada exige escolas próximas da população:

O coordenador do programa de Educação de Qualidade do CEDECA, Raimundo Brito, informou que foram mapeadas cinco comunidades da Praia do Futuro - Luxou, Embratel, Cocos, 31 de março, e Caça e pesca, onde foi observado que mais de 150 estudantes enfrentam o problema de terem de se deslocar a pé até as escolas.[...] há muito tempo à comunidade luta pela construção de escolas próximas, mas o poder público afirma que os estabelecimentos escolares já são suficientes. A longa distância entre as casa e as escolas é também motivo de muitas desistências. Além disso, constatamos que nestas comunidades há 4600 crianças em idade escolar e somente há duas escolas municipais na região, a Frei Tito de Alencar e a Frei Agostinho, ressaltou.

Conclui-se que o processo social, através de seus conflitos, é o ponto inicial, que produz as funções sociais e por conseqüência formas espaciais. Os processos sociais são resultados das forças atuantes ao longo do tempo, sobre a ação dos produtores dos espaços urbanos na Praia do Futuro, permitindo localizações e realocações das atividades e da produção na cidade.

A abordagem histórica na área mostra-nos os processos de modificações ao longo do tempo e as prioridades propiciadas por diferentes gestões. Sendo assim, em função de fatores atrativos (paisagem), ou de repulsão (falta de infraestrutura, equipamentos urbanos), observamos a questão da segregação em toda área, pois a todo o momento, em função de uma competição impessoal, os moradores geram espaços de dominação ou não, para seus diversos grupos sociais. A segregação residencial é maior, no entanto também existe a segregação comercial, afinal não vejo o rico tomando cerveja nos bares da Avenida Dioguinho e sim defronte para o mar nas barracas de praia. O que acontece na área de estudo pela condição econômica é um fato que transcende a Praia do Futuro e reflete em nosso país em todas as cidades. A segregação é maior ou menor, na medida que os terrenos são interessantes para os promotores imobiliários, e a desigualdade econômica em função do jogo desses interesses, acentua-se ou não.

Considerando que o princípio básico da segregação são as diferentes classes sociais e seus elementos de pressão, observa-se na área de estudo em um mesmo local, a presença de todas as classes sociais, tanto no alto das dunas, na faixa de praia, nas edificações uni e multifamiliares, refletido no atual modelo de desorganização que existe na Praia do Futuro. Sendo a segregação voluntária das classes altas e a segregação imposta, para as classes menos privilegiadas, característica não só da área de estudo, é também de nossa cidade. Como fala Corrêa:

Para entender a questão do como morar é preciso que se compreenda o problema da produção da habitação. Trata-se de uma mercadoria especial, possuindo valor de uso e valor de troca, o que faz dela uma mercadoria sujeita aos mecanismos de mercado. Seu caráter especial aparece na medida em que depende de outra mercadoria especial, a terra urbana, cuja produção é lenta, artesanal e cara, excluindo parcela ponderável, senão a maior parte, da população de seu acesso, atendendo apenas a uma pequena demanda solvável. (CORRÊA, 1995:62).

5.3 Aspectos geoambientais

A cidade de Fortaleza e boa parte de sua região metropolitana apresentam três concepções geológicas, os terrenos cristalinos, os terrenos com caracterização vulcânica alcalina, em torno do paralelo 4° S e a faixa sedimentar costeira (MORAIS, 1981). A faixa sedimentar costeira é constituída por sedimentos do grupo barreiras, situado em diversas localidades no litoral Brasileiro, e no caso específico, a formação que esta dissertação mais se detêm. Os sedimentos do grupo Barreira são cobertos por dunas, paralelamente a linha de costa, que varia de dezenas de metros até 3km de largura, geologicamente caracterizando-se por possuir sedimentos eólicos litorâneos.

Quanto à vegetação na área observam-se as paleodunas, que são dunas fixas apresentando-se rebaixadas e edafizadas, ou seja, com vegetação e mata de tabuleiros, e quanto à vegetação do mangue do rio Cocó, onde a influência da maré penetra 20 km além de sua foz, formando uma zona estuariana, onde ocorrem as espécies, mais próximo ao mar: mangue vermelho (*Rizophora mangle*), mangue branco (*Laguncularia recemosa*) e o mangue preto (*Avicenia germinas*) e nas áreas mais degradadas: (*Avicenia shauriana*) e mangue de botão (*Conacarpus erectus*) (AUMEF, 1990:11, apud CLAUDINO SALES, 1993:99).

Na Praia do Futuro, ao visualizar a paisagem, de um ponto mais alto (Figura 48), veremos que as dunas dominam visualmente aproximadamente 3 km, chegando interior adentro até aproximadamente a rua Otávio Lobo, continuação da Avenida Washington Soares, configurando assim, a força dos ventos sobre as dunas em nossa capital e o quanto representa como característica geológica a ser considerada nas fundações nas construções.

A constituição dessas dunas móveis que se estabelecem principalmente “no litoral Leste de nossa capital, são constituídas de areia média e fina que migram com um deslocamento aproximado de aproximadamente 0,045 g/m/s para uma velocidade média dos ventos de nove m/s, com espessura chegando até 30 metros” (MORAIS 1981). Observando a Geologia do município de Fortaleza temos na (Figura 49) que a Praia do Futuro tem, como componentes quanto aos sedimentos geológicos: praia, dunas móveis e paleodunas, sendo que praia/dunas móveis predominam.



Figura 48- MOSTRANDO AS PALEODUNAS E SEU AVANÇO.

FONTE: DO AUTOR 29/07/2004,

A variação dos ventos no sentido SE para o Nordeste depende da época do ano, no primeiro semestre os ventos dominantes vêm do NE, enquanto no segundo semestre em nossa capital os ventos vêm do SE. Os ventos do SE possui uma frequência de 29,4%, seguidos pelos ventos ESE 24%, (MORAES, apud CLAUDINO SALES, 1993), esses ventos e suas intensidades determinam o direcionamento das dunas e paleodunas.

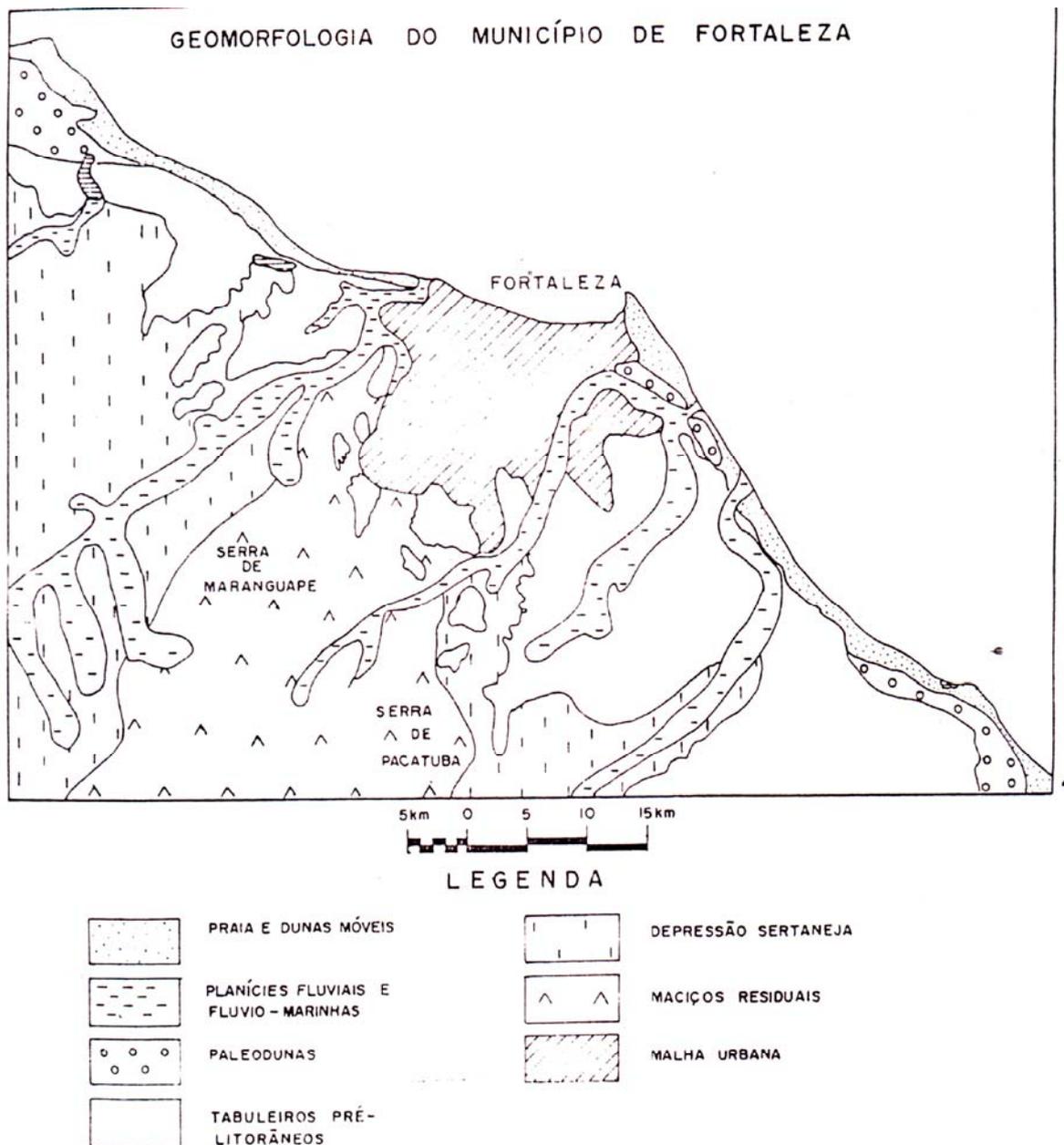


Figura 49- MAPA GEOLÓGICO DO ESTADO DO CEARÁ
FONTE: DNPM, 1983, apud CLAUDINO SALES, 1993.

É como diz (CLAUDINO SALES, 1993:103).

Os ventos de E-SE, pela situação frente à linha de costa, são responsáveis pela mobilização dos sedimentos da faixa de estirâncio para o continente. Os ventos de S-SE, que certamente propiciam o transporte do material ao longo do estirâncio e em off-shore, via corrente de deriva litorânea, mobilizam o material na planície e respondem pela formação dos cordões longitudinais de dunas, as quais, se estivessem sujeitas apenas a essa ação, apresentariam disposição essencialmente paralela à costa.

Essa formação paisagística externa-se por toda a Praia do Futuro, sendo mais visível no trecho entre a Avenida Santos Dumont e a barra do rio Coco. A atuação dos ventos no sentido ESE propicia a declividade ligeiramente oblíqua em direção ao interior, fazendo com que as dunas, ao observarmos a faixa de dunas da praia do Caça e Pesca, em direção ao cais do porto, quando se afastam gradativamente da linha de costa (Figura 50).

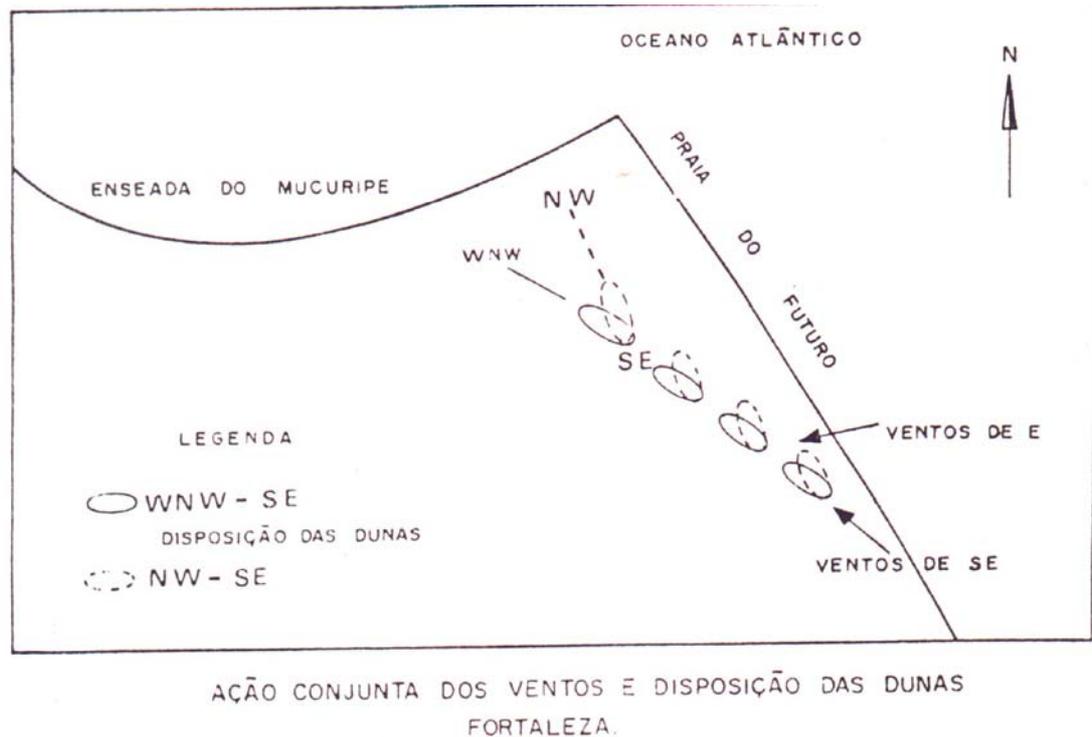


Figura 50-

FONTE: CLAUDINO SALES, 1993.

“Daí o porque dos Morros do Teixeira e Santa Terezinha serem relativamente afastados da faixa de praia, pois as dunas são sub-estratos da localização das residências no local e ponto de convergência do final da ventilação frontal e diagonal ao continente, passando a uma ventilação tangente a faixa de praia do bairro Meireles”, (CLAUDINO SALES, 1993). A faixa litorânea SE-NW tem como característica a ocorrência de planícies de marés e planícies flúvio-marinhas. As praias largas e planas, compostas por sedimentos quartzosos representam as planícies das marés (Figura 51) e no estuário do Rio Cocó o exemplo da planície flúvio-marinha (Figura 52).



Figura 51- REPRESENTAÇÃO PLANÍCIE LITORÂNEA E AVENIDAS DIOGUINHO E ZEZÉ DIOGO.
FONTE: DO AUTOR 29/07/04,



Figura 52- REPRESENTAÇÃO DA PLANÍCIE FLÚVIO-MARINHA, RIO COCÓ ENTRE CORDÃO DE DUNAS DA PRAIA DO FUTURO
FONTE: DO AUTOR 01/05/2004

Já quanto às dunas estão degradando-se acentuadamente, pois estão sendo descaracterizadas completamente, é como fala: (MEIRELES & SILVA & RAVENTOS, 2001), existe no que se refere aos processos morfológicos um

desordenamento na dinâmica natural dessas dunas, além da necessidade de conter a continuidade do processo erosivo pela retenção de areia pelos espigões (espigão da praia do titã), também a contaminação dos aquíferos subterrâneos e água superficial, desmatamento de vegetação de mangues e aterro na margem do estuário do rio Cocó, são também agressões importantes.

Além de cuidados com a impermeabilização de dunas, pois recarregam os aquíferos. As zonas de entrada dos ventos alísios de leste e nordeste são importantes, serem monitoradas, pela tendência de aumento da temperatura de nossa cidade, em função de barramento com edificações. Para ilustrar melhor a situação atual, que se estende por toda a planície litorânea de Fortaleza, temos desenho esquemático, (MEIRELES & SILVA & RAVENTOS, 2001), (Figura 54), onde se mostra o perfil de praia com as interferências antrópicas em áreas de domínio de marés na Praia do Futuro.



Figura 53- REPRESENTAÇÃO DA PLANÍCIE FLÚVIO-MARINHA, ENCONTRO DO RIO COCÓ COM A PRAIA DO FUTURO.

FONTE DO AUTOR 01/05/04

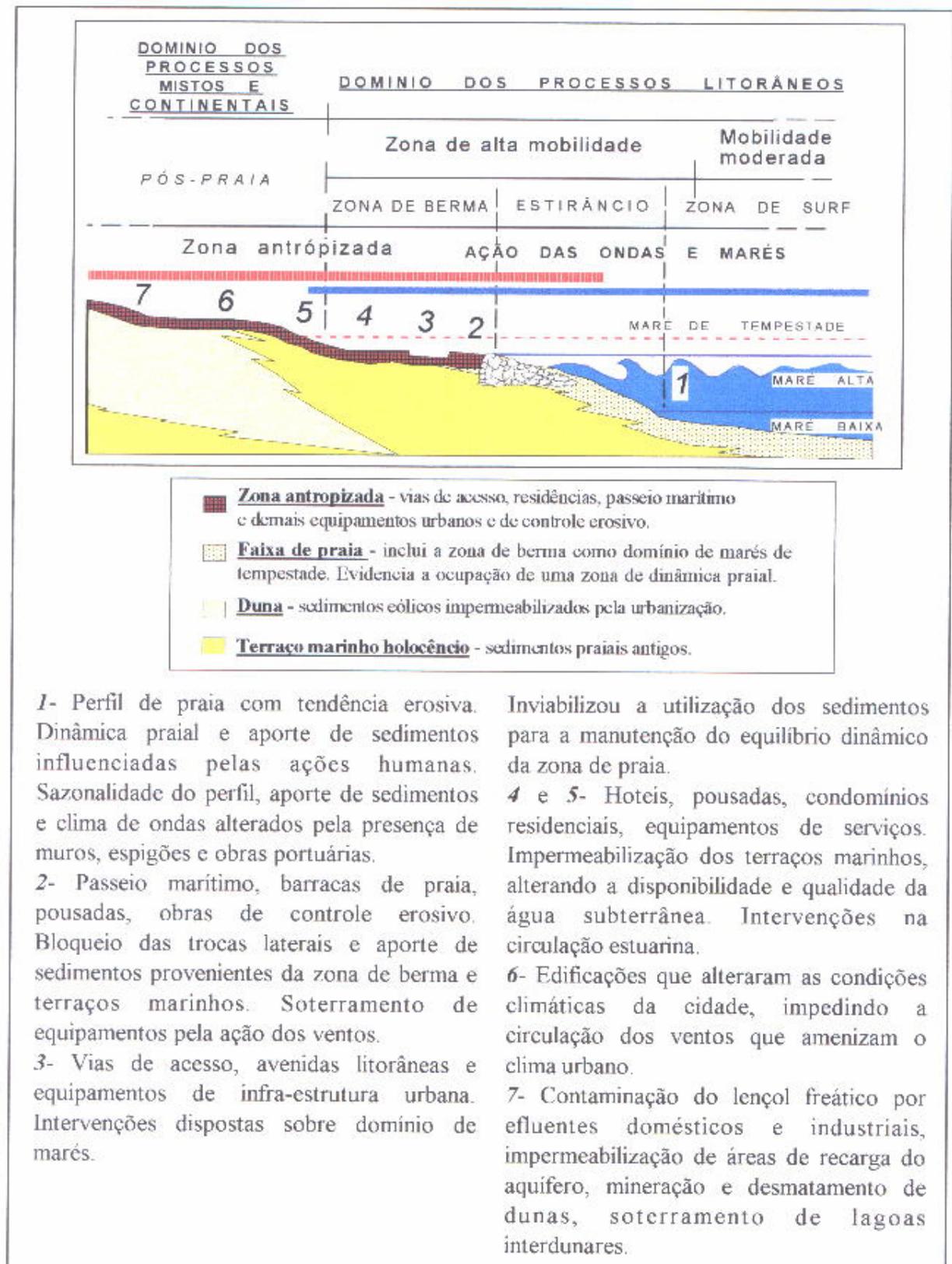


Figura 54-
FONTE: (MEIRELES & SILVA & RAVENTOS, 2001).

6 ATUAL MODELO SÓCIO-ECONÔMICO-TERRITORIAL DA PRAIA DO FUTURO

Moradores de maior poder financeiro morando, lado a lado, com os moradores mais humildes, é uma característica da Praia do Futuro e por extensão, por quase todos os bairros de Fortaleza. Isso, sem dúvida, é fato na medida que mesmo estando na zona Leste da cidade, onde está a classe mais privilegiada financeiramente, também convivem nestes bairros a classe pobre, pois já por muito tempo os bairros de Fortaleza deixaram de ser bairros homogêneos e passaram a ser bairros heterogêneos. Essa heterogeneidade reflete-se na condição financeira, sócio-cultural, demonstrada nas tipologias das edificações, refletindo a grande desigualdade social e os campos de forças em conflito.

É como observamos na frequência de diferentes “tribos” em setores da Praia do Futuro ocupando seu espaço e criando símbolos de ocupação e convivência. Basta observar os frequentadores das diferentes barracas de praia, onde dependendo do poder aquisitivo, existe o direcionamento dos ocupantes de acordo com suas identidades sócio-econômicas.

Para o bom entendimento da área de estudo, é necessário a observação constante dos seus bairros contíguos, portanto, inicialmente os bairros do Cais do Porto, Meireles, Varjota, Cidade 2000, Vincente Pinzón, Papicú e Beira Mar são citados. Afinal são bairros que interagem de uma maneira muito forte com a área em estudo, isso sem esquecer o contexto geral de toda a cidade pela interdependência que existe, quanto ao Uso e Ocupação do Solo, nos 26 km de faixa de praia, distância esta determinada pelos pescadores, segundo Senhor Possidônio presidente da colônia de Pescadores Z 8 de nossa capital, distância determinada entre os estuários dos rios Ceará e Pacoti.

A Praia do Futuro é um total paradoxo também, na questão cada vez mais forte em Fortaleza, que é o fenômeno da descentralização, pois diferentemente da maioria dos bairros de nossa capital, é um bairro totalmente dependente dos bairros próximos. Segundo fonte da Regional II, onde se localiza a Gerência do Atendimento a Saúde da família, são 8046 famílias atendidas na área pelo programa, dados de

março 2005, considerando o parâmetro estipulado pela própria chefia do setor saúde, que estipula em média, multiplicar-se por 3,7 teríamos uma população na área de estudo de 29970 habitantes atendidas, estes dados considerando a divisão administrativa da prefeitura em Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, que engloba parte do bairro Vicente Pinzón, que ultrapassa um pouco o recorte da área. Importante ressaltar que esta população atendida refere-se à população pobre cadastrada e não os habitantes da classe média e alta que moram na área.

Através de entrevistas, observa-se a necessidade de surgimento de melhores serviços (agência bancária, farmácias, escolas, creches, centro comercial com venda de produtos diversificados), isso não existe, o que configura mais um ponto negativo que não propicia atração. É como explica a teoria sistêmica, enquadrando o fato como retro-alimentação negativa do espaço urbano. Essa situação é única, pois em locais onde existem pessoas de bom poder aquisitivo, sempre existem serviços para atendê-las, e no Brasil existem mil e um exemplos de atividades comerciais fortes em área de praia, sendo a faixa costeira, na maioria dos casos, determinante na modificação do centro como local de negócios, transferindo-os gradativamente para as áreas litorâneas.

O momento de descentralização das atividades foi gerado nas principais cidades Brasileiras, a partir da década de 1970. Exemplos como no Rio de Janeiro, onde as atividades de comércio mudaram gradativamente para as praias de Copacabana, Leblon e Ipanema, em Recife, indo para a Avenida Boa Viagem e em Fortaleza para a zona de Beira Mar (Avenida Abolição), mostram o quanto é atrativa a zona de praia no nosso país, e paradoxalmente a Praia do Futuro não segue a regra.

Este trabalho aborda tanto as transformações urbanas, pontuais assim como a transformação sistêmica deste trecho da cidade de Fortaleza, uma transformação diferente do esperado da orla nos 6 km que configura a Praia do Futuro (segundo PDDU). A visão no local possui forte característica, demonstrada através do Mapa de Uso e Ocupação do Solo em anexo (Mapa I), mostrando na área, grande quantidade de terrenos não ocupados e não murados, servindo para

campos de futebol, por parte da população menos abastada financeiramente. O comércio varejista local é razoável na Avenida Dioguinho e um pouco menor na avenida Zezé Diogo, este comércio existe em algumas ruas internas, principalmente em áreas de ocupação irregular sobre as dunas. A interação comercial com os bairros vizinhos determina a ocupação dos terrenos na área de estudo. Junto à rua Ismael Pordéus existem oficinas de grande porte, fábrica de gelo, enfim atividades importantes para o transporte marítimo especificamente para o porto do Mucuripe.

Outra característica forte da área de estudo é a ocupação das ruas existentes por edificações unifamiliares, traduzindo não só o problema social que enfrentamos de uma maneira cada vez maior, também a ineficácia dos gestores públicos, transformando a Praia do Futuro, de uma fonte de atratividade pela paisagem, em local indesejado pelos moradores de classe média, pois os de classe alta já saíram do local há bastante tempo.

Numa radiografia atual sobre os equipamentos na área de estudo mostra quanto a elementos de hospedagem, existem 14 hotéis, 5 pousadas, um motel e 8 clubes sociais (2005). Esse setor de hospedagem é bastante forte na área, pois é uma área de forte apelo turístico, no entanto, transformam bastante a quantidade desses equipamentos principalmente razões econômicas. A indefinição deve-se a rotatividade dos Usos e Ocupações do Solo neste aspecto. Quanto aos clubes sociais temos 9 no total. Equipamentos particulares existem um buffet (Viana), 4 empresas de telefonia, um centro espírita (Paulo Estevão), uma fábrica de gelo e 3 oficinas de manutenção de embarcações na rua Ismael Pordéus, no limite da área de estudo (Mapa I).

Já quanto a equipamentos públicos, existe uma precariedade expressada em constantes reclamações em páginas de jornal e entrevistas, mesmo assim, na região existem: 7 igrejas de todos os credos, 3 escolas públicas, um posto de saúde (unidade Frei Tito no Caça e Pesca), apenas a praça 31 de março abandonada, existindo o calçadão que se estende das imediações da rua Ismael Pordéus, até o Hotel Fortaleza, na praia do Caça e Pesca. Possui delegacia de polícia civil, juizado de pequenas causas (rua Hermínia Bonavides), o comércio e serviço local principalmente na Avenida Dioguinho, com academia de ginástica, revenda de

carros, melhores detalhes expressados em manchas no mapa anexo de uso e ocupação do solo (Mapa I).

A existência de feiras livres faz com que os moradores de baixo poder aquisitivo tenham uma opção de compra de mercadorias, que não o único supermercado da área, o Baratão, também na Avenida Dioguinho, ou que precise se deslocar para outros bairros. Essas feiras livres funcionam nos dias de segunda-feira, no final da rua Edmundo Falcão, próximo a Praça 31 de Março; na sexta-feira no Caça e Pesca na rua Luis Cláudio Lima; e a maior de todas, com aproximadamente 100 barracas, no sábado, na rua Professor Murilo Silveira, estendendo-se pela rua Pintor Antônio Bandeira, onde é vendido alimento diversificado, produtos do vestuário e de utilidades domésticas. Em entrevista com os feirantes, a maioria não é da área, mas de diversos bairros que todo dia estão em um lugar da cidade, utilizam transporte próprio para deslocar-se ou caminhões que são alugados para isso. No domingo, estão na Parangaba, na segunda, estão no Parque Santa Cecília vizinho ao bairro Bom jardim, na terça, no bairro do Serviluz, atrás da Tropicás, na quarta, no Canindezinho, na quinta, no Mucuripe e na sexta, na cidade 2000.



Figuras 54/55- FONTE: DO AUTOR 19/02/05 FEIRA LIVRE DA PRAIA DO FUTURO NO SÁBADO

Quanto ao transporte coletivo, na Praia do Futuro temos três pontos de parada de coletivos e topics: a primeira é na rua Professor Murilo Silveira, próximo ao Supermercado Baratão com as linhas Siqueira-Mucuripe e Parangaba-Mucuripe; a segunda, a menor, é na confluência das ruas Renato Braga com Doguinho, com a linha Papiquí-Praia do Futuro em frente ao estabelecimento Henrique do Caldo e a maior concentração de transporte coletivo fica na rua Desembargador Gerônimo

Jurema, com as linhas, Caça e Pesca-Centro-Papicú Caça e Pesca-Centro-Beira-Mar, 31 de Março-Cidade 2000. O corujão do Caça e Pesca saindo do centro a meia noite e a topic que atende todo o percurso da Praia do Futuro, que é a topic 52, fazendo do local a sua parada final, representam o transporte coletivo na área.

Nesse ponto, no local onde estavam vários motoristas tanto de ônibus, quanto de topic, é que encontrei um depoimento simples, que, no entanto, me fez muito refletir sobre a realidade tão condenada e ultimamente amenizada da Praia do Futuro, quando perguntei, “A Praia do Futuro para vocês, não têm muitos problemas?” E a resposta..., “Ah, agora ta é bom!” Querendo dizer que em relação a 30-40 anos atrás, estar na Praia do Caça e Pesca como eles estavam e alguns moravam, era bem difícil pelo transporte que lá não chegava e por outras dificuldades citadas, como já observadas no decorrer do trabalho. O palco dialético na área de estudo ocasionou mesmo lentamente, principalmente para moradores, transformações que ocorrem a cada momento, desde o aparecimento e morte de uma barraca de praia até um novo migrante que chega sem rumo para morar em uma casa de parente ou têm que levantar um barraco no alto das dunas. Isso demonstra a aceitação do espaço gradativamente pelas melhores opções que a cada dia surge.

Como demonstrativo atual do modelo sócio-econômico-territorial, as barracas de praia, no total aproximado de 135 (JORNAL O POVO 22/01/04), criaram para Fortaleza uma identidade quanto à praia, melhorando muito nos aspectos físicos e de atendimento. Manchetes nos nossos jornais expressam isso: “Barracas intensificam entretenimento”, Jornal D/N 24/10/04; “Barracas apostam nos serviços para atrair os clientes”, Jornal D/N 20/09/04; “Barracas incrementam diversão”, Jornal D/N 30/06/04.

6.1 Dialética dos grupos de usos em conflito

A praia do Futuro como campo de conflito, assim como ambientalmente é bastante rica, a luta de demarcação de territórios, lugares, espaços de todas as classes sociais fazem com que, nestes anos, ela se transforme em enorme polêmica. Analisando todos esses fatos é que cheguei em um modelo que (DIEGUES, 2001) define como Matriz de Análise de Usos Competitivos, onde de uma maneira clara é possível elucidar conflitos ou complementaridades, pois indicam os vários tipos de uso das faixas geográficas, com os diversos grupos sociais envolvidos na área em questão.

Assim sendo dividi, baseado em (MORAIS, 1996:195) em 3 faixas de unidades geossistêmicas de usos a Praia do Futuro: Estirâncio, Pós-praia (Berma) e Dunas, atuando em conflito ou não com os grupos sociais ou produtores do espaço urbano. Essa apresentação é importante na elaboração das hipóteses norteadoras de sugestões para uma utilização do meio ambiente de uma maneira mais racional, observando os impactos ambientais.

O estudo das classes sociais em conjunto com o meio ambiente leva como cita, (COELHO, 2001:20): “A incorporação da estrutura de classes à análise, possibilitará perceber quem se apropria dos benefícios das atividades econômicas cujos custos são divididos com toda a sociedade”.

A partir da Agenda 21, documento resultante do consenso de 179 países que participaram da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizada em 1992 no Rio de Janeiro, chamada de “Eco 92”, consolidou-se pelo menos teoricamente a idéia da busca de um tipo de desenvolvimento que não apenas fosse econômico, também contemplasse a equidade social e o respeito ao meio ambiente. Essa conferência teve como objetivo criar condições para sustentabilidade para o século XXI. Trouxe como conseqüência o consenso que só o desenvolvimento econômico sem o combate a pobreza, sem o estudo da dinâmica demográfica, sem o planejamento e gerenciamento dos recursos terrestres com manejo dos resíduos sólidos, junto com fortalecimento institucional e

informação para tomada de decisões, não seriam suficientes, isoladamente para a modificação positiva da paisagem e a preservação ambiental para as gerações futuras. Necessitando então da prática da sustentabilidade.

A utilização do IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável) surgiu em resposta ao crescimento, nos países periféricos, de ilhas de desenvolvimento cercadas de miséria, pois o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) tradicional, não contemplava a questão ambiental, sendo assim: México, Brasil, Senegal, África do Sul, desenvolviam-se pontualmente, sem que esse desenvolvimento representasse uma tendência desconcentrizadora de renda, apresentando pelo contrário, um desenvolvimento concentrador e limitado.

O IDH passou a ser duramente criticado, pois vários países de grande PIB (Produto Interno Bruto), EUA, Japão, Alemanha, Itália, Reino Unido, Espanha, transformaram-se em sociedades insustentáveis para o nosso planeta, pois o desempenho ambiental nestes países é muito ruim.

Como cita Veiga (2003): “Se a qualidade da base natural do desenvolvimento já fizesse parte do índice criado para avaliá-lo, a vanguarda do desenvolvimento sustentável ficaria com Austrália, Estônia, Irlanda, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça”.

A expressão desenvolvimento sustentável é relativamente nova, sendo utilizada inicialmente a partir de 1980 e estabelecida definitivamente na comunidade científica a partir do relatório Brudtland (Figura 57). A denominação relatório Brudtland é em homenagem a primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brudtland que presidiu a comissão Mundial sobre o meio ambiente em 1983 criada pela ONU. “No entanto, o IDS ou a sigla em inglês ou ESI (Environmental Sustainability Index) é um índice que mede a sustentabilidade ambiental das nações a partir de cinco dimensões: sistemas ambientais, vulnerabilidade humana, estresses, capacidade social e institucional e responsabilidade global”, Borges (2005).

MATRIZ DE GRUPO DE INTERESSE E USOS NA PRAIA DO FUTURO

Utilizando-se (MORAIS 1996:195) através de sua classificação de Zonas Litorâneas e seus vários ecossistemas, chega-se a uma classificação, através do estudo da influência das marés e da deposição de sedimentos. Assim, podemos compor a matriz de interesse utilizando as denominações a seguir: Estirâncio, através da influência da maré é sempre exposta à maré baixa e conseqüentemente recoberta pela maré alta. Já na pós-praia (zona de berma), também se utilizando a classificação por depósito de sedimentos, está acima da influência da maré alta e resulta da deposição efetuada pelas ondas no limite da zona de espraiamento, onde se situam as barracas de praia. Ainda, quanto à disposição de sedimentos, temos as Dunas, sendo o limite superior do pós-praia, onde se localizam as mansões, edifícios multifamiliares e as favelas por toda a Praia do Futuro.

GRUPO DE INTERESSE/USOS	TURISTAS	AMBULANTES	MORADORES MULTIFAMILI.	MORADORES UNIFAMILI.	PROPRIETÁRIOS HOSPEDAGEM	FAVELADOS	FUNC.SETOR SERVIÇO	PROP. SETOR PRODUTIVO	ESTADO
ESTIRÂNCIO	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IC
PÓS-PRAIA (AVENIDAS/LOTEAMENTO/BARRACAS)	IC	IC	IC	IC	IC	II	IC	IC	IR
DUNAS (MANSÕES /RES. POPULARES).	O	IC	IC	IC	IC	IC	II	IC	II

Tabela 04- FONTE: DO AUTOR- MATRIZ DE INTERESSES CONFLITIVOS DE CARLOS DIEGUES

LEGENDA: INTERESSES CONFLITIVOS IMPORTANTES (II) INTERESSES COMPLEMENTARES (IC)
SEM RELAÇÃO RELEVANTE (O) INTERESSES CONFLITIVOS REDUZIDOS (IR)



Figura 57- FONTE: <http://www.aug.com.br/aug.htm>

Falar desenvolvimento sustentável no Brasil e no Ceará especificamente é trabalhar em um árido terreno onde os princípios básicos desse desenvolvimento, expressados pela (Figura 57) não são, nem de longe respeitados. Pois o que acrescenta aumentar a quantidade de km² regidos por leis ambientais? Como aconteceu nestes últimos 10 anos em Fortaleza se todo esse espaço é desfigurado constantemente. As instituições, no caso o Estado e o Município, como órgãos fundamentais na melhoria dos índices de desenvolvimento são coniventes com a situação de desigualdade social, desrespeito ambiental e pouco desenvolvimento econômico. Portanto, nossa cidade, e a Praia do Futuro não seria diferente utiliza-se de uma política viciada em uma prática atrasada e nefasta aos princípios básicos do desenvolvimento usual puramente econômico, imaginemos nós, quanto à utilização dos princípios do desenvolvimento sustentável, tornando-se assim uma utopia.

A insuficiência na Praia do Futuro quanto aos índices de qualidade de vida em relação a bairros mais tradicionais, não é atribuição única da Prefeitura, pois

grande contingente de pessoas chega do interior do estado com destino a nossa cidade, aumentando as ocupações em áreas de preservação, refletindo uma prática negativa realizada por todos os municípios sob a complacência do governo do estado.

6.2 Estatística da diferença

Espera-se, pela Praia do Futuro ser uma zona com densidade relativamente pequena, que surja o interesse, em futuras administrações, de um poder público capaz, de se não atingir o topo dos índices de desenvolvimento sustentável, pelo menos em função dos recursos naturais da área em estudo, utilizar-se melhor da natureza do local.

Como suporte para análise da Praia do Futuro, é interessante a analogia da região de estudo com os bairros limítrofes e com bairros com maiores e menores índices, para com isso elaborar hipóteses, sobre o atual modelo de Uso e Ocupação do Solo. Sendo assim, explicitando alguns indicadores, utiliza-se da divisão da Prefeitura de Fortaleza em Praia do Futuro I e II, conforme (Figura 17). Assim mostro as tabelas com índices na seqüência:

1) ACESSO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

ÍNDICES GERAIS	ABASTECIMENTO ÁGUA	
MELHORES ÍNDICES	CONJ.CEARÁ	CIDADE 2000
	99,1%	98,4%
PIORES ÍNDICES	SABIAGUABA	JARDIM GUANABARA
	42,3%	53,0%
PRAIA DO FUTURO (I)	66,4%	
PRAIA DO FUTURO (II)	66,1%	
VICENTE PINZON	80,4%	

Tabela 05- - FONTE: IBGE.CENSO 2000

2) ACESSO A SERVIÇO DE COLETA DE LIXO

ÍNDICES GERAIS	COLETA DE LIXO	
MELHORES ÍNDICES	CIDADE	VARJOTA/PARQUELÂNDIA
	2000/CONJ.CEARÁ	
	100,00%	100,00%
PIORES ÍNDICES	SABIAGUABA	DUNAS
	29,2%	60,0%
PRAIA DO FUTURO (I)	76,6%	
PRAIA DO FUTURO (II)	67,9%	
VICENTE PINZON	93,3%	

Tabela 06 - FONTE: IBGE.CENSO 2000

3) ACESSO A ESGOTAMENTO SANITÁRIO

ÍNDICES GERAIS	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
MELHORES ÍNDICES	MEIRELES	ALDEOTA
	99,5%	96,1%
PIORES ÍNDICES	PQ.PRES.VARGAS	SABIAGUABA
	0,00%	0,3%
PRAIA DO FUTURO (I)	39,1%	
PRAIA DO FUTURO (II)	7,5%	
VICENTE PINZON	48,3%	

Tabela 07- FONTE: IBGE.CENSO 2000

4) COBERTURA VEGETAL

O maior percentual relativo na cidade de Fortaleza é a vegetação paisagística. Na área em estudo, utilizando-se dados do IBGE de 2000 temos: um percentual de vegetação de mangue, vegetação ribeirinha ou lacustre, também a ausência de vegetação, sendo que na Praia do Futuro, a predominância é a vegetação paisagística.

5) ÁREAS PROTEGIDAS POR PLANO DE ORDENAMENTO NA CIDADE DE FORTALEZA

ÍNDICES GERAIS	PLANO DE ORDENAMENTO	
1992	ÁREA DE PRESERVAÇÃO	ÁREA DE PROTEÇÃO
	42,48 KM2/ 87,6%	6,03 KM2/ 12,4%
2003	ÁREA DE PRESERVAÇÃO	ÁREA DE PROTEÇÃO
	51,84 KM2/86,6%	8,05 KM2/13,4%

Tabela 08- FONTE: IBGE.CENSO 2000

A Praia do Futuro, especificamente na área do encontro entre o rio Cocó com o mar caracteriza-se como mais uma área protegida (Área de Proteção Ambiental).

6) RENDAS DO CHEFE DE FAMÍLIA

ÍNDICES GERAIS	RENDA MÉDIA NOMINAL MENSAL	
MELHORES ÍNDICES	COCÓ	MEIRELES
	R\$ 3344,60	R\$4182,30
PIORES ÍNDICES	PQ.PRES.VARGAS	CURIÓ
	R\$225,60	R\$ 233,20
PRAIA DO FUTURO (I)	R\$ 1356,10	
PRAIA DO FUTURO (II)	R\$ 420,60	
VICENTE PINZON	R\$ 780,10	

Tabela 09- FONTE: IBGE.CENSO 2000

7) RENDA DISTRIBUIDA

ÍNDICES GERAIS	RAZÃO ENTRE SOMA RENDA MENSAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA E A QUANT.TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES	
MELHORES ÍNDICES	COCÓ	MEIRELES
	R\$ 871,20	R\$ 1173,90
PIORES ÍNDICES	PQ.PRES.VARGAS	CURIÓ
	R\$ 53,4	R\$ 54,60

PRAIA DO FUTURO (I)	R\$ 331,90
PRAIA DO FUTURO (II)	R\$ 96,30
VICENTE PINZON	R\$ 180,90

Tabela 10-- FONTE: IBGE.CENSO 2000

8) DENSIDADE POPULACIONAL

ÍNDICES GERAIS	DENSIDADE POPULACIONAL POR HECTARE	
MAIORES ÍNDICES	PIRAMBÚ	CRISTO REDENTOR
	334,10	246,00
MENORES ÍNDICES	SABIAGUABA	PEDRAS
	1,9	3,7
PRAIA DO FUTURO (I)	17,9 (DE UM TOTAL DE 2917 PESSOAS)	
PRAIA DO FUTURO (II)	23,7 (DE UM TOTAL DE 7651 PESSOAS)	
VICENTE PINZON	128,80	

Tabela 11- FONTE: IBGE.CENSO 2000

9) CRESCIMENTO POPULACIONAL

ÍNDICES GERAIS	RÍTIMO DO CRESCIMENTO HABITACIONAL ANUALMENTE (1991-2000)	
MAIOR TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO	SABIAGUABA	SIQUEIRA
	17,73%	20,17%
MENOR TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO	MUCURIBE	VARJOTA
	-7,52%	-8,26%
PRAIA DO FUTURO (I)	6,09%	
PRAIA DO FUTURO (II)	12,09%	

VICENTE PINZON 4,50%

Tabela 12- FONTE: IBGE.CENSO 2000

10) DENSIDADE INADEQUADA DE MORADORES POR DORMITÓRIO

ÍNDICES GERAIS	DENSIDADE INADEQUADA	
MENORES ÍNDICES	GUARARAPES	COCÓ
	0,4%	1,7%
MAIORES ÍNDICES	AUTRAN NUNES	BOM JARDIM
	40,9%	38,7%
PRAIA DO FUTURO (1)	14,60%	
PRAIA DO FUTURO (2)	36,50%	
VICENTE PINZON	12,80%	

Tabela 13- FONTE: IBGE.CENSO 2000

11) TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

ÍNDICES GERAIS	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS C/15 ANOS OU MAIS	
MELHORES TAXAS	GUARARAPES	MEIRELES
	97,7%	97,7%
PIORES TAXAS	DUNAS	SABIAGUABA
	76,6%	73,5%
PRAIA DO FUTURO (I)	85,7%	
PRAIS DO FUTURO (II)	79,5%	
VICENTE PINZON	84,8%	

Tabela 14-- FONTE: IBGE.CENSO 2000

12) ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA

ÍNDICES GERAIS	ESCOLARIDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA C/15 ANOS DE ESTUDO OU MAIS
----------------	--

MELHORES ÍNDICES	COCÓ	GUARARAPES
	57,1%	55,2%
PIORES ÍNDICES	PQ.PRESIDENTE VARGAS	CANINDEZINHO
	0,2%	0,4%
PRAIA DO FUTURO (I)	22,00%	
PRAIA DO FUTURO (II)	4,30%	
VICENTE PINZON	8,90%	

Tabela 15- FONTE: IBGE.CENSO 2000

13) UNIDADES DE SAÚDE

ÍNDICES GERAIS	UNIDADES DE SAÚDE POR PESSOA	
MELHORES ÍNDICES	DENDÊ	PEDRAS
	2120 PESSOAS	1576 PESSOAS
PIORES ÍNDICES	QUINTINO CUNHA	PASSARÉ
	42973 PESSOAS	37369 PESSOAS
PRAIA DO FUTURO (I)	2917 PESSOAS	
PRAIA DO FUTURO (II)	7651 PESSOAS	
VICENTE PINZON	19776 PESSOAS	

Tabela 16- FONTE: IBGE.CENSO 2000

14) UNIDADES ESCOLARES

ÍNDICES GERAIS	QUANT.ALUNOS	POR
	ESC.MUNICIPAL	
MELHORES ÍNDICES	PEDRAS	PARQUE SÃO JOSÉ
	126 ALUNOS	392 ALUNOS
PIORES ÍNDICES	PIRAMBÚ	QUINTINO CUNHA
	5521 ALUNOS	4548 ALUNOS
PRAIA DO FUTURO (I)	824 ALUNOS	
PRAIA DO FUTURO (II)	2629 ALUNOS	
VICENTE PINZON	2270 ALUNOS	

Tabela 17- FONTE: IBGE.CENSO 2000

Considerando os índices anteriores, observa-se que em relação à cidade de Fortaleza, com uma população estimada em 2.100.000 habitantes, (censo IBGE 2000), os bairros Meireles, Guararapes, Varjota, Cidade 2000, Aldeota, bairros relativamente próximos da área em estudo, possuem os melhores índices nas 14 categorias explicitadas anteriormente, colocando ainda mais indagações dos porquês do atual modelo de Uso e Ocupação do Solo exposto na Praia do Futuro. A surpresa é que, mesmo com um aspecto paisagisticamente superior a vários bairros da cidade, ao analisarmos a Praia do Futuro (II), geograficamente situada entre a Avenida Santos Dumont e estuário do rio Cocó, encontramos índices semelhantes a bairros de porte inferior, sem o potencial paisagístico e econômico de outros bairros limítrofes equivalendo em índices, aos bairros inferiores quanto ao aspecto econômico e paisagístico: Autran Nunes, Parque Genibaú, Parque Presidente Vargas, Curió, Quintino Cunha, Pirambú. Estes índices refletem as péssimas condições de vida, principalmente dos habitantes das favelas do Caça e Pesca, dos Cocos e do Carçoço, localizadas da Avenida Santos Dumont até a foz do rio Cocó.

Quanto a Praia do Futuro (I), geograficamente localizada da Avenida Santos Dumont em direção ao Cais do Porto, os índices melhoram um pouco, pois representam a antiga Praia do Futuro, onde existem habitações multifamiliares, e habitantes de melhor poder aquisitivo, que melhoram um pouco todos os índices. Já no Bairro Vicente Pinzón, mesmo apenas parcialmente no recorte do estudo, apresentam índices que se assemelham ao da Praia do Futuro (II), aumentando bastante apenas na questão da densidade demográfica. A dissertação tenta responder a esse paradoxo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas são diferentes, não tem respeito por nada, não tem respeito por vizinhos, são liberados em comparação ao bairro de Fátima, bebem mais, usam mais drogas, as meninas engravidam mais cedo, não querem estudar. Aqui era melhor antes, tinha mercadinho São Luiz e quanto à maresia, já estou no quarto fogão em 18 anos.

Com essa afirmativa, de uma moradora do edifício Aquáriu, começo as considerações finais, perguntando se as pessoas que moram em áreas litorâneas, em grandes centros, agem em sua maioria, assim como ela falou, se não, qual é o percentual? Tema para outro longo trabalho.

Questionar o futuro da Praia do Futuro é atuar com bastante presunção, no entanto, acredito que este trabalho seja um norteador de como funcionou e funciona os grupos sociais em sua atuação, nesses 40 anos e principalmente, a evolução em alguns questionamentos colocados pela população, refletida pela mídia. A tentativa de compreender a influência dos impactos ambientais naturais e antrópicos, através de uma abordagem sistêmica e dialética é um foco. Mesmo considerando a dificuldade na procura do assunto em livros para melhor embasar o tema, os jornais da cidade foram fontes preciosíssimas e sem eles não haveria embasamento para o acompanhamento histórico da Praia do Futuro e o trabalho se resumiria a poucas considerações sem a comprovação que o documento escrito propicia. Depois das análises realizadas, chego a algumas conclusões, que poderão fornecer subsídios para a busca de soluções para a área estudada.

Um grande fator ambiental limitante da ocupação humana da área de estudo é, sem dúvida a maresia, conforme relato unânime dos moradores e conclusões de órgãos técnicos e científicos (ELETROBRAS, COELCE, Universidade de Mainz na Alemanha e outros estudiosos). A noção que a tecnologia resolve o caso é relativa, no entanto, bastante onerosa. Os eletrodomésticos, veículos e sua manutenção torna-se dispendiosa para a população. Conclui-se assim que as funções de morar e trabalhar na Praia do Futuro não sejam muito fáceis, principalmente pelo custo comparativo com outros bairros da cidade;

As barracas de praia, nestes últimos 40 anos, passaram de grande vilã da higiene e saúde pública do Cearense e turista, nas décadas de 1970 e 1980, a uma tipologia aceita de paisagem, inclusive bastante elogiada pelos turistas, principalmente a partir da década de 1990. A melhoria dos serviços, aliado a uma melhor aparência física das barracas, contribuiu bastante para a aceitação. Essa característica física serve até como elemento marcante de beleza, conforto, higiene em comparação a outras zonas litorâneas do Brasil. Muito contribui também a certeza por parte dos barraqueiros que não mais sairão dos seus lugares, pois com isso passaram a se sentir mais seguros, concluindo pelo aspecto que não são mais ocupantes transitórios e sim definitivos, portanto, valendo investir no seu negócio. No entanto, os problemas quanto à falta de destino final dos resíduos dos w.c(s) ainda não foi resolvido acarretando poluição do lençol freático;

O êxodo rural definitivamente tem sido um forte fator complicador nestes últimos 40 anos de ocupações irregulares, em áreas de preservação, públicas e até em terrenos particulares, fato este identificado em entrevistas e material escrito de pesquisa. Caso esta situação perdure, os índices de violência tenderão a aumentar e as Ocupações do Solo de formas irregulares se acentuarão com a perda da qualidade da paisagem e incremento das precárias condições de moradia;

A troca de voto pela anuência da ocupação ilegal é um fato, onde se verifica o jogo de interesses entre associações comunitárias e a busca de votos a qualquer custo por parte de vereadores e deputados, mesmo que seja incentivando uma ocupação criminosa sob o ponto de vista ambiental e de acessibilidade;

Aumento excessivo da violência na área, principalmente nos últimos 15 anos, ocasionando, caso não seja resolvida, fator decisivo de abandono por parte principalmente de turistas de nossa cidade, através de grande propaganda negativa que fazem. Geração de empregos e fim da impunidade são um bom começo para mudar esta triste realidade;

Mesmo com todos os problemas demonstrados, a transformação da Praia do Futuro, de lazer ocasional na década de 1960, passando para a escala municipal a partir da década de 1970, depois, lazer da região metropolitana e do estado a partir da década de 1980, até finalmente, em lazer internacional a partir da década de 1990, com a movimentação de grupos internacionais;

Que a Praia do Futuro configura-se como maior área de lazer da cidade para realização de grandes eventos esportivos e musicais, pela dimensão física e do aspecto paisagístico peculiar em nossa cidade;

Mesmo lentamente, mudanças positivas ocorreram e ocorrem a todo momento na área, em todos os aspectos levantados na dissertação, com exceção da ocupação irregular dos terrenos públicos e da violência que aumentam consideravelmente, que é uma forte característica da área, no entanto, trata-se de uma característica não só do bairro, pois é de toda a cidade. Essas mudanças lentas e em conjunto caracterizam muito mais que possíveis soluções que advêm da abordagem sistêmica, onde os problemas da Praia do Futuro poderão ser encaminhados para uma resolução, pois no jogo dialético das classes sociais, as suas reivindicações já ocasionaram mudanças ao longo dos últimos 40 anos.

Problemas quanto a conflitos, acentuando-se cada vez mais os conflitos dos atores sociais existentes no dia a dia: Ambulantes X Barraqueiros, Barraqueiros X Estado, Disputa de espaços de circulação entre a classe média e os ocupantes irregulares de terrenos, de logradouros públicos. Estas disputas continuarão a existir como fruto da busca da sobrevivência através do mercado informal em uma área onde circula dinheiro.

Forte presença de atividades marginais: Prostituição, roubos, assaltos, como reflexo das práticas e políticas econômicas e sociais do Brasil, e em uma visão que transcende ao município e ao estado, havendo necessidade de reversão do quadro sócio-econômico do país, pois se isso não acontecer a tendência é de aumento.

A falta de identidade cultural com o bairro é muito grande, as pessoas usam a Praia do Futuro principalmente nos finais de semana e os moradores, por se sentirem, a grande maioria, forasteiros e ocupantes temporários, não incorporam o bairro como seu e, portanto, não cuidam para que o bairro tenha o sentido de lugar permanente para seus moradores, da mesma maneira que outros bairros possuem, na cidade. Mesmo assim, em contraponto começam a surgir associações comunitárias como foco de resistência e reivindicações no bairro.

A continuidade da política especulativa de criar condições de infraestrutura em áreas mais distantes para valorização de vazios urbanos continua, haja vista a construção da ponte do rio Cocó, ligando a Praia do Futuro a praia de Sabiaguaba e o preço que os agentes imobiliários já artificialmente determinaram o metro quadrado dos terrenos na margem da continuidade da Avenida Padre Antônio Tomás.

Como resposta econômica para uma população ávida por oportunidades, o governo do estado do Ceará tenta mudar o perfil econômico do estado que no século passado, era somente agrícola e extrativista: oiticica, castanha de caju, carnaúba, pesca da lagosta, que ainda são produtos na pauta de exportação cearense, além de uma tradicional agricultura e pecuária de subsistência, mudando para um perfil industrial e turístico. O turismo tem terreno propício no estado do Ceará e Fortaleza, como porta de entrada, possui vital importância, sendo assim, urge que algumas providências sejam tomadas no sentido que o turista e os investidores não se sintam enganados. A Praia do Futuro, neste contexto, espera-se que continue sendo a melhor opção de lazer praiano da cidade, no entanto, para isso ocorrer há necessidade de modificações nos indicadores sociais, pois sem isso, nada adiantaram propagandas espalhadas pelo mundo com belas fotos, se a realidade aqui é bem diferente.

Coloco-me a disposição para esclarecimentos de dúvidas sobre questões suscitadas e analisadas na pesquisa pelo e-mail: piaju@uol.com.br

Sabemos que uma Praia do Futuro melhor é a que consiga, através de suas instituições (Município, Estado e União), fazê-la mais organizada para receber nossos visitantes e investidores, portanto, organizar de como cada terreno da Praia do Futuro será ocupado e em quais circunstâncias será essa ocupação é a lógica condição, pois é uma prática em qualquer país no mundo que almeje o desenvolvimento. Caminhando nesta direção, de acordo com que falou o Professor Liberal de Castro na Introdução dessa dissertação, página 01 será possível sonhar com a prática do Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, muito importante, e no caso de Fortaleza cada vez mais atuante a participação da sociedade civil organizada através de proprietários de Hotéis, Pousadas, bares, Restaurantes, barracas, enfim pessoas que vivem direta e indiretamente do mundo turístico. Essa sociedade civil, junto com o Estado em todas as suas esferas tentam transformar uma realidade difícil expressada da área de estudo em uma área mais adaptável às exigências da população Cearense, e atendendo ao turista que vem buscando o nosso sol, nossa culinária e nossas belezas paisagísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. **Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Editora Universidade de Brasília, 1963.

ACSELRAD, Henri, **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

ALVES, Rubem, **Entre a Ciência e a Sapiência**: o dilema da educação. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ARANTES, Antônio A. (organização). **O Espaço da Diferença**. Editora Papyrus, 2000.

ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Hermínia. **A cidade do Pensamento único**, Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

ARQUITETURA URBANISMO E GEOPROCESSAMENTO S/C LTDA. **Arquitetura Urbanismo e Geoprocessamento** [on line]. Disponível em: <http://www.aug.com.br/uece/uece.htm>. Acesso em: 3 jun. 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo** [on line]. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?MORDMILJC>. Acesso em: 18 nov. 2004.

BENAMY Turkienicz (editor). **Desenho Urbano: Anais do II SEDUR-Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil**. S.Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986.

BORGES, Robinson. **O enigma a espera de seu Édipo** [on line]. Disponível em: http://ctjovem.mct.gov.br/index.php?action=/content/view&cod_objeto=19229. Acesso em 12 jan. 2005.

BRAGA, Elza Maria Franco, **Os labirintos da habitação popular**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

BRANDÃO, Ricardo de Lima. **Sistema de Informações para Gestão e Administração territorial da Região Metropolitana de Fortaleza-projeto SINFOR**,

CPRM, **Diagnóstico Geoambiental e os principais problemas de Ocupação do meio Físico da Região Metropolitana de Fortaleza.** 1995.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: **Transições Migratórias.** CARLEAL, Adelita Neto (org.), Ana Maria Matos Araújo et al. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

BURSZTYN, Marcel e al. **Para Pensar o Desenvolvimento sustentável.** Editora Brasiliense, 1993.

CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis.** São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CAMPOS FILHO, C. Malta. **Cidades Brasileiras: Seu Controle ou o Caos: o que os cidadãos Brasileiros devem fazer para a Humanização das Cidades.** São Paulo: Nobel, 1989.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Reinvente seu bairro.** São Paulo: Editora 34, 2003.

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS. **Divisão em Capitânicas-cerca de 1586** [online]. disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa11.htm>. Acesso em: 10 out. 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade.** Editora Contexto, São Paulo, 2003.

COELHO, Maria Célia Nunes Coelho. Impactos Ambientais em áreas urbanas- Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In: GUERRA, Antônio José Teixeira, DA CUNHA, Sandra Baptista (orgs). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano. Série Princípios.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

CORBIN, Alain. **O território do Vazio.** A Praia e o Imaginário Ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Editora Ática, 2002.

CHRISTOFOLLETI, A. **Análise de Sistemas em Geografia**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1979.

CHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1996.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

_____. DA HORA, Maria Lúcia Falconi. **A (RE) produção do espaço e a Lógica dos Agentes Produtores**. Presidente Prudente: Revista do curso de Pós-Graduação em Geografia. UNESP, 1998.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no processo de Planejamento**. São Paulo: Editora PINI, 1986.

_____. DIAS, Edson dos Santos. **Referências sobre o Processo Territorial da Cidade**. Presidente Prudente: Revista do Curso de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos, **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ESPÍNOLA, Rodolfo. **Vicente Pinzón e a Descoberta do Brasil**. Rio de Janeiro-RJ: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2004.

ESTAÇÃO TURISMO. **Primeira Planta Cidade de Fortaleza** [on line]. Disponível em: <http://www.estacaoturismo.hpg.ig/historia.htm>. Acesso em: 8 de ago. 2004.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração cambeba**. Fortaleza: Edições Tropical, 1997.

FERRARI, Célson, **Curso de Planejamento Municipal Integrado: Urbanismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1991.

GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe de Vicente Pinzon ao Padre Nilson**. Fundação Demócrito Rocha, 1998.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Oficinas ou Charquedas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1984.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, C.W. Porto. **Paixão da Terra. Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: pesquisadores Associados em Ciência. SOCIL, 1984.

GUERRA, Antônio José Teixeira. DA CUNHA, Sandra Baptista (orgs). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GRIMBERG, Elisabeth (org). **O Futuro das cidades**. São Paulo: Publicação POLIS N° 16, 1994.

HAROEL, Jean Louis. **História do Urbanismo**. Ed. Papyrus, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque. **História Geral da civilização Brasileira, Tomo I. Época Colonial**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

IBGE, **Mapa de Localização da Região Metropolitana de Fortaleza** [on line]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 fevereiro 2005.

_____. Instituto de arquitetos do Brasil-CE/UFC. **A Carta de Fortaleza**. Fortaleza, 1992.

_____. Instituto de arquitetos do Brasil-CE/UFC. **Fortaleza-Cidade Fragmentada**. Fortaleza, 1996.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Editora Annablume, 2003.

KONDER, Leandro, **O que é Dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

LAKATOS, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed.rev. e ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Edição UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri, **O direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de Uma cidade: conflito de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LYNCH, Kelvin, **A Boa Forma da cidade**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1981.

_____. LUSTOSA DA COSTA, Maria Clélia. **Cidade 2000, Expansão Urbana e Segregação Espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo-Departamento de Geografia, 1988.

MAGALHÃES, L. E. **A Questão Ambiental**. São Paulo: TERRAGRAPH, 1994.

_____. MEIRELES, Geová & SILVA, Edson & RAVENTOS, Jordi. **Geomorfologia e Dinâmica Ambiental da Planície litorânea entre as Desembocaduras entre os rios Pacoti e Ceará**. Volume 5 nº 1. UFC, 2001.

Maria José de Almeida, Alessandro JP Ratts (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

MATOS, Kelma Socorro Lopes, Sofia Lerche Vieira. **Pesquisa Educacional: O prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MERCATOR. **Revista de Geografia da UFC**. Ano I-Número 01, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Editora HUCITEC-EDUSP, 1999.

MORAIS, Jader Onofre. Geologia do Planejamento Ambiental. Capítulo V. Processos de Impactos Ambientais em zonas Costeiras. In: **Revista de Geologia**, volume 9, UFC. Fortaleza: Departamento de Geologia, 1996.

MYNAIO, Maria C. de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

NERY JR, J. Marinho; SOMEKH, Nádia; ROLNIK, Raquel (orgs). **Seminário Políticas Públicas para o manejo do Solo Urbano. Experiências e possibilidades**. São Paulo: Publicação POLIS, 1996.

OLIVEIRA, Francisco Estevão Martins. **Estatística e Probabilidade**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S. A, 1998.

_____. Plano Diretor da Cidade Fortaleza. Urbanista Hélio Modesto. Secretaria de Urbanismo, 1963.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Lei 7051 de 16 de Janeiro de 1992.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, **Fortaleza Evolução Urbana (1603-1979)**. CODEF, 1979.

REIS FILHO, N.Goulart. **Evolução Urbana no Brasil**. São Paulo: Ed.da Universidade de S.Paulo, 1968.

ROHDE, Geraldo Mário. **Geoquímica Ambiental e Estudos de Impacto**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

ROLNIK, Raquel (org), CYMBALISTA, RENATO (org). **Instrumentos Urbanísticos contra a exclusão social**. São Paulo: Publicação POLIS, 1997.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Edições Vértice, 1986.

_____. SALES, Vanda Claudino. **Lagoa do Papicú: natureza e ambiente na cidade de Fortaleza**. FFLCH, Universidade de São Paulo, Dissertação de mestrado, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: ABDR, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e tempo: globalização e meio-técnico científico informacional**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SCIORTINO, J.A. **Construcción y Mantenimento de puertos y desembarcadores para buques pesqueros**. Código FAO, 1996.

SEMAM. **Mapa de localização Praia do Futuro I e II**. Disponível em: <http://www.semam.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2000.

SILVA, Ana Amélia da. **Reforma Urbana e o Direito da Cidade**. São Paulo: Ed. Polis, N° 01, 1991.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **Paisagens do Consumo. Fortaleza no tempo da segunda guerra**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e do Desporto, 2002.

SILVA, José Bozarcchiello da. **Nas trilhas da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2001.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **Revitalização de Centros Urbanos**. São Paulo: Publicação POLIS N° 19, 1994.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. Ed. Brasiliense, 1981.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2002.

TEIXEIRA, Francisco M. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2000.

TUAN, Yf-fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TROMPEMAIR, H. **Biogeografia e Meio Ambiente**. UNESP/Rio Claro, 1989

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Gravura Rio de Janeiro Colonial. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/rede349.htm>. Acesso em: 10 junho 2004.

VEIGA, J.E. da. **Novos Indicadores de Desenvolvimento das Limitações do IDH e os novos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável** [on line] disponível em: <<http://www.paqtc.rpp.br/>. Acesso em 02 de jul. 2004.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador, **Vida urbana e Evolução do cotidiano da cidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

VIANA, Hélio. **História do Brasil, período Colonial-Tomo I**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

VILAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 1998.

ANEXO

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Entrevistas Gravadas:

- 1) Liberal de Castro, Professor da Faculdade de Arquitetura, em 30/04/2004;
- 2) Elza Santos, moradora da favela do Luxou, em 11/07/2004;
- 3) Iêda da Silva, Presidente da Associação da rua Aristides Barcelos, em 14/07/2004;
- 4) Armando Cavalcante, Presidente do CRECI/CE, em 17/06/2004;
- 5) Valdir Diogo, filho do Sr. Antônio Diogo, loteador inicial da Praia do Futuro, em 15/06/2004;
- 6) Peixe, corretor de imóveis, em 21/07/04;
- 7) Luciano Guimarães, Arquiteto/Urbanista, um dos participantes da atualização do PDDU de Fortaleza, em 15/06/2004;
- 8) Josué Rodrigues e Ubaldo da Silva, líderes comunitários da Favela do Coração, em 27/12/2004;

Entrevistas anotadas e não gravadas

- 9) Maria Tereza, síndica do condomínio dos edifícios Ticiano e Rafaelo, em 10/08/2004;
- 10) Henrique Brito, proprietário do estabelecimento comercial, “Henrique do Caldo”, em 01/07/2004;

- 11) Antenor Nunes, proprietário de barraca na feira na rua Professor Murilo Silveira aos sábados, em 11/02/2005;
- 12) Gláucia Oliveira, síndica do edifício Figueiredo Corrêa, em 08/05/2004;
- 13) Ângela, funcionária alemã da fundação Konrad Adenauer, em 28/12/2004;
- 14) Raimundo Oliveira, proprietário de barraca de praia na praia do Caça e Pesca, em 12/04/2003;
- 15) Francisco Wilson, fiscal das feiras livres da Prefeitura, em 19/02/2005;
- 16) Valdir e Anália Nunes, moradores da Rua Coronel Francisco Monteiro, em 12/04/2003;
- 17) Joel Andrade, motorista de Topic no ponto final na praia do Caça e Pesca;
- 18) Elisabeth Maia, líder comunitária da área do caça e Pesca, em 15/06/2003;
- 19) Temis Aragão, Arquiteta da ONG Cearah Periferia, em 16/08/2004;
- 20) Valdevino Leitão, morador da praia da Sabiaguaba, em 15/01/2005;
- 21) Antônio Férrer, trabalhou de pedreiro em edifícios da Praia do Futuro na década de 1970, em 10/03/2005;
- 22) Lauro Jaya, freqüentador da Praia do Futuro na década de 1960-70, em 10/02/2005;
- 23) João Saraiva, ambientalista, em 18/11/2004;
- 24) Marcus Saraiva, técnico da CAGECE, em 02/06/2004;

- 25) Regina C. e Silva, Arquiteta/Urbanista funcionária SEMAM, em 15/03/2004;
- 26) Sílvio Moura, diretor comercial da Associação dos Empresários da Praia do Futuro, em 20/07/2003;
- 27) Antônio Nobre, turista Pernambucano, em 10/01/2005;
- 28) Rômulo Montenegro, proprietário Hotel Fortaleza, em 08/07/2004;
- 29) Possidônio Sousa Filho, Presidente da Colônia de Pescadores Z 8, em 15/03/2005;
- 30) Renato Costa, proprietário de unidade de reciclagem de resíduos sólidos na praia do Caça e Pesca e assessor parlamentar, em 01/08/2004;
- 31) Cristina Silva, moradora do edifício Aquarius, em 01/04/2005;
- 32) Cláudio Pereira, morador da Praia do Futuro I, em 10/08/2004;
- 33) Elisabeth de Souza, síndica do Edifício Ilha de Marajó, em 20/09/2004.